



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

ELIZÂNGELA CARDOSO DE ARAÚJO SILVA

**INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e
trabalho**

Recife
2020

ELIZÂNGELA CARDOSO DE ARAÚJO SILVA

INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho

Tese apresentada por Elizângela Cardoso de Araújo Silva ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Maria das Graças e Silva

Recife
2020

S586i Silva, Elizângela Cardoso de Araújo
Indígenas Pankararu no sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho /
Elizângela Cardoso de Araújo Silva. - 2020.
222 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças e Silva
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco,
CCSA, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Pankararu. 2. Hidrelétrica de Itaparica. 3. Trabalhadores (as) indígenas. I.
Silva, Maria das Graças e (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2020 – 095)

Elizângela Cardoso de Araújo Silva: “INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Capitalismo Contemporâneo. Questão agrária, urbana e ambiental.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 22/05/2020 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Cortês de Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Valdilene Pereira Viana Schmaller (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação o via Videoconferência

Prof. Dr. Estêvão Martins Palitot (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Londrina

Dedico esta tese

*A todas as mulheres e
Todos os homens Indígenas
Do meu Povo Pankararu
Pela vida
Pelo trabalho
Pela luta diária
Que enfrentam
Nas estradas da vida*

*Às velhas mulheres
Minhas avós Faustina e Antônia*

*Aos que me colocaram neste mundo
Geni e Cícero (em memória)*

*Às novas gerações de meus maiores afetos
Pedro e Sara*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço ao movimento das águas, às forças dos ventos, ao calor do fogo. Ao poder de vida, de morte e de renascimento da terra, por ser matéria, corpo, alma e ideia.
Agradeço à presença viva das forças Encantadas.*

Agradeço às mulheres do meu povo Pankararu, especialmente as minhas avós, às tias, à tia Lourdes em nome de todas as tias; à minha irmã Elizabete, minha mãe Geni por tanta solidariedade com minha vida, nossa alimentação, nossos filhos, nossos amores.

À minha família Pankararu: Antônio, Laudice, Ronaldo, Joseane, Alice, Fabiana, e Luciana em nome de todos os primos e primas, pelos diálogos e memórias nesse processo. Em nome de todos os parentes indígenas, agradeço a Patrícia Pankararu, Antônio Neto Vital Pankarau, Fernando Ubirajara Pankararu, João Victor Pankararu, Naihara Pankararu, Elisa Pankararu, Tarrisson Nawa, Cristina Potiguara e Jaqueline Xukuru pela força da postura perseverante e comprometida com os povos indígenas no Nordeste.

Agradeço às minhas amigas pelo permanente apoio, por todo o carinho: Genoclécia, Fátima, Ilana, Janine, Elizama, Gilmara, Diana, Rebeca e Ana Cristina.

Ao amor compartilhado com o companheiro Codjo Olivier, sempre ao meu lado durante todo o doutorado, incentivando, fortalecendo, prestando assistência estatística e nos apoiando em família nos momentos de fraqueza e cansaço.

Ao cuidado e acolhida fraterna, espiritual e amável de Raimundinha, Jean e Monique, pela acolhida em seu lar, pela música, poesia, biblioteca, o pão, a sopa, sem os quais não teria condições de superar as dificuldades da vida em Recife.

A Isaque Asafe, pelo cuidado constante com as crianças e todo o apoio paternal.

Ao tio Zé (José Euclides), tia Lili, tio Aluísio e meus irmãos Edmilson e Edmar e Edson pelas diversas sistemáticas de memórias do trabalho na barragem e na hidrelétrica de Itaparica.

À querida Professora, orientadora Dra. Maria das Graças e Silva, pelo acompanhamento comprometido, cauteloso e dedicação ímpar ao processo de pesquisa.

Ao Guia espiritual e intelectual Dr. Wagner do Amaral, referência nos estudos sobre Serviço Social e povos indígenas, pelo apoio permanente e acompanhamento do processo e análise dos resultados da pesquisa.

Ao professor Dr. Marco Mondaini, pela participação ativa em subsidiar teoricamente as categorias e a história das principais categorias em estudos na pesquisa.

Ao professor Dr. Estevão Palitot, pela interação e constante apoio com as reflexões da antropologia sobre os índios no Nordeste.

À Professora Dra. Rosa Cortês, pelo incentivo, pela atenção, leitura, análises e por aceitar o convite de contribuir com o resultado da pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social e Questão Ambiental (NEPASS), por ser um espaço ímpar de estudo e debate sobre a relação entre capitalismo contemporâneo e os desafios da vida indígena no campo e na cidade.

Agradeço à Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), a toda a equipe da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, nas pessoas da Dra. Iris Maria de Oliveira e Janine Baltazar, por proporcionarem aproximações teórico-práticas com as demandas dos direitos socioassistenciais dos Povos e Comunidades Tradicionais no RN e no Nordeste.

À Dra. Rosa Cortês, em nome do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), por acolher, apoiar, viabilizar e acompanhar a realização da pesquisa em Serviço Social sobre os povos indígenas no Nordeste.

À professora Dra. Ana Elizabete Mota, em nome de todo o quadro docente da UFPE, pela competência e maestria na direção teórico metodológica, no apoio às decisões dessa trajetória.

Às pós-graduandas, doutorandas do PPGSS: Márcia Clemente, Leidiane, Michele, Nestor, Rebeca, Silvana e Iara em nome de todo o quadro de discentes, pelo apoio e por todos os afetos fundamentais para fortalecimento da capacidade cognitiva necessária para a realização da pesquisa.

Ao CNPq pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

Cana Brava

*Sou filho de Cana Brava
Vila de Tacaratu
Do Serrote da Missão
Da Tradição do Imbu
Sou das matas que encanta
Do toante e do maracá
Das forças Encantadas
Na proteção do Praiá!
Sou das noites de Santo Antônio
Dos festejos de São João
Na aldeia Brejo dos Padres
Que é nossa devoção!
Sou eu de Santa Luzia
Das noites de São José
Sou da terra do Pebão
Nas rodas de um toré
Sou da Serra da Leonor
A lenda da região
Contada nas escolas
Em nossa educação!
Sou das águas do velho Chico
Correndo ao encontro do mar
Do cheiro da catingueira
Nas terras de Jatobá
Eu vim de Petrolândia
Nasci em Tacaratu
Sou filho desta terra.
Eu sou Pankararu!*

*Antônio Carlos Barros
Toni Araunã
Pankararu*

RESUMO

Este trabalho trata de processos de deslocamentos e reagrupamentos de famílias Pankararu a partir da análise do movimento de saída das aldeias para viver na margem do Rio São Francisco e da saída desta para viver na cidade e assentamentos na região ribeirinha dos municípios de Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, no estado de Pernambuco. Analisa as mudanças e continuidades na produção e reprodução da vida, no acesso a bens do ecossistema tradicional e ambiental nas aldeias e na margem do rio e as mudanças compulsórias, próprias da expropriação dos territórios ribeirinhos. Tem-se como objetivo principal analisar as transformações e continuidades sociais ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (concluída em 1988) nas condições de vida e de trabalho das famílias indígenas do povo Pankararu. Os participantes são famílias indígenas Pankararu removidas da margem do rio no período da elevação das águas da Barragem para a construção do Lago de Itaparica. A trajetória metodológica desta pesquisa realiza-se pelas narrativas das famílias participantes, juntamente representadas nas palavras da autora, também indígena Pankararu. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com utilização de fontes bibliográficas e documentais de dados quanti-qualitativos e apresentação das falas dos participantes. No trabalho de campo foram utilizadas técnicas de abordagem direta e indireta com os participantes (individual e em grupo). Com a realização de entrevistas e a captura de informações da história de vida foi possível conhecer as trajetórias das famílias indígenas a partir de relatos individuais e vivências coletivas. O resultado da análise do conjunto das condições de vida familiar Pankararu, a geração adulta dos ribeirinhos expropriados que hoje residem na cidade e nos assentamentos rurais dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia indicam a predominância de uma vida indígena marcada pela informalidade nas relações de trabalho e pela atividade agrícola familiar de subsistência, associada ao trabalho assalariado agrícola. As famílias criam e recriaram múltiplos vínculos e novos territórios após a expropriação realizada pela construção da hidrelétrica de Itaparica no final do século XX, mantendo a unidade étnica com o território e o povo de origem por meio dos movimentos constantes de idas e voltas, com a manutenção contínua das relações de produção, de parentesco e ritualísticas com a Terra Indígena Pankararu.

Palavras-chave: Pankararu. Hidrelétrica de Itaparica. Trabalhadores (as) indígenas. Pesquisadora Indígena.

ABSTRACT

This work deals with the processes of displacement and regrouping of Pankararu families based on the analysis of the exit movement from the villages to live on the bank of the São Francisco River and from the latter to live in the city and settlements in the riverside region of the municipalities of Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, in the state of Pernambuco. It analyzes the changes and continuities in the production and reproduction of life, in the access to traditional and environmental ecosystem goods in the villages and on the river bank and the compulsory changes, typical of the expropriation of the riverside territories. The main objective is to analyze the transformations and social continuities caused by the construction of the Itaparica Hydroelectric Power Plant (concluded in 1988) in the living and working conditions of the indigenous families of the Pankararu people. The participants are Pankararu indigenous families removed from the river bank during the period of elevation of the Dam's waters to the construction of the Itaparica Lake. The methodological trajectory of this research is carried out through the narratives of the participating families, together represented in the words of the author, also a Pankararu indigenous. It is research of qualitative nature, backed by the use of bibliographic and documentary sources, which mobilized systematization of information, quantitative and qualitative data and presentation of the participants' statements. In the fieldwork, techniques were used, such as: direct and indirect approach with the participants (individual and in group). With the realization of interviews and the capture of life history information, it was possible to learn about the trajectories of indigenous families from individual reports and collective experiences. The result of the analysis of the set of Pankararu family living conditions, the adult generation of expropriated riverside dwellers who now live in the city and in the rural settlements of the municipalities of Tacaratu, Jatobá and Petrolândia indicate the predominance of an indigenous life marked by informality in labor relations and by family subsistence agricultural activity, associated with agricultural wage labor. Families created and recreated multiple bonds and new territories after the expropriation carried out by the construction of the Itaparica hydroelectric power plant in the late 20th century, maintaining ethnic unity with the territory and the people of origin through constant back and forth movements, with the continuous maintenance of production, kinship and ritualistic relations with the Pankararu Indigenous Land.

Keywords: Pankararu. Itaparica Hydroelectric Power Plant. Indigenous Workers. Indigenous Researcher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terra indígena Pankararu – municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá	100
Figura 2 – Murici	107
Figura 3 - Indígenas Pankararu na feira	108
Figura 4 - Barraca de tilápia	109
Figura 5 - Família Pankararu – aldeia Bem Querer de Cima	111
Figura 6 - O clima do semiárido no Brasil	114
Figura 7 - Terra indígena Pankararu no mapa	126
Figura 8 - Saco do Romão	128
Figura 9 - Casa na aldeia Bem Querer de Cima	135
Figura 10 - Usina Hidrelétrica de Itaparica - Luiz Gonzaga	141
Figura 11 - Lourdes Pankararu – Bar do Amigos, Petrolândia/PE	152
Figura 12 - Deslocamentos e movimento de reagrupamento das famílias participantes da pesquisa	155
Figura 13 - Famílias Pankararu – assentamento Chesf	164
Figura 14 - Casa de indígena Pankararu assentamento Irmã Dorothy	170
Figura 15 - Associação de Trabalhadores Rurais – Assentamento Antônio Conselheiro I	182
Figura 16 - José Pankararu, assentamento Antônio Conselheiro I, Incra-Tacaratu – PE	183
Figura 17 - A fé nos Encantados	184
Figura 18 - Imagens	185
Figura 19 - Ritual Menino do Rancho	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Terras Indígenas no Brasil	73
Gráfico 2 - Relatório de Programas e Ações - Estado de Pernambuco	91
Gráfico 3 - Informações Demográficas – Município de Petrolândia – PE	101
Gráfico 4 - Informações Demográficas – Tacaratu – PE	102
Gráfico 5 - Informações Demográficas – Jatobá – PE	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População Indígena Região Nordeste	87
Quadro 2 - Cadastro Único – Pernambuco	92
Quadro 3 - Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – PE	92
Quadro 4 - Famílias Cadastradas no Cadastro Único e Beneficiárias do Programa Bolsa Família – Petrolândia – PE	101
Quadro 5 - Famílias Cadastradas no Cadastro Único – Tacaratu – PE	102
Quadro 6 - Famílias Cadastradas no Cadastro Único – Município de Jatobá – PE	103
Quadro 7 - Taxa de Alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade	122
Quadro 8 - Registro de nascimento do Povo Indígena até 10 anos de idade	123
Quadro 9 – Rendimento	123
Quadro 10 - Grupos de famílias participantes da pesquisa	127
Quadro 11 - Empreendimentos em operação	139
Quadro 12 - Perfil dos participantes da pesquisa	157

LISTA DE SIGLAS

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
BIG - Banco de Informações de Geração
BBC - British Broadcasting Corporation
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BR – Bancada Ruralista
CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCR - Câmara Consultiva Regional
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CMA - Comando Militar da Amazônia
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CGH - Centrais Geradoras Hidrelétricas
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA - Instituto Socioambiental
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
JK - Juscelino Kubitschek
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MP - Medida Provisória
MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NE – Nordeste
NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade
PA - Projeto de Assentamento
PBF – Programa Bolsa Família
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PE – Pernambuco
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PGR - Procuradoria-Geral da República
PIB – Produto Interno Bruto
PLP - Projeto de Lei Complementar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
RN – Rio Grande do Norte
SAB - Semiárido Brasileiro

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN - Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais

STF - Supremo Tribunal Federal

TI – Terra Indígena

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UHE – Usinas Hidrelétricas de Energia

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ASPECTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	33
3 POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....	43
3.1 Trabalho e escravidão dos povos indígenas no Brasil	47
3.2 A questão da terra e aldeamento indígena no Brasil.....	62
3.3 Identidade étnica e o direito a autodeclaração.....	73
4 PARTICULARIDADES DA PRESENÇA INDÍGENA NO NORDESTE.....	79
4.1 Indígenas no Nordeste e particularidades do estado de Pernambuco	82
4.2 Particularidades populacionais no Submédio do São Francisco	95
4.3 Particularidade da produção familiar indígena nas aldeias	106
5 A VIDA E O TRABALHO DAS FAMÍLIAS PANKARARU.....	117
5.1 Indígenas e as condições da vida fora da aldeia	117
5.2 Famílias Indígenas participantes da pesquisa.....	125
5.3 As famílias participantes: memórias da vida na aldeia.....	128
6 A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA	137
6.1 As contradições da produção energética	138
6.2 A condição de vida indígena ribeirinha	143
6.3 Expropriação e trabalho: a velha e a nova cidade.....	145
7 REAGRUPAMENTOS DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS	154
7.1 Famílias Pankararu e o reassentamento compulsório da Chesf.....	159
7.2 Indígenas Pankararu no MST e a luta pela Terra.....	165
7.3 Indígenas Pankararu e vínculos étnicos.....	174
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS	194

APÊNDICE A - CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	204
APÊNDICE B - CURSO DE EXTENSÃO: POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE – ALDEIA BEM QUERER DE CIMA – TERRA INDÍGENA PANKARARU	205
APÊNDICE C - GUIAS DE ENTREVISTAS	206
APÊNDICE D - PARECERES AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	211

1 INTRODUÇÃO

*“Meu umbigo está enterrado lá!”
Indígena Pankararu*

Enterrar o umbigo no território de origem é um dos grandes símbolos de pertencimento étnico da vida indígena Pankararu. A frase: “meu umbigo está enterrado lá!” esteve muito presente nos relatos de indígenas participantes da pesquisa. Os relatos sobre os deslocamentos, sobre o movimento familiar em busca de condições de viver no sertão de Pernambuco tinha como ponto de partida as frases: “depois que saí de casa”, “depois que saí da aldeia”, “sou de lá”. Essas frases nos levam a referenciar o território de origem, “onde se nasce”, a aldeia como ponto de partida para apresentar a história de vida em movimento. Sair do território de origem é o marco de uma caminhada, uma trajetória, uma forma de viver um “depois”, desejando manter a unidade, o vínculo com o “antes”. O vínculo com o passado, com a ancestralidade, é elemento vivo do momento contemporâneo.

Com a chegada de hidrelétricas na região do Submédio do São Francisco, Pernambuco, no final do século XX, as formas de inserção nas dinâmicas produtivas dos indígenas Pankararu na região mudaram, porém, o significado do lugar social das gerações adultas removidas compulsoriamente das condições ribeirinhas, apresenta circunstâncias semelhantes ao passado colonial. Famílias Pankararu que saíram das aldeias na década de 1970 e se estabeleceram na margem do São Francisco foram expropriadas do acesso ao rio (da terra, da água).

Os projetos de desenvolvimento econômico realizados nos grandes empreendimentos hidrelétricos, ao retirar das famílias a condição de acesso livre à água e a toda riqueza do rio, provoca mudanças radicais no ecossistema local e impacta de forma negativa na vida dos povos indígenas, ao expropriar um conjunto de Povos e Comunidades Tradicionais, suprimindo-lhes a condição de acesso livre à economia viva do rio. Os empreendimentos hidrelétricos, realizados na perspectiva do progresso, contraditoriamente gera empobrecimento desses povos, ao impor transformações compulsórias no modo de vida, na cultura, no trabalho, na produção e reprodução familiar diretamente relacionadas ao vínculo com a água do rio.

As características contemporâneas das condições de vida e de trabalho das famílias indígenas Pankararu que viviam na margem do rio estão marcadas por mudanças significativas

próprias das transformações sociais que acontecem na região. No entanto, a vida adulta é caracterizada pelas dificuldades resultantes do não acesso ou acesso precário à educação escolar e à formação profissional, agravadas pelo apatamento dos bens naturais necessários à reprodução da vida.

Importante destacar que essa realidade é diferenciada entre as gerações nascidas nas décadas anteriores e posteriores à década de 1980, entre famílias que vivem dentro e as que vivem fora da Terra Indígena.

No contexto contemporâneo, especialmente, as gerações da infância e juventude Pankararu que residem dentro da Terra Indígena (TI) no momento da realização desta pesquisa, encontram-se com acesso ao ensino escolar diferenciado indígena, do fundamental ao médio, ofertado dentro da Terra Indígena e o acesso à educação superior a partir das políticas específicas, de cotas e cursos interculturais na região, conquistas que resultam da luta do Movimento Indígena e da resistência organizada do Povo Pankararu.

A formação profissional de indígenas em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) no Nordeste tem como desdobramento a inserção de uma geração jovem de novos profissionais indígenas como trabalhadores em serviços de políticas públicas diferenciadas dentro do território Indígena Pankararu (especialmente no campo da saúde, educação), trazendo impactos positivos para as condições de organização econômica local, por contar com uma rede de serviços e de trocas comerciais dinâmica.

Destacam-se as particularidades da vida Pankararu fora da terra indígena. Esta tese trata da vida, deslocamentos e trabalho específicos de indígenas que vivem fora da Terra Indígena. Trata das gerações adultas nascidas entre 1930 e 1970/80 que migraram das aldeias Pankararu para viver na margem do Rio São Francisco, onde se estabeleceram. Com a construção da Barragem e da Hidrelétrica de Itaparica, passam a compor a diversa força de trabalho do Sistema Itaparica e atividades complementares no contexto local da região do Submédio São Francisco.

A tese aqui defendida conclui que as gerações, hoje adultas e idosas, que viviam na margem do Rio São Francisco entre as décadas de 1970 e 1980, expropriadas do acesso ao rio pela Hidrelétrica de Itaparica, enfrentam os impactos sociais e ambientais do rompimento da relação da vida indígena com a terra e a condição ribeirinha. Essa ruptura realizada pela expropriação operou uma passagem da condição de família indígena pescadora artesanal, lavradora, para a condição de empobrecimento, de trabalhadores intermitentes, assalariadas de condições precárias, sazonais, prestadores de serviços de baixo custo.

Esta pesquisa trata especificamente das trajetórias de 06 (seis) famílias indígenas Pankararu representadas por 5 mulheres e 1 homem. As famílias também são chamadas, em alguns momentos durante o texto, por nomes das árvores, quando no referirmos ao conjunto dos componentes.

A árvore é um símbolo escolhido para falar do conjunto, considerando o perfil largo de família que cada grupo constitui um ou mais subgrupos, bem como, assim como acontece com os cultivos dos roçados, essas árvores possuem laços de parentesco, proximidade nos troncos de origem. São: Juazeiro – conjunto de componentes da família da indígena Faustina (88 anos), Umbuzeiro - conjunto de componentes da família da indígena Lourdes (57 anos), Aroeira - conjunto de componentes da família da indígena Geni (65 anos), Mangueira - conjunto de componentes da família da indígena da M^a Neuza (56 anos), Ouricurizeiro - conjunto de componentes da família do indígena do José, o Zé (52 anos) e Pinheira - conjunto +de componentes da família da indígena Neuza Maria (77 anos). Indígenas das gerações mais velhas nesta pesquisa aparecem como representações simbólicas das expressões de territórios analisados (a cidade pelas famílias Juazeiro e Aroeira; o assentamento rural pelas famílias Umbuzeiro, Mangueira, Ouricurizeiro e Pinheira). As duas mulheres mais velhas das famílias participantes, Juazeiro e Pinheira são irmãs, bem como, os participantes mais velhos das famílias Mangueira, Ouricurizeiro e Umbuzeiro são filhos da mulher mais velha da família Juazeiro. A mulher mais velha da família Aroeira é nora da mulher mais velha da família Juazeiro. Essas famílias viveram na margem do São Francisco do início de 1970 até a remoção para elevação das águas do rio.

As mulheres e o homem mais velhos foram entrevistados com o uso de guias de entrevistas. Participaram do preenchimento de formulários, 15 subgrupos (componente) dessas 06 árvores/famílias. Indígenas vivas e vivo no momento da pesquisa, as pessoas mais velhas da rede de parentesco dos participantes da pesquisa também são, eventualmente, chamadas de tronco da árvore, considerando o significado tradicional do lugar de respeito e direção que ocupam nas relações de parentesco.

Alguns componentes da família Aroeira não foram entrevistados para o preenchimento do formulário do perfil dos participantes, considerando que não estavam no grupo de indígenas que residem fora das aldeias (um critério de pesquisa). São participantes colaboradores da pesquisa, considerando que 4 desses componentes (irmãos do tronco da família Aroeira) também residiam na margem do rio no período da elevação das águas da barragem, retornando para a aldeia na ocasião das remoções.

Os participantes são famílias que se encontravam na condição de ribeirinhos, viviam na margem do rio São Francisco e foram removidas na ocasião da construção da barragem. Essas 6 famílias também são apresentadas agrupadas/distribuídas em componentes, subgrupos a partir dos grupos de filhos, irmãos e netos.

A saída de famílias indígenas Pankararu das aldeias de origem, na década de 1970, para viver na margem do rio São Francisco, desencadeou a reconstrução dos modos de vida. Esse movimento não significa rompimento dos vínculos étnicos, culturais, genealógicos e com o conjunto de tradições e organização social Pankararu. As famílias mantêm o movimento de idas e voltas com o território de origem.

O resultado da análise do conjunto das condições de vida das famílias Pankararu, residentes na cidade e assentamentos rurais dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia caracterizam a predominância de uma vida indígena fora da aldeia marcada pela informalidade na zona urbana associada ao trabalho agrícola familiar de subsistência, e inserção na dinâmica do comércio local. Os relatos apresentam expressões emblemáticas de trabalhos com tendências históricas das condições sociais de vida indígena que vivem fora das aldeias de origem.

As famílias criam e recriam significados e novos vínculos sociais, criam e recriam territórios após expropriação realizada pela construção da hidrelétrica de Itaparica no final do século XX. Passam a se engajar e atuar em pastorais sociais da igreja católica, em associações de trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos, no Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), por estarem inseridos em vínculos temporários de assalariamento urbano e rural, lidam com outras pessoas além das nossas famílias indígenas¹.

O empobrecimento, a escassez de água e de condições para o trabalho com a terra são elementos históricos determinantes do deslocamento do território indígena de origem (nas décadas de 1970-1980) para a margem do rio São Francisco, bem como a necessidade de manutenção da prática tradicional do trabalho familiar de produção dos meios básicos necessários à vida, como alimentos e pequena produção para trocas locais.

O movimento de saída das aldeias Pankararu para viver na margem do rio São Francisco é seguido da saída da cidade velha que ficou submersa, para viver na nova cidade e

¹ No entendimento da categoria trabalho enquanto categoria histórica (LESSA, 2011), as diferentes formas de “trabalho assalariado” são, nesta pesquisa, construídas reflexivamente a partir da literatura marxiana e marxista. Primeiramente, destacam-se as contribuições de Lessa sobre a diferença entre duas categorias de trabalho: “*trabalho fundante*”, que retira da natureza os meios de produção e de subsistência e “*trabalho abstrato*”: força de trabalho reduzida à mercadoria, totalidade das atividades assalariadas sob a regência do capital.

em assentamentos rurais de duas modalidades: INCRA² e CHESF³. Esta pesquisa apresenta o percurso dessa trajetória das famílias indígenas: da aldeia para o rio, do rio para a cidade e/ou para a aldeia, da cidade para os assentamentos, contextualizando as particularidades desse movimento contínuo de idas e voltas, de deslocamento e reagrupamento⁴.

As famílias indígenas participantes dessa pesquisa saíram das aldeias da Terra Indígena Pankararu em meados de 1970 na direção do Rio São Francisco a partir da necessidade e do entendimento que o acesso à água e à terra é condição fundamental de enfrentamento do empobrecimento, da fome, da seca, da falta de tecnologias que possibilitassem o acesso permanente à água em suas aldeias de origem. Porém, anos depois (final da década de 1980), as famílias são forçadas a sair do território ribeirinho. O deslocamento compulsório obriga as famílias a construir novos vínculos sociais, ambientais em novos territórios. A partir da expropriação, recomeçam as jornadas em busca de trabalho, terra e direitos.

O reagrupamento fora da Terra Indígena, tanto na margem do rio, como na nova cidade e assentamentos rurais, é realizado de forma coletiva pelas nossas famílias indígenas, com a prática de aproximação por vínculos de parentesco. As relações de solidariedade entre os parentes constituem traços da nossa unidade étnica, composta por normas e práticas de cuidado intergeracional com destaque para a direção dada pelas mulheres. Grupos largos de famílias Pankararu permanecem juntos para garantir redes de solidariedade, de trabalho e cuidados próprios oriundos da vida nas aldeias.

Durante a pesquisa foram levantadas, entre 2017 e 2019, informações sobre famílias indígenas Pankararu que vivem agrupadas na cidade de Nova Petrolândia. Identificamo-as morando em uma mesma rua, em assentamentos rurais, agrupadas no mesmo pedaço de chão, ora trabalhando no mesmo lote de terra ou em lotes vizinhos, algumas, dividindo a mesma casa, dividindo diariamente o preparo e consumo da mesma comida e espaços de dormida (grupos de 6, 7, 8 ou até 10 famílias).

² INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

³ CHESF: Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

⁴ O termo “deslocamento” será utilizado para se referir aos processos de saída de famílias Pankararu das aldeias, saída da região ribeirinha do São Francisco, movimento de ida, volta e fixação coletiva em diferentes territórios e “reagrupamento” refere-se às modalidades de encontro e fixação (permanente ou temporária) de grupos de famílias e parentes da etnia Pankararu em novos territórios. Arruti (1999, p. 10) descreve as razões das “viagens de fugas” de indígenas chamando-as de “[...] migrações de grupos familiares em função das perseguições, dos faccionalismos, das secas ou da escassez das terras de trabalho. Migrações por tempo indeterminado, mas muitas vezes reversíveis, pequenas diásporas, se atribuímos ao termo também um sentido econômico, além do político e religioso”.

Identificamos, a partir de levantamento realizado e dos relatos de parentes Pankararu participantes da pesquisa, a existência de no mínimo 30 famílias do nosso povo residindo na margem do Rio São Francisco no período da construção da Barragem e da Hidrelétrica (1977 – 1988). Moradores da rua conhecida como “Ruas dos Caboclos”, localizada na margem norte, município de Petrolândia Velha. Algumas famílias relatam que chegaram na margem do rio em 1972, outras em 1974, 1976.

No campo acadêmico, a pesquisa de Arruti (1996)⁵ descreve, na década de 1990, condições de saída dessas famílias. A pesquisa do referido autor é uma das principais referências para nós e para esta pesquisa no contexto das sistematizações acadêmicas sobre essa realidade. Na nossa pesquisa, apresentamos detalhes das condições contemporâneas de uma parte dessas famílias cujos adultos e idosos ainda estão vivos, 40 anos depois.

Essas famílias, no período da remoção da margem do rio, eram compostas por homens, mulheres adultas com filhos ainda crianças e adolescentes. Esses adolescentes e crianças se tornaram adultos e formaram novas famílias, nasceram novas crianças, hoje crescidas, alargando os grupos familiares.

Na nossa cultura indígena Pankararu temos a tradição de manter próximas as moradias da família, tios, tias, filhos e filhas, agregando o máximo de parentes no mesmo território, pedaço de chão, para garantir o apoio, a produção e divisão de alimentos, o acolhimento nos momentos de dificuldade. tradição possibilita formar novos territórios com pequenos terreiros (o lugar físico e não material onde se vive, se morre e se movimenta – a casa).

É comum a divisão cotidiana dos alimentos produzidos na casa daqueles que produzem ou conseguem comprar mais, acolhendo os que se encontram com dificuldades. Especialmente, considerando as condições e vínculos de trabalho temporário e incerto.

Ora uma família pode produzir ou comprar mais alimentos, ora outro parente encontra-se com dificuldades e é acolhido. Então, as famílias migram de uma casa para outra casa, alimentando-se e dormindo por um dia ou por dias em casas de parentes até recuperar melhores condições de vida.

A concepção de família que referencia esta pesquisa é construída a partir da realidade de grupos indígenas compostos por famílias extensas com ou sem pai, sempre com mulheres na direção da casa: a mãe, a avó, a tia, as filhas adultas comumente vivendo juntos. A família

⁵ Arruti trabalhou no Projeto de “Avaliação e Planejamento das Atividades do Pólo Sindical do Sub Médio São Francisco” em 1993. Anos depois, escreveu sua dissertação de mestrado: ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo:** trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1996.

é o conjunto de componentes e descendentes daquela mulher mais velha, a avó. São os filhos/as, netos/as, sobrinhos/as, primos/as, tios/as, genros, noras, cunhados/as e outros agregados que necessitem de apoio e cuidado. Os parentes podem ser acolhidos nas casas, na vida cotidiana de uma família Pankararu, conhecendo e respeitando a dinâmica da tradição e o respeito à direção da casa. Compartilham do trabalho, da alimentação e do abrigo para dormida.

Durante a construção da barragem e da hidrelétrica, as famílias Pankararu foram removidas e reagruparam-se em diversos lugares: na zona rural e urbana dos municípios de Jatobá, Tacaratu, Nova Petrolândia, algumas retornando para a aldeia de origem e outras, passando a morar, em maioria, em periferias das cidades, em assentamentos rurais da região, em agrovilas construídas para moradia dos atingidos pela barragem e, décadas depois, em acampamentos do MST, em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A construção da hidrelétrica realizou-se como um projeto de Estado para atender demandas de mercado, com o principal objetivo de gerar energia e dinamizar a economia da região, realizando a elevação das águas e mudando integralmente toda a vida de povos e comunidades tradicionais da região dos municípios de Petrolândia e Tacaratu. Atinge famílias que viviam diretamente da economia viva do rio, em uma relação de uso da água e da terra para suprir as necessidades do cotidiano, sem produção de excedente material.

Com a elevação das águas para represar na barragem, para garantia da execução de projetos de empreendimentos econômicos, são suprimidas dinâmicas coletivas, de acesso livre à água como bem comum, provocando o rompimento de vínculos entre povos e comunidades tradicionais com a terra e com a economia viva do rio. Identificamos a modernização e avanço da capitalização da água e da terra sobre os interesses dos ribeirinhos. Esses, a partir dos processos complexos de expropriação, constroem vínculos sociais de resistência com novas estratégias culturais, sociais, políticas e econômicas de enfrentamento às transformações negativas de perdas promovidas nesse processo.

Este trabalho trata de processos de deslocamentos, de reagrupamentos, de reconstrução de vínculos sociais e étnicos de grupos de famílias Pankararu após a saída das aldeias para viver na margem do Rio São Francisco e do rio para a cidade e assentamentos na região ribeirinha do município de Petrolândia, Pernambuco, no final da década de 1980. Analisa as mudanças e continuidades na produção e reprodução da vida, no acesso a bens do ecossistema tradicional e ambiental (água, peixes, terra para cultivo de hortaliças, grãos, tubérculos) e a mudança compulsória, própria da expropriação dos territórios ribeirinhos. Para isso, também

são apresentadas nesta tese, as condições de vida e de produção próprias da vida indígena nas aldeias no período de 1970 – 1990 e na realidade dos anos 2000 até o contexto da segunda década do século XXI - 2019.

Os processos de remoção compulsória atingem diretamente a identidade das pessoas e suas tradicionalidades. Geram empobrecimento pela transformação súbita da vida, pois as famílias passam a viver em territórios diferentes, na cidade, e mesmo aqueles que passam a viver no campo, ficam afastados da vida ribeirinha. Entre as principais dificuldades, enfrentam o desafio de reorganizar a vida produtiva.

O Brasil é um país pluriétnico. De acordo com dados do IBGE de 2010, existem no país 896,9 mil indígenas distribuídos em 305 etnias e falantes de 274 línguas. Destes, 378.534 são indígenas que residem fora das Terras Indígenas: destes, 298.871 vivem em áreas urbanas e 80.663 em áreas rurais. Neste mesmo Censo foram identificados 8.184 indígenas da etnia Pankararu. Sua maior parte populacional (mais de 6.000) está distribuída na Terra Indígena Pankararu (TI organizada em comunidades, aldeias) no município de Jatobá; em assentamentos rurais e na zona urbana de três municípios do sertão Pernambucano: Jatobá, Petrolândia e Tacaratu⁶.

Abordamos o conjunto das principais transformações e continuidades das condições ambientais, econômicas e sociais relacionadas à construção da hidrelétrica de Itaparica na região analisada. Analisamos a relação desse acontecimento com casos particulares de saída e retorno de famílias indígenas das/para as aldeias e as condições de trabalho indígena Pankararu no contexto contemporâneo. As famílias diretamente participantes da pesquisa residem fora da Terra Indígena em área rural e urbana, especificamente, dos municípios de Petrolândia e Tacaratu.

Esta pesquisa parte da constatação de que nos últimos 30 anos ocorreram amplas transformações ambientais, econômicas e sociais no modo de vida e de trabalho de indígenas da etnia Pankararu que vivem nas aldeias (Terra Indígena) e em territórios urbanos e rurais das cidades de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia, PE.

Os principais acontecimentos determinantes dessas transformações foram: a) a remoção compulsória da região do município de Petrolândia/PE, de mais de 20 mil ribeirinhos do Rio São Francisco (indígenas e não indígenas) por conta da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica (concluída em 1988); b) a mudança do curso das águas,

⁶ Em 1995, o distrito Jatobá é emancipado da cidade de Petrolândia, tornando-se município. Jatobá tem uma população de mais de 14 mil habitantes.

inundação completa da cidade de Petrolândia Velha, distanciando radicalmente as famílias do acesso ao rio; c) a ampliação de serviços públicos nas aldeias como expressão da ampliação das políticas sociais voltadas aos povos originários com base nas conquistas e afirmações legais dos direitos indígenas da Constituição Federal de 1988.

Esses acontecimentos impulsionaram, especialmente a partir da década de 1990, novos processos de deslocamento e reagrupamento de famílias Pankararu no sertão de Pernambuco, especialmente marcados pela saída das aldeias em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Os processos históricos de deslocamento do povo Pankararu/PE são assinalados pela peculiaridade histórica dos conflitos e interferências da ação colonizadora no Nordeste, ao definir formas de povoamento indígena no sertão de Pernambuco. Além dos aldeamentos compulsórios, resultantes da fixação coletiva de indígenas em certos territórios realizados pelas ações missionárias no período de organização da produção econômica colonial, também ocorreram movimentos de deslocamentos determinados pelas condições climáticas próprias da região do semiárido: as secas e o esgotamento do solo levaram famílias indígenas a saírem das aldeias para viverem na área ribeirinha do Rio São Francisco pela necessidade do acesso à água e à terra para o trabalho.

Para interpretação dessa realidade, considerou-se necessário fazer análise das determinações históricas e o significado social e econômico da saída de famílias Pankararu das aldeias no início da década de 1970, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, e da última década do século XX até a segunda década do século XXI. A pesquisa parte do pressuposto de que esses deslocamentos foram intensificados pela construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

Desse modo, tem-se como objetivo principal, analisar as transformações e continuidades sociais ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (concluída em 1988) nas condições de vida e de trabalho⁷ das famílias indígenas Pankararu que se deslocaram e reagruparam-se na cidade da Nova Petrolândia e em assentamentos rurais na região do Submédio do Rio São Francisco.

⁷ Trabalho, enquanto categoria ontológica (LESSA, 2011), é aqui definida em termos marxianos como processo de transformação da natureza em valores de uso com fins de atender as necessidades produção e reprodução social humana. Partimos do mesmo pressuposto de Marx e Engels (2007, p. 41) “o primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos [...]”, ou seja, assim como enfatizam os autores, “eles são indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através da sua própria ação”.

Os objetivos específicos propõem: a) Sistematizar e caracterizar aspectos contemporâneos, os perfis socioeconômicos do trabalho e das condições de vida de famílias Indígenas Pankararu diretamente atingidos pela construção da barragem, residentes fora das aldeias, na cidade e nos assentamentos de Petrolândia e Tacaratu/PE; b) Analisar o significado histórico e as configurações contemporâneas do trabalho e assalariamento de indígenas integrantes de famílias Pankararu que viveram os deslocamentos compulsórios da construção da barragem e da hidrelétrica; c) Analisar a particularidade da vida, história e elementos étnicos dos povos indígenas no NE.

A proposta de pesquisa nasce de diferentes momentos da minha trajetória de vida, minha família, meu povo. Da minha aproximação, na dimensão teórica, com a temática na universidade e com a realidade dos povos indígenas sertanejos. Entre as primeiras motivações destacam-se os questionamentos construídos na atuação profissional, bem como, a partir do meu cotidiano e de trabalho enquanto indígena Pankararu da aldeia Bem Querer de Cima.

Faço parte de uma das famílias indígenas atingidas de diretamente pela construção da barragem e da usina. Na infância também vivi o processo de remoção e deslocamentos com minha família, da margem do rio para a cidade no final da década de 1980 e da cidade para a aldeia em meados da década de 1990 onde vivi até a vida adulta.

A pesquisa de campo é, ao mesmo tempo, em parte, a sistematização da minha história de vida e da minha rede étnica de parentesco, o que desafia a observação e sistematização das trajetórias das famílias do meu povo, ora facilitando o registro enquanto indígena pelo amplo e profundo envolvimento com o conjunto do que foi pesquisado, ora enfrentando a dificuldade do uso de técnicas científicas exigidas à minha condição de pesquisadora pelas normas de produção de conhecimento no âmbito acadêmico, principalmente pelas marcas das extremas dificuldades de acesso à educação escolar formal em toda a trajetória de nossa vida indígena.

A maior parte da minha trajetória familiar de vida ocorre no território Pankararu, aldeia Bem Querer de Cima. Na primeira infância (até os seis anos) vivi na Velha Petrolândia, partindo para a nova cidade no período das remoções. Dois anos depois de viver na cidade, nossa família retorna para a aldeia quando eu tinha por volta dos 8 anos de idade. Na aldeia morei até os meus 24 anos de idade. Lá, estudei em uma pequena escola em uma turma multisseriada com uma professora não indígena, onde não tínhamos livros, nem biblioteca. Lá, vivi e cresci com meu povo e jovem trabalhei como agente comunitária de saúde. Na juventude, vivi diferentes experiências de militância, de atuação profissional e acadêmica, as quais compõem a minha aproximação com a realidade de deslocamentos de famílias Pankararu.

Engajada no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST, 2000-2004), atuei nas cirandas infantis dos acampamentos, onde estavam famílias de trabalhadores indígenas e não indígenas atingidos pela hidrelétrica, não contemplados pelo plano de reassentamento da barragem. Naquele período, era aluna de graduação do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Bahia, UNEB (Paulo Afonso, BA), 2000-2003, e trabalhava na Rede de Atenção Básica de Saúde na aldeia Bem Querer de Cima⁸.

Por muitos anos realizei trabalho popular com pastorais sociais, como o caso da assessoria no regional Nordeste II (NE II) na Pastoral da Juventude (PJ) e Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) (1995-2004); também atuava no trabalho com a Pastoral Rural e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs/NE). Essas experiências possibilitaram a atuação por quase 10 anos, por meio de projetos sociais da Diocese de Floresta, em processos de formação política e fortalecimento de grupos de jovens (indígenas e não indígenas) filhos e filhas das famílias atingidas pela Barragem de Itaparica em diversos assentamentos e comunidades rurais no sertão de Pernambuco.

A minha formação em Serviço Social no Rio Grande do Norte (2009) e o exercício profissional na área possibilitaram a realização de atividades formativas para profissionais da educação no Sertão de Pernambuco sobre direitos da criança e do adolescente e consultorias aos municípios da região e no estado do Rio Grande do Norte, voltadas à construção de “Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” realizadas entre 2013 e 2014⁹. No caso específico da atuação sobre essa temática no estado de Pernambuco, significou o reencontro, no exercício profissional, com a realidade do povo indígena sertanejo.

A experiência como professora substituta no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte oportunizou ministrar as disciplinas: Questão Agrária e Urbana no Brasil e Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste (de 2013.2 até 2016.1). A docência contribuiu para ampliar, no nível da interpretação teórica, questionamentos relacionados às condições de vida e de trabalho das populações indígenas

⁸ Atuava na unidade de atenção básica à saúde na aldeia visitando e orientando as famílias, acompanhando o desenvolvimento de crianças, auxiliando mulheres, jovens e idosos em atividades de natureza preventiva no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), contratada pelo município de Jatobá com 8h de trabalho por dia. Naquele período cursava graduação em Pedagogia modalidade noturna na cidade vizinha, Paulo Afonso, BA. Vivía o deslocamento de bicicleta por 12 quilômetros por dia para trabalhar na aldeia e me deslocar para a cidade no final da tarde.

⁹ Quando exercia a função de “assessora de projetos e relatórios” no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e adolescente (CEDECA Casa Renascer/Natal/RN – 2013 -2014).

nordestinas e a persistência das constantes correntes migratórias em busca da sobrevivência na região sertaneja de Pernambuco.

A questão indígena em termos de abordagem teórica no espaço acadêmico de pesquisa ocorreu no contexto do atendimento às demandas próprias da produção do conhecimento e da formação profissional da graduação em serviço social na UFRN¹⁰.

O contexto acadêmico e a particularidade da minha formação profissional permitiram a reflexão sobre as condições de vida e de trabalho em que se encontram as populações indígenas no contexto contemporâneo a partir da observação e identificação de mudanças sociais nas condições de vida e de trabalho do povo Pankararu. Isso inclui a identificação da existência de vínculos intermitentes e diversificados de assalariamento e de produção agrícola familiar nos territórios indígenas sertanejos nas aldeias e nas cidades Jatobá e Petrolândia¹¹.

A realidade apresentada demanda sistematizações teóricas sobre os impactos da Barragem e da Hidrelétrica de Itaparica para a vida das famílias indígenas Pankararu, a partir das questões que compõem o problema de pesquisa: a) Quais são as mudanças, as continuidades, as contradições e o significado histórico, social e econômico da construção na vida das famílias que viviam na margem do Rio São Francisco? b) Quais são as configurações contemporâneas da vida e do trabalho indígena Pankararu ex-ribeirinhos na zona rural e urbana do Submédio do São Francisco?

Os processos de migração compulsória dos povos indígenas no Nordeste do Brasil são resultado da questão agrária brasileira, entrelaçada objetivamente com a questão ambiental, por expressar as diversas faces da apropriação desigual de terras e dos recursos naturais, envolvendo a continuidade da exploração severa das populações que vivem no campo pelo capital, bem como a permanente expropriação com a constante expulsão destes para o espaço urbano e para redes intermitentes de assalariamento¹².

Importante destacar que nos últimos 30 anos ocorrem muitas mudanças em termos normativos referentes à relação entre povos indígenas, Estado e sociedade brasileira. Mudanças legais, porém, não são capazes de reverter a histórica condição de abandono,

¹⁰ Realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. As aulas, leituras, aulas de campo em comunidades indígenas, minicursos ministrados e coordenados, coordenação de diversas atividades de extensão como ciclos de conferências, encontros, seminários e orientação de discentes em Trabalhos de Conclusão de Curso, artigos sobre a temática, entre outras atividades em parceria com lideranças indígenas do meu povo e do povo potiguar.

¹¹ Importante ressaltar que “Territórios Indígenas” é um conceito diferente de “Terra Indígena”. O território é um espaço cultural e geográfico habitado por um grupo social com lógica interna de organização social (OLIVEIRA, 1993, p. 10).

¹² Segundo Martins, o entendimento da questão indígena exige a apreensão da história da terra e do conjunto de relações sociais e políticas presentes na luta pela terra que envolve, por exemplo, a descaracterização da identidade tribal pelo avanço do capital no campo (MARTINS, 1991, p. 134-137).

empobrecimento e violência vivida pelos povos indígenas no Brasil. No entanto, expressam o avanço das conquistas do Movimento Indígena e representam a disposição de instrumentos jurídicos de apoio ao movimento reivindicativo em defesa dos direitos dos povos originários, da defesa do direito à terra¹³.

O direito à terra, à demarcação das terras indígenas frente às ameaças da apropriação capitalista do campo representa a garantia do desenvolvimento da singularidade indígena e sua interlocução com o complexo social total: o indígena como um ser social. Significa proteger a relação vital e simbólica da terra indígena como patrimônio cultural da humanidade que precisa ser garantido, vivo e habitado. É a garantia da produção e reprodução do território, das relações entre meio ambiente, humanos e suas múltiplas relações de parentesco, de produção real e imaginária da vida. **As transformações da vida indígena no campo e na cidade são a experiência da construção de novas formas de relação social, preservando tradições, com reconhecimento da ancestralidade, da origem.**

A questão indígena no Brasil, enquanto conjunto de uma realidade de múltiplos conflitos, violência, disputa, organização política, resistência e desigualdade social apresenta-se como uma expressão da questão social, por se constituir uma expressão das desigualdades próprias ao avanço da exploração capitalista do campo. Relatórios institucionais de importantes órgãos defensores da questão indígena no Brasil apresentam dados que comprovam a exacerbação da violência contra os povos indígenas no Brasil, resultado do agravamento dos conflitos no campo por terra, por recursos naturais e bens comuns. São ameaças e ataques realizados por latifundiários nos confrontos por terras, o que revela a continuidade de investidas na destruição física e étnica, expressões contemporâneas da expropriação imposta à vida dos povos originários¹⁴.

Em 2018 aldeias da Terra Indígena Pankararu foram atacadas por incêndios criminosos, o primeiro no dia 28 de outubro, dia da eleição presidencial. Os danos ocorreram

¹³ De acordo com o CFESS Manifesta de 2012, a questão indígena também ganha maior visibilidade em termos de avanços normativos pela significativa atuação do Movimento Indígena que ganha força no período da redemocratização política do Brasil pós 1980. “As reivindicações indígenas foram contempladas em grande parte na Constituição Brasileira de 1988, concentradas no Capítulo VII, artigos 231 e 232. Legalmente, os/as índios/as são reconhecidos/as no seu modo de vida, quanto às suas formas de organização, costumes, línguas, crenças e tradições, e são assegurados os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles/as. Rompeu-se a perspectiva da integração desses povos à sociedade nacional” (CFESS, 2012, p. 2).

¹⁴ CIMI registrou 111 casos, em 2018, de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, nos seguintes estados: Acre (7), Alagoas (1), Amazonas (13), Maranhão (9), Mato Grosso (10), Mato Grosso do Sul (3), Pará (24), Paraná (1), Pernambuco (2), Rondônia (17), Roraima (11), Santa Catarina (3) e Tocantins (8). Dois outros casos relatados, abrangem os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins (CIMI, 2018, p. 66).

com a destruição de patrimônio, quando uma escola pública municipal e uma Unidade de Saúde da Família foram incendiadas, destruindo móveis, documentos e equipamentos¹⁵.

O processo de pesquisa encontra-se na direção da defesa de um projeto ético-político de superação de toda forma de opressão e desigualdades. O conhecimento dos determinantes e das formas de reprodução/continuidade das desigualdades inter-regionais e étnico-raciais exige da profissão de Serviço Social o posicionamento comprometido com a luta em favor da proteção dos direitos dos povos indígenas.

Ainda é escassa a produção de pesquisas sobre a questão indígena em Serviço Social que possibilitem desvendar a teia de determinações sociais, políticas e econômicas das ações do Estado brasileiro e da política indigenista contemporânea e sobre os impactos sociais dessa realidade para a vida e organização social dos povos indígenas no país.

A relevância desta pesquisa também pode ser reafirmada a partir de um importante questionamento na abertura do documento “CFESS Manifesta”, de 19 de abril de 2012:

Por que essa temática vem demandando inserção na pauta da agenda do Serviço Social brasileiro? Sabemos que o/a assistente social teve, historicamente, seu campo profissional concentrado no espaço urbano. Todavia, esse campo profissional vem se ampliando, ultrapassando as fronteiras urbanas, seguindo o rastro do acirramento das desigualdades sociais no espaço rural, provocado pela expansão do grande capital nesse âmbito. Compondo as contradições dessa expansão, vê-se a crescente inserção das chamadas populações tradicionais (índios, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, etc.) nas políticas sociais brasileiras (CFESS, 2012, on-line).

Das reflexões apresentadas pelo documento, destacamos o compromisso ético-político inscrito no atual Código de Ética do Serviço Social de 1993, no qual expressa entre seus princípios fundamentais “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 24).

Desse modo, o conhecimento da realidade dos povos indígenas no Brasil é tarefa imperativa nos processos de construção do conhecimento e formação profissional em Serviço Social, especialmente pela ampliação de diferentes serviços e políticas específicas voltadas às demandas da população indígena na área da saúde, educação e assistência social, o que passa a exigir habilidades e competências para a atuação profissional¹⁶.

¹⁵ CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório:** Violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2018; Conferir também: Notícias sobre o povo Pankararu sobre Morte, incêndios, ameaças e agressões. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id_pov=223>.

¹⁶ Cf. CFESS Manifesta: **Dia da luta indígena**, 19 de abril de 2012. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão “Tempo de luta e resistência” (2011-2014).

Esta pesquisa contribui com a afirmação e a justa visibilidade histórica que deve ser dada à presença de indígenas Pankararu na região ribeirinha do Rio São Francisco bem como, à atuação direta dos povos indígenas inseridos de modo descontínuo e em condições precárias em diferentes dinâmicas produtivas enquanto trabalhadores rurais e urbanos.

A Usina Hidrelétrica de Itaparica transformou a configuração social, em termos culturais e econômicos, no sertão de Pernambuco. Há uma constante inserção, uma participação ativa da força de trabalho de indígenas Pankararu de forma intermitente em redes de assalariamento intensificadas com a chegada da hidrelétrica de Itaparica.

Os projetos de desenvolvimento econômico voltados ao progresso com a capitalização da água do rio para produção de energia realizados no intervalo de 1970-1990 ainda interferem na vida Pankararu pela persistência e atualidade de diferentes impactos ambientais, econômicos e sociais existentes no contexto contemporâneo, nas aldeias e fora das aldeias.

A tese é apresentada a partir da seguinte sistemática de resultados da pesquisa: No Capítulo 1 encontra-se a Introdução, contextualização das principais inquietações que moveram a pesquisa, as evidências empíricas, as primeiras aproximações ao objeto de estudo. Neste tópico, estão os resultados principais, com sínteses conclusivas das tendências contemporâneas e de onde estão situadas as famílias indígenas participantes da pesquisa, os objetivos e relevância da pesquisa sobre povos indígenas em Serviço Social e o significado da visibilidade das condições de vida e de trabalhos dos povos indígenas no Nordeste, elementos da trajetória e diretrizes teórico-metodológicas que guiaram a pesquisa, método e técnicas aplicadas.

No Capítulo 2 são apresentados os aspectos metodológicos que orientam a pesquisa e o conjunto das principais técnicas utilizadas. No Capítulo 3 está a apresentação das particularidades históricas da exploração compulsória do trabalho indígena no período colonial do Brasil a partir da revisão da literatura com ênfase em três pensadores clássicos da formação social brasileira: Jacob Gorender, Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

No Capítulo 4 são apresentadas as particularidades da presença indígena no Nordeste, em Pernambuco e no Submédio do Rio São Francisco, contextualizando, a partir de dados sociodemográficos, a população indígena das cidades que circunscrevem a Terra Indígena: Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Também são contextualizadas, a partir de dados estatísticos, informações sobre indígenas que vivem fora da Terra Indígena e particularidades da produção familiar de indígenas que vivem na Terra Indígena. Constan neste capítulo, as reflexões conceituais e teóricas sobre etnia e a peculiaridade da questão étnica no Nordeste.

No Capítulo 5 contextualizamos as características dos indígenas participantes da pesquisa, descrevem-se e analisam-se os principais determinantes históricos dos deslocamentos indígenas no Nordeste e a realidade de expropriação que atinge os povos indígenas com a construção da hidrelétrica; apontam-se as transformações nas condições de vida e de trabalho das famílias Pankararu removidas da margem do Rio São Francisco na década de 1980, especialmente, os deslocamentos e reagrupamentos dessas famílias na região, e as principais tendências no modo de viver, trabalhar e se organizar desse grupo no contexto contemporâneo dentro e fora da aldeia, peculiaridades da vida nas cidades do sertão de Pernambuco.

No capítulo 6 são apresentadas análises dos impactos da construção da hidrelétrica, produção de energia, vida ribeirinha, e as particularidades da expropriação que atingiu diretamente famílias indígenas Pankararu. No capítulo 7 são abordadas as características e significados dos processos de reagrupamento indígena, particularidades da vida nos assentamentos rurais e as conquistas das famílias indígenas a partir do engajamento com a organização e processos reivindicativos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região do Submédio.

A tese é finalizada com as Considerações Finais, contendo as principais tendências identificadas no grupo de famílias participantes, considerando como uma expressão representativa dos impactos históricos de empreendimentos econômicos para a vida de povos e comunidades tradicionais no Nordeste do Brasil.

2 ASPECTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A trajetória metodológica desta pesquisa tem como estratégias teóricas e técnicas um conjunto de referências. Para a análise da expropriação da relação material e não material de indígenas no tocante às dinâmicas locais de produção e reprodução social, orienta-se por princípios do materialismo histórico dialético.

Para dar lugar às narrativas de expressões tradicionais do cotidiano indígena por meio da tradução e narração das informações oferecidas pelos participantes da pesquisa e para apresentar sínteses da história coletiva do povo, foi necessário utilizar estratégias de trabalho de campo, envolvendo observação sistemática e participante, abordagem individual e coletiva, participação em eventos e registro de palavras-chave, frases das falas em diário de campo, destacando-se como técnicas fundamentais para descrever as trajetórias das famílias a partir dos seus próprios relatos de vida. A síntese desses elementos demandou o uso de técnicas próprias do campo *etnometodológico*, considerando a necessidade de manuseio de procedimentos que oportunizassem a apresentação do cotidiano da vida das famílias participantes, elementos peculiares da vida indígena no sertão do estado de Pernambuco¹⁷.

Em parte, a exposição do texto prioriza a narração de fatos e de informações prestadas pelos participantes, respeitando as visões de mundo, concepções de vida e riqueza cosmológica que compõem o ser indígena em diferentes territórios. A leitura e a análise de documentos, como fotografias, documentos pessoais dos participantes (fotos, certidão de nascimento, certidão de casamento, certidões de acesso a serviços sociais) contribuíram com a interlocução com a memória do conjunto de famílias e do cotidiano da vida Pankararu.

“Narrar” informações sobre acontecimentos, descrever dinâmicas das trajetórias e elementos que caracterizam o cotidiano indígena do qual faço parte, foi um recurso utilizado largamente na construção do texto, considerando que sou indígena Pankararu, originária de uma aldeia do povo ao qual pertenço, a mesma etnia em estudo. Os anos de trabalho de apoiadora, coordenadora e assessora em dezenas de comunidades rurais dos municípios da Diocese de Floresta/PE, em projetos sociais de pastorais rurais e movimentos sociais de luta pela terra contribuíram significativamente para uma visão panorâmica da realidade analisada.

¹⁷ A Etnometodologia foi definida por Harold Garfinkel (1917) como ciência dos etnométodos, cujos conhecimentos vinculam-se às diferentes operações realizadas na vida cotidiana, como: comunicação, tomada de decisões e modos de raciocínio peculiares de grupos sociais.

Por se tratar de uma pesquisa construída por diferentes participantes, a definição da metodologia e a redação também resultam de múltiplos espaços de socialização e debates com os indígenas participantes (da concepção à execução, análise e apresentação das informações). Foram realizadas atividades como: curso de extensão¹⁸, reuniões, encontros, visitas, rodas de conversa. Atividades realizadas durante os 4 anos do doutorado primando pelo respeito à tradição local e à cultura do nosso povo, aos direitos dos indígenas participantes diretos, conforme orientam as diretrizes da Convenção 169 da OIT¹⁹:

Artigo 5º: a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e dever-se-á levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente; b) deverá ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos; Artigo 6º: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes.

As atividades próprias da execução da pesquisa foram realizadas a partir dos princípios de respeito e participação direta dos indígenas em diferentes etapas de decisão da pesquisa. O caso do curso de extensão oferecido no decorrer do doutorado e coordenado pela pesquisadora e pela orientadora da pesquisa buscou realizar atividades de estudo sobre os temas abordados no referencial teórico sobre a história e as condições de vida e trabalho dos índios no Nordeste. O curso representou atividade de devolutiva realizada durante a pesquisa com o povo, ao mesmo tempo em que possibilitou estudos coletivos sobre os processos de deslocamentos, idas e voltas dos indígenas da aldeia para a cidade, da cidade para a aldeia. Essa atividade mobilizou a construção de reflexões e conhecimento sobre tópicos importantes da construção da pesquisa.

¹⁸ No ano de 2019 foi realizado o curso de extensão: Formação social e histórica do Brasil e Índios no Nordeste com a participação de 22 professores da rede escolar de educação indígena da terra Pankararu. O curso teve duração de 30 horas aula, ministrado em 3 encontros na escola Estadual Ramiro Dantas, Aldeia Bem Querer de Cima entre os meses junho e outubro de 2019. Foi concluído no dia 10 de janeiro com a apresentação dos trabalhos dos estudos temáticos produzidos durante o curso.

¹⁹ Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989. De acordo com o Art. 1º, a Convenção nº 169 se aplica aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. (Vide Decreto nº 10.088, de 2019) (Vigência). Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

A contribuição do materialismo histórico dialético encontra-se no processo de desvelamento do significado ontológico da apropriação capitalista por meio do fundo público da água do rio para produção de energia elétrica em resposta às demandas de uma sociedade regional em condições de desenvolvimento econômico com expectativas em investimento na indústria e agroindústria regional e local. Considera-se que princípios de totalidade e contradição próprios do método supracitado, são diretrizes capazes de trazer explicações conceituais dessa realidade social. A construção de categorias como deslocamento, expropriações e trabalho na vida das famílias indígenas ancora-se na ideia de que o ser social vive a interferência das condições ambientais e territoriais da particularidade da formação regional.

Essa forma de compreender o ser não se limita ao imediatismo de cunho empirista, nem à mera especulação abstrata de viés metafísico, mas busca apreender o real e o ser como constituições históricas, nos seus movimentos dialéticos de ruptura, continuidades e superações (LUKÁCS, 1969, p. 15 *apud* LARA 2015, p. 205).

O materialismo histórico dialético possibilita o entendimento do deslocamento dos povos indígenas no Nordeste a partir da análise da relação histórica e contraditória entre as demandas por geração de energia elétrica e as disputas no capitalismo contemporâneo pela apropriação de recursos hídricos e do fundo público.

Ao considerarmos a interlocução entre política energética, construção das barragens e das usinas e impactos para os povos indígenas, é pertinente e imprescindível, o que Lessa (por dentro do pensamento Lukácsiano) chama de “buscar as determinações da particularidade dos complexos sociais em suas funções sociais” próprios desta interlocução (LESSA, 2013, p. 30-31).

Ao considerar que “cada objeto requer um método particular para ser conhecido” (LESSA, 2013, p. 33), o método capaz para desvelar elementos constitutivos da categoria expropriação e as transformações sociais e econômicas resultantes desta enquanto processo é o materialismo histórico dialético.

O processo investigativo se desenvolveu diante das condições teóricas de realização das mediações necessárias, partindo da dimensão singular à dimensão universal, como nos alertou Lukács:

O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado (LUKÁCS, 1970, p. 103).

Prossegue Lukács informando que a explicação da categoria, devido ao desenvolvimento econômico, eleva-se na realidade objetiva, da singularidade à universalidade através da particularidade (LUKÁCS, 1970, p. 91).

O processo investigativo de construção da tese realizou a sistematização de características da expressão singular do objeto de pesquisa: o significado histórico e configuração contemporânea dos deslocamentos e reagrupamentos de famílias Pankararu entre as aldeias, cidades e assentamentos rurais, a partir de suas determinações sociais.

A análise dos aspectos da totalidade histórica envolve a identificação e explicação do empobrecimento da população indígena no Nordeste, particularizando as características dos sertões e as marcas da intensa exploração da produção colonial, aldeamentos, escravidão e deslocamentos compulsórios.

Na análise do contexto contemporâneo apresentam-se as diretrizes históricas da política energética no Brasil: parceria entre setor público e privado, investimentos na exploração de recursos naturais para produção energética por meio da construção de hidrelétricas, disputas do capital pelo fundo público.

A adoção da razão dialética como referencial da trajetória de pesquisa leva em conta princípios e indicações fundamentais para o encontro com a essência do fenômeno em questão. Nesse sentido, Guerra (2009) tratando da adoção do referencial crítico-dialético no processo investigativo em serviço social afirma:

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento (GUERRA, 2009, p. 07).

Tendo dito isso, a construção das categorias que compõem o objeto investigado tem como ponto de partida a sistematização, a partir da dimensão empírica, da caracterização da realidade, mas que não se restringe ou finda nesse momento da pesquisa, considerando a importância de encontrar seus fundamentos, sua origem e sua função social dentro das múltiplas determinações sócio-históricas que produzem e reproduzem tal fenômeno.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa em que é mobilizada uma sistematização de informações, dados, a partir de pesquisa documental e utilização de

diferentes fontes bibliográficas²⁰. O estudo compreende a apreensão “das totalidades parciais”: levantamento de dados e informações que possibilitem apreender as tendências contemporâneas da organização social e econômica das famílias indígenas do povo Pankararu moradoras de territórios fora da terra indígena; e vida e trabalho do povo indígena Pankararu no contexto contemporâneo; e a relação com a “totalidade mais complexa”, interlocução entre Estado e capital.

A metodologia e as técnicas passaram pela avaliação e aprovação no exame de qualificação de projeto de doutorado em 03 de julho de 2018; pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)²¹ e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)²², como requisito de verificação e liberação do projeto para execução da pesquisa, considerando que realizamos abordagem direta com os participantes²³: *os indígenas que residem fora da terra indígena a partir do ano de 1970/80*; pela avaliação e aprovação da pré-banca de tese de doutorado realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Por se tratar de uma pesquisa na área das Ciências Sociais e Aplicadas, segue as orientações normativas e os princípios éticos das pesquisas dessa área²⁴: Resolução nº 304, de 09 de agosto de 2000 e a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.

Como determina o segundo seu Art. 1º da Resolução nº 510/2016:

Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

A Resolução 510/2016 define no seu inciso XVI:

Pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos,

²⁰ Dados oficiais em sites, jornais eletrônicos, documentos governamentais, não governamentais, oficiais e não oficiais. Análise de produções dos movimentos sociais que lutam pelo direito à terra; Livros, periódicos, artigos publicados em anais de eventos, entre outros.

²¹ O Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE - Número: 3.197.852 – Recife, 14 de março de 2019 (CAAE: 04858818.8.0000.5208). Conferir Apêndices.

²² O parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) – Número: 3.334.140. Brasília, 20 de maio de 2019 (CAAE: 04858818.8.0000.5208). Conferir Apêndices.

²³ Considerando as atuais exigências para cumprimento do respeito ético na pesquisa com seres humanos, antes de qualquer abordagem direta com sujeitos participantes da pesquisa para coleta de informações, submetemos o projeto à análise e aprovação de um comitê de ética na pesquisa com seres humanos, como prevê a legislação vigente, obedecendo também às orientações éticas da pesquisa em Serviço Social.

²⁴ Especialmente, aqueles indicados no Capítulo II da Resolução nº 510/2016, relacionados às liberdades, autonomia, defesa dos direitos humanos, recusa ao autoritarismo, respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas, compromisso com a democracia, entre outros.

em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção.

A Resolução nº 304, de 09 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Saúde:

Procura afirmar o respeito devido aos direitos dos povos indígenas no que se refere ao desenvolvimento teórico e prático de pesquisa em seres humanos que envolvam a vida, os territórios, as culturas e os recursos naturais dos povos indígenas do Brasil. Reconhece ainda o direito de participação dos índios nas decisões que os afetem.

Assim, são respeitadas as orientações sobre “confidencialidade”, “consentimento livre e esclarecido”, “benefícios”, “danos”, “privacidade” entre outros termos e definições identificados nas orientações da Resolução nº 510/2016.

Foram utilizadas metodologias e técnicas como: levantamento de dados a partir da pesquisa de campo, abordagens individual e coletiva, direta e indireta com os sujeitos durante o ano de 2017 e 2019 (visitas, encontros, reuniões para apresentação da proposta metodológica para os grupos das famílias indígenas participantes)²⁵; utilização de técnicas como história oral, associada à pesquisa documental; observação participante e (sistemática e não sistemática), participação em atividades tradicionais do povo: encontros, festas e rituais.

Todas as atividades foram registradas em diário de campo, acompanhadas de levantamento de dados com pesquisa documental sobre a vida e o trabalho do povo Pankararu antes da construção da usina hidrelétrica. A maior parte das falas foi registrada especialmente no formato de frases e palavras-chave pela pesquisadora em diários a partir de múltiplas aproximações, gravações e entrevistas com os participantes, constituindo sínteses interpretativas das mensagens captadas.

O uso eventual das falas, bem como dos nomes reais dos participantes presentes no texto foram devidamente autorizados pelos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), possibilitando a gravação e transcrição de uma parte das falas dos participantes (Conferir modelos dos documentos nos Apêndices). Em determinados momentos, usa-se o nome da árvore para apresentar trechos de informações prestadas em entrevistas. Em outros momentos, os nomes apresentados são os nomes reais,

²⁵ De acordo com a Resolução 510/2016, essa etapa é definida da seguinte forma: XII - etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com “estudos exploratórios” ou com “pesquisas piloto”, que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros.

por vezes, alguns apelidos, quando não havia conhecimento do nome real do indígena no momento da coleta da informação, também, por vezes, em razão desse (a) já ser falecido (a).

A pesquisa documental possibilitou identificar situações e acontecimentos do período anterior e posterior à construção da hidrelétrica; a caracterização da formação das aldeias indígenas no sertão de Pernambuco e dados sobre reagrupamento de famílias indígenas em assentamentos rurais e na cidade.

Neste trabalho, a amostra não é aleatória. É escolhida intencionalmente pela pesquisadora. Trata-se da escolha de uma categoria: indígenas que moram fora de aldeias no sertão de Pernambuco²⁶. São famílias Pankararu atingidas de imediato pela construção da hidrelétrica, vivenciando o deslocamento compulsório desde as margens do Rio São Francisco. Os critérios de participação nas entrevistas sistemáticas: indígena ex-morador (a) da aldeia (Terra Indígena Pankararu); ex-morador (a) da margem do Rio São Francisco e removido com a construção da barragem para elevação do nível das águas; aquelas famílias nas quais algum membro trabalhou nas obras da barragem e da usina na década de 1980/1990; e trabalhadores permanentes ou aposentados da usina no contexto contemporâneo.

Além dos critérios de relação com a remoção da margem do rio, são observados os seguintes critérios de escolha: se autodeclarar indígena; pertencer à etnia Pankararu; residir entre 2017 e 2019 na área urbana e/ou em um assentamento/área rural das cidades Tacaratu e Petrolândia.

Esta pesquisa realizou uma abordagem direta com famílias indígenas que são originárias da Terra Indígena Pankararu, moradoras de territórios fora da Terra Indígena, na área rural e urbana das cidades de Petrolândia e Tacaratu.

O uso da técnica história de vida permitiu conhecer as trajetórias das famílias indígenas, a partir de memórias individuais e memórias coletivas. O uso do instrumento “questões-guia” de entrevista orientou uma parte das conversas, especialmente, os momentos em que era necessário conhecer o significado da saída de indígenas das aldeias e as condições objetivas de vida e de trabalho dentro e fora da Terra Indígena (conferir Apêndices)²⁷.

²⁶ Existem agrupamentos do povo Pankararu em três estados do Brasil: Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo e uma população de 8.184, de acordo com dados do Siasi/Sesai, Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI (2014) - ISA, 2017. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>>. Desses, em São Paulo estão aproximadamente 1.500 e sua maior concentração está nas Terras Indígenas no sertão de Pernambuco.

²⁷ Terra indígena é a condição jurídica de um território já demarcado, homologado e oficialmente reconhecido pelo Estado Brasileiro. “A categoria terra indígena é antes de tudo uma categoria jurídica, definida em lei, para ser operacionalizável administrativamente no sentido de definirem-se fisicamente áreas para diversos grupos indígenas. Conforme a Constituição de 1988, [...] o direito de posse e usufruto dos recursos naturais dos índios

Considerando que “a voz do passado tem importância para o presente” (THOMPSON, 1998, p. 10), a técnica de história oral permitiu captar a história de vida das famílias Pankararu por elas mesmas.

Como lembrou Manuela Carneiro da Cunha (1992), a história dos índios não se subsume na história indigenista. Por essa razão, é necessário destacar o conjunto de informações que caracterizam a relação entre poder estatal e indígenas, bem como o poder em relações locais, territoriais, construídas pelas sociedades indígenas a partir da sua própria tradição de oralidade da memória indígena, reconhecendo, por justiça histórica, a legitimidade da voz dos povos originários.

Segundo Dionne e Laville (1999) a história oral é definida como uma narração, por uma pessoa, de sua experiência vivida, devidamente registrada e depois transcrita. A escolha por essa técnica possibilitou captar, a partir da contribuição direta dos participantes, trajetórias reais e expressivas após a saída da aldeia.

Os documentos redigidos a partir das histórias de vida são, muitas vezes extremamente vivos: neles descobrem-se pontos de vista originais sobre experiências pessoais, até mesmo íntimas em detalhes, nas quais se delineiam, de modo implícito, às vezes, acontecimentos, se não históricos, pelo menos, públicos, uma organização social e cultural que vive e evolui quando não é subitamente modificada. Obtém-se assim, belas ocasiões de compreender como as pessoas representam esses fenômenos e acontecimentos históricos, sociais e culturais, como passaram por eles, vividos na indiferença ou em uma participação mais ativa (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 159).

A história de vida permitiu a aproximação com elementos específicos da dinâmica concreta da vida e do trabalho do povo indígena Pankararu, seu modo de produção e reprodução dos meios necessários à sobrevivência.

Esta pesquisa conta com a contribuição peculiar da técnica história oral, “[...] por se tratar de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que viveram”, como viveram e as características das relações e condições objetivas do lugar onde viveram por meio de depoimentos (ALBERTI, 2005, p. 30).

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2005, p.18).

antecede às terras que ocupam, preexiste à sua regularização ...] preexiste à sua demarcação” (LEITE, 1993, p. 9).

Significa capturar dos sujeitos suas versões sobre sua história de vida. O emprego da técnica história oral possibilita “[...] voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 30). Ainda segundo Alberti (2005, p. 22), “a história oral ainda permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos, ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares”.

Também foi utilizado um questionário simples com questões fechadas como apoio para identificar a inserção de indígenas de famílias Pankararu em redes locais de assalariamento, os tipos dos principais vínculos de assalariamento, condições de trabalho e de produção da família nos territórios.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, buscou-se captar e sistematizar elementos da vida das famílias indígenas nas aldeias, antes de migrar para a margem do rio; no momento em que residiam na margem do rio e após a remoção da margem do rio.

Em síntese, a sequência da história de vida dos participantes segue uma linha do tempo, embora não idêntica em todas as famílias nem apresentada de forma linear, mas tempos mais longos de residência em cada território permitiu a caracterização da vida e do trabalho: na Terra Indígena (aldeias); na margem do rio (condição ribeirinha); na cidade e em assentamentos rurais.

A análise do contexto contemporâneo apresenta a relação de produção agrícola das famílias indígenas e relações de troca nas feiras locais, com informações sobre a vida de indígenas que vivem nas aldeias da Terra Indígena Pankararu, em especial, na aldeia Bem Querer de Cima e as particularidades das famílias indígenas assentadas e as que vivem na cidade de Petrolândia.

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a nossa forma de coleta de dados não dicotomiza análises quantitativas e qualitativas.

Utilizamos dados quantitativos para dimensionar algumas características do fenômeno estudado. A dimensão quantitativa do grupo estudado, a partir da sua caracterização, é articulada a outras dimensões a serem apreendidas de acordo com a necessidade da pesquisa. Consideramos necessário o contato direto com os sujeitos da pesquisa a fim de conhecer a sua condição particular, seu modo de vida, sua experiência social, como enfatiza Martinelli (1999) sobre a necessidade de não desconectarmos os participantes de sua dinâmica econômica, política e social.

O procedimento após a realização das entrevistas se deu por meio da identificação de informações e elaboração de quadros, categorização e análise dos dados/informações da pesquisa de campo.

Algumas informações foram tabuladas de forma manual em folhas de contagem dada a simplicidade dos dados e o pequeno número de formulários, situação de fácil classificação e quantificação deles, considerando que esta pesquisa se propôs à realização de um número relativamente pequeno de entrevistas²⁸. As análises, a partir de temáticas construídas ao longo da pesquisa, buscaram respostas às questões norteadoras. Realizamos nossas conclusões a partir de aproximações entre o conhecimento da trajetória das famílias a partir de múltiplos encontros e diálogos, da fundamentação teórica dos temas construídos com o estudo bibliográfico e de outras dimensões do processo investigativo.

A construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica são os principais acontecimentos que demarcaram mudanças significativas na vida e nas condições de trabalho do Povo Pankararu e de povos ribeirinhos das cidades de Petrolândia e Tacaratu. Essas mediações revelaram-se necessárias para identificar elementos determinantes da teia complexa de mudanças que ocorreram na vida e no trabalho do povo indígena sertanejo nos últimos 30 anos.

²⁸ Cf. Gil (2009, p. 159) Tipos de tabulação e formas de utilização de folhas de contagem.

3 POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar uma análise sobre as principais tendências históricas que foram determinantes para a configuração de “lugares sociais” atribuídos aos povos indígenas no Brasil.

O Brasil manteve-se como um país predominantemente agrário nas formas de organização social e econômica até meados do século XX. A realidade do campo, da zona rural brasileira, passa por profundas transformações durante esse século, especialmente pelas intensas transformações políticas e a ampliação da produção industrial.

Esta pesquisa parte de pressupostos teóricos de natureza crítica da dinâmica social, com sínteses analíticas da colonização e tendências contemporâneas do período do final do século XX e início do século XXI.

A análise da questão indígena no Brasil pressupõe uma análise da questão do acesso desigual à terra, existência de conflitos como expressão da questão fundiária brasileira, da formação de organizações dos trabalhadores do campo empobrecidos através de ações de resistência fortalecendo-se para enfrentar instâncias de poder na busca da realização de ações de Reforma Agrária.

Neste sentido, as relações sociais e econômicas do campo brasileiro são marcadas por uma histórica “questão agrária” constituída por diferentes faces objetivas da questão social: violência, pobreza, miséria, migrações forçadas, desemprego, entre outras²⁹.

O que determina essa situação são as formas desiguais de distribuição das terras e os altos índices de exploração do trabalho. As origens estruturais da questão agrária no Brasil têm início no processo e no “sentido da colonização”, nos interesses econômicos que fundamentaram o modelo econômico agroexportador³⁰. Ou seja: um modelo que garantia

²⁹ A “questão social” permite explicar teoricamente as relações que se instituem no Brasil no período pós-colonial e de forma especial no período do desenvolvimento da industrialização, das relações de produção tipicamente capitalistas onde se situa a intensificação da entrada do capital nos processos de produção agrícola implicando diferentes formas de exploração de trabalhadores no campo e na cidade. A questão social é expressão das desigualdades próprias do desenvolvimento capitalista, fruto do antagonismo entre classes (possuidora dos meios de produção e possuidora da força de trabalho), das contradições entre capital e trabalho na dinâmica de produção marcada pela apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (SANTOS, 2012; IAMAMATO, 2001; NETTO, 2001).

³⁰ Esse sistema se organizava da seguinte forma: “A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus” (PRADO JR., 2014, p. 325).

atividades econômicas básicas internas, produção de monocultura baseada em larga extensão de terra e trabalho escravo, com finalidades exclusivas para o mercado agroexportador.

São séculos de violência e extermínio da população indígena nativa com vistas à garantia da organização da produção colonial. O crescimento do operariado fabril que se dá com a expansão da industrialização no país; o movimento do trabalhador agrícola que vivia nos quintais das fazendas e sua “condução” para as periferias das cidades, sem condições técnicas de ser inserido como força de trabalho pela exigência do alto nível técnico na estrutura produtiva urbano-industrial daquele momento; os direitos dos trabalhadores rurais que só são afirmados legalmente, e de forma parcial e limitada, com o Estatuto do Trabalhador Rural (maio de 1963). As condições de vida do campesinato até o início da segunda metade do século XX eram muito precárias.

Ribeiro (1983, p. 262) destaca que ocorreu um esforço de conscientização e organização das massas para esclarecer os assalariados agrícolas e promover uma mobilização sindical para pressionar o Congresso Nacional a aprovar as medidas de reforma propostas pelo governo de João Goulart, que visavam produzir mudanças no país.

No seio da questão agrária ocorreram muitas lutas em favor da transformação social, mesmo que parcialmente, e pelo reconhecimento por parte do Estado de direitos sociais e coletivos. Ocorreram avanços no sistema normativo que garantem juridicamente a proteção e preservação dos territórios e culturas que ainda resistem às investidas ambiciosas do grande capital. No entanto, são inúmeros os registros de diferentes formas de violações e invasões de territórios brasileiros já demarcados, além das investidas do grande capital no sentido da expropriação dos territórios desprotegidos³¹.

As formas históricas de ocupação e exploração do território brasileiro foram e são determinantes para as transformações vividas pelos povos originários. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos e inúmeras etnias através do rompimento histórico entre os indígenas e a terra. Destaca-se a importância de captar elementos significativos para análise do processo social vivido por esses povos e apreender a teia

³¹ Violências como: assassinato, tentativa de assassinato, homicídio culposo, ameaça de morte, ameaças várias, lesões corporais dolosas, Abuso de poder, racismo e discriminação étnico-cultural, violência sexual, suicídio, desassistência na área de saúde, desassistência, disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, morte por desassistência à saúde, mortalidade infantil, desassistência na área de educação escolar indígena (Dados e análises disponíveis em: CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório:** Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017).

contemporânea de ameaças à continuidade da vida indígena e sua possibilidade de autodeterminação e auto-organização.

Para entendermos o contexto contemporâneo de desigualdades no acesso e uso da terra, é fundamental considerar as origens e as heranças da nossa histórica estrutura agrária. Para explicar esse processo, recorre-se às formulações teóricas do materialismo histórico que indica a leitura das contradições, na totalidade das relações sociais, da relação entre terra, povos originários e expropriações realizadas pelo avanço do capitalismo na dinâmica da produção agrícola.

A temática das desigualdades do acesso à terra é abordada por Caio Prado Jr (2014) no livro: “A questão agrária no Brasil”, publicado a primeira vez em 1979, quando o autor desenvolve explicações com base em dados das relações de produção e trabalhistas no campo, na conjuntura de avanço da industrialização no país.

Segundo as considerações de Prado Junior, as principais características da questão fundiária na economia agrária do Brasil, envolve a concentração da propriedade rural e as extremas condições de precariedade do trabalho e da vida dos trabalhadores. Mesmo em contextos onde o Estado brasileiro ampliou investimentos para atenuar as condições de desigualdades, foram os proprietários, os fazendeiros e suas famílias que se beneficiaram dos ganhos econômicos. A heterogeneidade das populações que vivem de setores como a agropecuária exige medidas diferenciadas para avançar na superação da pobreza no campo, considerando que medidas como aperfeiçoamento técnico da produção agrária também pode gerar processos de empobrecimento dos trabalhadores.

Assim, para Prado Junior, o que sintetiza a questão agrária no Brasil é a miséria material e moral da população trabalhadora, da massa de camponeses. As leis trabalhistas, os direitos salariais, seriam medidas que impactariam em melhorias, mas a superação da questão agrária envolve o rompimento com o padrão colonial de monopólio, de uso e exploração da terra (PRADO JR. 2014, p. 291-300).

A reforma agrária seria, assim, nas palavras de Prado Junior (2014, p.72): “a desconcentração e parcelamento da propriedade fundiária rural” e “a extensão da proteção legal ao trabalhador rural e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra” (2014, p. 359), o que constitui “a elevação do padrão de vida da população rural, sua integração com as condições humanas de vida” (2014, p. 358). O autor deixa claro que não seria suficiente, para isso, dividir a terra, mas garantir amparo para o pequeno proprietário.

Nesta pesquisa, o materialismo histórico é um caminho profícuo para as análises das contradições do avanço do capitalismo e suas estratégias predatórias da terra e das águas para o campo brasileiro.

O método, por meio dos seus princípios básicos como: totalidade, mediação, singularidade e contradição, permite a interpretação das mudanças sociais na sociedade brasileira e as principais determinações das relações entre terra, poder, povos originários. Isso é possível porque se trata da trajetória de uma sociedade que incorpora e se transforma por meio da expansão das típicas formas capitalistas de produção e reprodução social.

Decerto que o método que possibilitou construir categorias em determinado tempo histórico (o materialismo histórico dialético) não explica em sua totalidade as formas contemporâneas da vida e as particularidades multidimensionais da vida de todos os povos indígenas no Brasil. No entanto, o caminho metodológico proposto pelo método é fundamental para interpretação da origem, dos fundamentos e dos impactos sociais e econômicos da construção de grandes empreendimentos do agrohidronegócio para a vida dos indígenas que ainda permanecem no campo, nos litorais, na caatinga, nas florestas. Porque se trata de explicar eixos fundamentais do desenvolvimento do capital e modalidades contemporâneas de exploração de recursos naturais.

A condição colonial na história brasileira e a função econômica da escravidão contribuíram para a reprodução social histórica do racismo e da condição de subalternidade imposta aos povos indígenas no contexto contemporâneo.

Assim, considera-se importante revisitar a literatura crítica dos teóricos clássicos da formação social brasileira para explicar as razões econômicas e políticas da escravidão na constituição do modelo agroexportador e como os povos indígenas foram tratados naquele contexto e os resultados enquanto herança social para a vida dos povos indígenas do final do século XX para o início do século XXI. Para essa tarefa, foram escolhidas algumas obras consideradas como referências da teoria crítica.

Nas obras: *História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; *Escravidão colonial* de Jacob Gorender, dentro da tradição marxista, e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, do pensamento *estruturalista cepalino*, os autores, a despeito das diferentes abordagens, apresentam características do processo de exploração da força de trabalho indígena na dinâmica colonial agroexportadora.

Os autores citados tratam da singularidade das marcas desse sistema nas condições de vida indígena no decorrer da formação social do país. A exploração compulsória da força de trabalho indígena compõe a principal particularidade do período do Brasil colonial.

Existem distinções importantes de direção teórica entre os pensadores escolhidos. Prado Júnior e Gorender são autores da linha crítico-marxista e Furtado da linha do pensamento crítico *estruturalista cepalino*³². Este trabalho não aprofunda a identificação dessas peculiaridades, e sim, apresenta os principais elementos explicativos da “escravidão” indígena, desenvolvidos por esses autores.

Partimos dos questionamentos sobre o lugar da escravidão indígena no nosso passado escravista e sobre os desdobramentos sociais das formas de exploração da força de trabalho indígena para a condição desses povos na nossa formação social. Esse tema é muito relevante para a sociedade brasileira, considerando a função que a escravidão indígena exerceu na destruição física e cultural, exterminando muitos povos originários.

Cada autor aqui apresentado fundamenta-se em modelos analíticos específicos (conforme seu momento histórico e sua trajetória e escolhas política e científica), porém, possuem afinidades para explicar o significado e os desdobramentos da colonização do Brasil para a nossa formação histórico-social³³.

3.1 Trabalho e escravidão dos povos indígenas no Brasil

Apresentamos as principais contribuições desses autores para entender aspectos da dimensão concreta da questão indígena no Brasil-colônia como parte do processo de transformações capitalistas que ocorriam pelo mundo a partir do século XVI, bem como as afinidades existentes entre os autores quanto à função da exploração compulsória da força de trabalho indígena.

Segundo Caio Prado Júnior, a organização agrária do Brasil colonial se deu tendo por base três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Esses elementos que se conjugam na “vasta exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade

³² Conferir ARAUJO, Tânia Bacelar; SANTOS, Valdeci Monteiro. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica do Brasil. In: Tarcísio P. de Araújo, Salvador Werneck Vianna e Junior Macambira. (Org.) **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, v. 1, p. 177-200.

³³ De acordo com Mazzeo (2012, p. 19), podemos situar correntes de interpretação da formação econômico-social brasileira da seguinte forma: por dentro das análises marxistas, duas se constituem como clássicas: “de um lado, a chamada ‘teoria consagrada’, que transpunha de forma mecânica e reducionista as análises de Marx, Engels e Lenin das realidades particulares europeias para as formações sociais asiáticas e latino-americanas, e de outro, a análise interpretativa, que coloca os países de extração colonial – do continente americano – na esteira do desenvolvimento do modo de produção capitalista”. Segundo Mazzeo, as principais críticas destacadas por marxistas latino-americanos colocam em questão dois planos: “o palco das interpretações” e o “plano metodológico” das correntes.

produtora de amplo número de indivíduos; é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (PRADO JR., 2011).

Naturalmente, o que antes de mais nada e acima de tudo caracteriza a sociedade brasileira de princípio do século XIX é a escravidão [...]. A escravidão brasileira tem características próprias; aliás, os mais salientes, tem-nos em comum em todas as colônias dos trópicos americanos, nossas semelhanças; e são tais características, talvez mais ainda que outros comuns à escravidão em geral, que modelaram a sociedade Brasileira (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285).

Caio Prado Júnior desenvolveu sua abordagem da formação social brasileira no contexto de violências e expropriação das colônias na América do Sul, na perspectiva do materialismo histórico. O seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado pela primeira vez em 1942, é considerado um clássico. Esse autor desenvolve uma leitura do processo histórico que deu origem à formação do Brasil, ou seja, as bases históricas do Brasil contemporâneo. O autor chama a atenção para a necessidade da “viagem de volta” como condição imprescindível para o entendimento do Brasil de hoje. Significa, nas palavras do próprio autor, que:

Precisamos ir longe para colher dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que nos cerca na atualidade [...]. O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente. Em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixa iludir (PRADO JR., 2011, p. 09).

Sua análise sobre as transformações das relações e condições de trabalho no Brasil conclui que há continuidades de uma realidade muito antiga, traços do nosso passado colonial, quando afirma:

[...] pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu (PRADO JR., 2001, p. 09-10).

Permanece ainda, a condição de subordinação da economia brasileira de produção extensiva voltada para o mercado exterior e as condições materiais de vida da população rural, pela sua precariedade, em total disparidade com as mudanças sociais vividas como um todo no país.

No texto *O sentido da colonização*, Caio Prado Jr. (2011) analisa as principais intenções das investidas empreendedoras portuguesas no conjunto de ações voltadas à organização de uma produção colonial que marcaram a evolução da nossa condição colonial.

Em uma sucessão de séculos de atividade colonizadora, a escravidão, o povoamento e a exploração dos recursos naturais estavam atrelados a um processo complexo de acontecimentos mundiais, situados no processo de expansão comercial marítima dos países da Europa.

A grande empresa colonial tem como principal característica a combinação de um conjunto de dominação: do território, das populações nativas e das leis de fluxo de mercadorias, entre elas, o tráfico e comércio de mão de obra negra e indígena voltados para a organização e exploração agrícola de grandes unidades produtoras (fazendas, engenhos, plantações).

Os diversos conflitos existentes entre o colonizador e a incorporação do trabalho indígena levaram ao extermínio de muitas etnias, tanto pela destruição física dos povos nativos com vistas a ocupar suas terras (guerras, assassinatos, escravidão, torturas, doenças), como pela incompatibilidade entre expectativas do colonizador em incorporar a mão de obra indígena e a resistência dos povos nativos para tal.

Há uma incorporação gradativa do trabalho negro escravizado e do trabalho indígena em diferentes formas de escravidão, como descreve Caio Prado Jr. (2012) em *História Econômica do Brasil* (publicado em 1945): o determinado tipo de exploração agrária no Brasil, a grande propriedade agrária voltada para a produção da monocultura, como a cana de açúcar, está na base das pretensões ambiciosas dos grandes senhores pela garantia da organização da produção em grandes latifúndios sustentada largamente pela mão de obra escravizada³⁴.

Prado Jr. (2012, p. 35) destaca que a incorporação do trabalho indígena não ocorreu sem lutas prolongadas: “Os nativos defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio, fugiram para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo que fazer frente ao colono que ia buscá-lo em seus refúgios”. O acirramento das guerras entre índios e brancos também envolvia a ampliação das disputas pela propriedade do índio como cativo, a captura, escravidão e venda de prisioneiros capturados na luta. A “caça ao índio”, para o autor, constituiu-se como um dos principais fatores da “grandeza atual do Brasil”, bem como

³⁴ Ribeiro (2006, p. 67- 68) trata do processo que estruturou a colônia mercantil-escravista da metrópole portuguesa, descrevendo-o em diferentes dimensões. Entre elas, sublinha o “plano adaptativo” que se refere à execução das condições materiais de existência dos núcleos coloniais, como foi o caso da estruturação do “[...] engenho de açúcar, baseado na aplicação de complexos procedimentos agrícolas, químicos e mecânicos para a produção de açúcar; e, depois, a mineração de ouro e diamantes que envolviam o domínio de novas tecnologias. A introdução de gado, que forneceria carne e couro – além de animais e transporte de tração-, bem como a criação de porcos, galinhas e outros animais domésticos que, associada à lavoura tropical indígena, proveria a subsistência de núcleos coloniais”.

contribui para perceber a presença da “herança institucional colonial e a permanência da escravidão como forças históricas e culturais unificadoras dentro do território brasileiro” (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 196).

Caio Prado Jr. (2012) define a escravidão na realidade brasileira como uma “escravidão moderna”, que cumpre com o objetivo de garantir a exploração comercial de vastas extensões de terra e riquezas do “novo mundo”. Na economia colonial, o escravo era tratado como “coisa” do seu senhor.

A escravidão cumpriu funções materiais e morais na história das relações sociais. Dividida em dois setores, assumia característica e consequências diferentes: atividades propriamente produtivas e as do serviço doméstico. Para o autor, o escravo constituía-se como simples máquina, “instrumento vivo de trabalho”, e as mulheres usadas como escravas sexuais dos colonos. Nasce e se fortalece nessa realidade de manuseios objetivos e materiais do trabalho desumanizado, diversos preconceitos e discriminações raciais estruturantes das relações na formação social brasileira.

Dispomos de importantes produções do pensamento crítico sobre a questão agrária e os determinantes históricos de todo o período colonial para o perfil de “desenvolvimento” capitalista que ocorre no Brasil e caracterizam sua condição dependente até os dias atuais. São produções que se ampliam especialmente a partir da década de 1950.

Os questionamentos que orientaram importantes autores, como Caio Prado Junior, trouxeram frutos reflexivos para entendermos as diversas faces das desigualdades que atingem as populações que vivem no campo. Por essa razão, considero sua produção fundamental para entendermos as raízes do problema fundiário que, até os dias atuais, atinge as populações indígenas brasileiras. Este autor produziu uma vasta obra sobre a questão agrária brasileira e as condições de vida e demandas de luta do trabalhador rural.

No Brasil, poucos autores da tradição crítica apresentam estudos relevantes sobre a condição de vida indígena no período colonial, especialmente, no manuseio da exploração compulsória da força de trabalho.

No caso da produção intelectual de Celso Furtado, o pensador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no seu livro *A formação econômica do Brasil* (primeira edição publicada em 1959), apresenta explicações de processos históricos que marcaram as desigualdades estruturantes do desenvolvimento econômico brasileiro.

Furtado trata dos “fundamentos econômicos da ocupação territorial”, localizando a descoberta das terras sul-americanas no processo geral de expansão marítima e das disputas por exploração das novas terras entre Portugal e Espanha. O livro está organizado em capítulos

que tratam de diversas temáticas sobre o desempenho efetivo de Portugal na organização e exploração econômica do território colonizado, bem como dos seus fatores de êxito e o monopólio da produção, apresentando as diferentes etapas de desempenho econômico. Especialmente no capítulo VIII, na segunda parte do livro, trata da “economia escravista de agricultura tropical” que vai do século XVI até o século XVII.

Nesse capítulo, analisa a “Capitalização e nível de renda na colônia açucareira”. Furtado trata das formas de inserção da força de trabalho indígena na sua análise sobre a organização da economia açucareira e as particularidades do Nordeste. O autor destaca as dificuldades enfrentadas pelo colonizador com a presença dos índios (silvícolas) da seguinte forma:

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentraria nesse setor [...] as dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão de obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar (FURTADO, 2007, p. 75-76).

O autor apresenta o “trabalho escravo” como uma necessidade estritamente econômica apresentada ao colono, como condição da sua própria sobrevivência: “a escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (FURTADO, 2007, p. 76).

Também apresenta elementos semelhantes aos apresentados por Caio Prado, relacionados à captura de índios para o trabalho forçado:

Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada, encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente tiveram de empenhar-se de todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram construir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos da população não dedicados à indústria açucareira. Essa mão de obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar (FURTADO, 2007, p. 76).

Ou seja, a realidade de captura do “homem da terra” foi uma prática histórica e social determinante para a garantia da submissão e exploração da força de trabalho indígena que passa a assumir características diferentes, mas não menos expressivas na estruturação da organização produtiva escravista. A dimensão dessa forma peculiar de exploração forçada, segundo Furtado, se dá no seguinte contexto:

A colonização no século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou [...] o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância da mão de obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação (FURTADO, 2007, p. 76).

O autor propõe o questionamento sobre: qual “possibilidade efetiva da expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico, base da ocupação do território brasileiro?” Essa resposta seria encontrada com a observação do processo de formação de renda e de acumulação econômica desse sistema: “o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital” (FURTADO, 2007, p. 83).

Ao explicar o processo de formação de capital na produção colonial, Furtado apresenta dados e características do manuseio da escravidão como um sistema altamente lucrativo para a empresa colonizadora. No caso específico da exploração dos nativos, afirma que “o trabalho indígena deve ter sido utilizado, então, para alimentar a nova comunidade e nas obras de instalação” (FURTADO, 2007, p. 83).

O autor analisa o processo de inversão monetária (dentro do fluxo de renda monetário) realizado na economia exportadora-escravista. Descreve como se dá a divisão de trabalho e a incorporação da mão de obra escravizada: “Parte da força de trabalho se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de instalação e, subsequentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho” (FURTADO, 2007, p. 84).

A inversão feita numa economia exportadora escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos ao exterior: é a importação de mão de obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão de obra e o valor do produto de trabalho da mesma era lucro para o empresário. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário [...] a mão de obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos (FURTADO, 2007, p. 85).

Furtado afirma que “o pagamento corrente ao escravo seria simples gasto de manutenção” (FURTADO, 2007, p. 88), pois a força de trabalho escrava é tratada como “coisa”, meio de produção para o proprietário.

O autor Jacob Gorender desenvolve uma vasta obra sobre a escravidão colonial no Brasil. Neste trabalho apresentamos uma síntese da sua abordagem sobre as “formas de escravidão indígena” apresentada no capítulo XXIII, no Tópico: “Formas peculiares de

escravidão” no livro *Escravidão colonial* lançado pela primeira vez em 1978. Uma obra de grande sucesso no seu lançamento.

Para Maestri (2014), o trabalho de Gorender é muito importante, pois ele defendeu a tese do caráter escravista colonial da antiga formação social do Brasil, contribuindo com a superação da falsa polêmica do “passado feudal-capitalista” que dividiu por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira³⁵. Também propõe, a partir da aplicação criativa do método marxista, uma investigação e exposição exaustiva da dimensão singular (ritmos objetivos do seu desenvolvimento, a partir das suas contradições internas).

Essa leitura possibilitava a apresentação das contradições entre o trabalhador escravizado e o seu escravizador, caracterizando o trabalhador escravizado como “agente subjetivo do processo de trabalho”, e não como “máquinas”, ou outro “bem de capital” (MAESTRI, 2014, p. 261).

Maestri ressalta: na obra *Escravidão Colonial*, Gorender trata a produção escravista americana como modo de produção historicamente novo, com caráter predominantemente mercantil. Define a “[...] categoria escravidão colonial como categoria historicamente nova, no contexto da impulsão do mercado mundial e dos avanços materiais [...]” (MAESTRI, 2014, p. 264).

Gorender desenvolve suas considerações sobre os fundamentos da formação social escravista na realidade brasileira, elencando elementos da natureza e função social e das características das relações de produção e das forças produtivas. A partir de uma leitura marxista da realidade, explica a categoria “modo de produção” como um processo e uma estrutura dinâmica que ultrapassa a dimensão da produção material propriamente dita.

Modo de produção, assim, “constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais”. São fases diferentes, porém, interpenetradas (GORENDER, 2016, p. 58). O autor também chama a atenção para a complexidade da categoria “formação social”. Esta não se restringe ao modo de produção, uma vez que compõe o “modo de produção” e as “formas de consciência social” que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção, envolve a estrutura e a superestrutura (GORENDER, 2016, p. 57). Dito isso, cada particularidade da realidade social é historicamente determinada por condições gerais, uma dimensão universal.

O estudo de Gorender sobre o escravismo colonial no Brasil, parte da análise do confronto inicial entre os portugueses e os habitantes nativos: povos originários do Brasil.

³⁵ Este debate pode ser compreendido com a leitura de Maestri (2014).

Esse encontro entre realidades radicalmente diferentes, entre sujeitos de uma sociedade feudal ibero-lusitana e outra sociedade tribal comunista-primitiva com modo de vida nômade resultará em transformações radicais para a vida dos nativos, pela sobreposição de traços de um modo de produção impostos pelo “conquistador”.

No caso da realidade brasileira, para Gorender, não há reprodução do modo de produção feudal dominante no Portugal da época; este modo não é transferido para cá, (GORENDER, 2016, p. 84). E apresenta a seguinte conclusão: “o modo de produção resultante da conquista – o escravismo colonial – não pode ser considerado uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil” (GORENDER, 2016, p. 84).

No contexto de transformações capitalistas, “o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico, rigorosamente definido no tempo e no espaço” (GORENDER, 2016, p. 84). Surge no Brasil um escravismo colonial com características novas. Na apresentação do livro, Maestri considera que Gorender realiza importantes reflexões de viés marxista sobre o escravismo colonial, base da acumulação originária no Brasil.

Desse modo, a escravidão é apresentada como uma categoria social que não explica, por si mesma, um modo de produção. Gorender (2016) descreve modos de escravidão patriarcal e colonial. Em ambos, parte-se do sentido original em que o “escravo” (ser humano escravizado) é propriedade de outro ser humano: “o escravo, instrumento vivo como todo trabalhador, constitui ademais, ‘uma propriedade viva’ [...] está sujeito ao senhor a quem pertence” e na condição de propriedade, o escravo é uma “coisa”, “um bem objetivo”, porém, com o tempo a sua condição indica que este passa a localizar-se em uma determinada classe social (GORENDER, 2016, p. 90; 92).

A partir das categorias: *trabalho*, *castigo* e *alimento*, Gorender (2016) traça um percurso de exposição histórica de sentidos dos contextos sociais da condição do escravo até chegar às particularidades da realidade brasileira e sua forma específica de inserção na organização da produção colonial. Destaca o entrelaçamento de relações de poder, duas realidades entrelaçadas próprias do controle do trabalho servil: o medo e o trabalho exercidos pelo poder absoluto dos senhores.

A escravidão desenvolveu-se em sociedades predominantemente agrárias, inserindo a exploração compulsória de força de trabalho em estabelecimentos agrícolas. No entanto, há no Brasil a presença de diversos tipos de escravidão de negros e indígenas. Gorender apresenta diferentes investidas de utilização da mão de obra escravizada em diversos setores de produção econômica, no campo e nas cidades, que se desenvolveram gradativamente.

Enquanto mercadoria, o escravo-objeto transita numa rede de comercialização, tráfico, venda em diferentes espaços.

Historicamente, podemos identificar particularidades da escravidão indígena sistematizadas por Gorender. Com base em referências bibliográficas produzidas no Brasil e no exterior, o autor organiza diferentes momentos do manuseio normativo e material da mão de obra indígena no período colonial. Destaca diferentes formas de captura e controle desse tipo de “escravo”, destacando a participação ativa da igreja no sistema de dominação e exploração dos povos originários.

Considerando que há uma sintonia entre o estudo de Gorender e os vários relatos e reflexões já apresentados na análise da caracterização da escravidão indígena por Furtado e Prado Jr., serão apresentados, aqui, elementos novos tratados por Gorender.

Gorender identifica duas formas específicas, marcantes da escravidão indígena determinadas pelo sistema jurídico referente à propriedade servil vigente em cada época, suas legitimações e restrições: a *escravidão completa* e outras formas *de escravidão incompleta*.

Como já citamos nas análises anteriores, a chegada dos portugueses e as demandas materiais para a organização da produção econômica levam à autoridade do ente colonizador a legalizar a escravidão dos “aborígenes”. A incorporação compulsória de trabalho de indígenas por colonos no Nordeste passa a fazer parte da dinâmica de produção dos primeiros engenhos. “Nas regiões pobres, onde o cultivo de gêneros de exportação tardou em se desenvolver, o índio continuou sendo escravo – predominantemente ou único – durante longo período” (GORENDER, 2016, p. 512).

A escravidão completa era a modalidade sem restrições. Os processos geradores desse tipo de escravidão indígena caracterizavam-se por elementos como: *perpetuidade, transmissão hereditária e irrestrita inalienabilidade* (GORENDER, 2016).

Assim, a captura e a condição de cativo ocorriam por meio de “Guerras Justas” (procedimento legítimo de escravização de índios). Eram guerras autorizadas pela Coroa como expressão de legítima defesa contra ataques. Porém, a partir desse argumento, se dá uma prática ilimitada de escravização de índios vistos como “selvagens”. Tornou-se uma guerra escravizadora acobertada pela lei, em que se praticaram aprisionamentos indiscriminados de aldeias inteiras “pacificadas” por jesuítas.

Outra modalidade de captura e escravização eram as “expedições de apresamento”. Os bandeirantes paulistas foram os maiores praticantes dessa modalidade. Realizavam expedições de caça ao índio com o objetivo de traficar e escravizar. Forneciam índios para

senhores de engenhos em diferentes regiões. Nas expedições, valiam-se dos aldeamentos para aprisionar milhares de índios.

As mudanças ocorridas entre 1755 e 1758 pelas leis pombalinas³⁶ não tiveram incidência efetiva nas condições de escravidão de indígenas que ainda conviviam com a situação de “cativos em sua própria terra”. Além da forma “completa” de escravidão, coexistiram no período colonial e até o fim da colônia, várias formas de “escravidão incompleta”, citadas por Gorender. A Carta Régia de 1766 (registrada no Ceará) foi um exemplo dessa realidade. A carta determinava a prisão de “índios ditos vagabundos” e sua remessa aos roceiros, fazendeiros, rancheiros e membros de bandeiras (grupos armados que praticavam a captura de índios). A identificação de “índio vagabundo” se referia aos índios que ainda estavam livres da dominação e da escravidão, que eram tratados também como “selvagens” e “bravos”. No final do século XVIII, surge a punição de “índios desocupados”, que passam a ser obrigados a trabalhar mediante remuneração para o Estado (GORENDER, 2016).

Dialogando com Prado Júnior, Gorender cita diversas formas de prisão e tráfico de índios, compra e venda de crianças indígenas e movimento de comércio de mão de obra entre o interior e o litoral. Apenas em 1831 os índios encontram-se diante da lei não mais como escravos, servos de senhores, mas como órfãos sob a tutela do poder institucional da Coroa e, futuramente, do Estado brasileiro. Ou seja, até meados de 1880, a escravidão indígena manteve cobertura jurídica que favoreceu de norte a sul a ocupação das terras indígenas e o esgotamento da força de trabalho do índio pela caçada generalizada e manutenção da submissão à condição de prisioneiros de guerra (GORENDER, 2016, p. 518).

Importante destacar entre as formas incompletas de escravidão, a função do aldeamento no chamado “sistema de administração” que envolvia a exploração compulsória com pagamento de salários e participação de jesuítas, através da prática da catequese e organização das aldeias.

O aldeamento possibilitou aos colonos o abastecimento de gêneros alimentícios e de força de trabalho baratíssima para obras públicas. Os índios aldeados eram tratados como homens livres em condição de tutela, administrados por capitães-mores, os quais

³⁶ A política Pombalina estava baseada na assimilação definitiva dos índios aldeados, incentivando presença obrigatória de brancos nas aldeias com vistas à imposição da mistura (CUNHA, 1992, p. 119). Já as Reformas Pombalinas constituíram-se mudanças na política indigenista portuguesa. Tiveram como principal objetivo fortalecer o poder absoluto do Rei através do processo geral de assimilação indígena que se acentua no século XIX, relacionada à valorização dos índios na condição de vassalos do Rei (ALMEIDA, 2010).

disponibilizavam índios para escravidão em estabelecimentos particulares, também tratados como “peças de serviço”.

Para exemplificar e sintetizar o processo histórico de captura e escravidão indígena no Brasil, Gorender apresenta dados de estudos nos quais se constatou que cerca de “200 mil índios aprisionados pelas bandeiras foram utilizados como escravos dentro de São Paulo” (GORENDER, 2016). O “sistema de administração” das aldeias cumpriu com a função de camuflar a realidade de escravidão indígena durante séculos no Brasil.

A importância do trabalho de Gorender em sistematizar e apresentar elementos da extrema crueldade, do rompimento entre índios e a sua terra, da mudança de modos de vida e das mortes por epidemias, é importante para entender o que marca, na organização da produção colonial, o processo geral de extermínio dos povos indígenas do Brasil durante todo o período de domínio colonial ibérico.

A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais pelas quais os povos originários passam no decorrer de cinco séculos. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias do povo originário do Brasil.

Por dentro do pensamento sociológico desses grandes intérpretes da formação histórico-social brasileira, podemos captar elementos muito significativos para a análise do processo histórico-concreto social vivido por esses povos e apreender a teia contemporânea de ameaças que seguem a tencionar a continuidade da vida indígena e sua possibilidade de autodeterminação e auto-organização.

Fundamental reconhecer que são intermináveis as críticas que tratam dos “limites” ou contradições dos modelos analíticos adotados pelos autores selecionados, porém, considera-se importante captar nesses autores suas contribuições acerca dos fatos objetivos que marcaram a vida indígena no Brasil Colonial, o que contribui significativamente para analisar o trabalho escravo como uma realidade particular, determinada pelas condições e pretensões universais do desenvolvimento do capitalismo pelo mundo.

A colonização da América se dá por meio de um processo global de expansão comercial do capitalismo mercantil. Desse modo, entender as particularidades da realidade brasileira requer entender o processo de acumulação primitiva do capital como momento fundamental para a ampliação de suas condições de existência.

A escravidão indígena foi acompanhada por longos séculos pela ação de resistência, conflitos, castigos entre povos originários e o colonizador. As condições objetivas, como a indisponibilidade de armas, levaram à reunião e articulação entre grupos étnicos, indígenas de

diferentes etnias indígenas e negros, indígenas e colonizadores como estratégias ativas de enfrentamento à ordem colonizadora imposta e desestruturante da condição originária de vida e reprodução étnica da vida coletiva dos indígenas no contexto da economia colonial.

A incorporação massiva, controlada pela violência e persuasão dos povos indígenas na realidade brasileira realizou efetivamente a incorporação produtiva da força de trabalho nativa em diferentes modalidades pelo uso compulsório da força de trabalho. Essa força de trabalho dinamizou as condições de produção e reprodução social e econômica, a fixar grupos étnicos, coibir a vida nômade não acumulativa de excedente, padronizando a vida nos aldeamentos que eram funcionais à punição e controle físico e cultural, com a participação ativa de missionários religiosos.

A análise de autores clássicos sobre a condição histórica de indígenas na sociedade colonial contribui para a verificação da transição do trabalho compulsório escravizado e a dispersão de grupos étnicos pelos sertões após processos de liberação da força de trabalho. Seja pela proibição de escravidão indígena, pela obrigação do trabalho em troca de salário, ou mesmo após os múltiplos processos de expropriação, ocorrem os processos de reagrupamentos e ressignificação da fixação de territórios resultante dos processos abolicionistas que ocorreram gradativamente no final do século XIX.

A autonomia dos indígenas sobre seus territórios, aldeias, ou pequenos trechos de terra compartilhados por pequenos grupos familiares compõe as expressões mais contemporâneas da relação entre indígenas sertanejos e sociedade regional e nacional, construída gradativamente durante o século XX.

A partir do início do século XX, as transformações econômicas da transição da hegemonia agroexportadora para a expansão da economia industrial atingem de forma peculiar as massas camponesas habitantes do Nordeste, não necessariamente pela expansão da economia industrial na região nesse período, mas sim, pelo deslocamento em massa em diferentes períodos nesse século para as regiões de maior concentração de parques industriais. As populações rurais passam a viver uma diversificação das relações de trabalho no campo e na cidade. É nesse processo que surge o “exército industrial de reserva³⁷” dentro de um novo

³⁷ Em Marx, “[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo, numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX, 2013, p. 708).

modelo de acumulação, posto que o número da população disponível no mercado de trabalho excedia os campos de novos modelos produtivos.

No início desse século temos um país predominantemente agrário, com uma massa populacional extensa vivendo na área rural. Sobre essa conjuntura, Oliveira (2011, p. 42), no livro *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*, publicado pela primeira vez em 1972 e republicado em 1990, destaca a função dos setores da agricultura dentro do novo modelo de acumulação de capital:

[...] por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e a sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do “exército industrial de reserva” (OLIVEIRA, 2011, p. 42).

A crítica deixada por Oliveira (2011) contribui para explicar as investidas das classes dominantes e do Estado brasileiro na suposta superação do problema agrário no Brasil, que tinham como força central a reprodução das condições de expansão capitalista no processo de transição da base “agroexportadora” para a “urbano-industrial”.

No contexto das transformações relacionadas à submissão do campo à cidade, periferia ao centro, e à condição regional delineada para o Nordeste no decorrer da primeira metade do século XX, realizam-se dinâmicas de constituição de um “contingente de mão de obra” em processos próprios da acumulação primitiva do capital.

As referências teóricas aqui adotadas das categorias “trabalho” e trabalho assalariado nesta pesquisa encontram-se em Marx (*O Capital*. Capítulo 24 do Livro 1 – *A assim chamada acumulação primitiva*):

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do seu trabalho [...]. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão, o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

Em Marx, a expropriação da terra, o momento em que “[...] grandes massas humanas são despojadas violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho

como proletários absolutamente livres” (MARX, 2013, p. 787), é um dos elementos da acumulação primitiva; é a base de todo processo de estruturação da sociedade capitalista³⁸:

Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês, deixado ao léu, tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante (MARX, 2013, p. 816).

Marx descreve as transformações agrícolas que ocorrem no campo na Europa do século XIX (transformação da terra em pastagens para ovelhas - MARX, 2013, p. 803) para explicar como se dá a expropriação das populações nativas. A expulsão, quando não o extermínio se dá por meio de violência: “No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas. A parte dos aborígenes jogada na orla marítima procurou viver da pesca [...]” (MARX, 2013, p. 802).

É o processo de expropriação, ao privar os lavradores da terra e da propriedade comunal, causando-lhes o empobrecimento, que os lança como força de trabalho livre para ser vendida no mercado e transforma as terras em propriedade privada, em latifúndios. Essa é a base do modo de produção capitalista: “uma massa de proletários absolutamente livres [...] lançada no mercado de trabalho” (MARX, 2013, p. 789).

Trazendo essa interpretação teórica para a particularidade da realidade Brasileira, Oliveira elenca características singulares da acumulação primitiva na nossa realidade, referindo-se às mudanças no mundo do trabalho no decorrer da história do século XX. Nas palavras de Oliveira:

O conceito tomado de Marx, ao descrever o processo de apropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso se deu também em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura de exportação –, mas se *expropria o excedente* que se forma pela posse da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética (OLIVEIRA, 2011, p. 43)

³⁸ “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 2013, p. 818).

Para Oliveira, os processos estruturantes da economia urbana, da formação da força de trabalho urbana no Brasil têm uma relação direta com a formação de um proletariado rural³⁹. No entanto, embora tenham ocorrido processos de formação de um proletariado rural a partir dos anos 1950, este não recebe o estatuto de proletariado. Tanto pela inexistência de legislação trabalhista e previdenciária, quanto pelas características das relações internas à agricultura, cujo modelo diferenciado produtivo e de produtividade é viabilizado “[...] pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural” (OLIVEIRA, 2011, p. 45)⁴⁰. Segundo Oliveira, as atividades agropecuárias mantinham um padrão primitivo baseado em uma alta exploração da força de trabalho.

A obra de Ianni (2004), *As origens agrárias do Estado Brasileiro*, publicada pela primeira vez em 1984, apresenta processos sociais da conjuntura desde a primeira metade do século XX que fizeram surgir o proletariado rural no Brasil. As modificações da composição das forças produtivas no mundo rural aceleram as mudanças nas relações de produção, especialmente, no período de modificações na legislação trabalhista entre 1963 – 1974 (IANNI, 2004, p. 68-69).

O autor analisa as circunstâncias em que nasceram e se expandiram os diversos perfis de trabalhadores assalariados permanentes ou temporários. Destaca a origem do “boia fria”, “O boia fria é provavelmente o trabalhador mais característico das relações de produção imperantes na agroindústria açucareira” (IANNI, 2004, p. 71). A condição sazonal do trabalhador é muito comum na agroindústria, devido ao caráter sazonal das suas atividades produtivas, o que implica contratos temporários, vínculos não permanentes. É a expansão da agroindústria que produz e reproduz o “boia fria”, o “volante” ou o “pau de arara”. Ainda na análise das atividades canaviais, Ianni conclui:

A forma pela qual se desenvolve a divisão social do trabalho, na lavoura e na usina, nas relações entre produção agrária e industrial, ao longo das épocas de safra e entressafra, faz com que as relações de produção na agroindústria não sejam exatamente homogêneas ou semelhantes para todo proletariado (IANNI, 2004, p. 82).

Ou seja, essas questões são fundamentais para a caracterização e explicação da complexidade e heterogeneidade da massa de trabalhadores assalariados que vivem no campo.

³⁹ A intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão da população rural forneceu à indústria urbana massas cada vez maiores de proletários (MARX, 2013, p. 816).

⁴⁰ Conferir também Fernandes (2008, p. 144) e Ianni (2004, p. 68-69).

De acordo com as sínteses de Ianni (2004, p. 101), a conjuntura pós anos 1950 “[...] a economia agrária sofreu e continua sofrendo progressivamente a ação de fatores internos e externos que revelam, entre outros fenômenos, a expansão da mentalidade capitalista no campo”. Assim, a formação do proletariado estaria ligada às mudanças na divisão do trabalho e transformações no modo de produção. Então, a transição do trabalhador escravo para o trabalhador assalariado no Brasil (do início do século XX até final da sua primeira metade) passa por diversos outros perfis de trabalhadores liquidando-se, pouco a pouco, relações “não capitalistas” de trabalho, levando os trabalhadores a transitarem tanto através do êxodo rural e das migrações, como em diversos setores da economia. Desse modo, “[...] a constituição do proletariado agrícola é um fenômeno que resulta das transformações dos modos de produção” (IANNI, 2004, p. 112).

3.2 A questão da terra e aldeamento indígena no Brasil

A atuação da “mão do Estado” no controle dos povos originários administrou ações voltadas ao integracionismo enquanto direção política e ideológica de integração os povos indígenas na dinâmica da vida nacional a partir da eliminação de diferenças, supressão de particularidades étnicas e socioterritoriais. Assim, neste tópico são apresentadas informações e reflexões sobre o que mudou no decorrer do século XX e quais os retrocessos do início do século XXI na relação entre indígenas e o direito à terra na política indigenista no Brasil.

O Estado brasileiro, na sua versão republicana, investiu na formação de “mão de obra indígena” na transição da predominância de trabalho escravizado para trabalho livre, assalariado.

O Serviço de Proteção ao Indígena (SPI – 1910) atuou nesse sentido, com orientação positivista com participação militar, exercendo a tarefa integracionista, por considerar uma condição de transitoriedade a transformação do índio, do seu estado primitivo, para o estado de proletariado rural, um pequeno produtor rural, “capaz de se sustentar e integrar ao mercado nacional de mão de obra” (ARRUTI, 1995, p. 60). A ideia de proteção era executada a partir do controle do acesso à propriedade, treinamento técnico da força de trabalho por meio da criação de postos de trabalho e de centros agrícolas.

O controle da vida e do trabalho indígena no início do século XX se dava, no contexto de expansão das fronteiras agrícolas, a partir das estratégias de “atrair e pacificar” para

constituir uma mão de obra necessária ao desbravamento de terras, transformando o índio em trabalhador nacional, trabalho esse baseado no princípio da tutela⁴¹ (ARRUTI, 1995).

O caso da aproximação e atuação do SPI no Nordeste é diferenciado. Na década de 1930, lideranças indígenas, em uma conjuntura de empobrecimento, processos de organização e reivindicação de seus direitos, passam a procurar o SPI para tratar das demandas peculiares da região. Por encontrar-se em situações diferenciadas quanto às exigências de distintividade como critério indispensável do reconhecimento da indianidade, naquela ocasião, o toré entre os índios do Nordeste tornou-se expressão de obrigatoriedade de sua condição e de parâmetro para avaliação e verificação étnica pela instância institucional, para viabilização do acesso aos direitos. Em síntese, de opressão, controle e dominação do estado sobre a categoria e conceitos relacionados à etnia e etnicidade (ARRUTI, 1999).

Classificados como caboclos, subsegmentos rurais, julgados pela avaliação da descaracterização étnica, naquela ocasião interpretada, na análise antropológica institucionalizada, como consequência da proletarização, integração e aculturação. Havia uma busca por identificar tradições, cantigas, linhas de parentesco, produção artesanal na vida dos ditos “índios”. Significa que o Estado em seus tentáculos institucionais e os conceitos formulados pela ciência institucionalizada exerceram a função de definir e classificar quem era e quem não era índio, sobrepondo-se à memória e às múltiplas teias complexas de autorreconhecimento entre indígenas e vínculos ancestrais, entre a destruição, a construção e reconstrução das identidades étnicas no Nordeste.

As formas compulsórias de rompimento com a terra são resultado de processos históricos de expropriação. Significa reconhecer que por séculos o domínio colonial definiu a mudança radical da vida dos povos originários, impondo a submissão de indígenas, por exemplo, à formação compulsória de aldeias, origem da visão restrita e danosa para os indígenas na figura do “aldeado” e “desaldeado”. Aqui localizam-se múltiplas possibilidades de análises, mas considero importante ressaltar que aldeamento enquanto processo compulsório de fixação em territórios não passou sem conflitos. “Aldear” e “desaldear” foi um movimento colonial de deslocamentos forçados. No contexto contemporâneo, existem novas modalidades do contraditório e complexo “desaldear-se”. Indígenas que vivem fora das aldeias resultam de processos de saída, com ou sem protagonismos de escolha. Significa que

⁴¹ A tutela estabelecia para o índio a condição de capacidade civil relativa, a ser modificada de acordo com o progresso de evolução em graus civilizatórios do índio. Até a evolução e integração completa do índio, o SPI, enquanto órgão do poder estatal, teria monopólio da autoridade e da força necessária para atuar e responder pelos índios.

os grupos saem por vários motivos, porém, constata-se que o principal motivo da saída do grupo em estudo foi a necessidade de sobrevivência em um período histórico de ausência de políticas públicas e dificuldades objetivas ambientais. No aspecto cultural, espiritual e cosmológico, observa-se que estar e viver na aldeia seria o melhor lugar para se viver, pela relação de parentesco, pela larga rede de solidariedade e pela vivência cotidiana ritualística.

Contextos de dominação e exploração da força de trabalho de indígenas envolviam diferentes processos de expropriação de suas terras e de suas vidas como um todo em toda a história do Brasil. Destruição cultural e física dos povos originários significava: proibição do uso da língua nativa; imposição de casamentos com não índios; proibição de cultos; mortes por contágio de doenças, escravidão e matanças de grandes grupos étnicos.

Os confrontos que envolviam as tentativas de exploração forçada do trabalho indígena com as diferentes formas de resistência dos nativos levaram os colonizadores à realização do tráfico para escravidão do trabalho de negros trazidos da África em larga escala. Os indígenas passam a ser divididos progressivamente entre “mansos”, “aliados” (“aldeados”) e “bravos” (“não aldeados”), passando a ser objeto de caça com vistas à submissão ao cativeiro e condição de semiescravidão. Constituem-se, daí, as raízes econômicas da herança colonial que marcou o lugar social da violência contra indígenas transformando-os em escravos na própria terra.

No que se refere às definições normativas que caracterizavam a relação de domínio do poder da coroa sobre os índios, durante todo o período colonial, foi instituída uma infinidade de decretos, leis e cartas régias que caracterizaram a “atuação indigenista” do poder colonial no Brasil muito mais atuante como contrária aos indígenas (sem nenhuma participação dos indígenas)⁴².

Durante o século XVI já se iniciam as investidas pelos processos de aldeamento indígena, ou seja, de concentração e povoamento da vida dos índios em grupos em espaços delimitados, isto é, determinados territórios fixos. A aldeia assume diversas funções contraditórias na conjuntura colonial, apresentando-se como um “mal menor”: “Apesar dos prejuízos incalculáveis, a política de aldeamento colocava os índios numa condição jurídica específica, atribuindo-lhes, além das obrigações, alguns direitos que eles lutaram para garantir até o século XIX, agindo conforme os códigos do mundo colonial” (ALMEIDA, 2010, p. 74).

A essa condição também eram atribuídas identificações impostas pelos colonizadores na formação das aldeias coloniais, como: *índios aldeados, súditos cristãos de Sua Majestade*.

⁴² Por essa razão, Almeida (2010) enfatiza os avanços contemporâneos que consideram que uma política será efetivamente “indígena” se contar com a participação dos índios na sua construção, o que tem se apresentado nos princípios da atuação contemporânea da maior parte dos órgãos de defesa dos direitos indígenas.

A aldeia cumpria a função de sobrevivência diante das inúmeras ameaças que passaram a fazer parte do “novo” território. “As aldeias cumpriam também a função de assegurar aos colonos, aos missionários, às autoridades a mão de obra necessária às mais diversas atividades. Os índios aldeados eram submetidos ao trabalho compulsório [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 76).

Entre as medidas praticadas pela política “assimilacionista” pombalina, destacam-se: a proibição dos costumes indígenas nas aldeias, a imposição da língua portuguesa como padrão, os fortes incentivos à miscigenação, que visavam à limpeza do sangue (ALMEIDA, 2010).

No início do século XIX, ocorrem diversas transformações no Brasil, especialmente a ruptura com o pacto colonial, superando o estado jurídico-político, nas palavras de Florestan Fernandes. Essa ruptura com o passado colonial não ocorre com a condição material que, para Fernandes, “iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma nova sociedade nacional” (FERNANDES, 2005, p. 51).

Na Constituição de 1824 “não havia nenhuma menção aos índios; a sociedade e a ideologia dominante lhes relegaram à civilização ou ao extermínio” (GOMES, 2012, p. 84-86). Naquele período, foram criadas diversas leis locais. Em 1845, os Diretórios gerais de índios, instituídos pelos Regulamentos das Missões, definiam diretores para as aldeias e cumpriam uma função tutelar. Os índios eram tratados na “condição de tutelados por serem considerados incapazes de administrar seus próprios bens”, porém participavam do recrutamento compulsório nas tropas para prestar serviço militar (ALMEIDA, 2010, p. 146).

De acordo com Gomes, a partir de 1831, surgem as primeiras leis indigenistas de caráter nacional. Em 1845, o Regimento das Missões favorecia a catequese e proibia a servidão e os maus tratos aos índios, prevalecendo no período o binômio “catequese e civilização” (GOMES, 2012, p. 87).

Durante todo o período colonial até final do século XIX, foram promulgadas leis contra os povos indígenas, que em razão daquelas eram tratados como súditos do rei, vassalos na sua própria terra e inferiores aos portugueses, o que gerou imensas formas de conflitos e violência em função das fugas, resistências e guerras contra indígenas, com perseguição, escravidão, subordinação e mortes, situações que envolviam ampla participação da igreja por meio das missões de catequização dos “bárbaros conquistados”.

É importante enfatizar o papel que cumpriu a Lei de Terras de 1850, que dava o direito de posse da terra apenas àqueles que pagassem por ela. A lei excluía radicalmente pequenos lavradores e aldeias indígenas. No período, a política indigenista passa a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, criado em 1860, e diversas aldeias foram

extintas formalmente e índios dispersados. Parafraseando Gomes (2012, p. 88), os habitantes daqui são condenados a viver como posseiros sem-terra, perdendo suas características específicas. O período do Brasil Império caracterizou-se com a afirmação do poder dos grandes senhores, do latifúndio, pela manutenção da servidão e da escravatura.

Prevaleceu nesse período uma subalternidade ideológica da vida e das necessidades dos índios. Eram tratados como crianças órfãs, definindo a condição de tutela que juridicamente foi reafirmada no Código Civil de 1916, considerados como “menores de idade” e “relativamente incapazes”, mantendo o princípio da tutela (GOMES, 2012, p. 89 e 137).

No início do século XX, a questão indígena estava situada nos conflitos de interesse econômico em torno da posse de terras. A constituição de 1891 não tratava de forma substancial da questão, fazendo apenas breve menção a um possível reconhecimento de terras que, eventualmente, tivessem sido reconhecidas anteriormente pela Coroa Portuguesa. Índios sempre foram vistos como “problemas” para o desenvolvimento nacional e como obstáculos para o progresso econômico.

Após denúncias internacionais da condição indígena e dos trabalhadores do campo brasileiro, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), que em 1918 se tornaria o Serviço de Proteção aos Índios, o SPI. Em função das dificuldades da primeira versão do órgão para atuar na amplitude das demandas de tantos grupos sociais, o SPI passa a atuar exclusivamente com as demandas indigenistas. O índio passa a ser visto como “um ser digno de conviver em comunhão nacional”, mas permanece a visão da inferioridade cultural e “evolutiva”. Vistos como infantis, “necessitariam da tutela do Estado a quem caberia dar-lhes condições para evoluir a um estágio cultural e econômico superior, para daí se integrarem à nação” (GOMES, 2012, p. 92-93)⁴³.

No decorrer do século XX ocorreram muitas transformações no tocante à questão indígena brasileira, tanto na dimensão institucional de organização dos serviços de execução, como nos processos de regularização das políticas que envolviam a atuação direta do Estado e seus órgãos de proteção. Embora com elementos e instrumentos contraditórios, ocorrem processos de mapeamento que favorecem a visibilidade da presença indígena no território

⁴³ Para tanto, deveria demarcar suas terras, protegê-las de invasores e usurpadores em potencial, defendê-los da esperteza dos brasileiros, especialmente dos comerciantes e mascates que os exploravam, ensinar-lhes novas técnicas de cultivo e administração de seus bens, e socorrê-los em suas doenças (Idem, p. 92-93).

brasileiro, bem como, ainda que de forma limitada, a organização de dados e registros oficiais que tentaram dimensionar a condição quantitativa da realidade dos povos.

Em 1928, é aprovada a Lei nº 5.484, que passa a regulamentar a situação jurídica dos índios. Exonera a tutela orfanológica e coloca-os sob a tutela do Estado. Ocorre o processo de “classificação” indígena de acordo com o grau de relacionamento com a sociedade brasileira, denominados como: “grupos nômades”, “aldeados ou arrancados”, “incorporados a centros agrícolas”, e reunidos em povoações indígenas. Índios incorporados à sociedade ou em centros agrícolas são responsáveis por seus atos (GOMES, 2012, p. 95).

A constituição de 1934 apresenta pela primeira vez na história brasileira, e ainda de forma pontual, um artigo favorável à não alienação de suas terras: “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las” (GOMES, 2012, p. 96).

As mudanças conceituais sobre terras indígenas no sistema normativo brasileiro ocorrem a partir da ampliação da organização política de órgãos de defesa, associada ao alargamento da formação política e organização dos próprios indígenas. Apenas nas décadas de 1970 e 1980 foram se ampliando e reafirmando leis voltadas à definição e à proteção das terras indígenas, mas ainda prevalecia a ideia “integracionista” de nacionalização e incorporação dos índios (essa era a meta principal do órgão indigenista). O decreto de nº 736, de 6 de abril de 1936, estabelece:

[...] os índios devem ser nacionalizados para serem incorporados à sociedade brasileira e **define as terras indígenas como “aquelas em que presentemente vivem e já primariamente habitavam e são necessárias para o meio de vida** ⁴⁴compatível com o seu estado social: caça, pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação; aquelas que já lhes tenham sido ou venham ser reservadas para seu uso ou reconhecidas como de sua propriedade⁴⁵ a qualquer título” (GOMES, 2012, p. 96).

A Constituição de 1937, no artigo 154, definia: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras *em que se achem* localizados em caráter permanente, sendo-lhes, *porém, vedada a alienação das mesmas*”. Nos termos da Constituição de 1946, Art. 216: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras *onde se achem* permanentemente localizados, *com a condição de não se transferirem*”. Há uma pequena mudança no texto da Constituição de 1937 para a de 1946. A diferença textual pode indicar adaptação de coerência textual, mas, substancialmente,

⁴⁴ Grifos da autora.

⁴⁵ Há um longo debate sobre a diferença entre posse e propriedade, entre posse indígena e posse civil das terras indígenas. Para melhor conhecimento, conferir o texto: CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Usufruto exclusivo das terras indígenas:** natureza jurídica, alcance e objeto. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10804/usufruto-exclusivo-das-terras-indigenas/1>.

indica que passa a impedir a possibilidade de transferência, porém, abrem-se possibilidades de alienação.

No decorrer do século XX, modificam-se as definições formais por dentro da legislação sobre o que são “terras indígenas”, sobre as formas e tempo de “ocupação” (ocupação permanente, modo tradicional de ocupação, tempo de ocupação). Mudanças essas que passam a definir as ações do Estado brasileiro voltadas ao reconhecimento e à demarcação das terras indígenas. A definição legal e institucional das formas de proteção, dos limites e controle dos territórios também é modificada de acordo com os interesses e poder de decisão dos que ocupam o lugar daqueles que fazem e operam a lei. Nem sempre essas mudanças atendem aos interesses próprios dos povos indígenas.

Em meio aos retrocessos e violências próprias do Regime Militar que se instala no Brasil a partir de 1964, ocorrem diversas denúncias internacionais das torturas e massacres realizados contra índios brasileiros, além de crimes de responsabilidade administrativa atribuídos ao SPI, situação que leva à extinção do órgão (GOMES, 2012, p. 100).

No cenário ideológico do “desenvolvimento com segurança”, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 5 de dezembro de 1967, com a missão precisa de transformar o índio em brasileiro, permitindo que “evoluisse” rapidamente: “integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo em um processo acelerado”, nas palavras de Gomes (2012, p. XX).

Naquela conjuntura, a Constituição de 1967 trouxe mudanças e retrocessos jurídicos e políticos. Segundo Gomes (2012), na conceituação sobre terras indígenas que passam a ser da união e para os índios, restou a posse exclusiva e a inalienabilidade. No entanto, a nova definição favoreceu o processo de demarcação das terras indígenas.

Em 1973, foi aprovado o Estatuto do Índio, a Lei 6.001, de 19 de dezembro desse ano⁴⁶. A referida lei passa a regulamentar aspectos jurídico-administrativos e determina a condição social e política do índio perante a nação, tratando da definição de terras indígenas

⁴⁶ De acordo com o Estatuto, “Índio ou Silvícola é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” e no seu Art. 19. “As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo”. O Estatuto do Índio, de 1973, também passa a afirmar: Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes (Artigo 2º do Estatuto do Índio, inciso IX, 1973).

e processos de regularização fundiária e estipulando medidas de assistência e promoção dos povos indígenas como indivíduos (GOMES, 2012, p. 102).

O Estatuto do Índio atribui à FUNAI a “responsabilidade de único agente responsável pela definição do que é terra indígena e pela demarcação em todas as etapas. O ato final de homologação fica sob a prerrogativa do presidente da república” (GOMES, 2012, p. 102).

As décadas de 70 e 80 do século XX foram marcantes em termos de espraiamento de novas formas de interpretação da condição de vida dos povos indígenas Brasil. No âmbito das condições de trabalho do principal órgão de proteção, os processos de reconfiguração pelo regime civil militar levam ao seu enfraquecimento. Foi também um período de forte ebulição dos movimentos sociais na realidade brasileira, o que possibilitou denúncias e críticas sobre a atuação estatal. Naquele momento de redemocratização do país ocorre uma ampliação dos debates sobre a “questão indígena”, através da mobilização de organizações que defendiam as causas indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da própria organização política crescente dos índios em favor dos seus direitos com a criação de associações indígenas em diversas partes do Brasil (GOMES, 2012, p. 109).

Conforme Baniwa (2012), na década de 1970 emerge um movimento pan-indígena que ganhou ampla dimensão no continente latino-americano e conquistou direitos constitucionais nas décadas de 80 e 90 do século XX – defesa do direito à particularidade e à diversidade e denúncia das injustiças étnicas. Com a abertura política no país e a força participativa dos movimentos em favor da Constituinte, a questão indígena passa a ganhar mais espaço na agenda política brasileira no sentido de reverter o quadro de retrocessos legais. No Brasil, com a aprovação da Constituição de 1988, a ideologia da unicidade do Estado se afirmou como coisa do passado.

A Constituição Federal (CF de 1988) apresenta mudanças significativas no que se refere à orientação da ação do Estado reformulando os seus mecanismos de ações voltadas aos povos indígenas. No que se refere ao conceito de “terras indígenas”, a CF de 1988 no parágrafo 1º de seu artigo 231, define:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

A principal demanda da vida indígena, a terra, é apresentada na CF como condição fundamental para a continuidade da vida e da saúde e reprodução social, sua autodeterminação e seu etnodesenvolvimento.

São mudanças significativas em termos normativos que possibilitam visualizar novos horizontes para os povos indígenas no enfrentamento cotidiano dos seus desafios diante da possibilidade do respeito à diferença e reais necessidades para sua continuidade humana e social.

No início deste século XXI, acompanhamos avanços nos debates sobre o fenômeno da “indianidade” e em favor da política da diferença. Entramos em um momento histórico de afirmação, no plano político, de uma nação pluriétnica, de rejeição das ideias evolucionistas, da busca pela garantia da legitimação de diferenças internas, garantias de direitos territoriais e repercussão desses avanços para as políticas indigenistas (e indígenas: que possam envolver a participação efetiva dos povos em questão).

A realidade contemporânea e as demandas vitais próprias dos povos originários são muito complexas e dinâmicas. Um sistema jurídico normativo não dá conta de incorporar as demandas das diversas formas de organização social. Porém, os povos indígenas e sua singularidade estão sob estas determinações: o fenômeno jurídico da sociabilidade burguesa e suas formas de controle e regulação da vida social.

Tratar do direito à terra e da necessidade da demarcação das terras indígenas frente às ameaças da apropriação capitalista do campo é tratar do desenvolvimento da singularidade indígena e sua interlocução com o complexo social total: o indígena como um ser social. Significa proteger a relação vital e simbólica da terra indígena como patrimônio cultural da humanidade que precisa ser garantido, vivo e habitado. É a garantia da produção e reprodução do território, das relações entre meio ambiente, humanos e suas múltiplas relações de parentesco, de produção real e imaginária da vida. **As transformações da vida indígena no campo e na cidade são a experiência da construção de novas formas de relação social, preservando tradições, com reconhecimento da ancestralidade, da origem.**

As populações originárias foram engolidas, dizimadas durante todo o período colonial pela imposição de um novo sistema de vida. A própria construção de uma identidade nacional, de um poder estatal na realidade brasileira, coloca os indígenas numa condição radicalmente periférica, subalterna, para obedecer e se enquadrar efetivamente no sistema de normas que se refere à sua própria vida.

A situação contemporânea dos processos de demarcação das terras indígenas encontra-se no centro de grandes ameaças e pressões da Bancada Ruralista no Congresso Nacional Brasileiro.

A FUNAI, como o principal órgão do Estado voltado às demandas de proteção aos direitos indígenas, tem se tornado, nos últimos anos, um centro das grandes tensões pela constante interferência e presença de representantes de partidos conservadores, da Bancada Ruralista, que realizam institucionalmente medidas para ressuscitar as visões “integracionistas” e “assimilacionistas”⁴⁷ sobre os povos indígenas.

Além das propostas e investidas relacionadas à reestruturação da FUNAI (sucateamento, terceirizações, nomeações de militares para presidência da fundação, ligados ao patronato rural), persistem propostas de mudanças significativas nos processos de demarcação de terra e códigos que regulamentam a exploração de recursos naturais no território brasileiro por parlamentares conservadores da direita representantes do agronegócio.

É o caso das propostas de leis que tramitam no Congresso Nacional que visam extinguir direitos indígenas já conquistados, ou “modificar (dificultar) e criar possibilidades para a exploração dessas áreas por não indígenas”, como são os casos do arrendamento de terras indígenas, incentivos à “agricultura indígena” de orientação capitalista baseada no uso do agrotóxico, longe das perspectivas agroecológicas, sustentáveis, orgânicas. Podemos destacar:

[...] a retirada do poder Executivo, a função de agente demarcador das terras indígenas ao incluir entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas. Deputados e senadores teriam o poder, inclusive, de rever e reverter demarcações antigas ou já encerradas (ISA, 2010, online).

Outras versões de mudanças nos processos demarcatórios das terras foram realizadas no início de 2019, quando a responsabilidade da demarcação das terras foi transferida temporariamente para o Ministério da Agricultura pela Medida Provisória (MP) 886/2019 (assinada em 19 de junho de 2019). A Medida foi duramente rejeitada pelo Movimento Indígena, motivando a realização de várias manifestações em todo o país e derrubando a medida referente a essa mudança⁴⁸. Durante a campanha eleitoral do presidente em exercício

⁴⁷O assimilacionismo como orientação ideológica voltada à obrigatoriedade de os indígenas assimilarem a cultura, a língua, os costumes do colonizador, para superar a condição “primitiva” e adaptar-se à sociedade eurocêntrica dominante. O integracionismo visava integrar indígenas às formas de vida e organização social imposta pela organização colonial de produção econômica.

⁴⁸Seguindo entendimento da PGR, Plenário mantém suspensão de trechos da MP 886, devolvendo competência para demarcar terras indígenas à Funai. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, nesta

(2019), este já informava ser contra a demarcação de terras indígenas, declarando que não haveria mais demarcações de terra indígena no Brasil

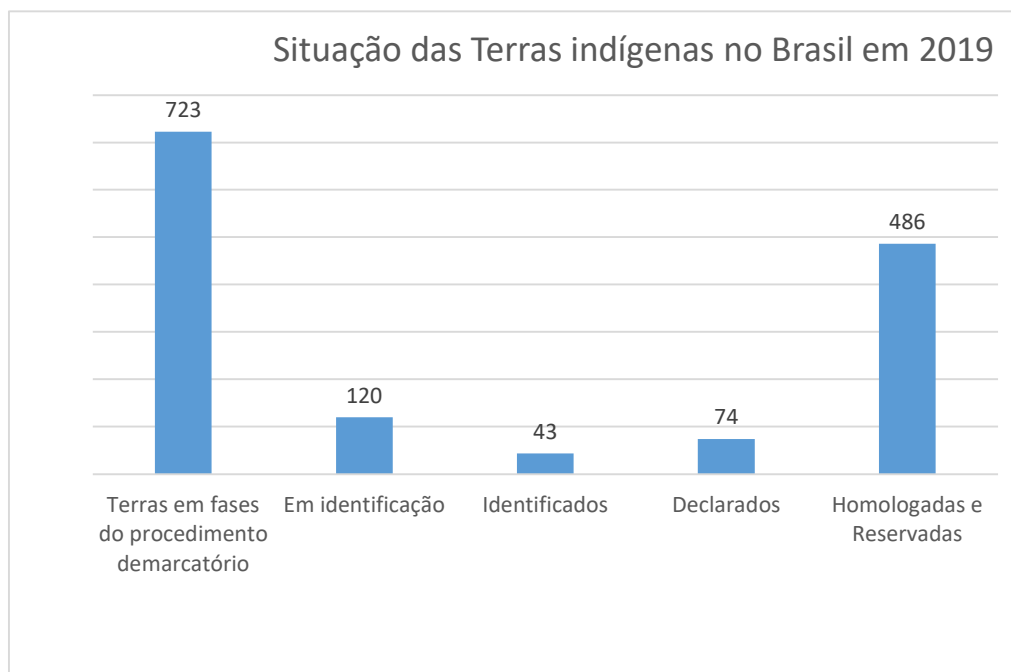
De acordo com os dados oficiais da Fundação Nacional do Índio, existem 479 terras indígenas regularizadas (39 Reservas indígenas⁴⁹ e 440 Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas), representando 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. A distribuição de terras regularizadas no Brasil encontra-se da seguinte forma: 10% no Sul, 6% no Sudeste, 54% no Norte, 11% no Nordeste, e 19% no Centro-Oeste do país (FUNAI, 2019).

Os dados apresentados no site do Instituto Sócioambiental informam que no Brasil existem 723 terras em fases do procedimento demarcatório, como podemos verificar na imagem abaixo:

quinta-feira (1º), a suspensão dos dispositivos da Medida Provisória (MP) 886/2019, editada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que transferiram novamente a competência para demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A decisão na sessão de reabertura do semestre Judiciário referendou medida cautelar (liminar) concedida pelo relator, ministro Luís Roberto Barroso, e seguiu entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os ministros destacaram que, ao alterar o texto da Lei 13.844/2019, resultante da aprovação, pelo Congresso Nacional, da MP 870/2019, para devolver a demarcação de terras indígenas para o Mapa, a norma reeditou, na mesma legislatura, medida provisória já rejeitada pelo Poder Legislativo, o que é vedado pela Constituição Federal” (MPF, Procuradoria Geral da República. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/stf-suspende-transferencia-de-demarcacao-de-terras-indigenas-para-o-ministerio-da-agricultura>>.

⁴⁹ De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), “as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96; Reservas Indígenas: “São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional”.

GRÁFICO 1 - TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL



Fonte: ISA, Instituto Socioambiental, 2019⁵⁰.

A demarcação das terras indígenas é a principal luta do Movimento Indígena no Brasil. Propõe para os indígenas a segurança mínima de um lugar fundiário que lhes assegure meios dignos de subsistência econômica, como prevê a legislação.

Embora reconheçamos a impossibilidade da norma, da lei por si mesma transformar a vida concreta, por reconhecer os limites da igualdade formal e da função social do sistema jurídico na sociedade capitalista, é importante destacar o avanço normativo que trata dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A aceitação social de que as terras indígenas são “direitos originários”, ou seja, antecedem a criação do próprio Estado brasileiro, é fundamental para os processos de demarcação, considerando as pressões constantes do grande capital, através do agronegócio que amplia os processos de expropriação dos povos indígenas de suas terras.

3.3 Identidade étnica e o direito a autodeclaração

Os povos indígenas do Brasil são muito diversos em termos de organização social e características culturais. Somos um país pluriétnico. Transcorridos séculos de mudanças

⁵⁰ ISA, 2019. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>>.

radicais em termos econômicos e políticos, os povos originários passam por diversos momentos de destruição física e cultural.

Os povos originários que sobreviveriam após séculos de violência e extermínios não ficariam imunes a mudanças multidimensionais em suas formas de vida. Resistem, no Brasil, com diferentes modos de vida, distribuídos em diversas regiões do país. É fundamental destacar que, mesmo depois de séculos de destruição, dos processos de transformação pelos quais passam as populações indígenas no território brasileiro, os nossos povos não foram totalmente destruídos, se recriaram.

Essa reflexão também propõe reconhecer a possível interação entre a vida indígena e a vida no campo na particularidade do Nordeste, marcada por elementos singulares da construção da ruralidade e o possível compartilhamento de elementos próprios da vida tipicamente capitalista com diferentes “elementos de distintividade sociocultural”, caso dos índios vistos e ditos como misturados em relação à sociedade nacional⁵¹.

Esse destaque tem o intuito de enfatizar que as transformações não destituíram e reconstituíram traços étnicos (velhos ou novos) dos povos “indígenas” em sua diversidade. A unidade se faz presente em diversas expressões coletivas em termos materiais e imateriais que vão da cultura ao trabalho, das vivências espirituais às suas relações objetivas de produção da vida com a terra.

As características que definem os grupos étnicos são delineadas por categorias como “nós” e “outros”. Essas resultam de:

[...] interações sociais que selecionam e estabelecem traços físicos e culturais, valores, instituições, etc., como signos diacríticos entre pessoas e grupos para definir formas, regras e padrões de relacionamento com os mesmos, propiciando desse modo, o surgimento e a manutenção de fronteiras étnicas (SILVA, 2005, p. 115).

De acordo com Silva (2005), as relações interétnicas e os grupos étnicos não surgem do isolamento geográfico, “mas de processos sociais produtores da diferença cultural”. No entanto, são historicamente problemáticos os processos de “etnização” e “indianização” baseados em interpretações e expectativas impostas sobre e para os indígenas, a partir de critérios de “indianidade” e “autenticidade”. É o caso da categoria “identidade contrastiva” de uma literatura antropológica, atuante como “conceito operacional” que visava identificar um grupo étnico como “povo indígena” através de procedimentos objetivos.

⁵¹ Conferir SILVA (2005). O autor trata dos mecanismos de identificação e reconhecimento étnico no Brasil.

Silva (2005) apresenta essas questões como indicativos do “problema da identificação étnica” e cita Carneiro da Cunha (1987) para chamar a atenção a possíveis transformações que ocorrem a partir de processos de interação entre culturas e grupos sociais:

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 99 apud SILVA, 2005, p. 119).

Desse modo, para Silva (2005), a identificação étnica deveria ultrapassar vínculo concreto, consanguíneo de pessoas e grupos contemporâneos com passado pré-colombiano.

[...] identificação étnica é a categorização recíproca e pragmática que pessoas e grupos sociais realizam como expressão de processos contrastivos nos quais se encontram inseridos e que regulam o acesso a recursos materiais e/ou simbólicos, bem como posições e papéis pertinentes a um dado sistema social, muitas vezes assimétrico. Sob esta perspectiva, quem “promove” ou “faz” a identificação étnica não deveria ser o antropólogo ou o técnico indigenista, **mas os próprios sujeitos sociais inseridos em situações sociais e históricas específicas**⁵² (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 99 apud SILVA, 2005, p.120).

As análises de Silva (2005) apresentam indicativos muito significativos em favor do direito da autodeterminação e autoidentificação dos povos indígenas, especialmente quando o autor diz:

Tampouco cabe à FUNAI realizar tais “identificações étnicas”. Aos aparelhos indigenistas do Estado (como a FUNAI entre outras agências governamentais e “neo-governamentais”) cabe apenas o papel de solicitar e viabilizar (ou, no mínimo, não inviabilizar) estudos etnográficos, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas e históricas que informem e subsidiem as ações e decisões políticas em prol da proteção dos direitos indígenas, em particular o direito de pessoas e grupos de se auto-afirmar, na qualidade de sujeitos históricos que são, como indígenas autônomos (SILVA, 2005, p. 121).

A situação dos índios “misturados” no Nordeste, em termos de identificação étnica é acompanhada de muitas polêmicas e conflitos por não se reconhecer, na realidade brasileira, as determinações desses processos de mistura. Ao considerarmos também as restrições e o focalismo das políticas sociais, os critérios de indianidade criados por dentro da ação do Estado via política indigenista tradicional, baseados na distintividade e contrastividade, retira dos povos indígenas o poder sobre sua autodeclaração e autodeterminação. Para Silva, os

⁵² Grifos da autora.

índios considerados “integrados” “difícilmente chegam a ser totalmente desindianizados” (SILVA, 2005, p.123).

Para explicar melhor essa questão, Silva (2005) recorre a Ribeiro (1970):

[...] o drama de identificação ou reconhecimento oficial vivido pelos “índios misturados” não deveria ser reduzido a um questionamento sobre serem eles indígenas ou não, uma vez que foram submetidos a processos de integração nacional (aldeamento, acamponesamento e proletarização são apenas alguns desses processos), mas em como reconhecer a permanência de suas identidades indígenas particulares a despeito das transfigurações étnicas a que foram submetidos. Nesse sentido, a questão não é saber quanto de “índio” sobrou na mistura, mas saber como elaborar um modelo de interpretação para múltiplos processos de mistura conformadores de múltiplas indianidades ou modos de ser índio (RIBEIRO, 1970, apud SILVA, 2005, p. 123).

Já Arruti (2014), ao analisar a origem das definições teóricas dos termos *etnicidade* e *etnia*, descreve como esses conceitos ganham novos significados no decorrer da história e passam a instrumentalizar a atuação das instituições no Brasil, como é o caso do IBGE.

Se o uso do termo *etnia* coloca em destaque as características culturais, biológicas, linguísticas e, enfim, herdadas de um conjunto de pessoas, falar em grupo étnico, por sua vez, implica colocar em destaque justamente a unidade social que lança mão dessas características reais ou imaginadas para produzir e demarcar limites com relação a outras unidades sociais. Nesta passagem, o peso semântico deixa de ser depositado nas características substantivas (reais ou imaginadas) que definem uma população, para recair na sua razão sociológica (ARRUTI, 2014, p. 202).

Ao fazer uma análise da explicação de caracterização étnica a partir da sociologia compreensiva de Weber assumida em Barth (1969), Arruti (2014) conclui que:

Os grupos étnicos constituiriam, assim, categorias de autoadscrição e autoidentificação, que têm a característica de serem dinâmicas e abertas ao múltiplo agenciamento simbólico, mas recorrendo a símbolos de um determinado tipo: uma adscrição categorial é adscrição étnica quando esta classifica uma pessoa de acordo com sua identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e formação. É na medida em que os indivíduos usam essas categorias para organizarem-se a si e aos outros que eles constituem grupos étnicos. Nesse contexto, a cultura não desaparece da análise, mas ela só tem importância na medida em que os atores lhe atribuem importância, não valendo, portanto, enquanto dados objetivos na definição do fenômeno. As categorias étnicas ofereceriam, portanto, um “recipiente organizacional” capaz de receber diversas proporções e formas de conteúdo, de acordo com os diferentes sistemas socioculturais (ARRUTI, 2014, p. 204).

Segue Arruti (2014) destacando fundamentos de natureza ontológica da elaboração da identidade étnica:

Assim, o grupo étnico não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros. Mesmo quando há o contato permanente entre grupos e uma tendência à redução das diferenças culturais entre eles, a reafirmação permanente das fronteiras étnicas se manifesta por meio de uma estrutura de interação, ou seja,

um conjunto sistemático de regras, códigos de conduta para interação, que regulam os encontros sociais interétnicos. As regras de interação selecionam e isolam certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e mudanças, permitindo a redefinição e perpetuação da diferença e, assim, dos próprios grupos enquanto entidades categoriais (ARRUTI, 2014, p. 206).

Em termos jurídico-formais, as referências normativas que orientam a identificação étnica no contexto contemporâneo têm como referência a Convenção 169, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989⁵³.

De acordo com o Artigo 1º, Parte 1 - Política Geral do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais aplica-se:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de **descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização** ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. **A consciência de sua identidade** indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção (BRASIL, 2004).

Ou seja, um conjunto de explicações sociológicas, teórico-normativas, contribuem para a compreensão da construção de redes étnicas como resultado de laços interpessoais ou entre membros de um grupo social, a partir de laços de solidariedade e interação, obrigações e símbolos de pertencimento⁵⁴.

O direito à autoafirmação, a consciência de identidade, explicam a capacidade de recriar e se renovar e de resistir. Esse vínculo coletivo direto entre povos indígenas e a terra nos convida a refletir teoricamente sobre os processos históricos de expropriações e dispersões vividas pelos povos indígenas quando se trata da luta por garantias do acesso e usufruto direto à terra e de todos aos recursos naturais importantes para sua reprodução social.

Na contemporaneidade, constatamos a continuidade das expectativas ideológicas de extinção étnica dos povos indígenas. Essa expectativa se apoia nos processos de urbanização, inserção coercitiva nas dinâmicas mercadológicas, processos de migrações compulsórias e

⁵³ O Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

⁵⁴ Para um estudo aprofundado sobre teorias da etnicidade, conferir: POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART. Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Bart. FERNANDES, Elcio. (Tradução). – 2. ed. Unesp, 2011. 250p.

entrada de populações indígenas em redes de assalariamento. É necessário reconhecer as contradições intrínsecas a esses processos e os danos que eles podem gerar em diversas dimensões da vida coletiva pelo rompimento direto da relação de produção e reprodução da vida com a terra, bem como, os possíveis ganhos de mudanças muito peculiares dessa totalidade.

4 PARTICULARIDADES DA PRESENÇA INDÍGENA NO NORDESTE

Sobre as características da formação regional no Brasil, Oliveira (2008, p. 153) chama a atenção para “os limites territoriais-administrativos dos estados que compõem o Nordeste brasileiro [...] carregados da própria história da formação econômica política nacional e de suas diferenciações”. Para o autor, o próprio Nordeste, enquanto região (na opinião pública e nas políticas e programas governamentais) só seria reconhecido em meados do século XIX e especialmente durante o século XX.

No período colonial, reconhecia-se e identificava-se a região Nordeste de forma restrita, a partir da sua produção açucareira (referente aos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas). Era o espaço dominado por uma classe social de grandes famílias senhoriais do “baronato do açúcar” que exerciam o controle da terra, impulsionando a dominação e exploração dos trabalhadores do campo. Com o passar do tempo, a existência de uma hegemonia comercial própria de “[...] uma forma de capitalismo mercantil no interior da própria região” (OLIVEIRA, 2008, p. 156) fez nascerem outros nordestes.

Enquanto o Nordeste açucareiro *semiburguês* tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-agropecuário”. [...] não é sem razão que tanto o controle político da nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do “velho” Nordeste quanto o controle político interno do “velho” e do “novo” Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. A imagem do Nordeste, nas crônicas dos viajantes do século XVIII e princípios do século XIX descrevem em termos de opulência dos “barões” do açúcar, [...] começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos “coronéis”; imagem rústica, pobre, que contrastava com as dos salões e saraus do Nordeste açucareiro. Neste rastro é que surge o Nordeste das secas (OLIVEIRA, 2008, p. 158-160).

Oliveira (2008) considera que, na submissão da economia do “Nordeste” açucareiro ao “Nordeste” algodoeiro-pecuário:

[...] a economia açucareira recriou internamente mecanismo de uma acumulação primitiva que tomaram a forma de “cambão” e de outros processos de relação de produção pré-capitalistas. Esse impasse gerou a descapitalização da própria economia açucareira, e abortamento da completa constituição de uma força de trabalho assalariada, o abortamento da dissolução do semicampesinato que havia se formado em suas franjas [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 161).

Importante destacar as transformações econômicas e das relações de poder com o fortalecimento da oligarquia do café e a expansão da hegemonia do capital industrial, o que vai alterar o tabuleiro da economia e da política em nível nacional, com fortes repercussões sobre a divisão regional e, em particular sobre o Nordeste. De acordo com Oliveira (2008, p. 162), São Paulo torna-se o centro da região do café da indústria, compartilhando com RJ, Paraná e Minas gerais. Naquele contexto, a conversão da região do café em região da indústria “[...] começa a redefinir a divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional”.

Seu papel na divisão regional do trabalho no que diz respeito à “região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste-São Paulo chegam a construir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora (OLIVEIRA, 2008, p. 163).

Essas são algumas das características da formação do proletariado urbano e rural no Brasil. A redefinição da divisão social do trabalho no Brasil faz aparecer o conflito entre as regiões: “crescimento e estagnação”, que segundo Oliveira (2008), na visão dualista, das disparidades regionais nasce a leitura dos “desequilíbrios regionais” que passam a ser objeto de uma intervenção planejada do Estado.

A particularidade da presença indígena no Nordeste do Brasil requer situá-la no contexto da ocupação territorial e organização da produção econômica no Brasil desde a colonização. Ou seja, as origens da divisão da terra, dos conflitos, as formas de usos que levaram os indígenas dessa região ao amplo processo de mistura e reconfiguração das identidades territoriais e étnicas.

No capítulo II do Livro: *Os índios e a civilização*, Darcy Ribeiro (1970), ao explicar “as fronteiras da expansão pastoril” oferece uma descrição sobre aquele contexto:

A ocupação do Brasil se iniciou pela costa atlântica, na zona da mata que primeiro forneceu o pau brasil e depois as terras para o plantio da cana de açúcar. Assim que a população cresceu e que o empreendimento colonial prosperou, as caçadas e pescarias dos índios tornaram-se insuficientes para assegurar-lhes a subsistência, iniciando-se a criação de gado e de cavalos, trazidos de além-mar, tanto para corte como para prover animais de montaria e de tração. [...] as pastagens mais naturais acessíveis, a partir dos primeiros núcleos de povoamento eram os sertões da Bahia e de Pernambuco, particularmente pobres de água e cobertos por uma vegetação erizada de cactáceas. Essas características da pobreza e aridez determinaram uma rápida dispersão dos criadores de gado por todos os campos do Nordeste e a ocupação econômica dos extensos sertões exteriores (RIBEIRO, 1970, p. 50).

Como destaca Ribeiro, essas terras onde rapidamente se expande a prática econômica pastoril eram “*habitat* de diversos povos indígenas”. Foi por meio da violência que o invasor europeu garantiu seu avanço sertão adentro, provocando impactos históricos para a vida das

populações indígenas da região. “Nesses sertões, o fulcro da discórdia estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e o problema criado para o índio com a liquidação da caça que o privou de uma insubstituível fonte de subsistência” (RIBEIRO, 1970, p. 51). Essa foi umas das razões que levou, após períodos de resistências, de fugas, de prisões, da escravidão, à intensificação das emigrações e para longe da costa, para os sertões⁵⁵.

Outro modo de interferência na vida indígena na região foi a ação religiosa das missões. Religiosos, administradores de aldeias (que depois se transformam em vilas) utilizavam da promoção de uma falsa cidadania indígena para explorar os índios.

As populações indígenas brasileiras passam por múltiplos processos de **deslocamento e reagrupamento**. São movimentos históricos que ocorrem de forma espontânea ou como resultantes de violência diretamente associada às situações de rompimento forçado entre indígenas e a terra. Deslocar-se é sair de um território de origem para viver em outro. Podem ocorrer várias idas e voltas, dependendo das condições de sobrevivência disponíveis em cada lugar.

Entre elas, podemos destacar a construção social de estereótipos sobre os povos originários no Brasil e a visão dicotômica sobre os indígenas: “puro e misturado”, “selvagem e civilizado”. A ideia conservadora e preconceituosa da existência do “índio puro”⁵⁶, própria do passado colonial, está associada à imagem específica e única do humano que vive nu na floresta.

Persiste uma ideia “essencialista” sobre os indígenas, se este não corresponde a essa ideia do estereótipo do “puro”, não são “índios”. Então, supõe-se que esses foram extintos porque se afastaram da sua condição de origem quando os invasores passaram a dominar suas terras. Ainda enfrentamos a ideia de que populações que passaram a ser chamadas de “mestiças”, “caboclas” não são vistas como “índios” por não preservarem elementos, traços originários que caracterizariam uma forte “distintividade” étnica na sociedade nacional. Então, as mudanças culturais, as transformações sociais vividas pelos povos “indígenas” ao incorporarem na sua cultura e modo de vida elementos próprios da vida moderna, teriam levado os “índios” do Brasil à extinção⁵⁷. Trata-se de preconceitos construídos a partir da

⁵⁵ A escola das bandeiras promovia um tipo de especialização em carnificinas de índios, com o objetivo de estabelecerem povoadores de terras que despovoavam índios (RIBEIRO, 1970).

⁵⁶ “Na linha da antropologia histórica e da história antropológica, os estudos atuais valorizam a compreensão de cultura e etnicidade como produtos históricos que se alteram, conforme as interações dos povos indígenas entre si e com as sociedades envolvidas [...]”. ALMEIDA, (2015, p. 211).

⁵⁷ Sobre essa questão, conferir o texto de Silva (2017).

expectativa da sociedade brasileira em reconhecer como índio/indígenas, exclusivamente, aqueles que possuem um estereótipo com base em características físicas. Por muito tempo, isso não permitia o reconhecimento das sociedades sem traços de forte distintividade como indígenas. Os indígenas no Nordeste lutam e passam a exigir o respeito e o reconhecimento da sua ancestralidade, aceitação das mudanças sociais que passam a fazer parte da vida indígena nessa região.

4.1 Indígenas no Nordeste e particularidades do estado de Pernambuco

O processo de violência que levou os povos indígenas a movimentos de reagrupamento possibilitou transformações nos aspectos culturais, religiosos e políticos próprios dos povos indígenas (r) existentes, especialmente no Nordeste, e renovaram as possibilidades de construir novas unidades étnicas.

Os povos indígenas do Nordeste nunca deixaram de existir. Do século XVI aos nossos dias, estabeleceram distintas formas de interação bélica, política, econômica, religiosa e social com diferentes agentes sociais e étnicos para enfrentar situações de extrema violência. Guerras, acordos de paz, conversões religiosas, alianças, roubos, conflitos armados, recursos jurídicos, negociações, deslocamentos, fugas, apropriações de novos códigos culturais e políticos, rearticulações culturais, sociais e identitárias foram algumas das muitas estratégias por eles adotadas. Misturaram-se e transformaram-se muito, porém não deixaram de ser índios [...]. A ideia equivocada de que os povos indígenas do Nordeste foram extintos junto com suas aldeias coloniais no século XIX, que já vem sendo desconstruída desde o século passado, recebe um golpe fatal com a publicação deste livro [*A presença indígena no Nordeste...*] e deve ser definitivamente enterrada (ALMEIDA, 2014, p. 209-210).

As pesquisas de Arruti (1995, 1996, 2017) e Oliveira (1998) tratam dos processos de *etnogênese* (ARRUTI, 1995⁵⁸ dos povos indígenas no Nordeste, que significa a “emergência” de identidades no decorrer do século XX.

Embora a existência dos indígenas no Nordeste estivesse negada pelos dados oficiais do final do século XIX ao início do século XX, não significa que deixaram de existir. O apagamento dos povos indígenas foi historicamente funcional à omissão do poder do Estado. A luta dos movimentos no Nordeste para ganhar visibilidade na cena pública significou a busca pela defesa dos direitos e suas garantias nas instâncias de poder.

⁵⁸ Para Oliveira (1998, p. 53) esse é um fenômeno de “emergência de identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas”.

Sobre a peculiaridade da vida indígena no Nordeste, Oliveira (1998) destaca que: “‘índios’ eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como, desprovidos de forte ‘contrastividade’ cultural, ou seja, culturalmente ‘misturadas’ (...) Em uma área de colonização antiga, com as formas econômicas e a malha fundiária definidas há mais de dois séculos” (OLIVEIRA, 1998, p. 48).

O autor apresenta diferenças expressivas entre os povos indígenas do Nordeste e os povos da região Norte do Brasil:

Dadas as características e a cronologia da expansão das fronteiras na Amazônia, os povos indígenas detêm parte significativa de seus territórios e nichos ecológicos, enquanto no Nordeste tais áreas foram incorporadas por fluxos colonizadores anteriores, não diferindo muito as suas posses atuais do padrão camponês e estando entremeadas à população regional (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

Considerando essas diferenças, temos indicativos para entender as diretrizes da proteção⁵⁹ orientada pela postura do “poder tutelar” (a partir século XX) praticada pela mão do Estado sobre os índios do Nordeste. Uma proteção que tinha, na verdade, o sentido do controle (LIMA, 1995).

À *pacificação*, seguia a *atração*, termo que remetia à tática de deslocamento das populações para as proximidades dos *postos de atração* e incentivo ao abandono das práticas indígenas, o que vinha acompanhado da criação de dependência em relação aos *postos*. As medidas voltadas para a destruição das formas nativas de organização socioeconômica e política estão na base da *ação civilizatória*, que objetivava fomentar a passagem dos *índios a trabalhadores agrícolas*⁶⁰ (LIMA, 1995, p. 136).

Durante o século XX, os povos indígenas do Brasil foram acometidos por intensivas práticas assimilacionistas, como foi o caso das práticas de “pacificação” realizadas em diferentes etapas pelo SPIILTN⁶¹:

As mudanças sociais e os deslocamentos dos povos indígenas no Nordeste estão acompanhados da mestiçagem, de mistura forçada e destruição cultural realizada pela colonização. Na concepção adotada nesta pesquisa, essas mudanças e a não contrastividade física não eliminam a vida indígena no Nordeste. A luta contemporânea dos povos indígenas em favor da sua autodeterminação requer o entendimento das possibilidades históricas da

⁵⁹ A proteção era entendida como “defesa física e moral dos índios, a *proteção* devia ser exercida tanto junto às populações indígenas quanto aos demais grupos humanos dispersos pelo território nacional. Para tanto, o *Serviço* reivindicava o ‘monopólio e uso da violência legítima em prol das populações nativas’” (ARRUTI, 1995, 128).

⁶⁰ Grifos da autora.

⁶¹ Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN). Em 2010, passou a se chamar Serviço de Proteção Indígena, SPI.

reconfiguração, da tradição e da renovação étnica indígena, dos ganhos e perdas próprios das mudanças no modo de vida e de trabalho dos povos originários sobreviventes no Brasil.

O próprio termo “índio” não foi invenção dos povos indígenas. Trata-se de uma categoria simplista imposta para designar genericamente milhões de pessoas de múltiplas expressões culturais que já viviam nas terras do que passou a se chamar Brasil, após a invasão e exploração colonial. No entanto, com o tempo, o uso do termo passou a exercer uma função de indicar uma unidade na luta dos povos originários, permanecendo presente em diversos diálogos e documentos oficiais.

A partir dessas considerações, é importante salientar que nosso recorte teórico-concreto investigativo parte da condição peculiar dos deslocamentos e das condições históricas de vida dos povos indígenas no sertão pernambucano, no Nordeste do Brasil.

De forma geral, podemos afirmar que no contexto contemporâneo, os **deslocamentos** compõem um fenômeno caracterizado por migrações, movimentos populacionais entre regiões, lugares, e tem como uma das principais motivações, a busca por melhores condições de sobrevivência, a possibilidade de viver tradições das origens étnicas. No caso de deslocamentos coletivos dos povos indígenas, podemos elencar duas modalidades do “deslocamento do tipo compulsório” definidas para fins desta pesquisa, ou seja, aquele de natureza forçada, quais sejam:

- Deslocamento compulsório por razões de *mudanças climáticas*, ou *mudanças ambientais* consequentes ou não da ação humana que impossibilitam a continuidade da vida indígena nas aldeias ou comunidades indígenas de origem (no campo, na floresta). Situações que envolvem períodos de longa estiagem (que provoca escassez de recursos naturais) e desastres naturais (ex.: enchentes, deslizamentos);
- Deslocamentos resultantes da *construção de grandes empreendimentos* relacionados à exploração predatória dos recursos naturais, pela expansão do latifúndio, e/ou do agrohidronegócio. Empreendimentos de iniciativa privada ou da parceria entre o poder público e privado, como é o caso da exploração de minérios, criação extensiva de gado, monocultura e construção de hidrelétricas.

Na realidade dos povos indígenas do Nordeste Brasileiro existem diversos movimentos de deslocamento individuais e coletivos que implicam novas formas de reagrupamento.

Sobre deslocamentos coletivos (muito comuns entre indígenas) podemos destacar os “desaldeamentos”, saída compulsória das aldeias na direção de novos agrupamentos na área urbana ou novos agrupamentos em novas áreas rurais (é comum o deslocamento em grupos,

com conexão de laços de parentesco). Pode também ocorrer a dispersão de indígenas em espaços urbanos por conta das diferentes ofertas/oportunidades de empregos.

No período colonial, os povos indígenas passaram por constantes processos de deslocamentos coletivos forçados, o que fez nascer uma versão colonial de aldeamento. Isso significou a fixação de territórios para o controle dos “senhores”, levando ao violento rompimento de muitos dos elementos culturais e sociais da condição originária.

Destaca Arruti (2017, p. 8) que no Nordeste - região de colonização mais antiga - “todos os seus aldeamentos indígenas foram oficialmente extintos em um período de menos de 10 anos, entre as décadas de 1860 e 70”.

Em decorrência da Lei de Terras de 1850, os estados da federação foram incumbidos de fazer o cadastramento de todas as terras devolutas existentes em seus territórios. Para isso foram instituídas Comissões de Medição e Demarcação, constituídas por engenheiros e cartógrafos, que tiveram com a responsabilidade de avaliar, a partir de um conjunto restrito de itens (a incorporação no mercado de trabalho local, a existência de casamentos com brancos e a profissão da fé cristã), se os aldeados ainda eram indígenas se já haviam civilizado. A resposta das Comissões foi, invariavelmente, a constatação da civilidade dos aldeados (ARRUTI, 2017, p. 8).

Como assevera Arruti (2017), a avaliação de “indianidade” da Lei de Terras atuou significativamente para a reconfiguração dos agrupamentos indígenas, já que muitos grupos considerados “misturados” ou “civilizados”, mesmo aldeados, deixaram de ser tratados como índios.

Convertidos em população comum, de trabalhadores nacionais, suas terras foram incorporadas aos “próprios nacionais”, parceladas e comercializadas. Enquanto os próprios aldeados foram dispersos ou acoados em pequenos trechos de seus antigos territórios, passando a ser proibidos de exercer algumas das práticas que os distinguiam. Entre essas, em especial o Toré, que – como também ocorreu com as práticas religiosas africanas – foi criminalizada e perseguida (ARRUTI, 2006, p. 51).

A imagem do “misturado” associada às interações entre indígenas e não indígenas resultam na imagem do “caboclo”. Como também afirma Silva (2017, p. 123):

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram então a ser chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições (SILVA, 2017, p. 123).

A imagem do caboclo sobrepunha-se, apagando oficialmente as populações indígenas no Nordeste. Constatamos, até aqui, como o poder colonial imprimiu essa constante manipulação da vida indígena: invadindo, matando, escravizando, isolando, proibindo,

obrigando o outro a “ser” e “agir” de acordo com o que garantisse a realização dos interesses econômicos e políticos do “agir” colonizador, da organização colonial.

Não se pode perder de vista as práticas de **agrupamentos e assimilação forçados aos índios durante toda a colonização**, um projeto civilizatório “integracionista” que impôs mudanças nos modos de vida dos povos originários. Também no Nordeste, por dentro da criação e manutenção dos aldeamentos, se deu o controle e a escravidão indígena como parte da organização da produção colonizadora até o século XVIII. “No século XVIII, a região [Nordeste] contava com mais de 60 aldeamentos, ocupados por cerca de 27 nações indígenas, oficialmente extintas até às vésperas de 1880” (ARRUTI, 2017, p. 8).

Porém, a extinção dos aldeamentos nesse período, não extinguiu os povos indígenas e a possibilidade de reagrupamento como formas de resistência nos sertões do Nordeste:

Apesar da violência e antiguidade do processo de expropriação de tais grupos, esse último golpe [a extinção das aldeias], que marca a sua extinção oficial, foi fundamentalmente de caráter classificatório e jurídico. Por força de um conhecimento técnico que postulou a sua reclassificação de índios para caboclos, eles deixaram de ter a prerrogativa legal de estar sob a administração de missionários e de dispor de terras de uso comum dos aldeamentos (ARRUTI, 2017, p. 8).

A citação de Arruti nos remete ao discurso ainda muito presente na realidade brasileira, produto dos processos compulsórios de mistura com vistas à formação da “nova identidade” de nação brasileira, que envolvia: misturar e levar ao branqueamento para “limpar a raça”. Ou seja, eliminar a identidade étnica sempre foi uma estratégia amplamente utilizada para acabar com esse grupo social sempre considerado um obstáculo para o desenvolvimento da nação.

No Nordeste são 232.739 índios, segundo dados do IBGE (2010)⁶². No estado de Pernambuco existem 12 povos indígenas: Atikum (pop. 7.929); Kambiwá (pop. 3.105); Kapinawá (pop. 2.065); Pankaiucá (pop. 150), Pankará (pop. 2.836) Pipipã (pop. 1.391) Truká (pop. 2.981), Tuxá (pop. 1.703), Potiguara (PE, PB, CE, RN, pop. 18.445) Xukuru (pop. 2.720) e Pankararu (MG, PE, SP, pop 8.184), Fulni-ô (pop. 4689)⁶³.

O número da população indígena em Pernambuco, de acordo com os dados do IBGE (Censo de 2010) por localização em Unidades de Federação, é de 60.995 indígenas, como mostra o quadro abaixo:

⁶² Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>.

⁶³ Dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), 2014. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO INDÍGENA REGIÃO NORDESTE
por localização do domicílio e percentual nas Terras Indígenas, segundo as Grandes
Regiões e Unidades da Federação – 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População indígena			
	Total	Localização do domicílio		Percentual nas Terras indígenas (%)
		Terras Indígenas	Fora de Terras indígenas	
Nordeste	232.739	106.142	126.597	45,6
Maranhão	38.831	29.621	9.210	76,3
Piauí	2.944	---	2.944	---
Ceará	20.697	2.988	17.709	14,4
Rio Grande do Norte	2.597	---	2.597	---
Paraíba	25.043	18.296	6.747	73,1
Pernambuco	60.995	31.836	29.159	52,2
Alagoas	16.291	6.268	10.023	38,5
Sergipe	5.221	316	4.905	6,1
Bahia	60.120	16.817	43.303	28,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)⁶⁴.

No Nordeste, os estados com menor número de indígenas são: Piauí e Rio Grande do Norte, embora os dados ainda estejam desatualizados. Esses são estados onde o Movimento Indígena luta pelo reconhecimento e demarcação de suas terras.

No estado de Pernambuco existem 60.995 indígenas. Desses, 52,2% da população do estado vive em terras indígenas, são 31.836 indígenas. Enquanto 47,8% vive fora de terras indígenas.

O povo Pankararu foi um dos primeiros povos no Nordeste a recuperar o reconhecimento oficial de existência pelo Estado Brasileiro na década de 1930 e o primeiro a ter a terra demarcada e homologada em 1987.

No Nordeste depois da extinção dos aldeamentos no final do séc. XIX: “[...] tempo longo, mas que foi vivido por uma mesma geração, tais grupos [indígenas] começaram a reivindicar o seu reconhecimento oficial como indígenas, tendo por principal objetivo a reconquista das terras dos antigos aldeamentos (ARRUTI, 2006, p. 51).

⁶⁴ Dados da FUNAI, 2019. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>.

As autoras Araújo e Santos (2009), com base na obra de Celso Furtado (2007)⁶⁵ descrevem essa condição das desigualdades regionais, retomando elementos de um contexto histórico fundamentais para entender os determinantes da formação do Nordeste. Uma região que *abrigou o ciclo virtuoso inicial* da produção de açúcar na ocupação econômica do país pelos portugueses no século XVI e mergulhou em um *longo período de estagnação* a partir do final do século XVIII.

A partir do declínio da produção do açúcar emerge um novo ciclo de economia criatória que adentra o interior do Nordeste: a sociedade do couro⁶⁶. Como consequências, crescia a população dispensada da produção açucareira, crescia o sistema pecuário e o setor de subsistência (FURTADO, 2007, p. 103).

No Capítulo 11, sobre a *formação do complexo econômico Nordestino* no livro *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2007) caracteriza os fatores determinantes do processo de migrações internas que atingiram as populações nordestinas, fazendo-as transitar entre setores econômicos. Essas migrações estavam articuladas às mudanças econômicas que o Nordeste passou nos últimos séculos do período colonial:

Tudo indica que no longo período que se estende do século XVII ao começo do século XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste, cujas características persistem até hoje. A estagnação da produção açucareira não criou a necessidade [...] de emigração do excedente da população livre formado pelo crescimento vegetativo desta. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte dela era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições de economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior (FURTADO, 2007, p. 104).

A formação econômica do Nordeste, os processos de dispersão da população, as reconfigurações na divisão social do trabalho e a precária economia de subsistência estiveram relacionadas à decadência dos ciclos de alta produtividade do açúcar, como destacou Furtado (2007).

⁶⁵ Formação Econômica no Brasil.

⁶⁶ Segundo Furtado (2007, p. 104), se desenvolve uma modalidade de produção local, uma forma rudimentar de artesanato. “O couro substitui quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não é produzido localmente [...]. Os couros passaram a ser a única fonte de renda monetária destes últimos criadores”.

Na leitura crítica, o Nordeste enquanto unidade regional do país⁶⁷ é resultado de múltiplos processos estruturantes, políticos e econômicos de expansão do capitalismo brasileiro. É possível obter diversas explicações para as desigualdades históricas que tomaram o Nordeste ao considerar o significado e as origens da nossa formação social brasileira.

Para Francisco de Oliveira (2008, p. 145), o conceito de região se fundamenta “[...] na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiares a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classe e do conflito social em escala mais geral”, embora, como analisa o autor, nos processos de expansão mundial do capitalismo ocorram processos e homogeneização entre as regiões em economias onde há amplos processos de concentração e centralização de capitais.

No caso da particularidade da economia pernambucana, identificamos processos históricos de interação entres os ciclos econômicos acompanhando as determinações das mudanças nacionais, associadas às particularidades do Nordeste e da condição política e ambiental.

Seguindo o processo geral de transformações econômicas no Nordeste, Pernambuco passa por ciclos produtivos predominantes, como o caso da produção de açúcar para exportação e produção de algodão para suprir mercados nacionais, como o Sul e Sudeste. Segundo Galvão (2013)

[...] a economia pernambucana continuou mantendo um ritmo menor, mas sustentado de crescimento em vários segmentos da sua economia, havendo criado no início do século XX, uma cadeia relativamente diversificada de fornecedores de insumos, de máquinas e equipamentos para servir ao seu parque sucro-alcooleiro. [...] a massa salarial gerada pelo complexo canavieiro, decorrente do seu sistema produtivo, em grande parte baseado na presença de milhares de fornecedores de cana, propiciou o estabelecimento de outras atividades fabris, principalmente nos ramos têxtil, de bebidas e de produtos alimentares (GALVÃO, 2013, p. 13).

Na primeira metade do século XX, Pernambuco destacava-se no Brasil e na região Nordeste como um dos estados mais desenvolvidos e industrializados do Nordeste (GALVÃO, 2013)

Galvão discorre sobre a história do declínio da economia pernambucana na segunda metade do séc. XX, a partir da análise da queda da participação do estado no PIB nacional e do recuo da economia no Nordeste.

⁶⁷ O conceito de região aqui adotado se aproxima das sistematizações de Oliveira (2008, p. 145). Tratamos a região Nordeste como um território geograficamente determinado como uma síntese “[...] da formação socioeconômica baseada num certo espaço característico”.

De acordo com Galvão (2013), a história de Pernambuco é marcada por crises e *booms* de crescimento nos setores de exportação do açúcar e algodão como os principais produtos desse movimento, quando se ampliam a produção do algodão na região Sudeste do Brasil e a queda radical da exportação do açúcar para o exterior.

As consequências desse declínio econômico de áreas produtivas como o açúcar e o algodão no estado de Pernambuco impactaram na geração de “um processo crescente de empobrecimento da população”, intensificando os processos migratórios das populações locais entre as regiões do estado em busca de emprego (GALVÃO, 2013, p. 16). A emergência e o desenvolvimento significativo das atividades industriais na região metropolitana do estado, com a presença de diversificados estabelecimentos fabris, tornou essa região muito atrativa para a força de trabalho desempregada do estado no início do século XXI.

No período de 2000 até 2015, de acordo com as pesquisas realizadas por Neto e Oliveira (2018), em Pernambuco constituía-se uma fase inicial de retomada da dinâmica econômica. A economia pernambucana registrou mudanças no setor terciário, no comércio e na prestação de serviços. Crescimento esse sustentado pelas condições internacionais favoráveis e presença de políticas de distribuição de renda. Oliveira e Neto (2018) destacam a relação entre expansão econômica no estado e o crescimento da demanda asiática por *commodities*. As mudanças sociais ocorridas nos 2000 estão relacionadas ao aumento dos empregos formais e aumento da renda das famílias, gerando impacto na dinâmica de consumo associada ao aumento do salário-mínimo.

Os autores ainda destacam as atividades desenvolvidas na região do sertão do São Francisco sustentadas pelos perímetros irrigados, onde estão localizados pequenos produtores e uma estrutura empresarial de empreendimentos de médio e grande porte originários da capital pernambucana (NETO; OLIVEIRA, 2018).

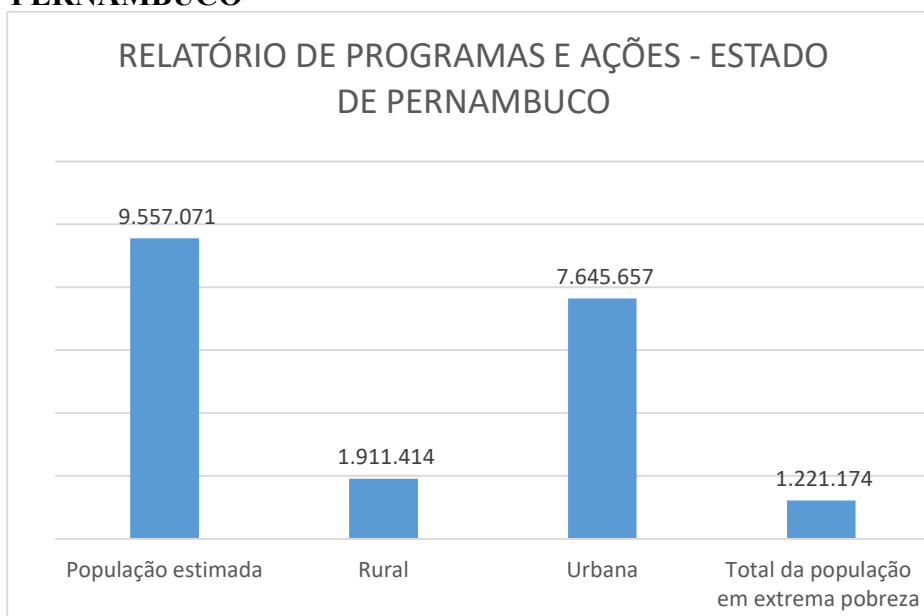
O Censo demográfico do IBGE (2010) informa dados demográficos da população do estado de Pernambuco. São 9.557.071 pessoas, 20% localizada na zona rural e 80% na zona urbana.

A partir do relatório gerado em 3 de dezembro de 2019, do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (BRASIL, 2019)⁶⁸, consta o número de famílias no estado com renda até ½ salário mínimo é de 1.640.002 famílias; enquanto o número de famílias com renda até ½

⁶⁸ BRASIL. Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Gerado em 30/12/2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php?codigo=26>.

salário mínimo com o cadastro atualizado, é de 1.406.584 famílias. A taxa de Atualização Cadastral (TAC): 85,77% (TAC Nacional: 84,31%) (BRASIL, 2019).

GRÁFICO 2 - RELATÓRIO DE PROGRAMAS E AÇÕES - ESTADO DE PERNAMBUCO



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em Pernambuco existem 1.221.174 pessoas em situação de extrema pobreza, entre elas, 311.813 de 0 a 9 anos; 148.277 de 18 a 24 anos e 35.577 com mais de 60 anos (IBGE, 2010).

O número de famílias inseridas no Cadastro Único é de 1.998.072 (relatório SAGI, dez. 2019); o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de dezembro de 2019 foi de 1.146.669, correspondendo aproximadamente a 30,28% da população do estado beneficiária pelo PBF. O valor transferido no mês de outubro de 2019 aos beneficiários foi de: R\$ 212.366.815,00, com valor médio do benefício: R\$ 185,20 por família (BRASIL, 2019).

QUADRO 2 - CADASTRO ÚNICO – PERNAMBUCO

Famílias cadastradas		mês de referência
Total de famílias cadastradas	1.998.072	12/2019
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00	1.178.683	12/2019
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	150.012	12/2019
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 178,01 e ½ salário mínimo	349.681	12/2019
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	319.696	12/2019
Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas	5.026.980	12/2019
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00	3.181.971	12/2019

Fonte: BRASIL. Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (dez.2019).

Os dados do Cadastro Único do Estado de Pernambuco apresentam um panorama da situação de pobreza no estado e da população demandante de políticas públicas e programas sociais⁶⁹. De acordo com os dados apresentados no quadro anterior, verifica-se que 1.154.788 foram benefícios destinados a famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. O total de pessoas cadastradas é de 5.026.980 milhões, encontrando-se em condição de pobreza de acordo com os critérios de perfil por renda.

QUADRO 3 - GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS ESPECÍFICOS – BOLSA FAMÍLIA - PE

BOLSA FAMÍLIA - PE		
Grupos de Origem Étnica	mês de referência	
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	14.596	12/2019
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	11.011	12/2019

Fonte: Cadastro Único, Relatório de Informação, SAGI/MDS (jan. de 2020).⁷⁰

⁶⁹ Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda (BRASIL, 2019). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>.

⁷⁰ Cadastro Único, Relatório de Informação, SAGI/MDS, janeiro de 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Grupos%20Populacionais%20Tradicionais%20e%20Espec%C3%ADficos>>

Em Pernambuco, o número de famílias indígenas cadastradas no Cadastro Único é de 14.596 e o número de famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família é de 11.011. Calculando o número de membros por famílias, temos em média 36.336,3 mil indígenas beneficiários do Programa Bolsa Família no estado, ou seja, 55,6% do número estimado de indígenas existentes em Pernambuco: 60.995 indígenas.

Os dados do Cadastro único são importantes para destacar o acesso à renda pelas populações indígenas no estado, apesar de reconhecermos os limites da categoria renda para informar a totalidade das condições de vida da população indígena no Nordeste. Os índices de renda, escolaridade, saúde, saneamento e condições ambientais constituem-se como um conjunto de fatores importantes para descrever a condição de pobreza da população.

Os dados apresentados nos quadros, referentes ao número da população no estado, compõem o número de famílias e pessoas demandantes de políticas sociais, em especial, de serviços e benefícios de assistência social.

A política de assistência social assume no Brasil a função de realizar ações de proteção social, em termos de segurança de renda, de acolhida, de convivência familiar e comunitária, na perspectiva normativa e institucional, visando suprir necessidade básicas de vida da população.

Entre múltiplas populações rurais do Nordeste, os indígenas estão entre os segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Os Povos e Comunidades Tradicionais compõem o conjunto de categorias específicas chamadas de “Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos” (GPTEs) utilizada pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

GPTE é uma categoria ampliada compreendendo os povos de identidades étnicas específicas (não se restringindo aos povos que vivem no campo): indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro e ciganos e grupos de pessoas identificadas pela condição de residentes do meio rural: assentados da reforma agrária e pessoas vinculadas com agricultura familiar, populações com identidades construídas a partir dos vínculos com o meio ambiente. São elas: ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais e famílias afetadas por conjunturas específicas ou por grandes empreendimentos.

A vida no campo é marcada pela identidade da ruralidade.

A ruralidade não somente como território agrícola, mas como um espaço de vida onde as pessoas desenvolvem laços sociais, culturais, de trabalho e de pertencimento, sendo fundamental a inclusão deste debate nas agendas governamentais orientando políticas públicas (KRAEMER, 2006, p. 15).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, define no Art. 3º, para os fins deste Decreto e do seu Anexo o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que **se reconhecem como tais**, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007).

Os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais demandam para diversas políticas públicas, a realização de ações e atividades que atendam os objetivos dessa política para a garantia dos direitos desses povos, considerando a orientação de atuação intersetorial, integrada, coordenada, sistemática no âmbito da política pública.

No tocante às competências da Gestão da Política de Assistência Social no estado, é tarefa primordial a qualificação da efetivação e do acesso desses segmentos aos serviços socioassistenciais, além do acesso à renda, garantindo proteção social nos casos de demandas de prevenção, proteção e defesa em situação de violação de direitos.

Na publicação *Trabalho Social com Famílias Indígenas: Proteção Social Básica para uma oferta culturalmente adequada* (2016), destaca-se a realidade da meta de universalização da proteção social básica com a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando um grande avanço a presença desse serviços em quase todos os municípios brasileiros, materializando a presença do Estado “em territórios marcados, historicamente, por desproteções e ausências de serviços públicos” (BRASIL, 2016, p. 8).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), além do trabalho voltado para pessoas em situação de pobreza e necessidades sociais, passou a contemplar outras formas de vulnerabilidade, tornando visíveis pessoas tradicionalmente invisíveis ou excluídas socialmente. Afirmando a Assistência Social como direito universal, na sua trajetória buscou desconstruir práticas patrimonialistas, tutelares e preconceituosas, que historicamente encobrem diferenças, aprofundam desigualdades e aumentam assimetrias e reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas (BRASIL, 2016, p. 8).

A atuação das equipes do CRAS, voltadas à Proteção Social Básica com ênfase na família, se realiza na oferta de serviços e programas, destacando-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). “No seu desafio de prevenir situações de risco social

e fortalecer vínculos familiares e comunitários, o PAIF deve valorizar as particularidades étnicas e a diversidade cultural que configuram diferentes arranjos e conceitos de família” (BRASIL, 2016, p. 8).

O CRAS⁷¹ é um equipamento social configurado como unidade pública estatal, descentralizado da assistência social. Possui como função: ofertas de serviço, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e pessoas em situação de vulnerabilidade social, articulação e fortalecimento da rede de proteção social básica local, prevenção de situação de risco em seu território de abrangência, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos (MAIA; FIORITI, 2016).

Entre as diretrizes do II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026), a DIRETRIZ 1 indica a “Plena universalização do suas, tornando-o completamente acessível, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios, informando a necessidade de:

Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressem demandas no campo da proteção social não contributiva, de modo a contribuir para: • O reconhecimento da diversidade e da presença de vulnerabilidades de condições de vida das famílias, marcada pela vivência de diversidades culturais, étnicas, raciais, socioeconômicas, políticas e territoriais (II Plano Decenal de Assistência Social, 2016/2026, p. 27).

Com a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Assistência Social passa por um avanço significativo. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (Política Nacional de Assistência Social, PNAS, 2004).

4.2 Particularidades populacionais no Submédio do São Francisco

⁷¹ “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias” (PNAS, 2004, p. 35).

A maior parte do povo indígena Pankararu vive no estado de Pernambuco. Concentra-se territorialmente na região sertaneja do Submédio do São Francisco, em uma região ribeirinha, no Sertão Pernambucano. Estudos antropológicos baseados em registros oficiais e em história oral do povo indicam que a formação das primeiras aldeias Pankararu foram implementadas por missionários que ainda buscavam encontrar “almas para conversão”⁷² (Conferir DANTAS et al., 1992).

A **região do Submédio do São Francisco**⁷³ onde estão localizadas as famílias indígenas Pankararu participantes da pesquisa, comparece no estudo de Galvão (2013) como uma região de novos segmentos de produção da economia pernambucana, destacando o complexo hortifrutivinícola, além de um importante polo de confecções nas cidades do Agreste e polo gesseiro na região do Araripe, entre outras atividades. A expansão do setor de serviços na economia pernambucana apresenta-se como compensação dos períodos de declínio dos setores tradicionais como o sucroalcooleiro e o têxtil/algodão no final do século XX.

A região do Submédio do São Francisco integra 25 municípios da Bahia e 59 municípios de Pernambuco, onde estão localizados os municípios de Petrolândia, Jatobá e Tacaratu. É delineada pelas seguintes características territoriais:

O território do Submédio possui uma área de 155.637 Km², que corresponde a 17% do território da bacia do São Francisco, se caracterizando pela vegetação predominante do tipo Caatinga e pelo clima Semi-árido e Árido, apresenta as temperaturas mais altas observadas na bacia e ocorrências muito reduzidas e

⁷² A política de aldeamento se dá durante todo o período colonial no Brasil, cumprindo a função de restringir a vida indígena em um determinado território, favorecendo a dominação implementada pelo colonizador. No caso do Povo Pankararu, o aldeamento se deu com a retirada de parte dos índios de uma região chamada Cana Brava (onde atualmente encontra-se o município de Tacaratu. (ARRUTI escreveu uma dissertação de Mestrado sobre a história e a formação do aldeamento e reconfigurações do povo Pankararu: ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. UFRJ, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1996).

⁷³ Municípios do Submédio São Francisco: no estado da **Bahia** – Abaré, Campo Formoso, Chorrochó, Curaçá, Glória, Jacobina, Jaguarari, Jeremoabo, João Dourado, Juazeiro, Macururé, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ourorândia, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas, Várzea Nova; no estado de **Pernambuco** - Afogados da Ingazeira, Afrânio, Águas Belas, Alagoinha, Araripina, Arcoverde, Belém do São Francisco, Betânia, Bodocó, Bom Conselho, Brejinho, Buíque, Cabrobó, Caetés, Calumbi, Carnaíba, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Dormentes, Exu, Flores, Floresta, Granito, Iati, Ibimirim, Iguaraci, Inajá, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itaíba, Itapetim, Jatobá, Lagoa Grande, Manari, Mirandiba, Orocó, Ouricuri, Paranatama, Parnamirim, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Petrolina, Quixabá, Salgueiro, Salóá, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Serrita, Sertânia, Moreilândia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Trindade, Triunfo, Tupanatinga, Tuparetama, Venturosa, Verdejante.

irregulares de chuvas, concentradas em determinadas épocas do ano (CCR. Submédio São Francisco, 2019)⁷⁴.

Como foi ressaltado no prefácio do livro *Sonhos submersos ou subdesenvolvimento?* (ARAÚJO et al., 2000), o Rio São Francisco foi palco de grandes lutas entre indígenas e colonizadores. Há uma disputa histórica de longa data pelo território da margem do São Francisco.

A presença indígena na região do Submédio do São Francisco é discutida por grandes autores da Antropologia Social e da História. Retomamos os seguintes trechos do livro *História dos índios no Brasil* do capítulo que trata dos *Povos indígenas no nordeste brasileiro* e sua presença no Sertão de Pernambuco (onde está a maior parte dos indígenas desse estado):

[...] oitenta diferentes etnônimos na área do sertão nordestino e em suas faixas de transição para a "zona da mata" a leste — o agreste — e para os cerrados a oeste — os cocais —, com uma nítida concentração no vale do submédio São Francisco — onde o grande número de meandros e de ilhas expande consideravelmente a extensão da várzea agricultável — e, em menor escala, nos topos mais úmidos de algumas serras, como as que circundam o atual estado do Ceará (NIMUENDAJU, 1981, apud DANTAS et al., 1992 p. 432).

Seguem os autores descrevendo sobre essas etnias:

Os Dzubukuá-Kariri, habitantes da metade ocidental do arco formado pelo submédio São Francisco, contam com os importantes relatos missionários dos capuchinhos Martinho e Bernardo de Nantes (respectivamente, 1707 e 1709). A leste destes e até a altura da cachoeira de Paulo Afonso, o vale do rio era dominado pelos Proká e Pankararu. Enquanto a oeste, nas proximidades das atuais cidades de Juazeiro e Petrolina e da desembocadura do rio Salitre, as fontes apenas referem a presença dos Okren, Sakrakrinha, TaniiUikin, Koripó, Masakará e Pimenteiras, estes últimos os mesmos que seriam batidos nos sertões do Piauí em época posterior (DANTAS et al., 1992 p. 432).

Estudos antropológicos e a própria memória de indígenas mais velhos fazem referência à presença Pankararu na margem do rio em tempos remotos, anteriores ao século XX. Sobre as características específicas do modo de vida e de trabalho dos indígenas dessa região, os autores concluem:

[...] Pensamos ter aqui configurado o que nos parece ser o conjunto étnico e histórico mais diretamente identificado ao Nordeste: o dos diversos povos adaptativamente relacionados à caatinga e historicamente associados às frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII (DANTAS et al., 1992 p. 432).

Na segunda metade do século XX, parte dos indígenas Pankararu concentrava-se especialmente em dois núcleos geográficos: na região da margem do Rio São Francisco e em

⁷⁴ Câmara Consultiva Regional — CCR Submédio São Francisco. Disponível em: <<http://2017.cbhsaofrancisco.org.br/ccrs/submedio-sao-francisco/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

aldeias da região de serras próximas ao rio, distribuídos em 15 aldeias e pequenas comunidades rurais na região da divisão dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia.

Assim, as mediações necessárias para análise da particularidade do proletariado no mercado de trabalho no Nordeste têm como ponto de partida o pressuposto de que nessa região predominou historicamente uma “economia regional menos industrializada” e bastante heterogênea em termos de espaço geográfico (JATOBÁ, 1983⁷⁵; CANO, 2011).

Segundo Jatobá (1983, p. 45), a região Nordeste caracteriza-se pela multiplicidade de formas de organização de atividades econômicas e de estruturas sociais no meio rural. Essa diversidade é interpretada como resultado do processo histórico de ocupação espacial da região e da diversidade de seus condicionantes naturais que influenciam o desenvolvimento de sistemas de produção local. Ou seja, a dinâmica socioeconômica torna-se bastante heterogênea.

No caso específico dos sertões, as condições ecológicas do semiárido proporcionaram a expansão de duas atividades dominantes (pecuária e algodão), apresentando-se como predominantes do sertão da Paraíba, passando pelos sertões de Pernambucano até parte da Bahia – na região do São Francisco – com sistemas de pecuária e policultura. Nos sertões pernambucanos, predominou a policultura alimentar, que é a combinação da pecuária com a produção de alimentos (exploração de gado bovino com o uso de baixo nível de tecnologia) (JATOBÁ, 1983, p. 126).

Já para Sampaio, na publicação do livro *Desenvolvimento rural no Nordeste*, de 1987⁷⁶ a economia da região é descrita como: “[...] uma economia assentada na produção do açúcar na Zona da Mata, [...] no algodão e nas atividades pecuárias no Agreste e no Sertão”. A indústria têxtil e alimentícia estava concentrada em Recife e em Salvador (SAMPAIO et al., 1987, p. 46).

O autor chama a atenção para a importância da região:

[...] diversas análises têm destacado o papel do Nordeste no período de expansão e consolidação da economia industrial do centro-sul como fornecedor de matérias-primas e mão de obra (através das migrações), e fornecedor de capitais, apropriados pelo centro sul através de diversos mecanismos (SAMPAIO et al., 1987, p. 45).

⁷⁵ A publicação de Jatobá (1983), *Emprego no Nordeste (1950-1980)*, analisa os traços mais gerais da absorção da mão de obra na estrutura agrária da economia Nordestina na segunda metade do século XX até a década de 1970 comparando com alguns indicadores da década de 1980.

⁷⁶ A publicação *Desenvolvimento rural no Nordeste* do PIMES (1987), Programa Integrado de Pós-Graduação em Economia e Sociologia da UFPE, é resultado de um estudo do conjunto da série de Estudos do Departamento de Economia/PIMES. Trata-se de uma análise do Programa Polo Nordeste, extinto em 1984. Sua execução se dá entre 1979 e 1984, longo período de seca na região. A produção textual é dedicada à análise da conjuntura da década de 1980, quanto às condições de produção, emprego e renda e os impactos do Programa Polo Nordeste nessas áreas de atuação.

De acordo com as análises das configurações de classes sociais no Nordeste, Sampaio (1987) enfatiza que no seio das diversas forças sociais que compunham a estrutura política e econômica regional, havia um grupo de sujeitos que fazia parte de duas categorias, ao mesmo tempo, desempenhando ele mesmo, dois papéis: de proletariado urbano e de campesinato.

Diversas foram as transformações no campo brasileiro do final do século XX ao início do século XXI, envolvendo a reestruturação dos empreendimentos agrícolas a partir dos investimentos em tecnologia que fortaleceram as áreas mais capitalizadas. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990 o trabalho na agricultura no Brasil sofre as consequências do processo de mecanização e da ampliação do agronegócio, também se ampliam os contrastes entre os grandes estabelecimentos e a pequena propriedade (PRONI, 2010).

Proni (2010) ressalta que entre 1990 e os anos 2000, a maior parte das atividades agropecuárias teve um desempenho econômico ruim, mas alguns *commodities* obtiveram bons resultados (soja, café e frango). No início do século XXI, o incremento dos setores de exportação de produtos agrícolas como soja (derivados) e carne mantém taxas expressivas. Em 2008, o conjunto do “agronegócio” correspondeu a 28% do PIB nacional, com 37% do total das exportações brasileiras.

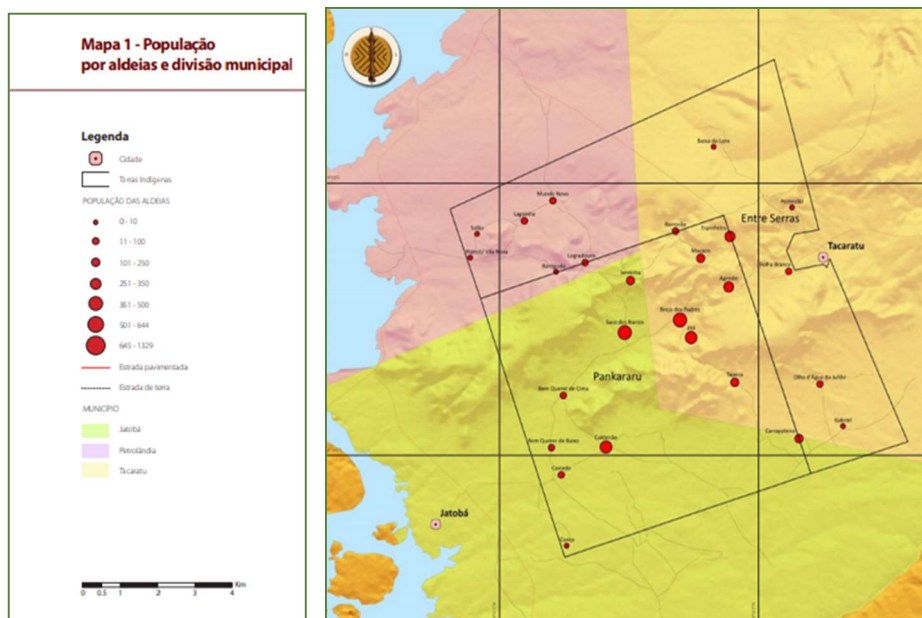
Embora tenham ocorrido essas e outras transformações quantitativas no setor, nos últimos 20 anos do século XX e na primeira década do século XXI, a população trabalhadora em atividades agrícolas não usufruiu desses ganhos quantitativos (PRONI, 2010). Nessa conjuntura os ganhos concentraram-se nas mãos dos donos do agronegócio e seu poder destrutivo de apropriação da terra, dos recursos naturais, do trabalho e da saúde do conjunto da população.

Essa realidade é constatada a partir dos anos 2000 quanto aos seguintes fatores: há um aumento de trabalhadores agrícolas não remunerados, persiste uma grande proporção de trabalhadores com rendimento mensal inferior a um salário mínimo e o aumento de contratos temporários - fatores que nos levam a identificar a persistência da precariedade nas condições de trabalho (PRONI, 2010, p. 139). Em termos da conjuntura mais geral dos anos 2000, o autor também destaca alguns fatores considerados positivos: a redução do trabalho infantil, o aumento de trabalhadores com carteira assinada e o aumento da taxa de sindicalização entre os trabalhadores rurais.

De acordo com os dados do Censo IBGE de 2013, nos três municípios que circunscrevem a Terra Indígena Pankararu, estima-se a existência da seguinte população:

Jatobá, com 14.796 habitantes, Petrolândia, com 36.548 habitantes e Tacaratu, com 25.765 habitantes, consideradas cidades de pequeno e médio porte.

FIGURA 1 - TERRA INDÍGENA PANKARARU – MUNICÍPIOS DE PETROLÂNDIA, TACARATU E JATOBÁ



Fonte: Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. Fundação Nacional do Índio (Funai) e Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), 2015.

Há 30 anos, Jatobá não era cidade emancipada, era um distrito de Petrolândia. Petrolândia, por sua vez, foi emancipada da cidade de Tacaratu em 1909. Antes, era conhecida como Jatobá.

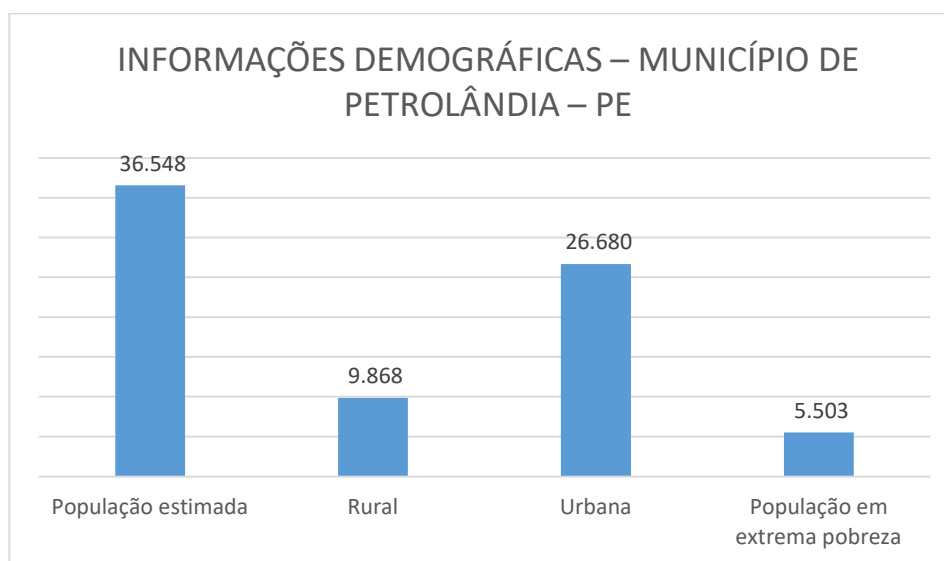
Ao analisarmos dos dados do Ministério da Cidadania do mês de dezembro de 2019, é possível identificar dados mais atualizados do número de indígenas existentes nos municípios. Importante informar que esses números se referem às famílias que se encontram em condição de baixa renda, ou seja, são famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuem:

- renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; ou
- renda mensal total de até três salários-mínimos.

No Cadastro Único também podem ser cadastradas famílias com renda superior a meio salário-mínimo, “desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo”⁷⁷ (CAIXA, 2020).

⁷⁷ Cadastro Único. Instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GRÁFICO 3 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS – MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA – PE



Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Petrolândia, município de Porte II, de acordo com os Critérios do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, com população de 36.548, possui população rural de 27% do total de pessoas. Estima-se que 5.503 dos seus habitantes encontram-se em situação de extrema pobreza.

QUADRO 4 - FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO e BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PETROLÂNDIA – PE

Famílias cadastradas	Mês Referência	
Total de famílias cadastradas	8.335	12/2019
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	5.016	10/2019
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	983	12/2019
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	633	12/2019

Fonte: Cadastro Único, Relatório de Informações, SAGI/MDS, janeiro de 2020⁷⁸.

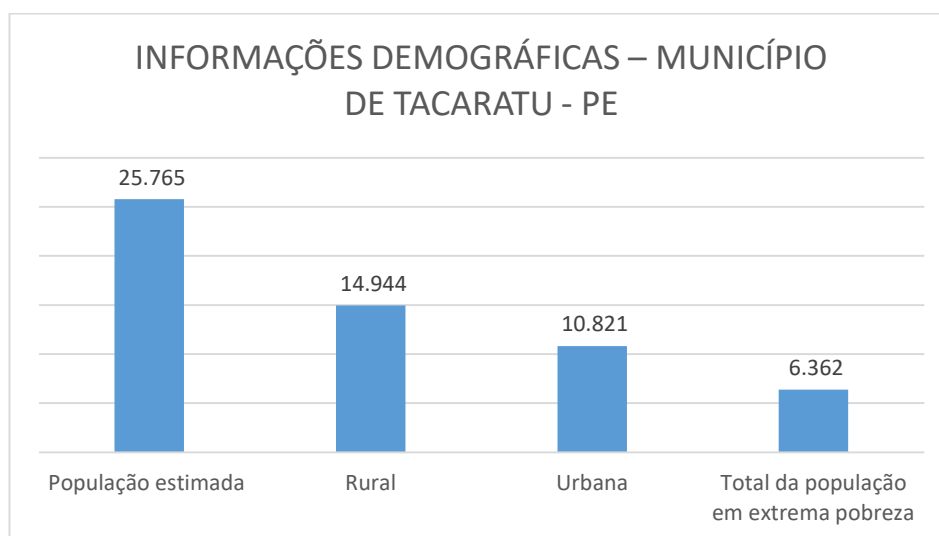
De acordo com dados do Relatório de Informações Sociais do Cadastro Único do Ministério da Cidadania de 2019, no município de Petrolândia existem 8.335 famílias cadastradas no Cadastro Único. Dessas, 5.016 são famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

⁷⁸ Cadastro Único, Relatório de Informações/SAGI, MDS, janeiro de 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>

De acordo com dados do município, existem 983 famílias indígenas cadastradas (média de 3.243,9 indígenas)⁷⁹, dessas, 633 são famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família-PBF (média de 2.088,9 mil indígenas).

As famílias beneficiárias do programa Bolsa Família recebem o valor médio do benefício de R\$ 191,09 reais.

GRÁFICO 4 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS – TACARATU – PE



Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010

O município de Tacaratu possui uma população de 25.765 mil pessoas. A maior parte da população desse município, 58%, reside em área rural. 6.362 encontram-se em situação de extrema pobreza.

QUADRO 5 - FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO – TACARATU - PE

Famílias cadastradas	mês de referência	
Total de famílias cadastradas	5.087	12/2019
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	3.151	10/2019
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	1.027	12/2019
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	747	12/2019

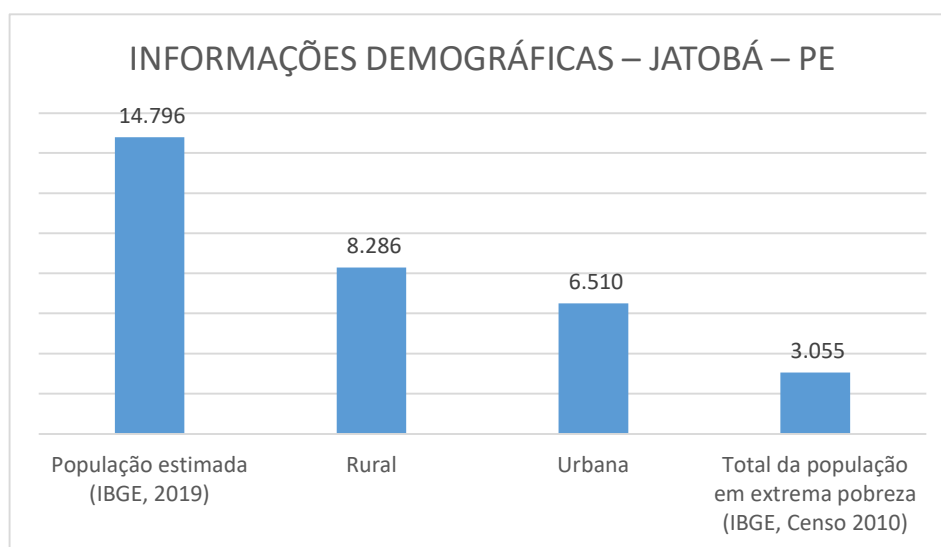
Fonte: Cadastro Único, RI/SAGI, MDS, janeiro de 2020⁸⁰.

⁷⁹ A média de pessoas indígenas por família calculada neste trabalho tem como referência o parâmetro do censo do IBGE (2016) para o qual a média de componentes por família no Brasil é de 3,3.

⁸⁰ Cadastro Único, Relatório de Informações/SAGI, MDS, janeiro de 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>>

No município de Tacaratu existem 5.087 famílias cadastradas no cadastro Único, sendo 3.151 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O município conta com 1.027 mil famílias indígenas cadastradas (média de 3.389,1 indígenas) e dessas, 747 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa família (média de 2.465,1 indígenas). Nesse município, as famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família recebem, em média, R\$ 206,79 por mês.

GRÁFICO 5 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS – JATOBÁ – PE



Fonte: IBGE (2010). Censo Demográfico – 2010

No município de Jatobá existe uma população de 14.796 habitantes, 56% vivem em área rural e 44%, em área urbana. Dessa população, 3.055 pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza.

QUADRO 6 - FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO – MUNÍPIO DE JATOBÁ - PE

Famílias cadastradas	mês de referência	
Total de famílias cadastradas	3.636	12/2019
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	2.133	10/2019
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	1.142	12/2019
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	799	12/2019

Fonte: Cadastro Único, Relatório de Informações/SAGI, MDS, janeiro de 2020.⁸¹

⁸¹ Cadastro Único, Relatório de Informações/SAGI, MDS, janeiro de 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>>

No município de Jatobá existem 3.636 famílias cadastradas no Cadastro Único. 3.055 em situação de extrema pobreza. Dessa população, 2.133 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Existem 1.142 famílias indígenas cadastradas (média de 3.768,6 mil indígenas). 799 Famílias indígenas beneficiárias do Programa (média de 2.636,7 mil indígenas). As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família recebem uma média de R\$221,06 por mês.

Nos três municípios que circunscrevem a Terra Indígena Pankararu, há o total de 3.152 famílias indígenas cadastradas e, entre essas, 2.179 famílias beneficiárias do PBF na região dos três municípios.

Considerando o número médio de pessoas por família no Brasil (3,3 componentes), com base no IBGE (2016), no território de interlocução desses 3 municípios onde estão concentrados a maior parte do povo Pankararu do Brasil, existe uma média de 10.401,6 mil pessoas indígenas cadastradas no Cadastro Único dos 3 municípios, entre essas, 7.190,7 mil indígenas compõem famílias beneficiárias do PBF. Esse destaque indica o número de famílias consideradas de baixa renda, pobres e extremamente pobres residentes na região analisada.

Considerando o número real de indígenas dos municípios do IBGE, que se encontra desatualizado, o Cadastro Único contribui para identificar o número de indígenas em cada município que se encontram em condição de baixa renda, pobreza e extrema pobreza.

Os quadros apresentados informam dados sobre as condições de renda das famílias que fazem parte das populações dos três municípios citados, região onde está localizada a Terra Indígena Pankararu e onde residem os participantes da pesquisa. São dados dos Relatórios de Informações Sociais do Ministério da Cidadania, órgão responsável pelo gerenciamento de informações do principal banco de dados que dá acesso a programas sociais do governo federal e apoia a orientação da gestão da política de assistência social nos estados.

Embora o Cadastro Único não informe o valor real da situação de pobreza nos municípios, os dados e o recorte do acesso à renda são importantes para o acesso da população a serviços, programas e projetos na área de assistência social e em outras políticas públicas e uma referência para os índices de renda orientadores dos programas sociais.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal criado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Medida provisória nº 132 de 20 de dez. de 2003). Com o principal objetivo de enfrentar a pobreza, operacionaliza-se com a base de dados do Cadastro único a partir do cumprimento de condicionalidades relacionadas ao acesso contínuo a serviços de educação e de saúde. Estudos

como o de Cavalcante, Costa e Silva (2013) analisam os impactos desse programa no Nordeste e sua articulação com um conjunto de programas que tem interferido especificamente nas condições mínimas das famílias para garantia do direito à segurança nutricional e alimentar, acesso à escola e serviços básicos de saúde, enfrentamento das situações de trabalho infantil, proteção das mulheres gestantes, nutrízes, primeira infância e famílias chefiadas por mulheres. Os estudos dos referidos autores consideram que o PBF exerce um impacto positivo na renda das famílias beneficiárias, conseguindo aliviar de imediato a pobreza e a desigualdade de renda.

As cidades que circunscrevem a Terra Indígena Pankararu são consideradas cidades de base produtiva predominantemente agrícola. Jatobá e Tacaratu possuem populações predominantemente rurais, com ampla absorção de força de trabalho assalariada em atividades agrícolas e de pecuária de corte (maior parte, rebanhos de caprinos).

Na região há presença da pequena agroindústria, indústrias de transformação que envolvem atividades terciárias, de beneficiamento, de produção de embalagens que gravitam em torno da produção agrícola e voltadas ao comércio local e inter-regional. São fábricas de doce, de temperos e polpas de frutas, laticínios, além de piscicultura e caprinocultura na região ribeirinha do São Francisco, associadas à prática recorrente da agricultura irrigada.

Galindo e Neto (2000, p. 28) descrevem a agricultura na região do Submédio do São Francisco, atingida pela construção da barragem de Itaparica a partir de dois tipos de agricultura: a agricultura tradicional dos roçados e cultivo de produtos alimentícios (mandioca, milho e feijão), muito comuns entre as famílias - caracterizada como agricultura familiar, onde trabalha o conjunto da força de trabalho familiar: homens, mulheres e crianças; a agricultura irrigada, presente nas margens do rio São Francisco, onde está a produção de melão, caju, manga, cebola, tomate, melancia, uva, banana e coco, modalidade que emprega força de trabalho de forma temporária e muitas vezes precária, baseada nos ganhos por produção ou por hora de trabalho.

No caso da colheita de verduras, frutas, tubérculos e legumes, por se tratar de trabalho sazonal, em alguns períodos do ano os produtos a serem colhidos ou manuseados mudam, de acordo com o tempo, o clima, a frequência das chuvas.

Como ressaltam Galindo e Neto (2000, p. 42), na pesquisa de avaliação de impacto realizada no ano 2000 sobre as condições econômicas da região antes da construção da hidrelétrica, “[...] o sistema mais comum dentre os não proprietários é a parceria, especificamente a meação, que consiste na entrega ao proprietário de 50% de todos os produtos” do trabalhador parceiro para o proprietário da terra, do maquinário, podendo

descontar os custos das sementes, do uso da água, alimentos e remédios repassados para o trabalhador no período do trato da terra.

Essas condições de trabalho ainda são muito comuns na região. O assalariamento na agroindústria e na agricultura irrigada se constitui, historicamente, uma alternativa de fuga da pobreza extrema vivida por muitas famílias indígenas que vivem nas aldeias da região da serra.

4.3 Particularidade da produção familiar indígena nas aldeias

A situação fundiária da Terra Indígena Pankararu foi homologada/registrada pelo Decreto 94.603 de 14/07/1987. Sua extensão é de 8.100 hectares do Território Pankararu (homologada em 1987) e 7.750 hectares na região “Entre Serras” (homologada em 2007). (FUNAI, 2015).

Considerando a problemática fundiária própria da realidade brasileira, marcada por profunda desigualdade no acesso e posse de terra, a aldeia assume essa função histórica, por vezes, também contraditória na vida dos povos indígenas brasileiros. Ela significou e significa: segurança, possibilidade da vida coletiva, de trabalho, de sociabilidade nos rituais dos grandes terreiros sagrados (principais momentos de socialização e conexão para o povo), a proteção solidária da rede de parentesco para o trabalho, a criação dos filhos, o cuidado com os idosos. Porém, sair dela, viver fora da aldeia de origem é um desafio para a nossa vida indígena. Viver fora da aldeia pode representar desproteção social e desvinculação com as tradições e o conjunto de parentesco, estar longe da tradição é entrar em área de confronto com a identidade e com os preconceitos dos não índios. É possibilidade de mais acesso aos serviços públicos de saúde, educação, e de menos solidariedade própria do conjunto étnico. Por esse motivo a saída necessita ser realizada em conjunto, em família.

Sobre as condições contemporâneas de trabalho e de vida de famílias Pankararu que vivem nas aldeias do Território Indígena, aqui são apresentadas algumas particularidades das aldeias Bem Querer de Cima e da aldeia mãe, Brejo dos Padres. Essas são as duas referências nesta pesquisa para descrever particularidades da vida dos indígenas após a construção da Hidrelétrica. A escolha de Bem Querer de Cima e Brejo dos Padres se deu pelo motivo de serem as aldeias de origem dos indígenas participantes da pesquisa e territórios para onde retornaram famílias Pankararu que viviam na margem do São Francisco no contexto das remoções compulsórias.

Grupos familiares Pankararu retornaram para a terra indígena por vários motivos como: não receber indenizações, não entrar nos planos de reassentamento da Chesf, por estarem agregados com familiares trabalhando como assalariados agrícolas e outrora, assalariados urbanos temporários naquela conjuntura. Esse é o caso de indígenas da família Aroeira, que retornam e passam a morar na aldeia Bem Querer de Cima. Outros retornam para a aldeia mãe, Brejo dos Padres retomando à vida de produção agrícola familiar e idas e voltas para o trabalho assalariado na cidade. São sujeitos representativos dos múltiplos indígenas que viveram e vivem essa situação até o momento contemporâneo.

Para caracterizar os modos de produção e reprodução social predominante nesses dois territórios, observa-se que a feira é uma expressão singular dessa dinâmica. Entre as principais formas de geração de renda entre as famílias sertanejas no contexto contemporâneo, está a realização semanal das feiras livres.

As famílias feirantes do Território Indígena Pankararu são ao mesmo tempo, os indígenas agricultores que cultivam a maior parte do que comercializam nas feiras: feijão verde, ovos de galinha, a própria galinha, carnes de bode e carneiros (às vezes, levam os animais vivos) farinha, goma de tapioca, castanha de caju, macaxeira, batata, abóbora, coentro, temperos como cominho, colorau (preparados pelas mulheres das famílias), diversos tipos de plantas que servem como ervas para tratar doenças, fazer chá, temperar comidas, frutas da época (manga, goiaba, caju, murici, umbu). A venda desses produtos, mesmo que em pequenas quantidades (a maior parte dos casos), são essenciais para garantir a compra de outros produtos não produzidos pelas famílias: como óleo, tecidos, roupas, sapatos e ferramentas de trabalho. Em época de chuva, a produção é muito boa e é possível vender esses produtos em muitas feiras os preços caem, mas vendem mais. Muitas gerações foram alimentadas com essa prática.

FIGURA 2 - MURICI



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora. Foto – alimentos comuns da dieta Pankararu (murici, vitamina e suco de murici), 2019.

O murici é uma fruta muito valiosa na região. Existem muitas árvores nas serras Pankararu. Uma fruta muito saborosa para a cultura local e por isso muito cara também. Muitas famílias colhem e vendem na feira. Na região é utilizada para vitaminas, sucos, farinhas, sorvetes e picolés. Seu preço pode chegar a 12 ou 15 reais, o quilo. Também chamada de “ouro do sertão”.

A feira da aldeia Mãe, Brejo dos Padres acontece todos os domingos em frente à igreja do Território Indígena Pankararu. Os/as feirantes são moradores locais e de outros territórios da mesma terra indígena.

Mas na época de estiagem, os feirantes costumam comprar verduras e frutas cultivadas por outros agricultores que vivem nas margens do rio São Francisco, como cebola, tomate, pimentão. Na escassez de certos produtos, modifica-se o estilo de venda. Assim, alguns produtos são encontrados o ano todo, por ser possível produzir em situações mais difíceis, não necessitando de muita água: ovos de galinha, ervas, temperos, folhas verdes, bode, galinha caipira, enquanto outros se tornam mais escassos.

FIGURA 3 - INDÍGENAS PANKARARU NA FEIRA



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto da feira livre do Brejo dos Padres, Terra Indígena Pankararu, janeiro de 2017.

Muitos produtos estão nas feiras em toda época do ano com baixo custo porque são produzidos por agricultores locais e vendidos por eles mesmos, ou pelos familiares: filhos, marido, esposa, genros. O caso dos peixes tilápia e corvina tem um diferencial. Antes da

construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, o Rio São Francisco oferecia muitos peixes na região. Mas depois das hidrelétricas, muitos peixes sumiram: pirá, surubim, cari. O surubim era um peixe muito grande e de uma carne muito succulenta e pouca espinha. Nos últimos tempos, diante da escassez e extinções de peixes, foram criadas cooperativas com pescadores que passam a cultivar especialmente a tilápia em cativeiro, um dos mais vendidos nas feiras livres locais.

FIGURA 4 - BARRACA DE TILÁPIA



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2016). Foto da feira livre do Brejo dos Padres, Terra Indígena Pankararu, janeiro de 2016.

A economia local é baseada na troca de produtos, próprios da agricultura familiar, comuns de uma produção voltada à subsistência nos territórios indígenas. Vender e conseguir comprar o essencial para a alimentação nas feiras livres significa sinal de bom tempo, de fartura, de continuidade da vida no território.

As diversas formas de trabalho nas aldeias envolvem o cuidado dos roçados em família, onde se planta, cultiva e colhe. Em algumas situações, é comercializada parte da produção para conseguir comprar outros bens necessários, como vestuários e outros produtos industrializados não produzidos nas aldeias.

Colher folhas de pé de Ouricuri na Serra Grande para produzir chapéus e bolsas de palha; colher castanha de caju, assar e descascar para vender na feira; colher feijão verde, coentro, frutas da época; o plantio e a colheita da mandioca como umas das mais importantes atividades que permitiam fazer farinha e tirar goma de tapioca, preparar o beju; preparar

panelas e pratos de barro; são as principais atividades laborais, entre tantas outras, que caracterizam as formas tradicionais de vida e trabalho do povo indígena Pankararu.

Por se tratar de uma região com escassez de água, a produção de alimentos está submetida às condições climáticas. Em alguns períodos do ano, as chuvas possibilitam o plantio de grãos, frutas, tubérculos. Ou seja, os bons períodos de chuva possibilitavam aos indígenas da região plantar milho, macaxeira, batatas, jerimuns, abóboras, mandioca, feijão, que são base da alimentação indígena Pankararu, bem como a produção de farinhas, cuscuz, goma para tapiocas, beijus.

Também faz parte do trabalho indígena colher frutas como: manga, caju, goiaba, pinha, umbu, murici, acerola e garantir o alimento básico para alimentação. Além de contar com a criação de animais domésticos como galinha, porcos, cabras e patos. Até o final da década de 1990 ainda era possível realizar a caça de muitos animais nas Serras da Terra Indígena Pankararu, como: pássaros, tiús, preás, tatus, pebas entre outros que também complementavam a alimentação indígena.

Gerações mais velhas dos indígenas da família Aroeira participantes da pesquisa, que passaram a residir na margem do São Francisco na década de 1980, já haviam se deslocado anteriormente da aldeia mãe (Brejo) para a aldeia Bem querer de Cima. Em razão dos casamentos, construíram casas em território mais afastado da aldeia mãe durante o século XIX. Assim, foram se multiplicando no território Bem Querer de Cima, onde havia um grande terreiro dos rituais com os praiás (espíritos Encantados) onde se dançava o Toré, cujos zeladores eram o velho Mariano Pankararu e família, avós do tronco da árvore Aroeira, Geni.

A família Aroeira é descendente da indígena Antônia Sabina e de Genésio. Esse casal gerou 9 filhos, dos quais, um faleceu cedo com o “mal dos sete dias”, termo utilizado para os casos em que as crianças morriam antes de completar 7 dias de vida. Muitas vezes, mortes decorrentes de adoecimentos ou desnutrição ou tétano, considerando a condição de pobreza da época e nenhum acesso a serviços de saúde. Uma filha adulta falecida, os outros 7 ainda estão vivos, a maior parte (5) vivendo com filhos e netos na Terra Indígena Pankararu, com o conjunto de parentes da etnia.

FIGURA 5 - FAMÍLIA AROEIRA – TI PANKARARU ALDEIA BEM QUERER DE CIMA



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora. Foto da Família de Aroeira. Aldeia Bem Querer de Cima, janeiro de 2013.

Na aldeia Bem Querer de Cima vivem 73 famílias indígenas Pankararu, uma média de 232 indígenas⁸². Está localizada entre as aldeias Bem Querer de Baixo e Saco dos Barros, seguindo a subida da cidade Jatobá, por dentro do Território Indígena para a aldeia mãe que é Brejo dos Padres.

As famílias que moram no Território Pankararu Bem Querer de Cima vivem de pequenas criações de animais para o consumo próprio e de pequenas plantações voltadas à subsistência. Há alguns casos de famílias que vivem com o apoio de uma aposentadoria ou benefício de transferência de renda.

Outro apoio importante para a melhoria das condições de vida dos indígenas no território é a renda dos filhos mais jovens que saem todos os dias da aldeia para trabalhar como pedreiros, serventes, pintores, trabalhadores do comércio local, atendentes de lojas, domésticas em residências familiares na área urbana e outros serviços (de saúde, educação, assistência social) nas cidades vizinhas: Tacaratu (PE), Jatobá (PE), Petrolândia (PE) e Paulo Afonso (BA).

⁸² Dados do serviço de saúde local.

Alguns mais jovens, por adquirir formação técnica ou no ensino superior nos últimos 10 anos, trabalham nas próprias aldeias como professores, agentes de saúde e de saneamento, técnicos em enfermagem, ou serviços gerais nas escolas e postos de saúde construídos na Terra Indígena e sob a gestão das políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil: Política Especial de Saúde Indígena e Educação Diferenciada Indígena. A ampliação desses dois principais serviços promoveu melhorias, impactos significativos na vida das famílias, considerando que as famílias tinham muita dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, educação e saneamento básico, incluindo dificuldades severas de acesso à água limpa para consumo doméstico.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, ocorrem muitas transformações na vida do povo Pankararu no tocante à conquista de direitos sociais. O principal motor dessas transformações foi o fortalecimento e as pressões do movimento indígena e a ocupação de importantes espaços deliberativos reivindicando a operacionalização das premissas garantidas na Carta Magna referentes aos direitos à terra, à saúde e à educação dos povos indígenas no Brasil.

Nas aldeias, ocorreram muitas mudanças quanto à ampliação de serviços públicos voltados à educação (ampliação da oferta de ensino fundamental com base nos princípios diferenciados da Educação Escolar Indígena e acesso ao ensino superior e inserção exclusiva de professores indígenas); à saúde (construção de postos de saúde, contratação de profissionais indígenas para equipes de saúde); à previdência social (ampliação do número de indígenas aposentados e pensionistas); à assistência social (beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, usuários de Programas como Bolsa Família, Bolsa Escola), além de melhorias no sistema de transporte das aldeias para as cidades e construção de um sistema de abastecimento e tratamento de água onde atuam os Agentes Indígenas de Saneamento. Essas mudanças geram impactos nas condições reais da vida e de trabalho do povo Pankararu nas aldeias.

Depois da construção do “Acampamento Chesf” na região, onde passam a residir mais de 800 técnicos da usina, grande parte das mulheres das aldeias saiam todos os dias a pé ou de bicicleta, andando cerca de 12 quilômetros (ida e volta) para trabalhar como domésticas nas casas de técnicos da Usina de Itaparica no (hoje bairro do município de Jatobá) chamado “Acampamento de Itaparica - Chesf”.

Todas as 5 mulheres irmãs de Geni (tronco da família Aroeira) e ela mesma trabalharam como domésticas em casas de famílias na região da Hidrelétrica de Itaparica, uma delas até o momento da aposentadoria e outra ainda trabalha nessa condição no momento da

realização da pesquisa. Da década de 1980 até os anos 2000, a condição de trabalhadora doméstica era uma das principais rendas das famílias que não conseguiam produzir para o próprio sustento, nas ocasiões dos longos períodos de estiagem.

Todas as mulheres indígenas participantes da pesquisa relataram ter trabalhado como domésticas em casas de técnicos da hidrelétrica, cuidando de tarefas gerais das casas, de idosos e de crianças (Cf.: quadro geral do perfil dos participantes da pesquisa). Também informaram não conhecer nenhuma situação em que a mulher recebia um salário-mínimo nesse tipo de trabalho. Há o relato de que uma mulher Pankararu trabalha, no período de realização da pesquisa, durante a semana inteira realizando atividades como cozinhar, lavar e passar, recebendo 20% do salário-mínimo nacional por mês. Outra indígena trabalha nas mesmas condições recebendo o dobro, também como remuneração mensal. Mulheres relatam que chegaram a receber alimentos em troca da realização de tarefas domésticas em casas de famílias no Acampamento Itaparica.

Essa realidade evidencia a discriminação vivida por essas mulheres e seus filhos, tratados de forma subalterna. Estes sofriam constantes humilhações sempre que precisavam interagir com filhos dos moradores do Acampamento Itaparica, como na vida escolar da cidade, chamados de “bichos do mato”, “macacos”, entre outros termos.

A própria oferta de serviços, como o caso das escolas de ensino básico, fundamental e médio, foi uma reivindicação do Movimento Indígena diante da grave discriminação e violência que os Pankararu viviam fora da aldeia, que envolviam desde ofensas verbais a ataques violentos no caminho que as crianças e jovens Pankararu utilizavam para ir para as escolas. Nesse percurso fomos atacados diversas vezes por brasas de fogo, fezes humanas, paus e óleo queimado de carro em períodos de grandes tensões dos conflitos com os não indígenas que residiam na Terra Indígena.

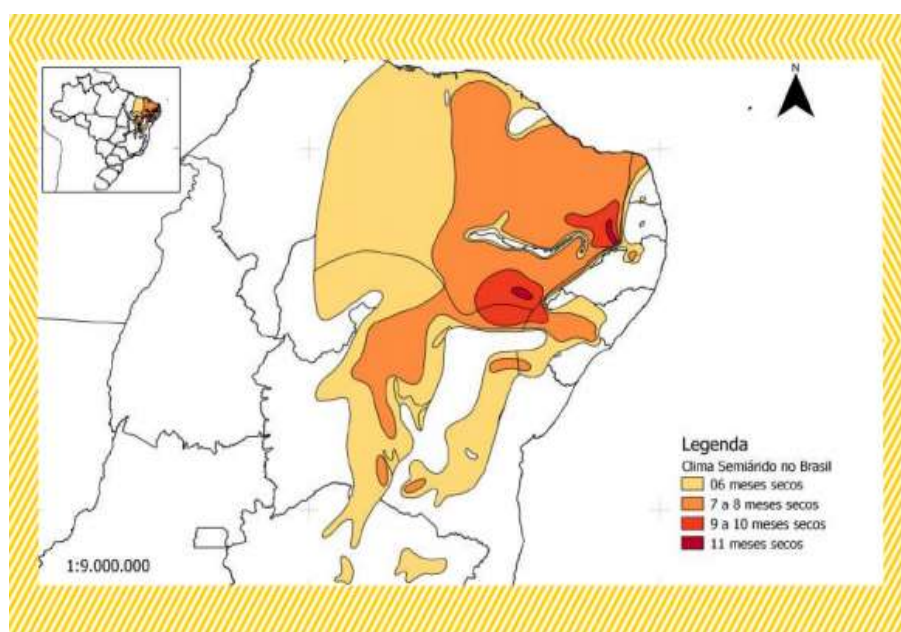
A luta pela oferta de ensino escolar nas aldeias tinha vários objetivos: um ensino diferenciado de respeito à cultura e identidade Pankararu; a possibilidade da oferta de um ensino específico por profissionais indígenas, considerando que ampliava o número de professores indígenas formados em diversas áreas do ensino superior, e a garantia do respeito e da integridade das crianças e adolescentes Pankararu.

A vida no Território Bem Querer de Cima mudou muito nos últimos 20 anos. Especialmente com a ampliação de políticas públicas, oferta de ensino escolar para as crianças na aldeia, incentivos para acesso de jovens ao ensino superior (na graduação e pós-graduação), retorno de indígenas para trabalhar no território.

Embora no contexto contemporâneo as famílias tenham acesso ampliado a serviços públicos de saúde, educação e assistência social, enfrentam os desafios de convivência com as condições climáticas próprias do Semiárido. As famílias ainda lidam com muitas limitações de acesso à água, são longos os períodos de estiagem que os impossibilitam de plantar e de colher frutas próprias da região e pouca tecnologia de manuseio com a água no território.

O Semiárido tradicionalmente aparecia na cena pública como região de pobreza, de atraso e de sofrimento das populações que vivem na região. A aridez do clima, a escassez hídrica e a empobrecimento do solo são as principais características.

FIGURA 6 - O CLIMA DO SEMIÁRIDO NO BRASIL



Fonte: INSA/MCTI (2013).

A pesquisa realizada por Silva (2008) caracteriza as condições de vida da população do semiárido brasileiro. Um grupo populacional que correspondia 11% de toda a população brasileira no final da primeira década do século XX. Uma região com economia predominantemente voltada para a agropecuária e subsistência, mas com expansão da área urbana por uma população que tende a sair das áreas rurais e que crescem em cidades marcadas pela predominância de população periférica, com pouca estrutura de serviços básicos e precárias condições de vida.

No caso específico das condições das aldeias Pankararu, os períodos de seca, fases de desgaste do solo e a falta de água ou sua má qualidade, são situações que comprometem a própria reprodução da vida indígena. Em períodos de longa estiagem, as fontes de água ficam comprometidas e, além de distantes, muitas são de água salobra.

Até os anos 2000, ainda não existiam sistemas de distribuição e tratamento de água nas aldeias (situação vigente em algumas aldeias que ainda dependem de “carro pipa” para ter acesso à água do rio)⁸³. A energia elétrica só chegou no final da década de 1980.

Considerando que “a hidrografia [da região do semiárido] é totalmente dependente do ritmo climático, as secas são caracterizadas tanto pela ausência e escassez quanto pela alta variabilidade espacial e temporal de chuvas” (SILVA, 2008, p. 19). Além disso, bem lembra Silva (2008) que a qualidade da água disponível nos poços, a água salobra, tende a ser inapropriada para o consumo humano e animal, para irrigação de lavouras devido à alta concentração de sais minerais.

A escassez de água como principal problema enfrentado pelos sertanejos historicamente instrumentalizou a prática de dominação política e cultural na região. No campo das relações do poder local, o controle dos carros pipas, a perfuração de poços, a construção de chafariz, o controle do acesso às águas de barreiros, até a construção de grandes projetos de desenvolvimento e formulação de projetos de combate à seca favoreceram interesses de oligarquias sertanejas, como destaca Silva (2008).

O sertanejo é visto como um ser impregnado de cultura e práticas produtivas próprias da vida nos sertões.

A palavra Sertão teve origem durante a colonização do Brasil pelos portugueses, que ao perceberem a diferença climática entre este e o litoral Nordeste, chamaram o novo espaço de “desertão”. Logo, a palavra foi entendida como “de sertão”, ficando, por fim, apenas Sertão. Essa região faz limite com a Caatinga e o Seridó, não tendo contato com o Agreste ou com a mata (INSA/MCTI, 2013, p. 38).

A história de organização da produção econômica na região do semiárido a partir da colonização do país e estruturação da produção baseada na produção escravista denominava diferentes relações e especificidades, próprias do Semiárido Brasileiro (SAB) como “Sertão”, como uma palavra comum para designar lugares muito secos.

Essa condição climática e social associada ao movimento imposto pelos aldeamentos forçados e escravização da força de trabalho indígena se configurou como principal motivo

⁸³ A construção de cisternas e abastecimento da água por encanamento nos últimos 10 anos amenizou essa situação.

dos deslocamentos na região. Os que resistiram e sobreviveram à escravidão, à fome e às guerras, resistiam como nômades, migrando com suas famílias para as margens dos rios, onde conseguiam plantar e comer.

5 A VIDA E O TRABALHO DAS FAMÍLIAS PANKARARU

Neste capítulo desenvolve-se a caracterização da vida e do trabalho dos participantes da pesquisa, indicando tendências históricas da vida indígena nos territórios sertanejos da região do Submédio do Rio São Francisco. Trata das principais mudanças e permanências das condições sociais e econômicas das famílias Pankararu na região ribeirinha do São Francisco (municípios de Jatobá/Petrolândia/Tacaratu) relacionadas à construção da Hidrelétrica de Itaparica.

Apresenta-se também a análise das particularidades das mudanças nos modos de vida das famílias participantes da pesquisa, que saíram das aldeias, do território indígena Pankararu para viver na margem do São Francisco e foram removidas da margem do São Francisco para a cidade e para os assentamentos da região de Petrolândia e Tacaratu.

Considera-se que os deslocamentos na vida do povo Pankararu compreendem um movimento entre as aldeias da mesma etnia, das aldeias para pequenas cidades de regiões ribeirinhas do São Francisco e das pequenas cidades para as aldeias. Esse movimento se dá de diversas formas no decorrer do século XX e persiste neste início do século XXI, porém, assume novas faces e novos significados.

Para entender a relação entre política energética e os deslocamentos do povo indígena é imprescindível o entendimento do sentido histórico das hidrelétricas e suas contradições para o desenvolvimento social e econômico do país e seus impactos na vida das populações ribeirinhas.

5.1 Indígenas e as condições da vida fora da aldeia

A saída das aldeias, a retirada das famílias indígenas da região ribeirinha e a presença das gerações de idosos, adultos, jovens e crianças Pankararu no contexto urbano ainda é um desafio, considerando as desigualdades que afetam a presença de indígenas nas cidades e o reconhecimento tardio das garantias do Estado brasileiro do direito à diferença e ao respeito étnico dos povos originários. Também é um desafio para a própria vida indígena, especificamente por conta do não acesso das gerações mais velhas ao ensino escolar e educação para o mercado de trabalho.

No Brasil, a urbanização de territórios onde habitavam populações indígenas fez com que esses se tornassem trabalhadores assalariados de economias locais. É possível identificar essa realidade nos relatos das famílias participantes, ao relatarem nas entrevistas a constante busca por atividades em troca de salário e a realização de atividades de baixa remuneração, sem vínculos formais, temporárias, prestação de serviços pontuais⁸⁴.

São muitas as razões que levam os indígenas se deslocarem para as cidades. No documentário *Índios na cidade* (2013), observam-se situações semelhantes na vida de indígenas que vivem em outras regiões. No documentário produzido com depoimentos de indígenas de várias regiões do Brasil e residentes na grande São Paulo, é possível identificar que muitos indígenas migram para a cidade por necessidade de sobrevivência, de trabalho, de acesso a serviços básicos e melhores condições de vida, como: educação, saúde, moradia.

Tanto nos relatos das famílias Pankararu como nos relatos de indígenas, sobressaem-se as características específicas de trabalhos/empregos dessa inserção na vida urbana, como destaca Joaquim Vicente de Paula, Chefe do IBGE de Roraima, em sua obra *Índios na cidade* (2013), ao citar as desigualdades históricas que atingem indígenas: o não acesso à educação escolar, o não acesso à qualificação profissional, o não acesso ao ensino superior, levam os indígenas a compor os indicadores de *menor renda e menor escolaridade*, elementos esses que os localizam nas piores condições de vida, de emprego e de trabalho entre povos indígenas.

A vida indígena na dos participantes da pesquisa que vivem na cidade é marcada pela ausência de qualificação profissional, a precária inserção da força de trabalho em diferentes setores da economia, em que desenvolvem atividades como: ajudantes, pedreiros, carpinteiros, auxiliares de serviços gerais, domésticas, vendedores do comércio local entre outros. Essa inserção, nas cidades maiores, é acompanhada de preconceitos que levam, em alguns casos, ao isolamento e ao adoecimento mental.

O Documentário: *Índios na cidade, vidas em travessia* (2014) apresenta diferentes possibilidades de organização social de indígenas no contexto urbano: organização de mulheres para o enfrentamento da violência contra a mulher; discussão sobre direitos sociais como moradia, educação, saúde e respeito étnico.

Destacam-se, nos depoimentos dos indígenas entrevistados, em consonância com os indígenas de diferentes grupos étnicos no documentário, enfrentamentos da vida urbana, o desejo de viver a identidade étnica, a cultura, os vínculos espirituais com mais respeito, bem

⁸⁴ Realidade apresentada no documentário: *Índios na cidade, vidas em travessia* (2014).

como, o direito ao acesso à educação escolar e profissional como meio de construir habilidades e competências imprescindíveis para maior atuação política nos espaços de decisão sobre as políticas indigenistas e melhores condições de vida na cidade.

De acordo com dados do IBGE (2010), a população indígena urbana no Brasil está distribuída da seguinte forma, em termos de características demográficas: de 0 a 14 anos - 21,1%; de 15 a 64 - 71,9%; e de 65 anos ou mais - 7,0%.

No que se refere à educação, ainda há muito que avançar:

Os resultados do Censo 2010 vêm confirmar que o indígena residente no Brasil detém nível educacional mais baixo que aquele da população não indígena. O significativo aumento entre as taxas de alfabetização no período 1991/2000 foi devido, sobretudo, ao aumento de declarações de indígenas na área urbana no Censo 2000. Desse modo, pode ser efeito da captação mais precisa dessa população urbana, não sendo possível assegurar que houve melhoria. Quanto ao período 2000/2010, observa-se um crescimento de 3,8%, semelhante ao da população não indígena (BRASIL, 2010, p. 70)

A educação escolar é um direito fundamental e uma possibilidade real de melhoria das condições de vida na cidade. A melhoria de indicadores de escolaridade é um elemento quantitativo muito importante para pensar qualitativamente em formas de participação social.

Porém, as relações sociais, a demanda ética de respeito à diversidade étnica é um desafio: respeito à língua⁸⁵, à cultura, às crenças e às práticas espirituais dos indígenas ainda são um grande problema enfrentado nas escolas de ensino regular na área urbana, bem como no ensino superior e nas relações de trabalho. Persistem os riscos do apagamento cultural étnico dos povos originários que entram nessa dinâmica.

O acesso democrático ao ensino, à educação escolar pública e de qualidade no Brasil ainda é uma realidade distante. Embora nos últimos 30 anos, após a constituição Federal de 1988, que afirma o direito de acesso a uma saúde e uma educação diferenciadas para indígenas, essa realidade ainda requer muitas estratégias para sua operacionalização.

Sobre a divisão por regiões, a população indígena está distribuída no Brasil da seguinte forma:

[...] o total de população indígena residente no território nacional passou a 896,9 mil pessoas [...]. Desses, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na rural. Enquanto na área urbana a Região Sudeste deteve o maior percentual de indígenas (80%), a Região Norte, com 82%, foi o maior percentual da área rural. Pelos resultados do Censo Demográfico 2010, a Região Norte, com 342 mil indígenas, revela a sua importância como a mais populosa em indígenas no País. É explícita a dimensão dos grupos indígenas que habitam as terras indígenas, revelando 48,7% de indígenas em

⁸⁵ No Brasil existem 274 línguas indígenas faladas. O censo do IBGE (2010) demonstrou que 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

relação ao total de indígenas residentes no Território Nacional. A maior parcela de indígenas residentes fora das terras indígenas, em termos absolutos, correspondeu à Região Nordeste, com 126 mil indígenas, com um peso relativo de 33,4% (BRASIL, 2010, p. 54).

Como podemos identificar no Censo do IBGE, há uma presença significativa de indígenas distribuídos em todo o território urbano do país (36,2%). A região Nordeste é a que detém maior percentual de indígenas fora de terras indígenas, 33,4%. Este dado “fora das terras indígenas” pode indicar muitas situações: a presença de indígenas em terras não demarcadas; pode significar habitantes de regiões urbanas e/ou rurais em processo de reivindicação de reconhecimento e demarcação, ou indígenas distantes de seus grupos étnicos, vivendo nas cidades, construindo novos territórios.

Importante ressaltar que “Territórios Indígenas” é um conceito diferente de “Terra Indígena”. O território é um espaço cultural e geográfico habitado por um grupo social com lógica interna de organização social (OLIVEIRA, 1993, p. 10). Indígenas estão distribuídos (separados ou junto do seu grupo étnico) em diferentes territórios que (ainda) não são tratadas juridicamente/oficialmente como Terras Indígenas (TI)⁸⁶.

No Nordeste existem 208.691 indígenas, segundo dados do IBGE (2010)⁸⁷. No estado de Pernambuco existem 12 povos indígenas: *Atikum*, *Kambiwá*, *Kapinawa*, *Pankaiucá*, *Pankará*, *Pipipã*, *Truká*, *Tuxá*, *Potiguara*, *Xukuru*, *Fulniô* e *Pankararu*⁸⁸.

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão de obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem terras e sem tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2003, p. 4).

O processo intenso de deslocamentos dos indígenas no Brasil e no Nordeste ainda é um desafio para a sistemática sobre quantos e quais as reais condições na área urbana por estado.

⁸⁶ TI – Terras Indígenas identificadas, delimitadas, demarcadas, homologadas pelo Estado brasileiro a partir de processos administrativos realizados pelo órgão oficial responsável pela proteção dos direitos indígenas no Brasil – FUNAI a partir da organização e das reivindicações dos povos indígenas. De acordo com o Censo do IBGE (2010), 57,7% dos indígenas no Brasil moram em TI. Sobre modalidades de TI e processos administrativos de demarcação, consultar o site da Fundação Nacional do Índio, disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>.

⁸⁷ Distribuição da população indígena no Brasil, disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁸⁸ Quadro geral dos povos indígenas no Brasil. Dados disponíveis em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Apresentamos nos tópicos que seguem alguns indicadores das condições de vida indígena no Nordeste e em Pernambuco no Brasil contemporâneo, destacando dados de educação e de renda.

A pobreza como fenômeno multidimensional atinge uma grande parcela da população brasileira. Falar de pobreza indígena é levar em consideração as particularidades e diferenças entre a vida urbana e a vida nativa no campo e os modos de vida autônomos, originários não capitalistas.

Significa levar em consideração que as sociedades indígenas no Brasil representadas pelas 305 etnias são muito diversas. Constroem e reconstroem culturas, costumes e práticas políticas e de produção, manuseio dos bens necessários à reprodução da vida por modos muito peculiares em seus territórios.

Desse modo, a categoria pobreza aqui apresentada está situada de forma muito específica. A escolha dos autores remete à explicação teórica específica das condições precárias de vida de populações indígenas que vivem no campo, e na cidade nos casos dos que já convivem com modos de vida tipicamente capitalistas, passando a adentrar em redes de assalariamento (força de trabalho livre, disponível).

A condição de vida indígena na área urbana e os índices de precariedade da vida indígena na região Nordeste são resultado da condição histórica de uma das primeiras regiões do país onde a exploração econômica colonizadora ocorreu por mais tempo; destaca-se também a própria condição regional que o Nordeste assume com o fim do período colonial: disponibilizando força de trabalho “livre” para o avanço da indústria em outras regiões do país, como o caso dos parques industriais na Região Sudeste do país.

Dito isso, a pobreza é um fenômeno abordado por diferentes perspectivas e linhas teóricas. As análises da pobreza apresentam este fenômeno em várias dimensões, a saber: monetária, subjetiva, privação em termos de necessidades básicas, aspectos sociais e culturais. Partindo de uma abordagem puramente fisiológica, passamos para uma compreensão mais global que reconhece que as necessidades individuais e a interação na sociedade não dependem apenas do nível de consumo de alimentos que garantem a sobrevivência biológica. Portanto, a pobreza pode ser considerada, em diferentes níveis (relativa, absoluta), como ausência, a exclusão de determinados grupos populacionais a bens materiais e não materiais necessários à continuidade da vida humana (cf. YAZBEK, 2009).

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações e embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta. Usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego [...], ao lado do usufruto

de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YAZBEK, 2009, p. 73).

O caráter multidimensional da pobreza (considerado como essencial para definir a condição de pobreza o acesso a alguns bens, de modo que sem esses os “cidadãos” não são capazes de usufruir de uma vida minimamente digna. Incluem: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia), leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social.

A análise da pobreza, do ponto de vista da condição de vida do povo indígena que mora fora da Terra Indígena, pode ser realizada a partir de indicadores importantes sobre a condição de vida dos indígenas no Nordeste: alfabetização e rendimento.

Neste texto, mais especificamente, são evidenciados os seguintes indicadores: o nível de alfabetização do povo indígena e o rendimento (medida da pobreza monetária).

QUADRO 7 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Grandes Regiões	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de indígena e situação do domicílio								
	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Indígenas									
Brasil	49,2	73,9	76,7	75,2	86,2	88,1	37,6	54,5	66,6
Nordeste	40,6	74,3	76,4	68	83,7	84,6	26,3	54	65,5
Não indígenas									
Brasil	80,7	87,1	90,4	86,3	90,3	92,7	60,8	71,9	77
Nordeste	63,5	75,2	81	74,6	81,6	85,7	44,3	59,3	67,2

Fonte: IBGE (2010).

Na tabela 7 vê-se a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por condição de indígena e situação do domicílio. Essa tabela mostra que o indígena residente no Brasil detém nível educacional mais baixo que aquele da população não indígena. O significativo aumento entre as taxas de alfabetização no período 1991/2000 foi devido,

sobretudo, ao aumento de declarações de indígenas na área urbana em 2000 de acordo com IBGE (2010).

Importante ressaltar que na região Nordeste, a taxa de alfabetização entre indígenas vem aumentando na área urbana de 1991-2010 e menos rápido na área rural. Quando se comparam as taxas de alfabetização com os “não indígenas”, considerando somente as pessoas que se declararam indígenas em todas as Grandes Regiões em particular no Nordeste, as discrepâncias ainda são grandes.

QUADRO 8 - REGISTRO DE NASCIMENTO DO POVO INDÍGENA ATÉ 10 ANOS DE IDADE

Percentual de pessoas indígenas até 10 anos de idade com registro de nascimento - Brasil-2010			
Brasil e grandes regiões	Com alguns tipos de registro de nascimento		
	Total	Tipo de registro de nascimento	
		Registro de cartório	Registro Administrativo de Nascimento Indígenas (RANI)
Brasil	93.5	69.6	22.7
Norte	88.2	65.4	21.2
Nordeste	98.5	93.4	3.8
Sudeste	99.1	92.8	5.7
Sul	97.8	67.0	30.3
Centro Oeste	98.2	46.3	51.1

Fonte: IBGE (2010).

O percentual de pessoas indígenas de até 10 anos de idade com Registro Administrativo de Nascimento Indígena no Brasil é de 22,7%, número menor que o tipo de registro em cartórios, correspondente à 69.6%. No que diz respeito às grandes regiões, o Nordeste apresenta a taxa mais baixa (3,8%) em relação a outras grandes regiões do Brasil, considerando que o índice de registro em cartório tornou-se o número mais elevado do que em outras regiões do país, 93.4%.

QUADRO 9 - RENDIMENTO

Regiões	Proporção das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade com até 1 salário-mínimo e sem rendimento nominal mensal, por localização do domicílio			
	Até 1 salário mínimo		Sem rendimento nominal mensal	
	Nas Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas	Nas Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas
Brasil	27,9	32,8	65,8	39,5
Nordeste	36,5	40,3	58,0	40,0
Pernambuco	40,0	38,00	55,0	44,0

Fonte: IBGE, 2010.⁸⁹

⁸⁹ Os dados deste tópico foram sistematizados a partir de relatório do IBGE (Censo 2010) com apoio do estatístico SOSSA, Codjo Olivier.

A proporção das pessoas indígenas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento nominal mensal, por localização do domicílio nas Terras Indígenas é mais elevada que fora das Terras Indígenas, respectivamente no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.

Os baixos indicadores de renda, presentes nos dados oficiais enquanto indicadores de pobreza podem não se aplicar a todas as populações tradicionais, ribeirinhas, pesqueiras, isoladas ou com poucos contatos com a sociedade nacional. Ainda podemos encontrar sociedades indígenas que vivem peculiarmente com uma relação direta com a terra, com os rios, com as florestas, com o manuseio independente do cultivo de seus bens coletivos, seus alimentos, quando dispõem de fartos recursos naturais. Podemos encontrar casos onde ainda há contatos com fartos bens naturais: água potável, peixes, terras férteis, boas condições climáticas, riqueza da biodiversidade, da flora e da fauna. Nos casos de grupos étnicos que já mantêm contato com não indígenas, podem surgir outras demandas nessa interação.

Considerando as situações de não acesso farto aos recursos naturais e a impossibilidade de uma vida autônoma para produção dos meios básicos de reprodução social, por escassez de recursos naturais resultantes de mudanças climáticas, e da exploração predatória de grandes empreendimentos econômicos, as condições de permanência dos povos indígenas em seus territórios de origem são afetadas, ocorrendo migrações para outros territórios.

Como bem sistematiza Yazbek, a partir de análise dos dados do IBGE (2010), as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza são:

Conforme dados apresentados no plano Brasil sem Miséria, a absoluta maioria dessas pessoas (70,8%) é negra (pardas e pretas). Entretanto, chama a atenção a presença de indígenas, apesar de representarem, comparativamente, uma pequena parcela da população em situação de extrema pobreza. Os indígenas totalizam 817.963 pessoas no país, sendo que 326.375 se encontram em extrema pobreza, representando praticamente quatro em cada dez indígenas (39,9%). Quanto ao sexo, que há uma distribuição homogênea entre homens e mulheres, com leve superioridade da presença feminina (50,5% contra 49,5%). Metade dos que vivem na pobreza extrema tem até 19 anos (50,9%). As crianças até 14 anos representam cerca de quatro em cada dez indivíduos em extrema pobreza no Brasil (39,9%) (YAZBEK, 2012, p. 314).

Entre os dados apresentados, 39% dos indígenas do Brasil estão no grupo das pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza. Dentro dos parâmetros de extremas restrições para sobreviver⁹⁰.

⁹⁰ Os critérios de identificação desse grupo entre os sem rendimentos foram os seguintes: “1. Sem banheiro de uso exclusivo; ou, 2. Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou, 3. Em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou, 4. Em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou, 5. Sem energia elétrica; ou, 6. Com pelo

A avaliação das condições de extrema pobreza dos documentos apresentados faz referência aos principais elementos necessários à produção e reprodução da vida humana: água, educação, saneamento básico e renda.

Sem água não há possibilidade de viver bem, de produzir, não há segurança alimentar no campo e na cidade. Sem renda e alfabetização, a interação, as inserções no mercado de trabalho na vida urbana tendem ser precárias.

Importante destacar que dos últimos 30 anos do século XX ao início do século XXI ocorrem muitas mudanças em termos normativos referentes à relação entre povos indígenas, o Estado e a sociedade brasileira. O avanço do Movimento Indígena representa um importante instrumento reivindicativo em favor dos povos originários.

Considera-se que o acesso à educação escolar ainda é um desafio. Mesmo com a ampliação da oferta de ensino escolar hoje existente em algumas aldeias do Brasil, resultantes da demanda dos povos indígenas por uma educação diferenciada que respeite a cultura e os costumes dos povos originários, ainda há muito trabalho pela frente. Especialmente, a construção de estratégias que garantam uma educação intercultural, baseada no respeito e na construção de cidadanias multiétnicas. Tudo isso exige o fortalecimento da inserção de uma geração de indígenas nas universidades e políticas públicas que promovam igualdade de acesso para os povos indígenas.

5.2 Famílias Indígenas participantes da pesquisa

Os indígenas participantes da pesquisa vivem no sertão de Pernambuco, Submédio do Rio São Francisco, na divisa com os estados de Alagoas e Bahia. Uma região que faz parte do Semiárido Brasileiro.

menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou, 7. Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou, 8. Pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade” (YAZBEK, 2012, p. 314).

(Petrolândia/PE, 2018)⁹²; *Mangueira, Umbuzeiro e Ouricurizeiro*, residentes em Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA – Tacaratu/PE, 2018); e a família *Pinheira*, em agrovilas do Projeto de reassentamento involuntário da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, também conhecidas por Agrovilas (Petrolândia/PE, 2018).

O caso de alguns componentes idosos vinculados consanguínea e diretamente à família *Aroeira* foram colaboradores indiretos da pesquisa, não entrevistados, uma vez que esta pesquisa representa o grupo que saiu da aldeia para a margem do rio e retornou para a aldeia na ocasião das remoções. Os componentes dessa família são colaboradores indiretos da pesquisa, dada a sua contribuição em diferentes momentos coletivos, como: rodas de diálogos, encontros familiares, conversas de terreiro, auxiliando de forma não sistemática, o registro das memórias de deslocamentos de aldeia para aldeia, de aldeia para as cidades e da cidade para a aldeia e contribuindo com a caracterização dos movimentos de deslocamento.

As famílias poderão ser apresentadas da seguinte forma: tronco – pessoa mais velha do grupo, e galhos/subgrupos/componentes:

QUADRO 10 - GRUPOS DE FAMÍLIAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

FAMÍLIAS
Famílias moradoras da CIDADE:
1. Juazeiro
2. Aroeira (com subgrupos de dupla residência – cidade e aldeia)
Famílias moradoras de Assentamentos rurais do INCRA:
1. Umbuzeiro
2. Mangueira
3. Ouricurizeiro
Moradoras de Assentamento rural da CHESF:
1. Pinheira

Fonte: elaboração da autora (2020).

Os deslocamentos e reagrupamentos das famílias indígenas Pankararu participantes dessa pesquisa ocorrem em meados dos anos de 1970 – 1980, por motivações especificamente voltadas à busca por melhores condições de vida e de trabalho. O movimento de saída das aldeias ocorre no período de longa estiagem e impossibilidade de produzir alimentos, usar a terra, diante da extrema escassez de água. A construção da hidrelétrica desorganiza a vida ribeirinha que as famílias estavam construindo por um período de uma década ou mais,

⁹² Subgrupos da família Aroeira – irmãos (ãs), sobrinhos (as), tios (as) também residem na Terra Indígena Pankararu. Porém, alguns desses que tem residência apenas na Terra Indígena não foram entrevistados. Outra parte da família Aroeira tem residência própria na área urbana e na Terra Indígena.

provocando assalariamento e empobrecimento, além de provocar novos processos migratórios.

5.3 As famílias participantes: memórias da vida na aldeia

As famílias participantes da pesquisa, antes de migrarem para a margem do rio, residiam, em sua maior parte (Juazeiro, Umbuzeiro, Mangueira, Ouricurizeiro, Pinheira) na serra da aldeia mãe (Brejo dos Padres), região chamada de “Saco do Romão”, próxima da Serra do Cruzeiro entre o Brejo dos Padres e a ladeira para a “Folha Branca”, saída da Terra Indígena na direção da cidade de Tacaratu (PE). Outra parte, a família Aroeira, residia naquele momento na aldeia Bem Querer de Cima.

Esses grupos familiares estão conectados por laços próximos de parentesco, e em sua maior parte são filhos, netos, ou bisnetos do índio Pankararu Velho Dé (Francisco Sá), um tradicional tocador de pífano muito conhecido em todo o território Pankararu, por tocar todo ano nas festas tradicionais das aldeias. No momento da pesquisa, o Velho Dé já era falecido. Uma parte dessa família migrou em grupo e permaneceram juntos na margem do São Francisco até o momento da remoção.

FIGURA 8 - SACO DO ROMÃO



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019). Foto do Território Saco do Romão, Terra Indígena Pankararu, vista do ponto da Serra do Cruzeiro, TI Pankararu. Fevereiro de 2019.

No caso específico da Família Juazeiro, a mulher mais velha da família, Faustina,⁹³ não estudou, não teve nenhum acesso ao ensino escolar e não foi alfabetizada. Disse que o pai mandava logo cedo para trabalhar na roça. Assim, não aprendeu a ler nem a escrever, só a trabalhar de enxada e limpar mato, quebrar milho, plantar e catar feijão. Disse que a vida a maltratou muito. Relata essa situação da seguinte forma:

Faustina: Eu trabalhei muito lá. Em tudo. Era na enxada quebrando milho pra ganhar dinheiro e na roça. Agora ... [faz careta balançando a cabeça de “não”]. Na idade dos 12 ano, se não fosse, apanhava! Tinha que ir. (Informação verbal)

De acordo com as memórias de Faustina (Família Juazeiro), na conversa com seus filhos M^a Neuza (Mangueira) e Zé (Ouricurizeiro), a vida no “Saco do Romão” (região da Serra da Aldeia Mãe) no período de 1930 – 1950 era muito sofrimento. A renda da família se constituía do trabalho de todos os componentes, pois o que ganhava era tão pouco que todos os dias todos deviam trabalhar.

Faustina relata que aos 12 anos (1944), em situação de fome e pobreza nas terras da aldeia onde viviam, todos os filhos da família pequenos, na infância e na adolescência prestavam serviços em roças de fazendeiros, plantando, capinando mato, colhendo. Não frequentaram a escola ou apenas concluíram as duas primeiras séries, aprendendo a “assinar o nome”, consideradas como não alfabetizadas, ou analfabetas. Esse é o caso dos idosos das famílias Juazeiro, Pinheira, Umbuzeiro, Ouricurizeiro, como podemos observar nesse depoimento específico:

Eu não estudei não. Não estudei nada. Era meio caboco brabo. Hoje não tem nada. Não posso trabalhar mais. Sou agricultor. Esse ano já plantei feijão aqui [no assentamento] tem feijão cozinhado de corda. O feijão deu alguma coisa, mas o milho não deu não. Aqui tem que trabalhar de meia. Com a família. O menino não pode trabalhar [tem deficiência]. Aqui tem cajueiro, tem pé de limão. O que tem nem dá pra comer. Não chove mais não. Eu crio galinha (Zé, Ouricurizeiro, Morador de assentamento de reforma agrária, 14 de julho de 2019, informação verbal).

Faustina casou-se aos 17 anos de idade. Foram morar lá no Saco do Romão porque os homens da família assim decidiram. Casados, ela e seu esposo por um tempo foram viver dentro da Aldeia Mãe, Brejo dos Padres (às vezes chamado de “lá embaixo”, por se referir a descida da serra), onde também passavam muitas dificuldades materiais, sempre trabalhando noutras terras.

⁹³ A mulher mais velha, tronco dessa árvore.

Passava muita fome, comia muito “cumê brabo”, nas palavras de Faustina. Trabalhou desde criança nos roçados de outras famílias, em outras comunidades para ganhar dinheiro e auxiliar a família. Não existia auxílio de governo, a água disponível era de nascentes, dependentes dos ciclos da chuva. “Dancei muito Toré nos terreiro”, disse Faustina. Era difícil viver e trabalhar na aldeia, mas para ela, a principal alegria era estar perto dos terreiros e da família, como reafirmaram mulheres Pankararu na conversa⁹⁴:

M^a Neuza (Família Mangueira): Eu achava melhor no Brejo porque era perto de todo mundo. Hoje eu tenho um lote [assentamento INCRA]. Eu lembro! lá corria pra todo canto, ia pra roça arrancar mandioca, via mãe Fosta arrancando macaxeira. Quando eu saí de lá, eu ainda era menina, foi pra Petrolândia Veia. Teve um que nasceu em Petrolândia, Beto! Prazer era a parteira, as parteira de mãe, quem era? As parteira de mãe era Prazer também, era?

Geni (Família Aroeira)⁹⁵ responde: Era Prazer. Lá [na aldeia] Pegou Beta, Edmilson e Mazinho, pois ela também era a minha. Ainda ficava mais eu, cuidando de mim quando os menino nascia... (reunião da família no Assentamento Antônio Conselheiro I, Tacaratu, PE em 14 de julho de 2019, informação verbal).

As práticas de medicina tradicional de rituais e cura, de cuidados pelas mãos das mulheres Pankararu são um componente cultural muito forte, transmitido entre gerações pelas mãos de quem tem o dom e saberes com o manuseio das plantas. Assim, a condição de distância de serviços de saúde, da medicina moderna, sempre recebeu resolutividade através de práticas curativas ancoradas nos laços de parentesco, de vizinhança e de solidariedade, com base na confiança e orientação da ancestralidade do povo, através da fé nas forças Encantadas.

O trabalho das parteiras Pankararu pode ser conhecido pelo material audiovisual lançado em 2019, o curta-metragem *Deus te dê boa sorte*. Poeticamente,

[...] é um documental que revela a voz ancestral das mulheres parteiras indígenas Pankararu. Habitantes das margens do Rio São Francisco, na fronteira dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, essas mulheres de espiritualidade antiga carregam a experiência de receber no mundo os pequenos índios e índias e de garantir que sangue, placenta e cordão umbilical retornem para a terra, guardando o direito de que habitem o chão onde nasceram. Mãe Dora, tia Ana, Luciene e Juliana são guias nesta viagem que descortina entre maracás e toantes uma herança silenciosa onde cada mulher é a guardiã de um grande mistério⁹⁶ (Festival de Visões periféricas, 2019).

Durante as reuniões com as famílias, registradas na pesquisa de campo, as conversas fluíam, surgindo assuntos muito diversos. A principal dificuldade de viver na aldeia era a seca, a falta de condições de plantar porque o chão era seco. A vida no Saco do Romão era muito

⁹⁴ Situações de diálogo com o grupo durante a pesquisa de campo.

⁹⁵ Tronco da Árvore.

⁹⁶ Festival de Visões periféricas. Deus te dê boa sorte. Disponível em: <<https://imaginariodigital.org.br/visoes-periféricas/2019/filme/deus-te-de-boa-sorte>>

difícil, não era habitado por outras famílias. Os únicos moradores naquele período eram da família Juazeiro. Até hoje, é um trecho de terra na serra da Aldeia mãe, onde existiam pequenas plantações devido ao difícil acesso por ser um solo muito pedregoso. Componentes das famílias Juazeiro, Mangueira e Ouricurizeiro descrevem como era a vida entre o Saco do Romão, dentro da aldeia Brejo e a ida para o rio:

Componente da família Juazeiro: Nós tava lá, morando, aí foi uma seca grande. Eu fiz uma cruz assim, [mostra com as mãos o tamanho da cruz] aí ele [o esposo] botou lá na roça de feijão.

Componente da família Ouricurizeiro interfere: abobra, xixiu, nesse ano tinha muita coisa! Aí Cirço fez uma casa lá no Brejo, aí desci. Mas apareceu um oiero d'água do lado da casa e fiquei com medo da casa afundar e lá vai eu pra trás.

Componente família Mangueira interfere: Quando foi pro rio ninguém falava nisso de barragem, ninguém sabia. Foi muita gente do brejo, os caboco foi, os Alexandre foi.

Componente da família Ouricurizeiro interfere: As casa, os rancho era tudo coberta de paia.

Componente da família Juazeiro interfere: Lá fazia as panelada quando tava no rio. Eu matava as galinha, ajeitava, tirava a tripa. As criança ajeitava as tripa das galinha. Torrava a galinha pra comer com ribação. Cada uma dava uma coisa. Uma dava o feijão, outra dava o arroz, outra dava a farinha e torrava a galinha. Só via aquelas casinha no meio do mato. Comp.

Juazeiro interfere: Tudo pequeno dava as carreira pro rio, ia pro rio tomar banho e pescar (reunião de família no Assentamento Antônio Conselheiro I, Tacaratu, PE em 14 de julho de 2019, informação verbal).

Lourdes (Família Umbuzeiro) entra na conversa falando sobre a vida e a infância na aldeia e dos sentimentos de voltar a morar na Terra Indígena. Os depoimentos apresentam a história de famílias em condições de empobrecimento pela escassez de recursos naturais em determinados períodos de estiagem, a relação interdependente com o ecossistema.

Lá dento, lá dento... quando eu me entendi de gente... eu morava, assim, eu morava com a minha mãe Fosta lá no Saco do Romão, eu tinha vontade de ir pra lá. Lá pra baixo eu tinha não. Se fosse um dia na vida que eu tivesse que voltar, eu voltava pra lá. Lá em cima da serra era tão gostoso. Lá no Brejo, lá dentro eu não tenho muita [vontade] (silêncio) lá é mais gente, mais movimento, não tenho vontade. A vida mudou, mudou, melhor! Da moradia lá, eu não me queixo da moradia porque nós é de família humilde, mora até debaixo de uma lona. Se fosse possível, se botasse uma lona ou um pano estendido, nós tava debaixo. Nós nunca tivemos esse preconceito de viver só dentro de uma casa de tijolo. Onde nós tava com minha mãe, com os irmão, nós tava bem. Agora a dificuldade era a alimentação. Era muito difícil. Mãe morria de fome pra dá um pão pra gente. Minha mãe ela sentia muita fome, ela dividia pros filhos e não comia. Ela deixava de cumê pra dar aos filhos (choro). Saio daqui (do assentamento) e vou pra lá (cidade) cuidar dela. (Lourdes, Família Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 18 de agosto de 2019, informação verbal).

Nesse depoimento, *Lourdes* se refere às décadas de 1960, 1970, contexto em que os irmãos eram crianças e as condições de vida na aldeia eram muito precárias. Situação que motivou a mudança para a margem do rio.

O casal da Família Juazeiro gerou 11 filhos. Desses, apenas 5 estão vivos no momento da pesquisa. Os outros 6 morreram ou de mortes violentas, doenças graves e um de afogamento na década de 1990.

O esposo da mulher mais velha da família Juazeiro, Raimundo, era homem não indígena, negro nascido no início do século XX, filho de família de origem africana, que se tornou amigo da família de dos pais de Faustina e casou-se muito jovem com ela. JuazeiroFaustina, também conhecida por “Nega”, indígena Pankararu de pele negra, nasceu em 1932. A condição e orgulho da negritude, importância da afirmação da identidade, da cor é fato é rememorado na fala de M^a Neuza (Família Mangueira) na conversa com sua mãe:

Componente da Família Juazeiro: mas ele [o esposo], ele não gostava de lá [da aldeia]. Ele era do espinheiro, ele não queria ser cabôco.

Componente da Família Mangueira interfere: ele queria ser ele mesmo! nego!(informação verbal)

A história de constituição de múltiplas redes de parentesco entre indígenas e negros no Nordeste caracteriza a mistura na construção e reconstrução da identidade Pankararu. A mobilidade social, étnica e geográfica vivida pelos povos originários no Nordeste, interação, junção afetiva e de trabalho associado entre negros e indígenas está presente nas características étnicas dos participantes da pesquisa.

As relações interétnicas são analisadas por pesquisadores da questão étnica no Nordeste, como Arruti (2001) e Carvalho (2011). Como destaca Arruti (2001), negros e negras ex-escravizados passam a ser absorvidos na “síntese” social e cosmológica do território Brejo dos Padres. Por esse motivo, em Pankararu estão indígenas negros e negros indígenas, considerando que a identidade étnica envolve a composição de múltiplos elementos socioculturais: parentesco em afinidades e vínculo genealógico, ritual/tradição, relação entre identidade cultural e território.

O casal de pai e mãe da família Juazeiro, depois de casado, migrou por muitos lugares no Sertão de Pernambuco em busca de melhores condições de vida. A saída do Saco do Romão ocorreu pela impossibilidade de plantar, de lá viver. Ficaram longe de tudo e de todos. Faz parte do grupo de indígenas descritos na pesquisa de Arruti (2001, p. 227), quando esse descreve as “famílias [Pankararu] em pequenos ranchos temporários, dispersos pelas margens do São Francisco”, vivendo em processos de reterritorialização. Sobre esse movimento de trabalho e das idas e vindas entre territórios, Lourdes (família Umbuzeiro) caracteriza o contexto:

Comecei a trabalhar pra ajudar minha mãe, cuidar dos meus irmãos. Meu pai sozinho não dava conta de botá comida na mesa pra tanta gente. Aí a gente resolveu cair no mundo pra trabalhar [casa de família] pra ajudar em casa: eu, Maria, Isabel... Neuza gostava mais de trabalhar na roça. A infância no Brejo era muito ruim. A lembrança é só de sofrimento. A gente chegar até uns 10 anos era sofrimento. Acordava e as vezes tinha o que comer e as vezes não tinha. Tinha beju de coco, café de caco, chá. Quem comia pão era rico, tinha dinheiro. Sempre teve pinheira, cajueiro, mas tinha a época das frutas. Era andu, ia pra roça catar andu, era mais água do que caroço. Todo ano plantava feijão de arranca. O que tinha certo era andu. Todo mundo tinha andu, galinha. Era muito difícil. Não morria de fome, minha mãe, minha avó fazia tudo por nós (Lourdes, Família Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 17 de junho de 2019, informação verbal).

O depoimento de Lourdes refere-se ao tempo de extrema escassez de condições de plantar, colher e da inexistência de políticas públicas para os povos do campo, para as populações indígenas, agravando as dificuldades vividas na região.

A família Aroeira compõe a outra parte dos participantes da pesquisa que residiam na margem do rio a partir de 1974. São indígenas que migraram da aldeia Bem Querer de Cima para a margem do rio na Velha Petrolândia. Juntos, estava temporariamente apara trabalhar na cidade 4 irmãos com a irmã na velha cidade (o tronco da árvore Aroeira), mas apenas estavam de passagem na cidade naquela ocasião, retornaram para a aldeia no período das remoções.

Bem Querer de Cima é umas das aldeias da Terra Indígena Pankararu onde vivia a maior parte da família Aroeira antes da ida para a margem do rio. É a aldeia para onde retornou uma parte da família na ocasião da remoção. Também é lugar de residência de famílias que vivem na cidade.

Manter a casa, mesmo bem pequena, na aldeia de origem e construir nova residência na cidade tornou-se uma possibilidade de enfrentamento das mudanças nas condições de vida. Considerando que as famílias participantes são compostas por trabalhadores com experiência na construção civil, é comum a realização de mutirões para construção de casas no mesmo pedaço de chão (terreiro) da grande família.

A realidade desse território é representativa das demais aldeias Pankararu. As principais formas de trabalho dos Pankararu no território envolvem cuidados com animais domésticos, como cabras, bodes, ovelhas, galinhas, e cultivo de plantas que servem para alimento das famílias, principalmente milho, feijão, mandioca (que é base da farinha, da goma de tapioca, do beiju). Como é uma região de vale, muito cheia de pedras, as famílias costumam produzir e criar animais na terra das serras, onde encontram pequenos trechos de terra boa ou muito fértil.

Até os anos 2000, ainda não existiam encanamentos, sistemas de distribuição e tratamento de água nas aldeias (situação ainda vigente até os dias atuais em algumas aldeias, onde famílias indígenas ainda dependem de carro pipa para ter acesso à água do rio)⁹⁷.

Na aldeia Bem Querer de Cima, existem poços de água salobra, imprópria para beber e cuidar de alimentos. Nos períodos de chuva, quando os barreiros e os riachos ficam cheios, é o período que as famílias têm acesso à água em maior quantidade. São períodos de fartura para as famílias indígenas, para cultivo de frutas e criação de animais.

Durante muito tempo, até os anos 2000, os indígenas dessa aldeia dependeram de carros pipas que traziam água doce direto do rio, sem tratamento. Atividades como lavar roupas era realizada nas grandes fontes da aldeia mãe, Brejo dos Padres, onde a oferta de água doce sempre foi melhor. O controle da água em atividades como tomar banho, cozinhar, lavar pratos era essencial para sobrevivência.

A partir do avanço da organização e luta do povo Pankararu, de críticas e enfrentamentos propositivos realizados pelo movimento indígena na região ao sistema precário e incapaz de garantir condições mínimas de saúde, vigente até os anos 2000, ocorreram mudanças significativas na oferta de água para a comunidade. Destacamos como principal mudança, a transferência da responsabilidade de execução do sistema de abastecimento da prefeitura do município de Jatobá para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, Sesai.

A água passou a ser ofertada direto do Rio São Francisco para caixas d'água nas aldeias Pankararu a partir daquele momento, passando a atender mais de 2.600 indígenas nas aldeias Pankararu com água doce e tratada. Na aldeia Bem Querer de Cima a água estava em melhores condições, tratada e redistribuída para os domicílios. Porém, de 2017 até 2018 ocorrem muitas mudanças, retrocessos para o território.

Inconformados com a situação de desprezo dos órgãos públicos, diante das dificuldades de organização e comunicação entre os próprios não indígenas, e da oferta de baixos valores de indenização propostos para os “não indígenas” saírem das aldeias, propagou-se muito ódio contra indígenas. Por essas questões, repetiram-se práticas antigas de violência contra o povo Pankararu, como a quebra dos canos, e até tiros nos canos que levavam água para as aldeias. Além das denúncias de ameaças de envenenamento da água, de poços, ataques a lideranças Pankararu que fossem consertar os encanamentos quebrados. Essa

⁹⁷A ampliação de construção de cisternas em meados de 2001 e abastecimento por encanamento da água a partir de 2015 amenizou essa situação.

situação prejudicou e retrocedeu radicalmente o acesso à água nas aldeias. Volta-se a apelar para carros pipas.

FIGURA 9 - CASA NA ALDEIA BEM QUERER DE CIMA



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto do Território Bem Querer de Cima, Terra Indígena Pankararu, janeiro de 2014.

Em tempos de seca, as condições de sobrevivência nas aldeias tornam-se dramáticas. A terra seca não oferece possibilidades de plantio nem de comercialização de produtos como feijão, milho, mandioca, frutas. Por essa razão, indígenas saem das aldeias para viver nas proximidades da margem do rio. O deslocamento para as margens do rio, além de suprir as necessidades básicas da vida humana, permite a prática da pesca e do plantio de frutas e verduras. Em tempos de chuva, as famílias voltavam e permaneciam certo tempo (enquanto podiam trabalhar) nas aldeias de origem. No período de seca, retornavam para a margem do rio.

O Rio São Francisco tem um significado muito importante para a reprodução social das populações indígenas que vivem nas aldeias daquela região, é uma alternativa nos momentos de grande estiagem para as famílias que vivem nas aldeias.

Em função das precárias condições de vida nas aldeias (enquanto pequenas comunidades rurais na região do sertão), muitas famílias migram de aldeia para aldeia ou saem

para as cidades vizinhas (e para as grandes cidades) para desenvolver outras atividades laborais, entrando, por vezes, em redes de assalariamento.

As condições precárias de vida na aldeia, a impossibilidade de plantio, a condição seca da terra, com baixo ou nenhum recurso técnico para manuseio hídrico e do solo, fez os grupos da Aroeira se locomoverem para as cidades, tornarem-se trabalhadores assalariados, modificando, assim, seu modo de vida, ao ingressarem em redes de assalariamento.

O rio permitia o complemento alimentar com a oferta de peixes e água para a pequena produção, no entanto, prevaleciam naquele período (1980-1990) os vínculos precários assalariados entre adultos e crianças das famílias. Esses motivos: a seca, a pobreza, a fome, foram informações e expressões apresentadas por todos os participantes da pesquisa em suas falas sobre quesito do guia de entrevista (indígenas moradores da zona urbana. Cf. Apêndice A): pergunta: Qual o motivo da saída da aldeia?):

Comia peba, caça do mato. Ele [o esposo] trabalhava, fazia feira. A casa era de barro. Viemos simbora quando tinha a firma aí, era a SINOC. Ele comprou um terreno, aquele que Zé de Lili mora [no Brejo] O Cirço [comprou]! Quando nós viemos pra Petrolândia Nova, nós morava em Petrolândia Véa. Aquelas madeira tudo que ele trouxe de lá, fez a casa. Foi chegando, chegando! Ele tava muito doente! As muié não botou nossa ficha [cadastro de indenização]. Tinha muita gente do Brejo lá. Os Alexandre, Mercê. Aí muitos voltou pro Brejo. Voltou Antônio Alejado, ele já tomou um terreno lá. Voltou pra trabaia. Cumpade Antônio meu irmão morava também em Petrolândia Véa. Tem uma casa boa aí [na nova cidade]. Muitos trabalhavam nessa firma, mas voltaram pro Brejo. (Faustina, tronco da família Juazeiro, moradora da cidade, 20 de julho de 2019).

Em meados da década de 1970, famílias indígenas da etnia Pankararu habitavam em uma região da borda da cidade de Petrolândia Velha. A maior parte dessa família que morava na Rua dos Caboclos, são filhos e filhas, netos e bisnetos ligados à família Juazeiro, ramos Pankararu do Velho Dé, do Velho Mariano, de Antônia Sabina. A recomposição e a manutenção dos vínculos com o território de origem apresentam-se como uma necessidade de fortalecer as tradições, a cultura e os modos de produção dos bens necessários à vida. No entanto, esses elementos são atingidos significativamente com a chegada da barragem e da hidrelétrica.

6 A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

Neste tópico será apresentada uma abordagem da particularidade da construção das hidrelétricas do complexo de usinas no Submédio do São Francisco, na divisa Alagoas, Pernambuco e Bahia. Apresentam-se aqui considerações sobre os impactos imediatos e históricos para as populações da região na primeira década após a construção da usina.

É na década de 1950 que há a ampliação da construção de hidrelétricas no país. As transformações econômicas da realidade brasileira, atreladas diretamente ao avanço da industrialização, demandaram mudanças na base estrutural da economia.

A produção de energia elétrica é elemento essencial para a produção industrial no Brasil e no Nordeste. Por esse motivo, passa a fazer parte dos projetos da política desenvolvimentista que levou o Estado, em diferentes fases durante o século XX, a participar diretamente na construção de condições materiais para garantia do desenvolvimento econômico. Trata-se da histórica visão dualista sobre a realidade brasileira, a busca pela superação da condição de atraso através do incentivo para os avanços das forças produtivas por meio do fortalecimento da industrialização⁹⁸.

Como enfatiza Castelo (2012), o auge do desenvolvimentismo⁹⁹ ocorreu nos anos entre 1950 e 1960. E a principal característica do modelo se deu pelo aprofundamento da implementação do capital financeiro no Brasil. O ex-presidente JK avança nos investimentos dos setores de bens de consumo duráveis com o suporte deixado pelo governo Vargas e especialmente, com a presença ativa das multinacionais. Sobre o processo conflituoso de transição entre o governo Vargas e JK, Castelo descreve o seguinte:

A transição econômica de uma fase para outra causou turbulência política. Vargas, então envolvido na luta nacionalista/anti-imperialista, suicidou-se para evitar um golpe orquestrado por forças armadas reacionárias internas e externas. Logo depois, Juscelino Kubitschek, que operou a fusão de um novo bloco de poder no país – baseado no tripé burguesias internacionais, burguesia brasileira e Estado – foi ameaçado de não tomar posse por conta de um golpe orquestrado pelos mesmos setores que tentaram derrubar Getúlio. Jânio Quadros renunciou ao seu mandato e

⁹⁸O desenvolvimento como conceito dentro da tradição evolucionista se refere à realização de uma sequência de etapas de mudanças econômicas definidas, experimentadas pelos países e nações que procedem em etapas pré-configuradas. Fundamenta-se na “[...] concepção de tempo histórico direcionado por um vetor: o progresso do capitalismo liberal burguês, sob intensa influência eurocêntrica [...] um vetor, que tem etapas definidas, cujo horizonte seria a civilização liberal burguesa” (LEHR, 2016, p. 23). A agenda Desenvolvimentista ganha centralidade na segunda metade do século XX, segundo Lehr (2016, p. 21), particularmente desde o final da Segunda Guerra Mundial.

⁹⁹ Conferir Sampaio (2012, p. 675) a crítica ao desenvolvimentismo.

João Goulart, que procurou aprofundar um projeto nacional-popular de reformas de base, foi deposto por um golpe civil-militar que instaurou a autocracia burguesa e consolidou o capitalismo financeiro no país (CASTELO, 2012, p. 620).

Considera-se que esses apontamentos sobre o discurso da política de desenvolvimento no contexto analisado são fundamentais para entender e contextualizar os processos objetivos de expansão de complexos de hidrelétricas no Brasil como parte da política energética e das propostas de desenvolvimento econômico que se gestam, especialmente, do final da década de 1940 até os dias atuais.

6.1 As contradições da produção energética

O final da primeira metade do século XX é o contexto em que se ampliam os projetos de construção de usinas hidrelétrica no País. A construção de hidrelétricas envolve um emaranhado de demandas e consequências para as condições e relações de produção na sociedade brasileira: planejamento, gestão e execução de uma política energética, parcerias entre setor público e privado.

São processos que envolvem: decisões na esfera de poder; produção, distribuição e consumo de energia; impactos ambientais para populações ribeirinhas, deslocamentos populacionais, políticas compensatórias; definição de diretrizes políticas e interesses de classes em questão.

De acordo com os dados extraídos do Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2019), o número de Usinas hidrelétricas no Brasil (responsáveis pela produção de energia elétrica) e centrais com fonte de origem hídrica (de potencial hidráulico) é de 217 Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE - 60,56%); 423 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH – 3,11%); e 719 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH – 0,47%), no total de 1.359, empreendimentos, correspondendo a 61,148% da capacidade total instalada no país¹⁰⁰.

Na definição da legislação brasileira os empreendimentos de geração elétrica que utilizam a energia hidráulica como força motriz são diferenciados principalmente

¹⁰⁰ O Brasil possui no total 8.879 empreendimentos em operação, totalizando 170.065.378 kW de potência instalada. Está prevista para os próximos anos uma adição de 26.924.362 kW na capacidade de geração do país, proveniente dos 191 empreendimentos atualmente em construção e mais 489 empreendimentos com construção não iniciada (ANEEL, BIG. Banco de Informações de Geração, 2019). Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>.

pela sua potência, dada em MW, subdivididas nas classes de Usina Hidrelétrica de Energia (UHE), Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Central Geradora Hidrelétrica (CGH). As UHEs são empreendimentos com capacidade instalada acima que 30MW (FRITZEN, 2016, on-line).

Os dados sobre a quantidade de empreendimentos e a potência do Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2019) podem ser observados no seguinte quadro:

QUADRO 11 - EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Empreendimentos em Operação				
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	Potência Fiscalizada (kW)	%
CGH	719	767.974	767.788	0,45
CGU	1	50	50	0
EOL	629	15.396.749	15.377.853	9,04
PCH	423	5.365.879	5.291.462	3,11
UFV	3.852	2.481.515	2.473.515	1,45
UHE	217	102.964.008	102.998.876	60,56
UTE	3.036	42.747.312	41.165.834	24,21
UTN	2	1.990.000	1.990.000	1,17
Total	8.879	171.713.487	170.065.378	100

Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG), Jan/2020.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) foi criada através do Decreto Lei n. 8.031, de 3 de outubro de 1945. Cumpre importante função na “produção, transmissão e comercialização da energia elétrica produzida por essas usinas” (CHESF, 2017)¹⁰¹. É uma empresa do Governo Federal, subsidiária da Eletrobras e tem como atividade principal a geração, a transmissão e a comercialização de energia elétrica.

A partir da aprovação de um projeto piloto da Companhia (CHESF), foi construída, em 1954 a primeira usina hidrelétrica de Paulo Afonso I¹⁰².

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - iniciou a construção de suas usinas em Paulo Afonso no ano de 1949. Hoje, estão instaladas na região, num raio de 4 km, 5 grandes hidrelétricas, a Usina Apolônio Sales, na divisa de Paulo Afonso-BA e Delmiro Gouveia-AL, e as Usinas Paulo Afonso, I, II, III e IV, que produzem 4.300 MW de energia elétrica. Somadas às usinas Luiz Gonzaga, em Petrolândia, e Xingó, na divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas, o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso é responsável por 83,4% de toda a energia produzida pela Chesf, que é de 10,7 MW (Fundação Joaquim Nabuco, 2004).

¹⁰¹A Eletrobras, na condição de *holding*, controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio de seis subsidiárias: Eletrobras Chesf, Eletrobras Furnas, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGTEE e Eletrobras Eletronuclear. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobras, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital de Itaipu Binacional. Disponível em: <http://www.eletrobras.com>

¹⁰²“Para testar a usina e treinar os futuros operadores, a CHESF contou com o apoio das empresas *Westinghouse*, *Electricité de France* e *Light*. Com a mesma capacidade das anteriores, uma terceira máquina foi instalada depois, possibilitando à Companhia triplicar o seu mercado de energia regional” (Fundação Joaquim Nabuco, postagem de 2004). Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>.

Para a garantia do funcionamento das usinas, foi fundamental a construção de barragens para represar a água. Por essa razão, foram construídos grandes lagos naquela Região¹⁰³. Para a construção das barragens, foi necessário o deslocamento de populações de diferentes cidades e regiões para permitir a mudança na passagem do Rio São Francisco com a mudança de seu curso.

A construção das usinas hidrelétricas expressa uma das faces da presença do capital estrangeiro nos projetos de geração de energia no país e no sertão nordestino. Trata-se de uma parceria entre poder público e iniciativa privada como a importante presença do capital estrangeiro por meio da gestão das agências nacionais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Podemos destacar o exemplo da recente construção do parque eólico “Fonte dos Ventos”, nas serras ao redor da Terra Indígena - TI Pankararu. É a primeira usina híbrida do Brasil, inaugurada no sertão de Pernambuco, no dia 25 de setembro de 2015, na cidade de Tacaratu/PE¹⁰⁴, pela empresa *Enel Green Power* (EGP). “A usina híbrida combina a geração de energia fotovoltaica e eólica¹⁰⁵. A planta híbrida vai gerar cerca de 340 GWh por ano - o equivalente às necessidades energéticas anuais de cerca de 170 mil domicílios brasileiros” (Portal Inova, 2015)¹⁰⁶.

A usina em estudo na nossa pesquisa chamava-se inicialmente Usina Hidrelétrica de Itaparica (UHE - Itaparica), instalada no Rio São Francisco. Depois passou a se chamar Luiz Gonzaga. Está localizada no estado de Pernambuco a 25 km a jusante da cidade de Petrolândia/PE. Na Usina estão instaladas 6 unidades com potência unitária de 246.600 kW, totalizando 1.479.600 kW. De seis, o seu primeiro gerador entrou em operação em 1988 e o último em 1990 (Chesf, 2015). “A construção da usina de Itaparica teve início em 1979, foi concluída em 1985 e os dois primeiros geradores entraram em funcionamento em 1988. Em 1990 alcançou sua capacidade total com seis turbinas em operação que geram 1.500 MW”¹⁰⁷ (MATOS; VILLEGAS, 2017, p. 3).

¹⁰³ Paulo Afonso/BA. Disponível em: <<http://www.pauloafonso.ba.gov.br>>.

¹⁰⁴ A cidade Tacaratu/PE é uma cidade localizada sobre serras que estão interligadas ao território Pankararu.

¹⁰⁵ De acordo com notícia do “Portal Inova”, o evento contou com a presença do governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, e do responsável pela Enel Green Power no Brasil e no Uruguai, Luigi Parisi.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://inovarevista.com.br>>. Acesso em: out. de 2015.

¹⁰⁷ A construção do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso compreende, além das usinas da cidade Baiana, Paulo Afonso, a usina hidrelétrica Luiz Gonzaga, construída na divisa entre as cidades de Jatobá e Petrolândia/PE.

FIGURA 10 - USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA- LUIZ GONZAGA

Fonte: CHESF (2020).¹⁰⁸

Granemann (2012) analisa as transformações do capitalismo contemporâneo, e afirma que ocorre uma instrumentalização do Estado na direção de reproduzir as relações capitalistas de produção. Segundo a autora, o atual estágio de desenvolvimento capitalista caracteriza-se por diversas marcas, entre elas: a mercantilização, a monetarização e a financeirização. Trata-se de um acionamento do fundo público como recurso transformado em crédito através de políticas sociais, e, posteriormente, disponibilizado para instituições bancário-financeiras. Ocorre uma transferência de extraordinários montantes de fundo público aos capitais, além da importante abertura de mercado ao grande capital bancário nacional e estrangeiro para participação, abertura de parcerias na área de serviços, incluindo desde infraestrutura – estradas, usinas hidrelétricas – até diferentes serviços urbanos (gás, água, luz, comunicação) (GRANEMANN, 2012, p. 49).

A complexa teia de determinações do nosso objeto de pesquisa revela que a produção de energia no Brasil tem uma relação direta com a atuação do capital financeiro na dinâmica global:

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalistas mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (sociedades transnacionais,

¹⁰⁸ CHESF. Disponível em:

<<https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/LuizGonzaga.aspx>> Acesso em: 15 abr. 2020.

STN), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados (CHESNAIS, 2005, p. 35).

A importância da energia elétrica na sociedade contemporânea é uma realidade indiscutível, considerando a universalização das mudanças próprias da vida moderna. Dados da ANEEL (2002) demonstram que cerca de 90% do suprimento de energia elétrica do país provém de geração hidráulica.

A energia elétrica assume, historicamente, uma enorme importância para as atividades industriais e para o consumo humano no campo e na cidade. Porém, as contradições resultantes da produção de energia por meio de hidrelétricas ainda exigem o reconhecimento das perdas humanas e sociais que o crescimento econômico não supera. São processos de expropriação que modificam radicalmente a vida dos povos ribeirinhos. Esse (não) “progresso” prometido, esconde, na verdade, a concentração dos ganhos econômicos produzidos pelos grandes empreendimentos dessa natureza.

Como ressaltou Galvão (2000), a intervenção levada a efeito pela Chesf para a formação do grande reservatório de Itaparica provocou, como já antes mencionado, o desmantelamento das atividades produtivas existentes na área inundada, desorganizando a vida das comunidades ribeirinhas, que foram obrigadas a se transferirem compulsoriamente para outros locais de moradia e de trabalho, em geral, estranhos à rotina e à cultura dessas comunidades, gerando um quadro de perplexidades, inquietações e ansiedades que trouxe e ainda traz hoje enormes repercussões.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica desalojou um imenso grupo de famílias de índios e não índios, especialmente as populações da região da cidade de Petrolândia. Atingiu cerca de 10.400 famílias, das quais mais de 6.000 eram moradoras de áreas rurais. Na cidade de Petrolândia, o número de habitantes foi de 23.728 pessoas, 9.818 na zona urbana e 13.910 na zona rural (CHESF, 1984, p.8).

A construção da UHE de Itaparica inundou uma área de 834 km², atingindo direta ou indiretamente 40.000 pessoas ao fazer desaparecer as cidades de Petrolândia, Itacuruba (PE), Rodelas, povoado de Barra do Tarraxil em Chorocó, Glória (BA) e outros 23 núcleos rurais, áreas agriculturáveis e ilhas (com relação ao Município de Petrolândia a área inundada foi de 14.310 ha - 8,9% do município) (46% da população rural e 27% da população total do município), das quais 1.342 famílias foram reassentadas entre a cidade de Nova Petrolândia (226) e as 16 agrovilas (1.116) de um projeto de irrigação que ainda espera conclusão [*dez anos depois*]. distribuídos por 10 agrovilas e 16 Mandantes, com área de 3.030 ha dividida em 914 lotes, distribuídos em 16 agrovilas” (ARRUTI, 1996, p. 260).

Retomando aspectos das condições, relações de produção e de trabalho daquela época, Andrade (2000) descreve:

Grande parte da população vivia explorando as terras marginais do rio com a cultura de plantas de ciclo vegetativo curto, sob a forma de vazantes, e atividades de pesca. Nas ilhas também eram inúmeras as pessoas que viviam da exploração de árvores frutíferas. As cidades, algumas com expressão populacional e com tradição, como Petrolândia – que fora até um ponto terminal de um ramal de estrada de ferro –, foram inundadas, forçando a Chesf a implantar novas cidades em área de caatinga, bem diferentes da beira do rio. Para a atividade agrícola, estimulada pela modernização e pelo fácil acesso aos mercados litorâneos e de outras regiões do país – tomate, cebola, alho, uva, melancia, melão etc. – ter-se-ia que utilizar novas técnicas de produção e desenvolver novos processos de beneficiamento e comercialização (ANDRADE, 2000, p. 11).

Nesse período, as obras da construção do lago de Itaparica mudaram o curso do rio, transferindo grandes grupos populacionais para possibilitar a elevação das águas do São Francisco deixando a maior parte do município de Petrolândia submersa.

Ocorre um deslocamento compulsório de quase 24 mil pessoas do município de Petrolândia (PE) e outros milhares de outras cidades da região. Entre as pessoas atingidas, índios não contemplados pelo plano de assentamentos retornaram para as aldeias. Isso aconteceu porque uma parte das famílias ribeirinhas indígenas e não indígenas atingidas pelo represamento da água ficaram desalojadas e desassistidas, sem indenizações e fora do plano de assentamento involuntário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

6.2 A condição de vida indígena ribeirinha

Na Rua dos Caboclos na Velha Petrolândia, moravam todas as famílias entrevistadas. Os índios daquela rua eram conhecidos como “caboclos do Brejo”¹⁰⁹.

Essas famílias haviam saído das aldeias em meados da década de 1970 em um período de uma grande fome, como conta Faustina:

Nós saimo de lá, porque, Zé! nós ia ivê água na cachoeira pra beber lá no Saco do Romão. Lá a gente subia e descia as pedra para ivê água. Era pequena Neuza, mas já subia, levava as garrafinha. Zé nasceu lá. Aí nós se desgostemos de lá. Que lá era aperreio! Nós comeu quixiba. Maipuera de purnunça. Quando era tempo de seca a

¹⁰⁹ Como afirmou Silva (2016), A sobrevivência humana nessa região do Semiárido pernambucano está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras, bem como aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno nos quais uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos constituídos de espaços subsumidos (manchas ou bolsões) diante da aridez acentuada do clima predominante. (SILVA, 2016)

gente não podia, nós comia bejuzinho de caco, feijão, no andu, era tanto andu furado, chega era fofo, mas era bom. A carne da gente era tripa, era fato, quaêra, mocotó, língua de boi, fato de bode, cebo, era a carne da gente. Não podia comprar. Roupa era difícil. Mãe comprava saco de pano de massa do rei. Aí ela mandava fazer a roupa e botava tinta. Roupa assim, a gente só tinha o cóis. Era remendo. Eu tinha dó deles. [o esposo] Plantava mandioca, feijão, o povo vivia de roça, era a valença (Faustina Juazeiro, hoje moradora da cidade Nova Petrolândia, 14 de julho de 2019, informação verbal).

As famílias Pankararu construíram ranchos e casas de taipa na margem do São Francisco, região norte do município da Velha Petrolândia. As famílias tiravam sustento dos recursos do rio, de pequenos roçados nas ilhas e na cachoeira do rio, além dos vínculos dos empregos agrícolas na região. Os homens e mulheres indígenas, além de trabalharem como empregados agrícolas temporários, também trabalhavam com o plantio de grãos e hortaliças para consumo próprio. Naquele momento, alguns filhos do casal da família Juazeiro ainda eram crianças, outros jovens, poucos adultos. Cerca de 4 desses adultos, já viviam com suas famílias em residências separadas. Na casa de Juazeiro, também viva a mãe e mais alguns parentes que vinham para a cidade em busca de emprego.

Os grupos da família Pinheira também viviam na margem do rio na década de 1970. Faz parte do grupo de parentesco de 4 irmãos de Faustina (Juazeiro), dois já falecidos. Viviam em uma parte da zona rural da cidade chamada de “Barreiras”. Neuza M^a, da família Pinheira, relata que no momento que foram morar na beira do rio não tinha notícia de barragem. A família Pinheira com seus 10 filhos, dentre eles, 4 adultos já casados, moravam em residências separadas. As famílias dos filhos de Neuza Maria, compõem o grupo os/as Indígenas Pankararu das famílias indenizadas e passaram a fazer parte dos Projetos de Reassentamento “involuntário” da Chesf (residentes na agrovila do Projeto de Assentamento - PA Bloco 1).

Também residiam na Rua dos Caboclos outras famílias Pankararu de outros grupos familiares sem vínculos diretos com as famílias participantes. Desses, 6 indígenas mais velhos desses grupos já falecidos na ocasião da pesquisa.

Faustina relata que na condição de ribeirinha, antes da construção da Barragem, tinham acesso a um pedacinho de terra perto de uma cachoeira onde plantavam milho e feijão e uma de suas maiores tristezas foi partir da margem do rio no período das remoções compulsórias (em 1987) sem poder esperar o milho ficar maduro, tirando-o verdinho.

Quando foi pra nós sai de lá ele quebrou o mío, lá na cachoeira! Que tinha uma cachoeira que ele [Raimundo] plantava. Ai o mío ainda mole criou tudo gurguio, bicho, braboleta porque foi quebrado maduro. Agora nós comemo muito feijão, mas o mío... [choro de tristeza]. (Faustina, Família Juazeiro Pankararu, moradora da cidade, 14 de julho de 2019, informação verbal)

Uma parte de seus filhos adolescentes e os adultos cultivavam legumes, tubérculos como batata, e macaxeira em pequenas ilhas do rio, onde também pegavam pássaros e peixes para completar a alimentação da família.

As famílias que viviam na Rua dos Caboclos, na Petrolândia Velha encontravam-se em moradias próximas umas das outras, agregando o máximo de parentes no mesmo território para garantir apoio, acolhimento nos momentos de dificuldade.

As famílias Pankararu ribeirinhas usufruíam da água do rio para a produção de hortaliças, grãos, legumes; para o banho, serviços domésticos, e para a mais importante serventia: a pesca de peixes como tilápias, surubins e corvinas, entre tantos outros peixes que nos alimentavam. Entre as memórias mais vivas relatadas pelas famílias, os banhos de rio, a fileira de mulheres e crianças espalhadas nas pedras das margens do rio São Francisco nos dias da lavagem de roupas com as mães. Lá, as crianças passavam o dia, brincando, cozinhando e trabalhando.

O lugar onde residiam os Pankararu na velha cidade era conhecido como a “Rua dos Caboclos” por residirem ali, exclusivamente, famílias indígenas. Lá, as famílias viviam em ranchos e casas de taipa, em casas de alvenaria alugadas, ou cedidas. Trabalhavam em olarias, plantavam milho, hortaliças, confeccionavam bolsas, chapéus e vassouras de palhas de ouricuri.

6.3 Expropriação e trabalho: a velha e a nova cidade

A maior parte das famílias Pankararu que viviam juntas na margem do Rio São Francisco, região norte da Velha Petrolândia, vieram do Saco do Romão, do Brejo dos Padres e outra parte do Território Bem Querer de Cima.

A gente morava com vó. Nós viemo tudo do Romão pro Brejo. Desceu pro Brejo, Cirço comprou um pedaço de terra perto de cumpade Noca, perto de Zé de Lili e fez uma casa lá. Tinha uma roça, tinha um dono, ficou lá um tempão. O velho Dé nunca saiu do Brejo [se refere a região do Saco do Romão dentro da aldeia]. Primeiro foi Tio Antônio, pai, depois Cirço e todo mundo foi pra trabalhar na barragem, João, Zé, tio Arthur... os irmãos os filhos (Lourdes, Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 17 de junho de 2019, informação verbal)

Com o início da construção da barragem, a presença de Pankararu na cidade de Petrolândia aumentou. Muitos familiares saíam das aldeias para ficar na casa dos parentes e trabalhar na cidade. Alguns já se estabeleciam, outros ficavam temporariamente. Homens deixavam suas famílias nas aldeias e voltavam nos finais de semana.

A participação de indígenas Pankararu no trabalho da construção da barragem e da hidrelétrica ocorre em diferentes etapas e diferentes formas. Em uma conversa comum das visitas que fiz, um indígena Pankararu relata com orgulho, apresentando os contratos com as empresas, que trabalhou como topógrafo na década de 1980, mapeando as terras para construção dos assentamentos e do acampamento Chesf.

Lourdes (família Umbuzeiro) conta que outros parentes foram morar na sua casa na Velha Petrolândia na busca de emprego naquela ocasião.

Quando mãe vivia no sertão era um sofrimento muito grande. Eu já tava [trabalhando] na casa dessa família de Itaparica. Foi assim: mãe, de Petrolândia (pausa) meu tio Antônio já vivia aqui [referindo-se à região da cidade de Petrolândia velha]. Nós vivia no Brejo, mas meu pai nunca se deu lá. Mãe dizia: com esses fii sem ter o que dá. Ai nesse vai e vem, cirço [irmão] muito preocupado não queria ver mãe sofrer com tanto filho. Ai no canto que ele tava, arrastava mãe. Ele era solteiro, ele era solteiro, aí ele casou mas sempre queria mãe por perto dele. Ele casou mas puxou nós pra cá, arrastou nós tudo com ele. Mãe dizia: oh, Raimundo, vamo! Vamo! Nós viemo pra Petrolândia trabalhar. Só sei que foi eu que [pausa] pai já trabalhava pros outro, plantava na beira do rio. (Lourdes, família Umbuzeiro, moradora do Assentamento rural de Reforma Agrária, 17 junho de 2019, informação verbal).

A construção da barragem e da hidrelétrica definiu a remoção compulsória de milhares de famílias, determinou mudanças drásticas no modo de vida e de trabalho dos atingidos, assim como, em médio e longo prazo (mudanças na economia local, reconfiguração de redes de assalariamento em diferentes setores da economia: no comércio e na agricultura e amplas transformações culturais).

Indígenas Pankararu que residiam na aldeia mãe, Brejo dos Padres e possuíam carros, caminhões, trabalharam como motoristas, transportando dezenas de indígenas para capinar o mato da construção do acampamento de Itaparica. Indígenas da família Juazeiro relatavam que cerca de 200 homens saíam da aldeia todos os dias naquele período (primeiros anos de 1980) para trabalhar em atividades da construção das estruturas barragem. Como afirmou um componente da Família Aroeira, indígenas Pankararu trabalharam em diversas funções: pedreiros, carpinteiros, eletricitas, auxiliares de serviços gerais, pintores, capinadores, copeiras. Muitos permaneceram empregados no funcionamento da hidrelétrica, alguns até a aposentadoria.

Faustina lembra que as lideranças Pankararu que estavam morando naquele momento na margem do rio receberam indenização porque tinham casas e voltaram para as aldeias, para a luta que se dava na mesma época, pela homologação da Terra Indígena. Os Pankararu que permaneceram na margem do rio ficaram, de certa forma, sem representantes enquanto grupo étnico nos espaços de disputa.

Os homens e as mulheres trabalhavam como empregados nas terras de hortifrutigranjeiros fazendo pequenos bicos, trabalhando como serventes, pedreiros, pintores, trabalhando também em firmas com tarefas específicas do contexto de remoção dos moradores da cidade, como foi o caso dos homens que eram contratados para demolir as casas dos moradores de Petrolândia Velha. As mulheres, ainda crianças de 8, 9 anos, já trabalhavam em casas de família como babás, domésticas e cozinheiras na casa de funcionários públicos e comerciantes na cidade.

Um componente da família Juazeiro, Zé de Lili, apresenta em seu depoimento modalidades de participação dos indígenas nas obras da Barragem a partir da fala:

Eu trabalhei em Itaparica desde os alicerces! Morei dez anos mais ela [Faustina]. [Na aldeia, Brejo] Eu plantava feijão, vivia de roça. Aí eu trabalhei, aí quando eu tinha, trabalhava de roça, plantava feijãozinho, mandioca, quando terminava ia trabalhar nas fazenda, fazenda de gado, onde sua avó morava. Desde menino, eu morei 10 anos mais madrinha Nega, ela já tinha o finado Cirço. Quando eu vim me embora, o vizinho dela lá falou com ela [Faustina] para eu morar mais ele pra ajudar ele. Aí madrinha Nega mandou dizer pra nós. Aí fui pra Tacaratu e vi o homem e falei com ele. Eu era menino, carregava água. Tinha uns 10 anos. Eu trabalhei nessa fazenda desse homem desde eu menino, de uns 10 anos até quando eu me empreguei em Itaparica, anos 80. Aí já era casado. Quando me casei tinha 22 anos. Fiquei trabalhando pra qui pra colá. Morei 8 anos na casa de Adésio. Eu trabalhava nas fazenda e no final de semana mandava o dinheiro [para a família, na aldeia]. Em 80 aí o finado João de Lixandrina arranhou um emprego pra mim lá no acampamento [residências dos técnicos da Hidrelétrica de Itaparica], na manutenção das casa. Na manutenção das casa trabalhei 7 anos. Na obra mesmo, trabalhei não. Era mais os pedreiro na manutenção das casas, na construção civil. Nós fazia revisão nas casas. Quando uma firma chegava pra pegar uma obra, aí ela pegava quantidade de casa dentro do acampamento pro povo dela. Aí quem trabalhava nas casa era nós. Fazendo revisão de piso, manutenção de telhado, depois que nós fizesse a revisão nas casas, aí o carpinteiro fazia revisão nas portas. Aí os eletricitas, encanador ia. A primeira firma que trabalhei lá, trabalhei na SINOC. O finado João, seu tio, trabalhava mais nós lá também, cumpade Cirço seu pai, trabalhava na firma que chamava Gil de Castro. Aí de lá ela já era direto, tinha ficado direto em Petrolândia. Gilvan, finado João trabalhava lá. Trabalhei 7 anos da SINOC e com 7 anos ela desligou da Chesf. Aí fizemo uma reunião pra nós saí da firma. Fizemos uma mobilização e transferiram a gente pra a Gil de Castro. Aí o encarregado chamou nós e disse que queria ter uma conversa. Aí disse: a partir de amanhã vocês estão tudo de aviso! A notícia boa é a partir de amanhã termina o aviso de vocês, e vocês vão passar uma parte pra Gil e outra parte pra Trans Braçal. Aí ficamo alegre! Eu era sindicalizado na época. Trabalhei um bucado de ano sem ser associado. Saí do sindicato quando me aposentei. (José, Família Juazeiro, 18 de julho de 2019, informação verbal)

Podemos observar na fala do Zé, componente da família Juazeiro, a condição da participação direta de força de trabalho Pankararu na construção das estruturas da barragem e

de apoio à operacionalização da hidrelétrica, como o caso do Acampamento de Itaparica, um bairro construído exclusivamente para os trabalhadores da Usina¹¹⁰.

O mesmo componente da família Juazeiro relata que ao final da construção da barragem e da hidrelétrica, com o esgotamento da primeira fase da construção, chegaram muitos técnicos novos para trabalhar na usina. Muitos trabalhadores indígenas receberam aviso de demissão. Porém, organizaram-se via sindicato para reivindicar e conseguiram manter alguns vínculos, caso reafirmado por um componente da família Aroeira, hoje morador da mesma aldeia.

A maior parte dessas famílias participantes da pesquisa não recebeu indenização da Chesf por não possuir nenhuma propriedade, apenas a posse. Algumas famílias Pankararu foram as primeiras a construir casas na nova cidade, especificamente, na entrada da cidade, onde hoje é a rua da orla principal do rio. Outras receberam pequenos recursos, segundo Faustina, para comprar material de construção, como os tijolos para construir uma casa pequena na nova cidade. Os homens das famílias participaram da construção das primeiras casas da cidade, onde passaram a morar, na entrada da nova Petrolândia, outros, após andanças por necessidade de trabalho, ocuparam os bairros mais periféricos.

No conjunto das transformações ocasionadas pela construção e conclusão da Hidrelétrica encontram-se os deslocamentos de famílias indígenas Pankararu intensificados pela ampla oferta de emprego

Todas as famílias participantes da pesquisa informam possuir familiares próximos (pai, mãe, tios, irmãos) que de forma temporária ou permanente (até a aposentadoria) trabalharam nas obras da barragem, nas obras da hidrelétrica e no funcionamento da hidrelétrica após inauguração.

O espraiamento das famílias é impulsionado após a conclusão da hidrelétrica. Outra modalidade de assalariamento era realizada no trabalho de caseiro na região, onde trabalharam muitos Pankararu. Empregos em fazendas da região como caseiros e/ou vaqueiros envolviam

¹¹⁰ Consolidou-se o termo “Sistema Itaparica” tanto para se referir ao conjunto de ações relacionadas ao projeto de geração de energia elétrica a partir da construção da barragem e da usina de Itaparica (hoje chamada Luiz Gonzaga), bem como, para se referir ao reassentamento populacional que “se distribui em uma extensão de terras de aproximadamente 100 mil hectares, dos quase 20 mil destinados à prática de agricultura irrigada” (ARAÚJO, 2000, p. 14). Esse termo pode entrar em confusão com a existência de uma vila de moradores (originalmente chamada de Acampamento Chesf Itaparica) que se transformou em um bairro, hoje também chamado de “Itaparica”, da cidade de Jatobá/PE. A Vila de Itaparica foi criada em 1977 (com 851 residências, ampla estrutura de alojamentos e casas, banco, hospital, igrejas, lojas, mini shopping, escolas, saneamento, amplos jardins, pavimentação, 2 clubes) para alojar a massa de mais de cinco mil trabalhadores temporários e permanentes empregados pela Chesf para trabalhar no funcionamento da Usina (Disponível em: <<https://portaljatoba.com.br.saiba-cmo--surgiu-a-cidade-de-jatoba-pe/>>).

a lida com criações de gado bovino ou caprino de fazendeiros. Esse tipo de trabalho ainda é comum na região.

Nessa modalidade é possível ter uma pequena casa para morar, trabalhar de meeiro no uso de parte da terra para plantio de grãos ou hortaliças para consumo familiar. Quando residem em fazenda de gado, as mulheres componentes da família cuidam do trato com o leite de vaca ou de cabra, pequena parcela “disponibilizada” pelo dono da fazenda para a fabricação artesanal de manteiga, coalhada e outros alimentos para consumo próprio da família¹¹¹. As famílias Aroeira, Juazeiro e Ouricurizeiro relatam experiência temporária desse tipo de trabalho.

A vida de caseiro também é comum nas fazendas hortifrutigranjeiras da região da margem do rio no contexto contemporâneo. Famílias mais ricas da região possuem casas que usam apenas para descanso nos finais de semanas ou possuem lotes onde são cultivados banana, tomate, cebola, coco (etc.) para comércio local e moram no centro da cidade (ocorre que tenham algum gado ou caprinos para fornecimento de carne e de leite que requer o cuidado de um vaqueiro)¹¹².

Esse tipo de trabalho (caseiro/vaqueiro) foi e é uma alternativa para homens do povo Pankararu, que saíam e saem das aldeias com toda a família para casas na margem do rio, em pequenas ou grandes fazendas, o que gera um isolamento étnico em territórios distantes das aldeias¹¹³.

Um fato importante a ser destacado que acontece na ocasião das remoções é que esses deslocamentos em razão da hidrelétrica coincidem com o período de ampliação do apoio assistencial e ampliação de serviços de infraestrutura nas aldeias. Na mesma conjuntura de 1987 ocorre a homologação da demarcação da Terra Indígena Pankararu e a mais importante das etapas da demarcação, contexto este que estimulou o retorno de uma parte de indígenas para as aldeias, movidos pela esperança de melhores condições de vida diante da ampliação de políticas sociais indigenistas e de assistência, como: educação, saúde, energia elétrica entre outros.

¹¹¹ Caso das famílias de Aroeira.

¹¹² Fernandes (2008, p. 144) descreve bem as relações, condições e funções do trabalho de vaqueiros sertanejos em fazendas, sem direitos sociais e trabalhistas, que trabalhavam por contratos feitos verbalmente e com certa fidelidade entre as partes.

¹¹³ Sobre características de isolamentos de grupos familiares com certa vida “nômade” nos sertões das regiões Norte e Nordeste, conferir Fernandes (2008, p. 147-148) “[...] movimentos migratórios constantes, que refletem a verdadeira ‘caçada de matas’ [...] reforçam certas tendências de isolamentos dos grupos familiares – que formam unidades economicamente autossuficientes”.

Com a construção da nova cidade no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, das agrovilas e projetos de agricultura irrigada, também surgiram novas oportunidades de empregos tanto em novas áreas de agricultura, como na construção civil, devido à explosão de oferta de empregos para construção de novas casas na nova cidade e nos assentamentos. Muitos indígenas Pankararu foram contratados para trabalhar nas grandes obras da barragem e da hidrelétrica, a maioria permanecia residente nas aldeias, outros passam a residir na vila de Itaparica, na velha cidade, e depois, na nova cidade.

Todo esse processo é marcado por um clima de insegurança, considerando que surgia uma realidade muito nova. Uma situação atrelada à ampliação de oportunidades de emprego para muitas famílias, especialmente aquela parte da população e do povo Pankararu, especificamente, que não tinha nada mais que uma pequena casa de alvenaria: “morávamos em uma banda de casa perto do rio”, nas palavras de um componente da família Juazeiro.

Muitas famílias indígenas, especialmente as mais pobres, não aguardaram o longo processo de indenizações. Uma parte dessas famílias levava material das casas demolidas para construir suas casas na nova cidade. Famílias sem propriedade, sem-terra, saíram por conta própria, com vínculos com sindicatos de trabalhadores da construção civil, porém com pouco envolvimento com coletivos de resistência política. Esses entraram na grande oferta da nova rede de assalariamento da construção das obras relacionadas às usinas, à construção da nova cidade, à construção das casas e estruturas dos assentamentos.

Nossa casinha era de taipa, depois a gente foi construindo uma de tijolo. Ai pai já tava aqui, quando pai tava aqui, eu já tava aqui eu fui trabalhar na casa de Zélia lá em Itaparica. Eu já trabalhava em outra casa, tinha um monte de menino. Aí uma amiga disse: “tu é tão novinha, vai pra casa de Zélia, lá não tem menino, ela é professora. Vou levar tu pra lá”. Ai me levou. Me levou pra lá! criei filho dela e tudo. Eu fui parar no Xingó. Só saí quando casei. Lá em Itaparica pedi um serviço pra pai. Ele arranhou. No DOI, na obra, de jardineiro, bem pertinho deu. Circo foi também, ligeirinho arranjaram pra ele também. Maria trabalhava pra uma família aqui na rua e Neuza só vivia lá. Quando eu casei, vim morar em Petrolândia. Depois fui pro projeto Apolônio Sales. Lá era na roça. A partir do momento que meus irmão cresceu, foi melhorando. Cada um ajudava trabalhando. Foi melhorando, aumentando a renda. O sofrimento foi passando (Lourdes, Família Umbuzeiro, moradora do Assentamento rural de Reforma Agrária, 17 junho de 2019, informação verbal).

Naquele período ocorre um espraio do grupo de indígenas que vivia na parte norte do município da velha Petrolândia. Além da saída de indígenas das aldeias em busca de trabalho, uns passam a trabalhar como operários das obras da barragem, outros, operários da construção da nova cidade, outros, retornam para as aldeias.

As condições e os vínculos de trabalho onde se localizavam os índios Pankararu eram precários, pela própria condição de pouca escolaridade e nenhuma formação profissional: os

homens eram pedreiros por atuação, jardineiros, eletricitas, carpinteiros, capinadores, serventes, auxiliares de limpeza, de construção; as mulheres, cozinheiras, domésticas e babás das famílias dos técnicos, etc.

A construção da barragem e da usina ampliou os conflitos por terra e por água, empurrando indígenas ribeirinhos para diferentes áreas longe do rio: para as aldeias, para o assalariamento, para viver em terras débeis (secas, sem recursos hídricos adequados), ou desassistidas em agrovilas ou para a nova cidade. De acordo com Araújo, (2000, p. 19) “[...] nenhum dos perímetros instalados pela Chesf era dotado de solos realmente férteis, adequados às práticas agrícolas”. De acordo com a autora, dez anos após a remoção, em 1997, apenas 39% dos lotes demarcados e previstos para os projetos de irrigação estavam recebendo água para seu funcionamento. O que inviabilizava o trabalho e a produção.

Os homens Pankararu que viviam na margem do rio tinham e têm muita habilidade na construção civil, trabalhavam e trabalham como pedreiros, serventes, pintores. Antes da saída total das famílias da margem do rio, homens da família Juazeiro construíram ao mesmo tempo duas casas na entrada da nova cidade (atual orla do rio), onde uma parte da família vive até o momento da conclusão desta pesquisa (2020).

Na Nova Petrolândia, as mulheres Pankararu começaram a cozinhar e vender refeições para os peões trabalhadores. As crianças saíam pelas obras para vender doces produzidos pelas mães, para os trabalhadores. Desse grupo, Faustina (Família Juazeiro) informa ter recebido uma pequena quantia de dinheiro para pagar tijolos da nova casa (cf. anexo). Componente da família Aroeira lembra que o fato de ninguém ter propriedade de terra, nenhum patrimônio, não tinha direito de ser indenizado. Esse fato é confirmado por um componente da família Aroeira, que acompanhava o pai quando ia retirar tijolos e telhas de casas antigas para levar para construir a própria na nova cidade.

Andrade (2000, p. 10), no livro *Sonhos submersos ou desenvolvimento?* trata das diversas modalidades de classificação das famílias atingidas e das formas de mitigação realizadas: “Os agricultores tradicionais, por não terem a posse, são indenizados apenas com o valor das benfeitorias, sempre muito baixo”.

A atratividade das amplas possibilidades de emprego na construção civil das casas da nova cidade fez com que uma parte dessas famílias migrasse muito cedo para a cidade nova, onde trabalharam em diversas atividades e aos poucos passaram a se vincular aos sindicatos de trabalhadores da área em que atuavam. Destaca-se também que essas famílias, naquela ocasião, não tinham relações diretas com as principais lideranças da aldeia mãe naquele

momento. Eram índios de famílias que viviam de forma periférica no território e nas relações políticas das aldeias, em condições de pobreza.

Uma parte de famílias indígenas não indenizadas e em condições precárias de vida acabaram indo morar na cidade, onde ficaram residentes por 5 a 10 anos. Da cidade, algumas se deslocam para viver na aldeia, realizando constantes idas e voltas.

Na transição dos anos 1990 para 2000, essas alternativas de emprego declinaram. Considerando que os indígenas atuavam diretamente na construção das casas da nova cidade, quando prontas, as alternativas desse ramo declinaram e algumas famílias Pankararu voltaram para as aldeias da Terra Indígena. No entanto, por questões de sobrevivência, novos períodos de seca os fizeram voltar a morar na cidade novamente, passando a morar na periferia (pequenos bairros: Quadras 13 e 17).

As famílias indígenas Pankararu participantes da pesquisa residentes da cidade compartilham da solidariedade intrafamiliar no trabalho e no cuidado com crianças e idosos. A mulher mais velha da família Juazeiro, Faustina, reside na cidade, na orla do rio. Na mesma localização, reside uma filha, Raimunda. Essa família trabalha em conjunto na administração de um bar, o “Bar dos Amigos”, produzindo e servindo comidas tradicionais do sertão, como buchada de bode, xerém de galinha, feijoada e churrasquinhos. Entre as características peculiares desse fato, encontra-se a realização de trabalho na cozinha de componentes indígenas Pankararu no mesmo bar, sendo eles residentes na cidade e em assentamentos rurais (INCRA).

FIGURA 11 - LOURDES PANKARARU – BAR DOS AMIGOS, PETROLÂNDIA (PE)



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora. Petrolândia (PE) - junho de 2019.

Quatro das famílias Pankararu participantes da pesquisa trabalham todos os finais de semana nesse bar (três mulheres e um homem), de quinta a domingo, cortando carne, preparando legumes, verduras, cozinhando, higienizando local, panelas, pratos. Observa-se que a tarefa de cozinhar como tarefa das mulheres é uma tradição antiga da vida na aldeia que se reproduz na vida urbana e rural fora da aldeia.

Nas aldeias Pankararu, os rituais podem durar muitos dias, semanas. A alimentação é realizada pelos indígenas em conjunto grande com diversos grupos de parentesco. Por esse motivo, cozinhar grandes panelas cheias de arroz, carnes, caldos doces ou salgados é fundamental para a realização dos rituais, alimentando todos os participantes, que podem ser grupos grandiosos de dezenas ou centenas de indígenas. Alimentar a família é uma tarefa ancestral, representa o cuidado, o respeito pelas necessidades básicas do ser humano associado ao prazer de apreciar os temperos fortes da mãe natureza e do produto do trabalho.

Na vida urbana o cozinhar representou uma tarefa de geração de renda. Das mulheres participantes da pesquisa, 6 delas trabalharam em casas de família cozinhando para receber salários. Uma indígena Pankararu componente da família Juazeiro, Maria (falecida), tornou-se muito conhecida pela sua habilidade de cozinhar para os integrantes do MST, nos acampamentos e nas reuniões do movimento. Maria não cozinhava sozinha, sempre com seus filhos e irmãs.

Outro caso interessante que une essa relação entre a cozinha e a geração de renda na vida urbana é o perfil de trabalho autônomo de três mulheres componentes da família Aroeira. A produção e a comercialização de bolos e doces em larga escala é uma das principais fontes de renda dessas famílias, servindo às festas e eventos na cidade de Petrolândia, na ocasião da pesquisa. A habilidade de cozinhar foi a principal fonte de renda da família Aroeira nos primeiros momentos de sua instalação na nova cidade de Petrolândia. O contexto de larga presença de trabalhadores da construção civil proporcionou temporariamente que as famílias se estabelecessem (alguns temporariamente, outros até o momento da pesquisa) na orla do rio da nova cidade. Importante destacar que essa orla do rio na nova cidade não é própria para banho nem para atividades comuns da vida familiar ribeirinha. Trata-se de um trecho de elevação da água após a construção da hidrelétrica, com terreno arenoso e pedregoso, e queda profunda na entrada do rio próxima da margem. Por esse motivo, as famílias não podem acessar para plantio nem banho.

7 REAGRUPAMENTOS DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS

As famílias não indenizadas, já dispersas reagruparam-se em diferentes territórios: na zona rural e urbana dos municípios de Jatobá, Tacaratu, Nova Petrolândia, passando a morar em aldeias ou periferias das cidades, em assentamentos da região, em agrovilas construídas para moradia dos atingidos pela barragem, acampados com o MST e em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Os impactos sociais da construção da hidrelétrica sobre a população indígena Pankararu que trabalhava nas obras da barragem, mas permaneceu residente na aldeia, foram amenizados pelos seguintes acontecimentos: a) a ampliação de serviços públicos (ainda que escassos), para essa população indígena a partir do final de 1980 e início de 1990; b) a ampliação da rede de transporte para ter acesso cotidiano às múltiplas oportunidades de emprego temporário - formais e informais em redes locais de assalariamento durante e após a construção da hidrelétrica, podendo retornar para a aldeia todos os dias.

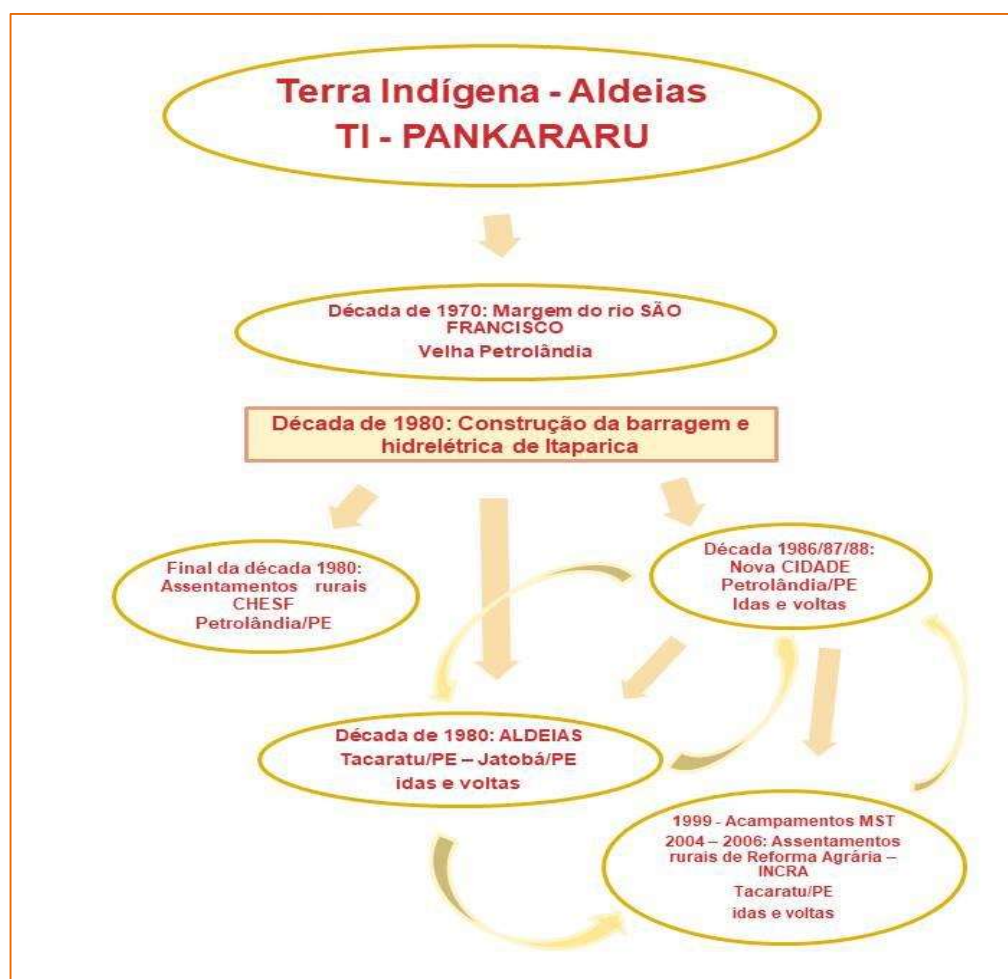
Após o esgotamento dos empregos relacionados à construção da hidrelétrica (em meados dos anos 1990 e início dos anos 2000), ocorre mais um movimento de retorno de famílias indígenas Pankararu que residiam na Nova Petrolândia para as aldeias.

As motivações desse retorno resultam da ampliação da oferta de novos serviços públicos no Território Indígena Pankararu, como: energia elétrica, serviços básicos de saúde e educação escolar fundamental, transporte para o ensino escolar de nível médio na cidade. Tratava-se de respostas da política indigenista¹¹⁴ às demandas pautadas e reivindicadas pelo Movimento Indígena durante a década de 1980 e garantidas pela Constituição de 1988.

O quadro a seguir ilustra os principais movimentos de deslocamentos dos indígenas participantes da pesquisa a partir de 1970 entre a terra indígena – margem do rio – cidade – assentamentos – Terra Indígena:

¹¹⁴ Entende-se por Política Indigenista, as diretrizes e ações do Estado brasileiro voltadas aos povos indígenas no território nacional. É indigenista porque não tem origem, natureza nem direção indígena. A história da Política Indigenista passa por diferentes fases e assume diferentes faces políticas e ideológicas, passando da visão conservadora integracionista (e assimilacionista) para a postura renovada, em defesa da autodeterminação dos povos indígenas e garantias dos direitos originários e afirmados na Constituição Federal de 1988.

FIGURA 12 - DESLOCAMENTOS E MOVIMENTO DE REAGRUPAMENTO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DA PESQUISA



Fonte: Sistematização da autora, SILVA (2020).

No processo de afastamento de grupos de famílias indígenas da Terra Indígena de origem, as demandas por acesso a direitos dos indígenas residentes na cidade e na zona rural delinearam o envolvimento de indígenas Pankararu trabalhadores e ex-trabalhadores da barragem e da hidrelétrica em organizações sociais e políticas de resistência com atividades comuns às demandas da vida indígena enquanto conjunto dos trabalhadores: Pastorais sociais, como a Pastoral Rural da Diocese de Floresta, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), sindicatos, associações, bem como em meados dos anos 2000, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como estratégia de resistência diante dos conflitos e das expropriações imediatas, produto do manuseio econômico das águas do Rio São Francisco.

No que tange à situação dessas famílias no contexto contemporâneo, utilizamos um guia de entrevista (conferir os apêndices) no diálogo com as famílias indígenas durante a pesquisa. Isso possibilitou a elaboração de uma síntese de informações apresentadas na tabela a seguir sobre o Perfil das Famílias Participantes da Pesquisa com informações sobre as particularidades do local de moradia, do número de filhos, sexo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, trabalho atual, local de trabalho e renda de indígenas Pankararu. São famílias indígenas que residem (no momento da pesquisa) na cidade e em assentamentos rurais fora da Terra Indígena Pankararu, algumas delas possuem residência na aldeia, ou ampla rede de parentesco, como avós, irmãos, primos e tios que vivem na Terra Indígena.

O quadro mostra elementos contemporâneos vividos por estas famílias expropriadas da margem do rio. Na cidade, a maior parte dos participantes vive de atividades de trabalho como autônomas, realizando atividades temporárias na região urbana e em territórios rurais. No caso dos idosos, encontram-se com aposentadoria. Importante conferir a condição contemporânea de renda e trabalho das famílias e o complemento das políticas de transferência de renda, considerando as situações de insegurança com as quais as famílias convivem, vivendo predominantemente na cidade e em assentamentos com situações marcadas pela condição ambiental sertaneja distante do rio.

Destaca-se a presença de uma face indígena nas relações temporárias e sazonais do trabalho na cidade e no campo na região do submédio do São Francisco, nas fileiras da constituição histórica dos trabalhadores camponeses e trabalhadores urbanos no interior de Pernambuco.

Foram entrevistados 15 componentes das 6 famílias participantes diretas da pesquisa (árvores), desses 6 da família Juazeiro, 5 da família Aroeira, 1 da família Mangueira, 1 da família Umbuzeiro, 1 da família Ouricurizeiro e 1 da família Pinheira. Todos os entrevistados são adultos com mais de 35 anos: do total dos 15, 9 têm mais de 50 anos, 1 participante está na faixa de 30 a 40 anos, 5 participantes têm entre 40 e 50 anos; 4 têm de 51 a 60; 5 participantes têm de 61 a 88 anos de idade.

QUADRO 12 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Sexo	Nº Filhos	Estado civil	Idade	Escolaridade	Profissão	Trabalho atual Local	Renda
FAMÍLIA JUAZEIRO (componentes com residência na cidade e na aldeia)							
F	10	Viúva	88	Não Alfabetizada	Agricultora	Aposentada	2 SM*
M	4	Casado	62	Não Alfabetizado	Agricultor Ajudante de pedreiro	Aposentado (assalariado urbano/ rural)	1 SM
F	4	Casada	65	Não Alfabetizada	Agricultora	Aposentada (assalariado urbano/rural)	1 SM
M	---	Solteiro	36	Ensino fundamental completo	Agricultor	Servente-construção civil (assalariado urbano/ rural) autônomo	< de 1 SM
F	2	Casada	51	Ensino médio incompleto	Agricultora	Autônoma, venda de comidas tradicionais (trabalhou como assalariada urbana - doméstica)	> 1 SM
F	2	Solteira	46	Ensino fundamental incompleto	Agricultora	Autônoma - venda de comidas tradicionais (trabalhou como assalariada urbana - doméstica)	< 1 SM PBF*
FAMÍLIA AROEIRA (Componentes com residência na cidade e na aldeia)							
F	5	Viúva	65	Ensino Fundamental Incompleto	Costureira agricultora	Aposentada (trabalhou como assalariada urbana e rural – costureira e doméstica)	2 SM
M	7	Casado	46	Ensino fundamental incompleto	Pedreiro	Autônomo (assalariado urbano) vínculos temporários	< 1 SM
F	3	Casada	43	Médio Completo	Agente de saúde	Servidora pública municipal e Boleira (Assalariada urbana – trabalhou como doméstica)	
F	7	Casada	46	Médio Completo	Professora	Trabalhadora doméstica (Assalariada urbana)	< de 1 SM PBF
M	3	Casado	43	Médio Completo	Vendedor	Vendedor de loja de construção – carteira assinada (assalariado urbano – trabalhou como assalariado rural e doméstico)	2/SM
FAMÍLIA OURICURIZEIRO (Componentes com residência no assentamento INCRA e na cidade)							
M	3	Casado	52	Não Alfabetizado	Agricultor	Assalariado rural (Vínculos temporários) Trabalha no próprio lote Em roçado de terceiros	1 SM PBF BPC *

FAMÍLIA UMBUZEIRO (Componentes com residência no assentamento INCRA)							
F	2	Separada	57	Não Alfabetizada	Agricultora	Aposentada Ajudante de cozinha (Trabalhou como assalariada urbana doméstica)	1 SM
FAMÍLIA MANGUEIRA (Componentes com residência no assentamento INCRA e na cidade)							
F	6	Solteira	56	Não Alfabetizada	Agricultora	Aposentada trabalhou como assalariada urbana doméstica) planta no lote da família	1 SM
PINHEIRA (Componentes com residência no Assentamento CHESF e na cidade)							
F	10	Viúva	77	Não alfabetizada	Agricultora	Aposentada – trabalhou como assalariada rural	2 SM

Fonte: Sistematização da autora, maio de 2020.

*SM - Salário Mínimo, PBF – Programa Bolsa Famílias, BPC – Benefício de Prestação Continuada.

As gerações nascidas no período do final da primeira para o início da segunda metade do século XX ainda vivenciaram as dificuldades do não acesso ao ensino escolar. Como enfatizou Faustina (Família Juazeiro) em diversos momentos das entrevistas, não tinham tempo nem condições de estudar porque tinham que trabalhar para garantir o sustento da família. As crianças e os adultos trabalhavam. Dos 15 participantes, 7 não passaram por processos de alfabetização. Entre as profissões, são 11 agricultores (as); 1 vendedor, 1 agente de saúde, 1 professora, 1 pedreiro. Entre os participantes, 7 são aposentadas (2 aposentadas nos últimos 2 anos); dos 8 não aposentados, 1 trabalha como servente da construção civil; 3 como autônomos sem carteira assinada, 1 como vendedor com carteira assinada no comércio de material de construção, 1 como servidora pública municipal, 1 como trabalhadora doméstica sem carteira assinada e 1 como agricultor e trabalhador agrícola em vínculos temporários de assalariamento.

Das 10 mulheres indígenas participantes da pesquisa, 8 relataram já trabalhar como trabalhadoras domésticas, trabalho em casas de família a partir da infância, começando aos 9 ou 10 anos de idade. Entre os participantes, 3 concluíram o ensino médio, 4 não tinham ensino fundamental completo.

Entre os entrevistados, as três famílias moradoras de assentamentos do INCRA (Mangueira, Umbuzeiro e Ouricurizeiro) plantam nos lotes dos assentamentos. Na ocasião da pesquisa, 2 dessas 3 famílias tinham um indígena aposentado (a), sendo uma aposentadoria em 2018 e outra em 2019.

Entre os participantes, 3 são beneficiários do Programa Bolsa Família. Uma família trabalha em seus próprios lotes, mas prestam serviços assalariados temporários para estabelecimentos agrícolas e estabelecimentos urbanos, como comércio ou unidades domésticas recebem o Benefício de Prestação Continuada (condição de um componente com deficiência) e entre todas, a maior renda é de 2 salários mínimo (4 famílias).

Todas as famílias participantes da pesquisa declaram que a maior parte dos membros trabalharam na agroindústria e em fazendas ribeirinhas, catadores de frutas e coletores de verduras da margem do rio. Algumas famílias, na condição de meeiras, nas terras ocupadas por fazendeiros: plantavam, cuidavam da plantação, realizavam a colheita e dividiam metade da produção com o fazendeiro dono da terra.

7.1 Famílias Pankararu e o reassentamento compulsório da Chesf

Importante destacar que diferentes etnias indígenas foram atingidas pela construção do Lago de Itaparica. O povo Tuxá, por ter sido o grupo étnico com maior número de indígenas atingidos (200 famílias) pela construção da barragem, entrando no processo de deslocamento compulsório como toda a população diretamente atingida, é o único grupo indígena que aparece, em número, nos dados oficiais dos relatórios da Chesf.

No livro *Negociações e resistências persistentes*, Scott (2009, p. 63) afirma que existe uma afirmação factualmente contestável: “O único grupo indígena brasileiro diretamente atingido pela barragem de Itaparica foi o dos Tuxá [...] Acima do nível de inundação, mas também muito próximo à área, e com locais sagrados, os índios Pankararu também sentiram seus efeitos”. Entende-se essa situação por meio dos próprios relatórios dos técnicos que realizaram o levantamento das famílias que foram removidas. Sobre esse problema, Araújo e Sá (2000, p. 52) afirmam que havia uma tendência de um tratamento “homogeneizante das populações afetadas”.

A própria realidade e a história de vida do povo Pankararu evidencia que famílias indígenas deste povo foram atingidas diretamente pela construção da barragem, corrigindo o que dizem os autores acima, pois os dados mostram que neste ano de 2019 existem famílias indígenas Pankararu: a) moradoras dos assentamentos involuntários do sistema, reassentados (beneficiários do *Plano de Desocupação da Chesf*, 1985); b) trabalhadores permanentes da

Usina e aposentados Pankararu, atualmente moradores do Acampamento Chesf Itaparica¹¹⁵ e em aldeias; c) a existência de indígenas Pankararu, moradores da nova cidade desde sua fundação (1988); d) a própria história de vida da autora desta pesquisa, indígena Pankararu, que faz parte de umas das famílias Pankararu removida da margem do rio na infância (1986) com mais 20 famílias Pankararu (viviam e trabalhavam na área desde 1974, ocupavam juntas a mesma faixa ao norte da cidade na margem do São Francisco). A pesquisadora é parte dessas famílias, tanto pela origem paterna como da materna, neta de Faustina, família Juazeiro e materna, filha de Geni, família Aroeira. Aos seis anos de idade, estava na margem do rio no momento da remoção das famílias; e) a pesquisa de ARRUTI (1996), realizando a análise das condições de vida dos ribeirinhos; por fim, os conflitos gerados pela existência de Torres da Chesf com linhas de transmissão de energia elétrica dentro da Terra Indígena Pankararu.

A construção da Barragem e da Usina de Itaparica produz impactos imediatos, atingindo diretamente parte da população das cidades da região como Petrolândia, Jatobá e Tacaratu, bem como existem os impactos de médio e longo prazo, atuando na transformação da vida de milhares de famílias.

De acordo com o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade da Universidade Federal de Pernambuco:

A construção da hidroelétrica de Itaparica desaloja dezenas de famílias camponesas próximas à Área Indígena Pankararu, e não cumprindo a CHESF os acordos de reassentamento, estas famílias se somaram àquelas de convívio já tradicional dentro da área [aldeias], dando à situação um contorno dramático. Ainda não resolvida esta questão o órgão indigenista oficial implanta no final da década de 60 até o início da década de 80 uma série de projetos de Infra-estrutura e desenvolvimento agrícola e “cultural” para a área¹¹⁶ (NEPE, 2015).

O contexto histórico da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica/PE no sertão pernambucano possui elementos determinantes nos processos de deslocamentos e reagrupamentos do povo Pankararu como parte do grupo populacional atingido pela construção desses empreendimentos.

Uma parte dos índios Pankararu que saiu da aldeia e vivia nas margens do rio, na região do município de Petrolândia, foi inserida em planos de assentamentos compulsórios, como relata Arruti (1996):

¹¹⁵ O Acampamento Itaparica é um bairro do município de Jatobá. Foi construído com 800 residências exclusivas para as moradias para dos trabalhadores técnicos da usina. Depois passou a ser chamado de Bairro Itaparica. Na região, muitos moradores ainda chamam de acampamento.

¹¹⁶ Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade. NEPE, UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/pankararu.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

Nas agrovilas foram assentados aqueles que possuíam propriedades ou que simplesmente trabalhavam em terras atingidas pelo lago, seja como diaristas, meeiros, rendeiros etc. Isso fez com que muitos dos Pankararu que trabalhavam na beira do rio durante os períodos em que a área indígena mais sofria com a seca [...], recebessem também seus lotes nas agrovilas. O mais comum é que essas famílias tenham origem na seção norte, onde as condições de plantio se desagregam com mais facilidade e mais rapidamente, levando-as a assumirem, como meeiros ou rendeiros, lotes "de beira", de 1 a 3 tarefas de diferentes proprietários, principalmente nas épocas de seca, sem no entanto, abandonar as terras da família dentro da área indígena (ARRUTI, 1996, 160).

O assentamento da Chesf está localizado próximo à margem do Rio São Francisco, há uma estrada estadual que divide o assentamento da nova borda do rio.

Galvão (2000) apresenta dados de relatórios de monitoramento do Projeto de Assentamento da Chesf, dez anos depois da mudança das famílias da região ribeirinha para os assentamentos. De acordo com Galvão, o Projeto de Assentamento foi financiado pelo Banco Mundial, entidade envolvida da concepção à execução (1980 – 1987). Entre as particularidades da realização deste projeto, destacam-se: a dimensão social, os embates realizados nos processos reivindicativos da organização da população afetada, especificamente, a atuação protagonizada pelo Polo Sindical e a igreja católica em defesa da população afetada e seu custo: o investimento de um bilhão de dólares.

O Projeto de Reassentamento de Itaparica tinha como principal objetivo atuar como ação compensatória às demandas dos trabalhadores rurais removidos da margem do rio na época da construção da hidrelétrica. No entanto, pela dimensão que tomou e pela inexperiência da companhia hidrelétrica, a Chesf, foram documentadas múltiplas situações de confronto, negligência e falhas na execução das metas, destacando-se o drama e a precariedade de manuseio da proposta da produção irrigada, tanto pela mudança drástica da cultura agrícola dos ribeirinhos, como pela não realização adequada da assistência técnica necessária para o acompanhamento da nova dinâmica produtiva imposta aos agricultores.

A condição e a determinação da compulsoriedade no deslocamento interferiram em dimensões sociais, culturais e humanas de modo negativo, afetando as possibilidades objetivas planejadas pelos construtores e defensores do progresso. Interessante enfatizar que a maior parte da população atingida pela construção da barragem vivia nas condições de vida ribeirinha, de trabalhadores do campo, do plantio para subsistência, da pesca artesanal.

A economia da área inundada baseava-se na agricultura de subsistência, praticada por pequenos agricultores e trabalhadores sem terra que utilizavam a “agricultura de vazante” regulada pelas enchentes do rio, e, alguns, no período de estiagem, utilizavam pequenas bombas para irrigação por sulcos ou por inundação. As principais culturas eram milho, algodão arbóreo, banana, feijão, arroz, mandioca,

tomate, cebola, melão e melancia. A avicultura, a bovinocultura e a caprinocultura eram exploradas em bases tecnológicas muito precárias (CODEVASF, 2010) ¹¹⁷.

Condições de vida dos moradores daquela região foram radicalmente transformadas com a mudança do curso do rio para a construção da barragem e da usina de Itaparica.

Segundo Scott (2009, p. 20-23), entre 1987 e 1988, cerca de 80 mil pessoas foram deslocadas da beira do Rio São Francisco para ceder lugar para a instalação do reservatório de Itaparica. Entre essas, 57% vinha do campo. Tratava-se de uma população heterogênea, distribuída nos municípios Baianos: Glória, Rodelas e Chorrochó; e Pernambucanos: Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco.

As transformações de natureza econômica como a imediata ampliação da oferta de emprego e geração de renda e a oferta de energia elétrica para a indústria carregam o legado negativo de transferir milhares de famílias e anular culturas de produção de subsistência pela inundação das terras. As famílias atingidas são prejudicadas diretamente.

Existem casos específicos de famílias Pankararu assentadas pelo projeto Chesf. No caso daquelas assentadas no Projeto de Assentamento de Itaparica, essas foram obrigadas a desenvolver novas modalidades de produção em territórios novos, condições do solo de menor qualidade, considerando que foram afastados do rio, passando a residir em vilas organizadas em ruas e lotes, com bioma distante da economia viva do rio, considerando a proximidade que a vida ribeirinha proporciona.

Os indígenas passam a viver a experiência da construção identitária caracterizada por uma vida assentada (indígena assentado de forma compulsória). A forma como foram implementadas as ações do plano de assentamento do projeto Chesf apresentou a evidência da visão homogeneizante sobre as populações afetadas pela construção da hidrelétrica. Isso é constatado na resposta uniforme dada na construção dos modelos uniformes de assentamentos, como destacaram Araújo e Sá (2000).

Andrade (2000, p. 10) trata da particularidade das famílias que viviam explorando as terras marginais do rio com a cultura de plantas de ciclo vegetativo curto, associadas à prática da pesca, destacando a vivência de uso das árvores frutíferas. Perfil semelhante aos Pankararu que viviam na região da Barreira Velha. Essas famílias foram transferidas da margem do rio para região de caatinga, que é muito diferente. São famílias que tiveram que se adaptar à agricultura irrigada, aos processos de beneficiamento e comercialização após a

¹¹⁷ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. “Sistema de Itaparica” (postagem de 2010). Disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/sistema-itaparica-1.

desestruturação das atividades econômicas tradicionais, como o caso da pesca, atividade essencial desenvolvida pelas famílias atingidas.

Nessa relação destacam-se o que Andrade (2000) já apresentava no levantamento da situação no início do ano 2000: os impactos ambientais provocados pela implantação da agricultura irrigada no novo sistema sugerido para os reassentados, como o custo do progresso resultando em uma modernização de preço muito alto do ponto de vista social e ecológico, uma vez a expulsão realizada na remoção compulsória desses agricultores tradicionais é levada à dinâmica do cultivo por irrigação passando a gerar problemas ecológicos para a área irrigada

A relevância do projeto de Reassentamento de Itaparica estava apoiada na descrição dos dados da produção econômica na região. A projeção de metas voltadas à ampliação da produção e geração de renda a partir da execução de projetos de agricultura irrigada constituía expectativa de ampliação da renda das famílias da região (GALVÃO, 2000). No entanto, planejada a partir da visão pragmática e mecânica, essa projeção não levou em consideração múltiplas dimensões da vida: cultural, social, humana e espiritual das famílias. As expectativas de que as famílias se adaptassem às agrovilas, à prática de agricultura irrigada, à produção de excedente, ao uso de novas tecnologias, não levou em conta a relação cosmológica, ontológica e cultural das famílias com a economia viva do rio e as práticas tradicionais de produção para a vida dos ribeirinhos. Essa constatação feita na pesquisa de Galvão no início do ano 2000 é observada nos diferentes encontros realizados com famílias assentadas, indígenas e não indígenas, principalmente por perderem o acesso direto ao rio e pela necessidade de recriar laços de solidariedade com as vizinhanças constituídas nos assentamentos. A própria configuração das “agrovilas”, com uma ou duas ruas entre um grupo de casas construídas com metros de distância cria uma cena muito diferente da vida ribeirinha.

Das poucas famílias Pankararu assentadas nos Assentamentos da CHESF (também chamados de agrovila), encontram-se os componentes da árvore Pinheira e seus filhos (adultos casados, com famílias constituídas). Neuza Maria, seus filhos e respectivas famílias receberam indenização, tornando-se reassentados involuntários da Chesf, passando a residir no assentamento do Projeto Barreira, Agrovila 1, Município da Nova Petrolândia.

FIGURA 13 - FAMÍLIAS PANKARARU – ASSENTAMENTO CHESF



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Na foto, componentes da família Aroeira, Juazeiro e Pinheira. Registro de reunião da família no Assentamento da Agrovila 1, Projeto Barreira dez. de 2018.

Os relatos de Faustina (Juazeiro) e Neuza M^a (Pinheira) demonstram a relação afetiva, espiritual e profunda com as águas, com o vento e o barro da margem do rio, com os peixes e com o movimento do próprio viver na margem do rio.

A economia viva do rio foi alterada, não acompanhou as famílias. Essa economia viva constituía os elementos de construção das identidades de ser “ribeirinho”, “ribeirinha”, usufruir de tudo que o rio podia ofertar na sua riqueza.

Faustina, numa tarde de sábado ao conversar com a irmã Neuza M^a, conta como era lavar as roupas no rio, “levar a comida para tratar a galinha lá, cozinhar os ovinhos na panela de barro” dizia ela: “pescar o peixe do olho no rabo”, “plantar nosso milho”. Ao falar da sua história de vida, de como veio da aldeia para viver na margem do rio, lembra da sua identidade e de como é importante o retorno e o apoio dos parentes do território nos momentos em que necessita de reconhecimento e assistência:

Neuza M^a, família Pinheira: Eu sou Pankararu, né? faço parte, tenho uma parte de caboca, né? Quando eu nasci, num tem ali quando desce a casa de Neta? O Saco do Romão é ali quando desce a casa de Neta, é o Saco do Romão. Tem tanto saco ali! Antigamente, morava ali. Eu casei com 20 anos. Quando casei morei na Barreira, na Vargem Alegre, na beira do rio, pertinho da Barreira. João se empregou de guarda em Petrolândia. Quando começou a barragem fomos lá pra perto, lá. Aí a firma foi embora. Vieram cadastrar pra Chesf. Aí veio o sindicato do trabalhador, né? A mudança pra cá tinha que gostar porque não podia ficar dento d’água. A gente sendo filho de quem é índio, a gente tem parte também! Quando a gente mora fora,

a gente precisa, se a pessoa precisa de ajuda deles lá, a gente procura. Tem muitos que mora fora! Mas a gente tem direito! (Neuza M^a, Família Pinheira, residente de Assentamento involuntário da Chesf, 15 de julho de 2019, informação verbal)

“Morar fora da aldeia” é um termo difícil para as famílias indígenas, “os de lá” correspondem aos indígenas que estão no território e tem acesso aos direitos de forma diferenciada.

As famílias Pankararu moradoras dos assentamentos do Projeto Chesf relatam o sentimento de ruptura com a condição ribeirinha. Embora a trajetória de assistência técnica e social tenha sido precária, protelada e descomprometida, foi possível construir uma identidade produtiva nos moldes do atendimento a demandas da economia local. Quando residiam na margem do rio, tinham seus próprios roçados, onde plantavam grãos e hortaliças, mas também trabalhavam “de meia” para outras famílias. O caso das famílias Pankararu moradoras do assentamento do Projeto Chesf, hoje produtoras de mamão, feijão, coco, maracujá, comercializam para a indústria de beneficiamento na região, melhorando as condições de renda das famílias Pankararu dessa modalidade de assentamento.

Entre os desafios dos povos indígenas no contexto contemporâneo, está a constituição de vínculos com a luta da classe trabalhadora com vistas ao fortalecimento das resistências contra o avanço da mercantilização dos bens naturais e o fortalecimento das lutas pela democratização do acesso à terra e à água.

7.2 Indígenas Pankararu no MST e a luta pela Terra

Entre as famílias que saíram da margem do rio para a cidade, 10 anos depois da moradia na área urbana, as famílias Mangueira, Oricurizeiro e Umbuzeiro passaram a atuar no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Maria (falecida), a filha mais velha de Faustina - Juazeiro, além de trabalhar como cozinheira no Movimento, tornou-se uma importante liderança no MST. Maria era a principal referência, motivando e apoiando famílias Pankararu para a organização junto com o Movimento.

Essas famílias viveram o processo de ocupar a terra, acampar e reivindicar a divisão e posse das terras não produtivas na região. Após 5, 6 e até 7 anos de vida acampada, as famílias indígenas e não indígenas mobilizadas com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra receberam o direito do acesso à terra, passando à condição de famílias assentadas da Reforma Agrária.

Os assentamentos rurais de reforma agrária surgem no Brasil na década de 1980, resultando da atuação de trabalhadores rurais expropriados que lutaram e lutam por projetos de Reforma Agrária. Conhecidos como PA, os Projetos de Assentamentos, “[...] em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados” (CALDART; PEREIRA; FRIGOTTO, 2012, p. 110). São territórios que passam a se constituir com um conjunto de famílias de múltiplas origens sociais rurais ou urbanas, que necessitam do acesso à terra e água para continuidade da vida e do trabalho. “No Brasil, o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado, à atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo “espaço” criado e, por outro, às características dos processos de luta e conquista da terra empreendidos pelos trabalhadores rurais” (CALDART; PEREIRA; FRIGOTTO, 2012, p. 111).

Os assentamentos, como intervenção do Estado no que compete à política de reforma agrária, realizam-se como colonização e regularização fundiária. Um espaço criado para viabilizar a realização da produção baseada na agricultura familiar camponesa a partir da criação de novas propriedades rurais visando possibilitar “processo produtivo, com base na desapropriação de terras ociosas ou, ainda, na aquisição de imóveis rurais e fornecimento de crédito fundiário” (CALDART; PEREIRA; FRIGOTTO, 2012, p. 111).

Os assentamentos rurais de reforma agrária são pequenas unidades territoriais físicas que dependem da existência de recursos naturais ambientais nas regiões onde são construídos, viabilizando a constituição de novos processos produtivos¹¹⁸.

Os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/ federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc. –, mas significarão sempre, malgrado as precariedades que ainda caracterizam número expressivo de projetos, um ponto de chegada e um ponto de partida na trajetória das famílias beneficiadas/ assentadas (CALDART; PEREIRA; FRIGOTTO, 2012, p. 113).

Os indígenas advindos da margem do rio conquistaram lotes em diferentes assentamentos de reforma agrária na região de Terras do município de Tacaratu, divisa com o município de Petrolândia e Jatobá. Participaram da pesquisa indígenas Pankararu dos

¹¹⁸ Quanto às atribuições do Estado na qualificação das condições de cumprimento da função social da terra, na regularização fundiária e organização da posse, podemos consultar as resoluções normativas do INCRA: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

Assentamentos Antônio Conselheiro I (famílias Ouricurizeiro e Mangueira) e do Assentamento Irmã Dorothy (família Umbuzeiro)

M^a Neuza (família Mangueira) (56 anos), moradora do Assentamento Antônio Conselheiro I, lembra do significado da atuação da irmã no movimento: “Maria arrumou um chão pra gente. Ela lutava pros filhos, pro povo, pra família. Nós, irmão, era pra lutar pra nós com ela”. Questão também enfatizada por Zé, família Ouricurizeiro:

Eu vim pra cá por causa de Maria. Ela era a coordenadora. Ela lutava, ela lutava! ela enfrentava! Lutava pelo povo, era muito forte ela. Ela era cozinheira, era uma coordenadora, organizava, dava orientação. Eu vim pra agrovila em 2008. Eu lembro até o dia, foi dia 9 de fevereiro. Eu ia pro lado da rua, lá [apontando o outro lado da rua] e ela me puxou pra cá. Eu já tava cansado! Queria desistir! Ela lutava pelos filho! Ela dizia que não era pra ela. Aqui é ruim só porque é longe da rua. Não tem posto, se for depender de arranjar carro, passa mal já tá morto. A água, passou um bucado de ano só vindo pipa. O poço tem uma base de uns três ano. Pra escola ia pra rua, de carroça, de bicicleta. Mas hoje tem ônibus pra vim buscar, vim trazer. Já morei no sertão, no Brejo, Petrolândia Velha, nos Pico, e aqui agora no assentamento. Eu saí do Brejo pra acompanhar mãe. Era menino! (Zé, família Ouricurizeiro, morador do Assentamento Rural de Reforma Agrária, 14 de julho de 2019, informação verbal).

Em sua homenagem, um Assentamento de Reforma Agrária no sertão de Pernambuco leva o seu nome. Essas e outras famílias Pankararu, ao se engajarem na organização do MST e na luta pela Reforma Agrária, tornam-se acampados em 1999, em uma terra próxima ao Rio São Francisco.

Depois de mais de 5 anos de acampamentos, cada família conquistou um lote em assentamentos do INCRA no município de Tacaratu. Foram identificadas até o momento da pesquisa, 11 famílias indígenas Pankararu residindo no Projeto de Assentamento 1 (PA)¹¹⁹ Antônio Conselheiro I, e mais 6 famílias Pankararu no Assentamento Irmã Dorothy. Todas originárias da Aldeia Brejo dos Padres-Saco do Romão.

No ano de 1999 um grupo de aproximadamente 1.200 famílias de integrantes do Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou uma área de 17 mil hectares na divisa entre os municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Sertão de Pernambuco. Depois de cinco anos de luta e manutenção da ocupação, as famílias obtiveram a conquista da terra, quando a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), então proprietária da área, decidiu realizar uma doação para fins de reforma agrária, em junho de 2004. Neste mesmo ano, a área foi dividida em três Projetos de Assentamentos (PA): Antônio Conselheiro I, II e III (FIOCRUZ. Out. 2014).¹²⁰

¹¹⁹ No PA 1 existem 6 assentamentos, com um total de 450 famílias assentadas.

¹²⁰ Notícia: PE – Famílias de trabalhadores rurais lutam contra especulação imobiliária e reintegração de posse irregular de seu território. FIOCRUZ. ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, publicado em outubro de 2014. Mapa de conflitos. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-familias-de-trabalhadores-rurais-lutam-contr-especulacao-imobiliaria-e-reintegracao-de-posse-irregular-de-seu-territorio>> Acesso em: 31 dez. 2019.

A terra ocupada pertencia à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e foi doada em junho 2004 para assentar os trabalhadores. A construção das casas nos assentamentos, a disponibilidade de água para uso doméstico e a divisão de lotes foram conquistas gradativas, levando quase mais 5 anos para acontecer. Naquela ocasião, a distribuição das famílias se deu da seguinte forma:

A área conquistada foi dividida em três Projetos de Assentamento (PA) pelo Incra em 2004: PA Antônio Conselheiro I (300 famílias) e PA Antônio Conselheiro II (150 famílias), datam de 22 de julho deste ano; e o PA Antônio Conselheiro III (114 famílias), de 12 de dezembro do mesmo ano (2004) (FIOCRUZ. Out. 2014).

Até 2014, famílias do assentamento Antônio Conselheiro II informam que esperaram por 10 anos para delimitação dos lotes das terras, vivendo situações de conflitos diante da especulação imobiliária do local. No assentamento do INCRA, M^a Neuza Pankararu relata que depois da construção das casas, a água só chegou uns 3 anos depois. As crianças caminhavam muito para chegar na escola mais próxima.

O poço desmantelou, a bomba desmantelou. A gente foi ter que juntar dinheiro pra comprar outra bomba. A prefeitura tem pipa agora. Essa caixa não tinha. Tinha essas azul, pequenininha. Não tinha pipa. (Lourdes, família Umbuzeiro, moradora de Assentamento Rural de reforma Agrária, agosto de 2019, informação verbal).

Lourdes Pankararu, originária da Aldeia Brejo dos Padres, vinda do Território Saco do Romão, na ocasião da pesquisa está moradora do Assentamento Irmã Dorothy. Nesse assentamento residem famílias assentadas também advindas do acampamento do MST, no entanto, as residências e divisão de lotes ocorreu depois da construção dos Assentamentos Antônio Conselheiro.

Os trabalhadores sem-terra acampados descrevem transformações que ocorreram na vida das famílias indígenas engajadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais na região. Lourdes relata que passa a atuar no movimento diante da dificuldade de trabalhar, diante das conflituosas relações sociais de gênero, sendo sua vida marcada por conflitos gerados pelo machismo. Enquanto mulher, afirma: “O movimento possibilitou a luta por emancipação”.

Lourdes (57 anos) nasceu no Brejo, diz que tem uma história que é de amor com a família, com o lugar. Já morou no Brejo na infância e na adolescência. Já morou em muitos outros lugares no sertão de Pernambuco. Para ela, a principal dificuldade de viver na aldeia era a dificuldade de trabalhar e de ter acesso à água, o que era agravado por a família ser grande, com muitos filhos. O irmão mais velho, Cícero (falecido), desenvolveu habilidades de pedreiro e trabalhava na cidade, na construção civil, ajudando a alimentar os irmãos mais

novos da família. Cícero ensinou o ofício de *ser pedreiro* para irmãos e primos, sempre indo e voltando da cidade para a aldeia, até a saída definitiva.

Depois que saiu da aldeia, Lourdes (família Umbuzeiro) afirma que a principal dificuldade é o não reconhecimento da sua origem e identidade étnica. Sempre visita a família, tias, primas, busca viver a tradição, participar das festas, ir para os praias, mas sente tristeza quando lembra os momentos que buscou assistência no posto da aldeia e lhe foi negada na época que morava na cidade, antes de residir no assentamento.

Mas hoje, vivendo no assentamento após a vida acampada com o MST, demonstra alegria nas falas sobre ter o próprio lote e trabalhar em família, bem como ter o direito de se autodeclarar indígena e ser reconhecida entre os assentados e os companheiros do movimento como indígena, indígena assentada de assentamento de reforma agrária.

Observa-se nas falas sobre o contexto atual que essa realidade tende à mudança. Considerando a ampla realização de atividades formativas das organizações indígenas locais e a disseminação de informações sobre os direitos dos indígenas que vivem fora das aldeias, as relações entre aldeia e cidade mudaram significativamente para melhor.

Existem muitas contradições e mudanças sociais em torno do aldeamento. O histórico aldeamento atuou dificultando as formas de organização política pela dificuldade de interação da diversidade de moradores do campo, interferindo na possibilidade de construir a concepção de pertencimento de “classe social” ao separar e colocar em conflito indígenas e lavradores, ambos os grupos pobres e expropriados no campo nordestino (situação identificada nos conflitos e separação histórica entre indígenas e organizações sociais mais próximas das causas populares, como sindicatos e partidos).

Indígenas Pankararu participantes da pesquisa que moram fora da aldeia e conseguem manter seus vínculos com as tradições, bem como estão vinculados diretamente aos parentes que vivem na terra indígena e se reconhecem como parte do grupo étnico, recebem apoio dos parentes e lideranças da Terra Indígena.

Há uma diferença muito significativa entre as condições de reconhecimento étnico de indígenas que moram na aldeia (na Terra Indígena) e fora da Terra Indígena entre o passado e o contexto contemporâneo. Isso é resultado da organização dos indígenas que vivem fora da Terra e buscam a auto-organização, formação sobre as particularidades de vida de indígenas na formação do Nordeste, fortalecendo a tarefa pedagógica de afirmação da própria identidade étnica, com ou sem traços de distintividades na caracterização (roupas, adereços, pinturas) ou de fisionomias diante das situações de preconceito.

Os coletivos indígenas constituídos fora da Terra indígena, de forma autônoma ou ligados a instituições como universidades, ONG's ou pequenos núcleos dentro de movimentos sociais, são espaços muito importantes para o respeito e o reconhecimento da identidade indígena de quem vive fora das aldeias.

O amplo acesso à informação por meio de redes sociais, da participação em eventos, debates, cursos pelo Movimento Indígenas e a inserção da Temática Indígena e das identidades étnico raciais nos movimentos classistas, de segmentos como Povos e Comunidades Tradicionais, MST, significam a ampliação do acesso ao conhecimento da história e das tarefas contemporâneas de desvelar a presença indígena no meio urbano e rural além da presença nas terras indígenas.

FIGURA 14 - CASA DE INDÍGENA PANKARARU ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Assentamento Irmã Dorothy, maio de 2018.

Nas primeiras décadas do século XXI acontecem novas conexões entre trabalhadores indígenas e diversos trabalhadores do campo, vinculados aos Povos e Comunidades Tradicionais. Constata-se o engajamento de indígenas Pankararu nos movimentos sociais e sindicais em Petrolândia, bem como na luta pela resistência do MST, como observado no caso do mandado de despejo (2019) do Centro de Formação Paulo Freire, localizado no assentamento Normandia, Caruaru/Pernambuco, onde os indígenas participaram de vigílias e rituais de apoio.

Na atualidade, a aproximação teórico-reflexiva e política entre indígenas e lideranças de movimentos sociais e outros povos ocorre em espaços como: eventos regionais, nacionais

e internacionais onde se reúnem Povos e Comunidades Tradicionais, como o caso do VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais¹²¹ realizado em Montes Claros (MG) entre os dias 24 e 26 de setembro de 2019, contando com a participação de professores, pescadores e pescadoras, quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros, carroceiros, movimentos sociais, pastorais sociais, parceiros e apoiadores das comunidades tradicionais, estudantes, organizações populares, pesquisadores (as), membros e lideranças de povos e comunidades tradicionais e ativistas oriundos das diversas regiões do Brasil e de países da Europa, África e América Latina.

Entre as diversas atividades, contamos com as falas dos diversos povos ribeirinhos em uma oficina para tratar dos impactos dos crimes das mineradoras sobre as águas, terras e povos do Rio São Francisco, organizada pela “Articulação Popular São Francisco Vivo”. Essa categoria e esses espaços têm sido muito importantes para promover essa aproximação e unidade de organização social em favor dos direitos sociais dos povos do campo e da floresta.

A categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” refere-se a grupos que se diferenciam culturalmente por possuírem condições sociais e territoriais específicas. Buscam viver tradicionalmente em redes de solidariedade, baseadas na sustentabilidade, visando manter a proteção de bens comuns e na proteção de seus ecossistemas e dos recursos locais, em respeito e proteção dos direitos das novas gerações. São povos com vínculo singular com sua terra, com seus territórios. Os povos de comunidades tradicionais têm modos próprios de viver, de ser e fazer, diferenciando-se da comunidade em geral, e isso faz com que eles construam suas identidades, sua autodeterminação.

De acordo com o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007¹²², que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, podem ser definidos como:

Art 3º, I grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As comunidades tradicionais vivem e lutam por direitos a terra e valorização dos seus saberes. Esses grupos possuem relações específicas com a terra, ou seja, é mais do que um

¹²¹ Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://coloquiointernacional.com/cpct/>.

¹²² Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

espaço demarcado por uma norma, ou bens econômicos. É lugar de vivência utilizado para a reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades. Dentro desses espaços a memória é de grande relevância, onde geralmente os mais velhos repassam a sua cultura para os mais novos.

Outro evento muito importante realizado em 2019 voltado à reunião da diversidade de Povos e Comunidades tradicionais foi o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em Sergipe entre os dias 4 e 7 de novembro de 2019. Com o lema “Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares”, e ressaltando a importância dos processos preparatórios descentralizados nos territórios, o evento foi realizado com “o objetivo de fortalecer os espaços de organização e mobilização social dos diversos sujeitos que constroem a agroecologia enquanto prática, ciência e movimento”¹²³. A programação contou com a participação de indígenas, quilombolas, povos de terreiros, ribeirinhos, assentados e tantos mais.

Na ocasião, participamos de debates com o tema de umas das mesas de abertura: “Intelectuais indígenas, quilombolas e de fundo de pasto na Universidade”. A diversidade e pluralidade da teia que formava a programação representava a riqueza de povos e modos de vida existentes no Brasil¹²⁴ e a amplitude que esses espaços vêm ganhando na cena contemporânea.

Esses espaços são exemplos das múltiplas oportunidades de formação, estudos e socialização de conhecimentos importantes sobre a histórias dos povos do campo, a identidade e as particularidades de cada povo. Significa fortalecer os Povos e comunidades tradicionais para a resistência e negação dos processos capitalistas de homogeneização das identidades humanas e culturais. No caso específico dos povos indígenas, espaços de diálogos, formação política, realizados com o conjunto de atores sociais com trajetórias semelhantes têm sido importantes para o entendimento de si e das possibilidades de construção de vínculos com outras coletividades, atuando em lutas sociais para além dos territórios, mas garantindo o respeito à peculiaridade da sua identidade étnica e demandas específicas de cada povo.

Há uma histórica construção na tradição indigenista clássica de “critérios de indianidade” elaborados e praticados por instituições do Estado. Esses critérios contribuem com a garantia da focalização das políticas voltadas aos direitos dos povos originários. Assim, no contexto contemporâneo ainda se realizam acessos a direitos sociais, a partir da definição

¹²³ Programação disponível em: <http://www.cbagroecologia.org.br/p/programacao.html>

¹²⁴ Programação disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Programac%C3%A7%C3%A3o_digital-XICBA1.pdf

de critério de identidade étnica, sem considerar a diversidade de relações entre indígena e aldeia, das redes de parentesco e peculiaridades culturais de cada etnia. Instituições, serviços, projetos ainda atuam a partir da condição de “aldeado” como elemento “prioritário”, como elemento definidor de pertencimento e caracterização étnica. Um exemplo é o caso de processos seletivos de estudantes em que editais oferecem vagas específicas para indígenas “aldeados”¹²⁵

Essa questão gera uma pressão sobre os povos indígenas para permanecerem nas aldeias como condição restrita de acesso a certos direitos sociais, criando situações de exclusão e sofrimento dos indígenas que residem fora da terra indígena, até que esses possam construir coletivamente novos territórios de identidade étnica.

No caso Pankararu, a saída da aldeia imprime culturalmente, na vida dos indígenas que vivem fora da Terra Indígena, esse desafio e necessidade: de manter o vínculo com seu povo, de conhecer sua própria história e de atuar coletivamente frente às contradições da vida capitalista urbana e fora da terra de origem.

Os deslocamentos e afastamentos dos territórios tradicionais, como é o caso da saída das aldeias, interferem nas condições de autodeclaração e reconhecimento étnico dos povos indígenas por não indígenas e instituições que operacionalizam serviços públicos. Por esses motivos, a articulação, a união com Movimentos Sociais que apoiam o respeito às identidades étnico-raciais são fundamentais para a garantia do direito à autodeclaração e o respeito à diversidade.

A construção da barragem e da usina interferiu nas formas de acesso e usufruto dos recursos naturais como a água e toda a riqueza do rio. Importante destacar que após a construção da barragem e a criação do Grande Lago, nasce também um novo sistema de acesso ao rio, uma nova legalidade. As famílias indígenas viveram na margem do rio por mais de 10 anos. Nesse período, considera-se que as famílias indígenas desenvolviam um modo de viver

¹²⁵ “Processo Seletivo para vagas reservadas aos candidatos índios aldeados”, disponível em: <<https://ingresso.ufba.br/aldeados-quilombolas>>; “Processo Seletivo Indígenas Aldeados e Moradores Quilombolas”, disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/prograd/processo-seletivo-indigena/>>; UNILA lança editais de seleção de estudantes para refugiados e indígenas, disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-lanca-editais-de-selecao-de-estudantes-voltadas-para-refugiado-e-indigenas>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

e trabalhar sem acumulação material, mas com acesso direto à riqueza da biodiversidade. Esse rompimento, a remoção, força e obriga os indígenas que vinham desenvolvendo sua identidade ribeirinha a uma condição gradativa de assalariamento na cidade, seguida do empobrecimento.

7.3 Indígenas Pankararu e vínculos étnicos

Indígenas Pankararu que se deslocaram para viver na cidade após as remoções no final da década de 1990 encontravam-se em situação de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho local. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra significou uma oportunidade de participação em uma organização com história de luta pela conquista da terra como direito dos trabalhadores do campo expropriados.

A presença dos Pankararu na vida cotidiana, na dinâmica organizativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, agrega novos elementos ao debate e à agenda dos trabalhadores rurais no movimento: as características da identidade indígena. Os indígenas trabalham no campo e vivem suas tradições baseadas na solidariedade familiar e na unidade das práticas ritualistas de menor ou maior envolvimento. A condição de trabalhador rural antecede o engajamento no movimento, há trabalhadores indígenas “em si”, com identidades de trabalhadores rurais.

A entrada na organização social pode possibilitar o reconhecimento dessa condição ontológica, de identidade de classe, de classe trabalhadora rural com identidade étnica. A condição de empobrecimento e a necessidade de lutar pela terra, de ter acesso à terra, de realizar a prática da agricultura os identifica com a organização social da luta por reforma agrária no sertão de Pernambuco.

No caso dos assentados, quando ainda viviam no Território Indígena de origem, viviam da lida com a terra, todas as semanas estavam vivendo a sociabilidade dos terreiros, dos rituais, plantavam, colhiam quando podiam. Existem componentes físicos e organizativos da vida nos assentamentos que mudam a vida e o trabalho dos indígenas; no caso dos assentamentos rurais onde estão os Pankararu participantes da pesquisa tem-se: a organização da casa, dos lotes, o vínculo com o sindicato e a associação de trabalhadores, a presença de não indígenas que não compartilham de tradições Pankararu. Em determinados momentos, diante das demandas comuns, há unidade na relação, na deliberação e na atuação em favor da coletividade.

No entanto, por não se tratar de territórios exclusivamente indígenas, tradições como a dos terreiros e rituais de cura e celebração são vivenciadas no retorno semanal ou mensal aos territórios de origem. Por outro lado, há o caso da realização tradicional de práticas de cuidado e cura, como o caso de Maria Faustina (Juazeiro), rezadeira tradicional, que acolheu e desenvolveu cuidados de cura com famílias não indígenas, fora do território indígena de origem.

Nos anos de acampamento do MST na região, Maria Pankararu (falecida), irmãs e filhos cuidavam dos alimentos para grandes grupos, eram conhecidos como a família de cozinheiras. A partir da cozinha, Maria enxergava demandas que exigiam sua intervenção, passando da cozinha para a coordenação do movimento.

As demandas cotidianas de um acampamento de trabalhadores sem-terra estão relacionadas ao “estar junto”, um grande grupo de famílias vindas de outras experiências comunitárias. Essa experiência envolve muita resistência coletiva que compõe os significados da organização e do objetivo que é a conquista da terra.

O acampamento do MST estabelecido na margem do Rio São Francisco ocupava uma parte da terra da divisa entre Petrolândia e Tacaratu. Estavam ali instaladas, ocupando e reivindicando a terra, famílias de diversas origens. Construíram laços, diálogos, práticas organizativas, viveram processos de formação política.

No acampamento e nos assentamentos não acontecem os grandes rituais sagrados que fazem parte do cotidiano do Território Indígena, da reza do acordar, do trabalhar, do dormir, do plantar, do colher. No acampamento há o momento de mística, de debate, de diálogo, semelhantes aos debates que o movimento indígena traz para as reuniões nas aldeias. Os objetivos são muito semelhantes: resolver problemas e demandas imediatas da vida e do trabalho com a terra, organizar para pressionar o poder público, mobilizar, garantir a fluidez da comunicação, das diretrizes políticas, dos códigos de confiança e garantia da política pública e da justiça social.

O assentamento é uma etapa nova na vida dos indígenas que depois de tantas jornadas de trabalho e sofrimento: na serra, com os parentes, amigos, familiares, muitas vezes sem água, sem comida; na margem do rio, com água, com peixes, com terra boa, mas expulsos; nas periferias das cidades em trabalhos precários, humilhados por ter baixos níveis de escolarização e nenhum poder econômico; articulados com o MST, acampados na lona quente, fria em dias de chuva, e por fim, nos lotes, com suas casas, animais e algum apoio de políticas governamentais próprias para trabalhadores do campo que a condição de agricultor sindicalizado e organizado nas associações permite o acesso.

A gente perdeu de lá, eu não perdi, não me considero perdida, que perdi. Eu entrei porque lá eles não animaram a gente, só desanimaram. O ponto que eu queria falar era isso, eu já saí muito triste de lá, me barravam. Se eu nasci lá, minha mãe é de lá, minha família é de lá, por que eu não tenho direito? Pois é. A gente ficou muito revoltado com isso. Eu quero falar isso. Um dia eu chorei, eu chorei na cadeira. Eu disse: vocês conhece minha família! (Lourdes, família Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 26 de outubro de 2019, informação verbal).

Lourdes, por estar aposentada, é estudante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), está em processo de alfabetização no Assentamento Irmã Dorothy, onde mora. Ao lembrar dos anos que viveu no rancho do acampamento no MST, recupera na memória a formação política que a despertou para sua condição social: “Foi no MST que eu conheci a luta pela reforma agrária. Maria, minha irmã, nos ensinou o que é a reforma agrária” (Lourdes, família Umbuzeiro, julho de 2019).

A saudade é constante, o retorno para o território indígena ocorre semanalmente para alguns, mensalmente, semestralmente para outros. Há um desejo e uma busca por permanecer junto, de estar lá “onde a mãe plantou o umbigo”. Nos assentamentos, por serem poucas famílias indígenas, por terem se afastado do território de origem, não vivem na mesma dimensão a experiência dos rituais. Mas cativam diversos elementos da vida indígena que trouxeram do território: o trabalho em família no roçado, o acolhimento dos parentes peregrinos, o respeito aos idosos e aos antepassados, a fé na maior representação que a cultura Pankararu tem e que garante a proteção à vida, aos passos dos que saíram das aldeias: a fé nos Encantados. O componente novo: estão organizados com várias famílias de camponeses também espoliados de diversas origens, lutando por melhores condições de vida e de trabalho nos pequenos lotes da reforma agrária.

Sobre a permanência dos vínculos étnicos, lembra Arruti:

De qualquer forma, o fato de estarem fora das fronteiras geográficas da área indígena não significava que estivessem fora da fronteira étnica Pankararú e o que demandavam era serem incluídos pela fronteira jurídica dos “assistidos” do órgão indigenista (ARRUTI, 2001, p. 228).

Os participantes da pesquisa se autodeclaram Pankararu. Informam os elementos que reconhecem como vínculo com o território, com a família a partir da própria história de vida de cada um. Demonstram, em todos os casos, a tristeza por ainda terem de conviver com preconceitos e o com o não reconhecimento da identidade indígena por estar fora da TI, seja por órgãos oficiais executores de políticas públicas, ou por parentes de outras etnias, especialmente pelo fato de não residirem nos territórios de origem.

O entendimento do direito da autodeclaração dos povos indígenas, a partir do respeito à consciência histórica do sujeito, da sua origem, ancestralidade e vínculo étnico, ainda é um desafio para instituições operadoras de direitos. A questão do preconceito e de violência institucional atinge os indígenas que vivem fora do território, bem como indígenas com características físicas diferentes dos estereótipos, da visão tradicional dos povos indígenas no Brasil. O índio de pele negra, o negro de origem indígena que faz parte de um grupo social, conhece sua origem e sua história étnica consegue, organizado ou não, exigir o seu reconhecimento e respeito em diferentes territórios.

Os indígenas que saíram das suas aldeias de origem e conseguiram construir novos territórios a partir da realização de múltiplas experiências comuns da tradição de origem, vinculado às organizações exclusivamente indígenas, encontra mediações coletivas de vínculo e unidade étnica com a aldeia de origem; aqueles que se espalharam e encontram-se isolados em múltiplos territórios, buscam manter os vínculos com o território de origem e com sua árvore genealógica para conquistar o reconhecimento da autodeclaração.

Além dos indígenas participantes da pesquisa, identificamos a presença de muitos indígenas que residem nos assentamentos. Especificamente, ao perguntar à M^a Neuza (família Mangueira) de quantos indígenas Pankararu ele conhece que viviam na Velha Petrolândia e estão vivendo na cidade ou em assentamentos rurais, ela apresenta a seguinte “lista”:

Tem gente por todo canto aqui, tem no Limão Brabo, é Imbuzeirão, pelo nome eu já tô esquecida. Eu sei que lá onde eu moro tem muitos Pankararu, Antônio Belo Pankararu, tem Mané Pankarau, tem Dalva Pankarau, Rosa, tem Joseli Pankararu. Tudo assentado. No acampamento plantava no coletivo, era muita família. Era tanta gente que os barraco era tudo pegadinho. **Tem um acampamento no Limão Brabo**, tudo pankararu, tem os sem terra lá. Conheço tudo, tudo do brejo, é tanto barraco, tanto barraco de lona, de palha. Já tem muito tempo que tá lá. Reta, Icó Mandantes, limão brabo (M^a Neuza. Família Mangueira, Moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 17 de junho de 2019).

Povo de Ciço Barro, Carminha Barro, Tereza dos Barro, Genildo, cada um mora na sua Casa. Demasão, o filho do Demasão é do Limão Brabo. Eu tive vergonha de perguntar. Eu não vi ele mais não. Aqui tem a mãe de Rosa, mora na 4, a irmã mora na Matabra. Marlene, Tio Arvintino, Maria mora na mata Cabra, as fia mora na 13. Tem Neide, tem a mãe de Kely. Tem tantas que eu esqueci agora. Dilene! Tem Beta que trabalha na prefeitura. Os veio morreram, os antigo que morava lá, tudo aposentado. Ainda tem na Barreira, [a nova Barreira] assentado pela Chesf, é parte do Limão Brabo, Barrera Vêa. É! Tem, tem muito Pankararu, é porque a pessoa esquece os nome! Olhe! Tia Neuza [Neuza Maria, irmã de Faustina] uma parte ficou na [agrovila] Um e na dois [projeto de assentamento – agrovila 1 e 2]. Barrera vêa ficou ali a primera granja, que era Valmira da Barrera Vêa que era minha prima, Altino! Pra lá tem Ciço Mora. Tem nos Mandante, que é Davi. O irmão de Jó que é do Limão Brabo. Tem muitos Pankararu. Na treze [quadra 13 – Petrolândia] tem Má, tem Márcia, Tem Teca, Junior, Carleiton, tem muito Pankararu, né Geni? Tem Dilene, Neide, tem muito filho. Tem um Binho, chama Binho mas o nome dele não é Binho não! (Neuza M^a, Família Pinheira, Moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 17 de junho de 2019, informação verbal).

Componente da família Ouricurizeiro interfere: Aqui é PA 1, o Antônio Conselheiro 1. Mano Pezão tá lá. É lá onde Lourde mora. Tem mano pezão e a raça lá dele. Lá pelos lados de Lourde pra aqueles lado de lá.

Componente da família Mangueira interfere: O Antônio Conselheiro 2, O bloco 2, Maria, Mano, Pezão, Valdeci é PA 1 também, só que é da [agrovila] 3. É o mermo Antônio Conselheiro, tem 6 assentamento. Tem 450 família, só os cadastrado, fora os filho, neto, bisneto. Tem Dileide, Beta, Dário, Chiquinho. Gal é da Serrinha. É! É de lá. A vó dela era Dona Lourde. da mulher de Fernando. (conversa entre M^a Neuza da família Mangueira e Zé Ouricurizeiro, Moradores de Assentamento de Reforma Agrária, 17 de junho de 2019, informação verbal).

A desigualdade do acesso à terra por grupos étnicos identifica indígenas e não indígenas na identidade de uma mesma classe social: classe de trabalhadores rurais expropriados de água e terra, de seus territórios tradicionais. Ambos passam a integrar os grupos com identidade de classe social. Indígenas Pankararu no contexto contemporâneo têm reafirmado sua identidade étnica em processo de construção de uma identidade de classe no movimento social que tem como objetivo a luta pela terra, o MST.

A gente sempre lutou. Eu saí da Barreira [margem do rio], vendi minha casa fui morar na serrota. Eu sou filha natural do Brejo dos Padres Pankararu, mas a partir do momento que a gente se deslocou do Brejo pra cidade a gente perdeu aquela força de ser Pankararu. A gente ia procurar nossos direitos no Brejo e eles dizia: “não, vocês não são mais aldiado, vocês são desaldiado” é assim que fala, né? A gente ia ficando fraco, não na fé, mas a gente ia ficando fraco por dentro no pensamento. Quando a gente precisava de um documento, de uma carta: “não, vocês não mora mais aqui, vocês não tem mais direito”. Aí eu pensei, se eu sou daqui e não tenho mais direito, vou procurar meus direito lá fora, né? Maria minha irmã foi o caminho da Reforma Agrária. Ela entrou no movimento, gostou, convidou nós e a gente tá aqui. Aqui, não porque, não porque nós Pankararu não temo direito na aldeia, mas o INCRA dá muita força a nós (Lourdes, família Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 26 de outubro de 2019, informação verbal).

Lourdes relata a persistência de impasses, dificuldades vividas por ela quando lhe foi negado o apoio e a assistência nos momentos em que, ao residir fora do território, buscou representantes do povo na Terra Indígena e não conseguiu a documentação do vínculo com o povo por residir fora da terra. Em determinados momentos, o acesso a políticas públicas focalistas exige do(a) indígena que reside fora da aldeia, da Terra Indígena, documentação com comprovação de vínculo com o povo, com o território.

No entanto, há casos em que indígenas passam longos tempos sem viver a tradição, se afastando do Território tradicional de origem. Com o tempo, identificam a necessidade de fortalecer a organização indígena e a articulação com grupos sociais que reivindicam direitos pela condição de expropriação, empobrecimento e violência sofrida nas localidades onde residem. Nesses casos, consideram a importância de reagrupamentos com o conjunto de parentes da própria etnia e a constituição gradativa de novos territórios, criando, mantendo e

recriando as regras morais das relações de parentesco, revitalizando as práticas ritualísticas de reza, de cura, de agradecimento. Da mesma forma que afirmam a continuidade e a necessidade dos vínculos com o território de origem, para garantir o respeito, a proteção e a vivência das antigas tradições como condição de fortalecer a unidade.

Tem muito parente na aldeia. Os primos, os tios, tem muita gente. A gente vai todo dia primeiro de junho, as corrida. Eu me sinto bem porque a gente vai pra não ser esquecida. A gente é de lá, não esquece a origem, mesmo desprezado. A gente vai tudo, freta van pra ir, pisa pra lá. (Lourdes, Família Umbuzeiro, moradora de Assentamento de Reforma Agrária, 26 de outubro de 2019, informação verbal).

Evidencia-se, nesse caso, como a necessidade do retorno assíduo e continuado ao território se constitui como forma de reafirmar a identidade à qual se vincula ao sistema de parentesco, à tradição, ao conjunto de experiências místicas, ritualísticas e ambientais próprias da terra indígena. Há um esforço e uma necessidade de garantir o direito à autoafirmação da identidade étnica.

Entende-se que os indígenas que vivem fora da Terra Indígena têm direito à autodeclaração, autodeterminação, auto-organização. O conceito e a vivência social da identidade e formas de pertencimento não são estáticos, nem imutáveis. Trata-se de relações e realidades que se transformam em contextos particulares e universais. Vale destacar que a Fundação Nacional do Índio, umas das principais expressões institucionais do Estado no que se refere à atuação junto às demandas dos povos indígenas no Brasil, reconhece na sua página oficial que “[...] não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas”¹²⁶.

Por sua vez, a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004,¹²⁷ afirma no Artigo 1º:

1. A presente Convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>>

¹²⁷ Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>

instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. **A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção**¹²⁸.

Também o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73)¹²⁹ em seu artigo 3º, define o indígena como: "[...] todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana **que se identifica e é identificado** como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional."

Dessa forma, a FUNAI e outros órgãos e instituições procedem utilizando os seguintes critérios:

- a) autodeclaração e consciência de sua identidade indígena;
- b) reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem;

Os povos indígenas no Brasil constroem e reconstróem seus territórios agrupando-se e reagrupando-se em diversos momentos do seu ciclo de vida. Quando se trata de momentos em que famílias indígenas recorrem a instituições para ter acesso aos direitos, pode ser demandado aos próprios indígenas informar suas trajetórias de vida e os elementos que o vinculam a seu povo. Diferentes sistemas formais de acesso aos direitos sociais, socioassistenciais, exigem comprovações objetivas dos vínculos entre indígenas e povo de origem, territórios de origem, para enfrentar situações de fraude. No entanto, são situações que geram muitos constrangimentos para os indígenas, principalmente aqueles povos que se distanciaram do seu grupo étnico e até mesmo aqueles que constituíram novos territórios distantes da Terra Indígena ou seu território de origem.

Para enfrentar essa questão, que por muitas vezes é um obstáculo para o acesso às políticas públicas, os indígenas têm constituído diferentes mecanismos de proteção da identidade étnica, bem como recriado novos vínculos com movimentos e grupos sociais que possam resistir e reivindicar o acesso a direitos sociais em função de suas condições específicas, distintas da história e vida indígena. Em muitas ocasiões, a autodeclaração é o elemento suficiente para o respeito à identidade étnica.

É o caso da aproximação com sindicatos, associações e movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, coletivos de mulheres na cidade, coletivos de estudantes e de negros nas universidades. Significa que os indígenas que vivem fora dos territórios tradicionais, fora das

¹²⁸ Grifo nosso.

¹²⁹ Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm

terras indígenas encontram-se em condições diferenciadas, porém não lhes cessa a necessidade de constituir vínculos para garantir múltiplas experiências da sua condição identitária como: uma jovem indígena mulher trabalhadora negra LGBTQI+ operária; um indígena negro trabalhador urbano operário da construção civil, dentre tantos outros.

A afirmação e o fortalecimento dos movimentos sociais, de coletivos constituídos por identidade social e étnica, por condição de classe social têm se revelado importantes espaços para aglutinar vidas em condição de expropriação de direitos.¹³⁰

Nesse contexto, também se destacam as atividades realizadas por múltiplos Núcleos de Estudos como Núcleos de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas de Instituições de Ensino Superior (Universidades e Institutos Federais) existentes em todo o Brasil e os eventos que possibilitam encontros nas capitais e cidades interioranas de diversos grupos sociais a partir da unidade da identidade camponesa¹³¹.

Nenhuma família deixa de ser indígena ao se engajar em movimento social de natureza classista ou relativo a grupos sociais específicos (gênero, locais de moradia, etc.), pois além manter o respeito pela sua condição étnica, constrói no processo de resistência e de luta pela terra uma nova modalidade e entendimento da condição de expropriação pela própria história social do não acesso à água, à educação, à saúde, ao trabalho, à liberdade, à igualdade. Expropriadas múltiplas vezes, famílias indígenas dão as mãos a diversas categorias profissionais de múltiplas identidades étnicas e sociais para superar essa condição.

¹³⁰ Podemos destacar o caso do MST e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como podemos verificar as seguintes notícias. Notícia: “Durante encontro nacional, MST reafirma compromisso com luta indígena e quilombola”. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/01/28/durante-encontro-nacional-mst-reafirma-compromisso-com-luta-indigena-e-quilombola/>>. Notícia: “Sangue indígena: nenhuma gota a mais”. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/01/11/sangue-indigena-nenhuma-gota-a-mais/>>; Notícia: “Indígenas liberam via de acesso a Belo Monte”. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/category/tema/ind-genas>>.

¹³¹ 1º Encontro Internacional dos Povos do Campo. Disponível em: <<https://unipampa.edu.br/portal/1o-encontro-internacional-dos-povos-do-campo>>.

FIGURA 15 - ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS – ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO I



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto de Felipe, neto de Maria Faustina - Associação do Assentamento Antônio Conselheiro I, Tacaratu (PE).

No assentamento de Reforma Agrária, as famílias Pankararu se vinculam a sindicatos e associações de trabalhadores rurais, organizações onde realizam as mediações importantes para o trabalho e a vida nos assentamentos.

Os Pankararu que vivem nos assentamentos desenvolvem atividades próprias da vida camponesa e do trabalhador agrícola assalariado, em determinados momentos quando ocorre a impossibilidade do cuidado e plantio na própria terra (lotes), arar a terra, limpar o mato, cultivar capim para os animais domésticos. Em tempos de seca, trabalham como empregados agrícolas assalariados, em atividades como cuidar de granjas na margem do rio, colher verduras e legumes para a agroindústria.

FIGURA 16 - JOSÉ PANKARARU, ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO I, INCRA- TACARATU – PE



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto: José Pankararu (filho de M^a Faustina) trazendo comida do roçado para os animais, julho de 2019.

José Pankararu, morador do assentamento Antônio Conselheiro I, informa que nos intervalos entre plantar e colher milho e feijão, enquanto a galinha cresce, ele trabalha em granjas, arrancando macaxeiras, trabalho em roçados de terceiros.

No assentamento, os Pankararu dispõem de lotes, animais domésticos como coelhos, cabras, ovelhas, galinhas, que são criados para servir à alimentação da família. Os cavalos e burros são importantes para o deslocamento, considerando que o assentamento é muito distante do centro da cidade. Utilizam carroças para várias atividades: para levar ferramentas de trabalho para o lote, trazer produção do lote, carregar comida para os animais.

Um dos elementos do vínculo étnico entre as famílias que vivem na cidade, nos assentamentos e nas aldeias é o respeito e a fé pelos Encantados. A miniatura da imagem do Praiá, produzida por Pankararu, é uma representação simbólica dessa fé. Na crença Pankararu, espíritos em dimensão de encantamento, guiam e protegem a vida dos parentes de toda família Pankararu. Por onde for, estará protegido e guiado pela força dos Encantados, que orientam e livram de perigos, cada um e a todos.

FIGURA 17 - A FÉ NOS ENCANTANDOS



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2019). Fotos: de cima para baixo, da esquerda para a direita: Miniatura do praiá, José Pankararu (morador de Assentamento Antônio Conselheiro I), Tereza Pankararu (moradora da cidade de Petrolândia), Beatriz Pankararu; Marlene e Enoque Pankararu (moradores da cidade), janeiro de 2019.

Ter uma representação física do Praiá Pankararu na casa, seja nas famílias dos zeladores tradicionais ou não, é sinal de fé e respeito pela tradição. Ao lado de outras representações cristãs, como podemos ver na imagem que segue, imagens de Frei Damião, Padre Cícero, Nossa Senhora Aparecida, são comuns nas residências dos indígenas que vivem nas aldeias e fora delas.

FIGURA 18 - IMAGENS



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora. Foto: casa de M^a Neuza Pankararu, Assentamento Antônio Conselheiro I, Tacaratu (PE), julho de 2019.

Quando as famílias saem do Território Tradicional Pankararu em grandes grupos, é comum reconstruir práticas religiosas, espirituais, praticar rituais que eram realizados nas aldeias. Para isso, existe um longo processo de respeito aos antepassados, às rotinas dos zelos com os espíritos e com os guias espirituais dos territórios sagrados. Quando as famílias se dispersam, é comum retornarem para as aldeias nos grandes dias dos rituais sagrados e vivenciarem no Território Tradicional a experiência espiritual como o toré, danças, cantos, toantes, pagamentos de promessa, rituais de cura.

A gente mora aqui, mas a gente é de lá. Meu umbigo tá enterrado lá. Tudo que acontece, a gente volta e participa (Lourdes, Família Umbuzeiro, moradora do Assentamento rural Irmã Dorothy, informação verbal)

Nós mora aqui, mas tudo que tem lá, nós vai. Se tem praia, nós vai. Festa da padroeira, primeiro de junho, primeira noite da festa, tem café, tem almoço...” (Tereza, Família Juazeiro, moradora da cidade, 27 de outubro de 2019, informação verbal).

Alguns costumes e práticas espirituais acompanham alguns Pankararu por onde forem. Maria Faustina é uma Pankararu rezadeira. Sempre acolheu crianças, jovens e adultos para fazer a reza de cura de adoecimentos.

A tarefa das rezadeiras nas comunidades tem um significado muito importante no acolhimento de adoecimentos considerados de origem espiritual. Em contexto de pouco acesso a serviços de saúde, a sabedoria dos mais velhos e o uso de ervas faz-se fundamental para acalantar e limpar muitos do “mal-estar” do cotidiano. Essa é a tarefa da rezadeira.

FIGURA 19 - RITUAL MENINO DO RANCHO



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora. Foto Aldeia Saco Dos Barros, Terra Indígena Pankararu, junho de 2018.

O ritual do Menino do Rancho é um evento de muita alegria para as famílias Pankararu. Uma ocasião de agradecimento que é realizada em diversas etapas. É um momento de agradecer ao Encantado que protegeu e realizou a cura do menino, é o “dono” do menino que leva a festa. Durante o ano acontecem várias festas de agradecimento. As famílias convidam duas madrinhas e uma noiva.

Durante a festa, os padrinhos disputam o menino com os praiás, muitas tarefas são distribuídas entre os familiares, praiás e padrinhos, numa sequência própria da tradição. Toda a comunidade pode participar da grande celebração. Sempre ocorre nos finais de semana iniciando nos sábados e terminando no final da tarde do domingo. Quando algum praiá pega o menino a festa termina, o toante canta o encerramento, todos dançam o toré juntos no Terreiro sagrado.

As famílias indígenas participantes da pesquisa vivenciam experiências peculiares da identidade étnica Pankararu a partir da interação com o ecossistema do bioma da caatinga, com as tradições próprias dos laços de parentesco e com a dinâmica cultural e econômica do território de origem. Os encontros, celebrações, festas, farinhadas, pratos, rodas, troca de alimentos; o permanente contato com as práticas ritualísticas, envolvidas pela fé e a relação espiritual singular com os Encantados – os espíritos protetores das famílias por vínculos de confiança, recebimento e zelo cotidiano pela proteção, com a dança do toré, da música, dos toantes, dos rituais de cura, rituais de agradecimento; a relação com a produção, troca entre os parentes para consumo familiar e comercialização da produção agrícola nos territórios indígenas e para fora desses: produção e preparo nas aldeias e fora delas - os bejus, as tapiocas, a farinhas, o mel, as garrafadas, as frutas, os doces, os grãos, os animais domésticos, as hortaliças, as ervas, a matéria prima e produto de artesanato (pratos de barro e a palha de ouricuri como o mais comum para produção de cestos, esteiras, chapéus, vassouras), entre outros que compõem a reprodução do modo de vida Pankararu na produção da vida de base familiar, produção e reprodução da vida nas aldeias, nos territórios de origem e nos territórios em construção.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos hidrelétricos, realizados na perspectiva do progresso, geram empobrecimento de povos e comunidades tradicionais, ao retirar destes o modo de vida tradicional, a cultura, o trabalho a produção e reprodução familiar diretamente relacionada ao vínculo com a água do rio.

A revisão da literatura e a realidade do chão empírico da pesquisa evidenciam que a força de trabalho de indígenas cumpriu e cumpre importantes funções na dinâmica econômica dos sertões de Pernambuco no decorrer da história da colonização e no contexto contemporâneo. Durante a colonização, no período da intensa produção do açúcar, bem como no período de expansão das fazendas de gado no século XVIII e XIX, indígenas sempre atuaram cumprindo diferentes tarefas laborais, ora, as mais subalternas, mais precárias, ora, atividades livres de produção e reprodução da vida.

Inconstantes e descontínuas: essas são as palavras que melhor descrevem as condições materiais e imateriais do trabalho da maior parte dos indígenas participantes da pesquisa que vivem na região do Submédio do Rio São Francisco durante o século XX. Os relatos de idas e vindas, entre as aldeias, a margem do rio e muitas vezes entre regiões do país descrevem a descontinuidade do trabalho, a não permanência na terra indígena.

Todas as famílias participantes da pesquisa declararam ter familiares com vínculos de primeiro grau que já vivenciaram a experiência de partir para morar em outras regiões do Brasil, como o Sudeste, em busca de trabalho, passando a viver fora da terra indígena por meses, anos, mas sempre se deslocarem especialmente em momentos de seca.

Os deslocamentos em busca de trabalho e emprego também ocorrem quando surgem novas oportunidades na área urbana da região sertaneja do estado de Pernambuco, em pequenas cidades, onde predominantemente transitam as famílias indígenas por processos de migração interna na região. Muitas famílias indígenas se deslocam para residir na margem do rio, considerando a riqueza que o acesso cotidiano à água pode proporcionar.

No entanto, a construção dos grandes empreendimentos passa a capitalizar os recursos naturais, realizando-se com a tendência histórica de expropriar os povos ribeirinhos lançando essas populações à condição de empobrecimento, entrando em processos migratórios que desorganizam constantemente as formas de viver e produzir as condições de vida.

Entre os diferentes impactos ambientais, sociais e econômicos resultantes do processo de expropriação realizado com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, ocorre a

reconfiguração da vida e do trabalho indígena, tornando-o disponível para as redes de assalariamento.

Entre o grupo de famílias participantes da pesquisa existe uma vida indígena no sertão de Pernambuco, transitando historicamente entre o trabalho e a vida no campo (nas aldeias) e as condições descontínuas de assalariamento e trabalho informal urbano nas pequenas cidades sertanejas. Processos intensificados a partir das políticas econômicas modernizantes materializadas no avanço da construção de grandes empreendimentos econômicos de manuseio das águas do Rio São Francisco.

O resultado da presente pesquisa é capturado na leitura das dificuldades históricas, mudanças e continuidades na vida e no trabalho de indígenas sertanejos do Povo Pankararu a partir da segunda metade do século XX. São situações decorrentes da persistência da escassez de água nas aldeias e da histórica pobreza rural resultantes das desigualdades da nossa formação social; dos deslocamentos compulsórios realizados a partir da construção da Barragem e da Hidrelétrica de Itaparica no final desse século. Essa realidade é determinante para o processo de amplas transformações das condições de vida e de trabalho indígena do século XXI.

O Rio São Francisco constitui, historicamente, uma verdadeira arena de disputa. As tensões geradas pela mercantilização, manuseio capitalista da terra e da água, as disputas em torno da apropriação pelo capital privado, associado ao investimento do fundo público, são fatores marcantes na história de peregrinação da vida indígena nos sertões em busca de terra e água para trabalhar.

As diversas obras de desenvolvimento de política energética, realizadas em nome do progresso regional, transformam as vidas ribeirinhas, de imediato, criando empregos temporários e em médio e longo prazo, dispensando força de trabalho. Trabalhadores indígenas participantes da pesquisa agrupam experiências de assalariamento temporário, desde sua inserção nas obras da barragem, na construção do bairro para trabalhadores técnicos para a operacionalização da usina, na construção da nova Petrolândia.

Após uma década de construção da barragem e da hidrelétrica, famílias Pankararu saíram da margem do rio, foram retirados da terra onde viviam, encontram-se distantes da água e da terra, dos principais bens que produzem seu sustento e passam, uma parte do grupo, imediatamente após a saída, a viver em uma cidade, em meio ao concreto de um espaço urbano em construção.

No sertão de Pernambuco, a construção das barragens, a construção das hidrelétricas, as obras da transposição do Rio atingem diretamente a vida dos índios Pipipã, Pankararu,

Truká, Truxá, Pankara, Kambiwa – expropriando-os dos bens naturais e culturais, empobrecendo, empregando, desempregando – formas modernas de destruição étnica, física e cultural dos indígenas no Nordeste.

A partir do rompimento e afastamento das famílias indígenas de suas terras (das aldeias e das margens do rio), ocorrem mudanças e permanências históricas contemporâneas na forma de vida e de trabalho dos/das indígenas Pankararu. Realizam-se formas semelhantes ao passado de inserção de uma nova geração de trabalhadores indígenas em condições intermitentes nas redes locais de assalariamento, impulsionadas a partir da construção das grandes obras da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Essa dinâmica se renova no contexto contemporâneo, pela expansão da economia local no Sertão de Pernambuco.

Enquanto efeitos imediatos, as obras da barragem e da usina promoveram uma concentração de trabalhadores na região a partir do final da década de 1970 e início de 1980, demandando a presença ampla trabalhadores, tanto para a construção civil, como para outros diversos serviços básicos de produção e reprodução social.

Além das transferências de grande grupo populacional da região onde se deu a elevação do nível das águas do São Francisco para a construção do Lago de Itaparica, ocorrem: a) um gradativo aumento populacional de trabalhadores que chegam de fora para trabalhar no “Projeto Itaparica” (5 mil trabalhadores atuantes nas obras, entre eles, grande parte da população local); b) remoção populacional de mais de dez mil famílias de moradores, dessas, cerca de 6 mil específicas da área rural próxima da cidade, provocando mudanças na produção agrícola subjacente aos centros urbanos; c) transferências territoriais (e intensificação) das relações de trocas pela expansão do comércio local e das feiras livres e diversificação da economia informal para o centro da nova cidade de Petrolândia (fundada em 1988).

Naquela mesma conjuntura, dentre tantos acontecimentos, as populações indígenas ribeirinhas do São Francisco vivem um processo contraditório de mudanças sociais. Para entender as determinações dessas mudanças também é necessário levar em conta que ao final da década de 1980 até os dias atuais, temos importantes ganhos para o povo, tanto pelo avanço dos direitos sociais declarados na Constituição Federal de 1988, quanto pelo avanço normativo e objetivação da proteção jurídico-política do seu território a partir da demarcação e homologação da Terra Indígena Pankararu (TI Pankararu), que ocorre em 1987. Essa conquista significa proteção étnico-cultural e material, apesar de nem todos os princípios constitucionais serem assegurados.

As transformações que ocorrem nas condições e relações de trabalho no início do século XXI no Nordeste, as principais tendências presentes no mundo do trabalho como a

“precarização” das condições e das relações de trabalho, marcadas pela “flexibilização” de vínculos e desproteções trabalhistas, atingem diretamente a vida indígena Pankararu na zona rural e nas pequenas cidades do Submédio do São Francisco, aprofundando condições de precarização, contraditoriamente, gerando oportunidades diferentes de trabalho assalariado e temporários.

A construção da hidrelétrica mudou e acentuou radicalmente as formas de produção e localização dos indígenas nas proximidades no rio. Observa-se a repetição das situações de descontinuidade e inconstâncias: vínculos temporários, práticas de informalidades, baixos salários, trabalhos que não exigem formação técnica, (especialmente profissionais da construção civil), onde estão principalmente os indígenas homens entrevistados (pintor, pedreiro, serventes), em práticas comuns do trabalho doméstico (cozinheiras, lavadeiras, cuidadoras de crianças, de idosos, arrumadeiras, boleiras), comuns entre as indígenas mulheres entrevistadas, trabalhadoras de casas de famílias ou em suas próprias casas, comercializando seus produtos para fora. Todas as famílias participantes descrevem esses dois tipos de trabalho desenvolvidos por integrantes de suas famílias.

Essas condições de trabalho, em geral vividas desde a infância, comumente dificultaram a conclusão do ensino fundamental das gerações nascidas entre as décadas de 1950 e 1980. Todas as mulheres entrevistadas trabalharam em casas de famílias, a maioria começando na infância, aos 9 anos de idade e algumas, na adolescência, a partir dos 12 anos de idade. Verifica-se que nas gerações nascidas entre final da década de 1970 até o final da década de 1980, 3 conseguiram concluir ensino médio, e entre as famílias entrevistadas, apenas 2 integrantes cursaram graduação.

Com o esgotamento das oportunidades de emprego na construção civil na região de Petrolândia, principal área que absorvia a força de trabalho dos indígenas participantes da pesquisa, além dos baixos salários e da sazonalidade de oportunidades de trabalho na região, indígenas que viviam na área urbana do município de Petrolândia decidem pelo engajamento no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Foram os casos das famílias Umbuzeiro, Mangueira e Ouricurizeiro.

O MST, assim como o sindicato e associações rurais naquela ocasião, como enfatizam os indígenas das famílias Umbuzeiro e Mangueira, foi o principal ponto de apoio para a organização e resistência frente às situações abusivas de trabalho: não assinatura de carteiras de trabalho, demissões sem justa causa, não pagamento de direitos, perseguição de lideranças dos movimentos trabalhistas.

O MST e os territórios dos assentamentos rurais, especialmente desde os anos 2000 até o momento presente, tornaram-se o espaço de resistência e formação social de aglutinação da ação coletiva dos indígenas trabalhadores que emergiram daquela situação de novas expropriações. O Movimento tornou-se espaço onde indígenas Pankararu militaram e militam junto aos trabalhadores rurais da região expropriados pela construção da hidrelétrica.

Indígenas Pankararu, para resistir à pobreza, ao empobrecimento resultante da expropriação, passam a compor a luta do MST no sertão de Pernambuco. São indígenas que vivem em assentamentos rurais e integram grupos de trabalhadores rurais engajados, organizados em lutas dos trabalhadores do campo, movimentos de natureza camponesa em defesa dos territórios, da água e da terra.

A partir da pesquisa, constata-se que há, historicamente, indígenas Pankararu atuando dentro de movimentos sociais e trabalhistas em favor dos direitos sociais e do direito à terra, nas lutas camponesas e nas lutas de trabalhadores urbanos assalariados ou não assalariados, partidários, cooperativistas, considerando que a condição intermitente define também de forma descontínua de relações de trabalho, de acordo com o território e a conjuntura econômica.

As precárias condições de trabalho, de vínculos e as próprias condições ambientais da região do semiárido, marcada pelos períodos de longa estiagem, ainda atingem a vida dos indígenas que vivem no campo, nos assentamentos rurais - mesmo no caso dos assentados que conquistaram lotes de terra, esses ainda enfrentam problemas de acesso à água. Essa condição ainda assemelha a vida indígena contemporânea a uma modalidade de “nomadismo moderno”: as famílias estarão onde for possível encontrar trabalho.

O resultado da análise do conjunto das condições de vida familiar Pankararu que passam a residir fora da aldeia durante a década de 1970 até os dias atuais (nas cidades e assentamentos rurais) indicam a predominância de uma vida indígena fora da aldeia, marcada pela informalidade nas relações de trabalho e pela atividade agrícola familiar de subsistência, associada ao trabalho assalariado agrícola, especialmente considerando que o acesso às políticas diferenciadas indigenistas atuaram a partir do recorte do território, das Terras Indígenas, assim, os indígenas que saíram naquele período das aldeias sofreram a precariedade e toda sorte de empobrecimento fora da Terra Indígena. Significa dizer que as populações indígenas que vivem fora dos territórios tradicionais, das terras demarcadas, constituem novas redes de solidariedade para enfrentar as violações de direitos, e progressivamente constituem novos territórios considerando que a tradição da constituição de unidades étnicas ainda é condição primordial para a proteção das identidades e particularidades étnicas. Apesar dos

sofrimentos e violações de direito registradas, famílias Pankararu recriaram múltiplos vínculos territoriais e simbólicos após a expropriação realizada pela construção da hidrelétrica de Itaparica no final do século XX, mantendo a unidade étnica com o território e com o povo de origem e engajando-se em lutas coletivas de múltiplos enfrentamentos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. – 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). 2011. A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa. 714pp. Revista **Mana**. ISSN 0104-9313. Mana v. 20 n. 1 Rio de Janeiro Apr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132014000100011.

ANDRADE, Manuela Corrêa de. Prefácio: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. [Et. Al]. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da Barragem de Itaparica.

ANDRADE, Manuela Corrêa de. (Prefácio). Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas, 110).

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2002. 153 p.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Poder público e atingidos: impasses e negociação quanto às propostas de intervenção. In.: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. [Et. Al]. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da Barragem de Itaparica. ANDRADE, Manuela Corrêa de. (Prefácio). Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas, 110).

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. [Et. Al]. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da Barragem de Itaparica. ANDRADE, Manuela Corrêa de. (Prefácio). Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas, 110).

ARAÚJO, Tânia Bacelar; SANTOS, Valdeci Monteiro. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica do Brasil. In: Tarcísio P. de Araújo, Salvador Werneck Vianna e Junior Macambira. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, v. 1, p. 177-200.

ARRUTI, José Maurício A. A árvore Pankararu: Fluxos e metáforas da emergência étnica no Sertão do São Francisco. In.: PACHECO DE OLIVERIA, J. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1999.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Morte e vida do Nordeste indígena**. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro, RJ. 1995, p. 57-94.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional, UFRJ.

ARRUTI, José Maurício. **A situação no Nordeste**. Disponível em:
<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/a-situacao-no-nordeste>.
 Acessado em: 27 fev. 2017.

ARRUTI, José Maurício. Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 2, 2001, pp. 215-254

ARRUTI, José Maurício. ARRUTI, José Maurício. A tradição legalista e o forte senso comum sobre o que deve ser um índio (naturalidade e imemorialidade) têm funcionado como sérios obstáculos à implementação de avanços teóricos e jurídicos no reconhecimento de povos indígenas resistentes. In.: **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005 I** [editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]. - São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006.

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In.: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. SCHWARCZ, Lília Moritz (prefácio); Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In.: RAMOS, Alcida Rita. **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2012.

BERNARDO JUNIOR, Lúcio. Em manifestação, indígenas pedem o arquivamento de propostas hoje no Congresso. **Agência Câmara Notícias**, Brasília (DF), 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/530497-em-manifestacao,-indigenas-pedem-o-arquivamento-de-propostas-hoje-no-congresso.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. (Mundo do Trabalho).

BRASIL. ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **BIG - Banco de Informações de Geração**. Disponível em:
<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: out. de 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 304, de 09 de agosto de 2000**.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Dispõe sobre Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

BRASIL. **II Plano Decenal de Assistência Social** (2016/2026).

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Trabalho Social com Famílias Indígenas**: proteção social básica para uma oferta culturalmente adequada, 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características gerais dos indígenas, Resultados do universo**. ISSN 0104-3145 Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-245, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007](#).

BRUNO, Regina et al. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica: EDUR, 2009.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO, Paulo Alentejano e Gaudêncio (Organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie (orgs.). **Negros no mundo dos índios**: imagens, reflexos, alteridades Natal: EDUFRRN, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiros. Revista **Serviço Social e Sociedade**. n. 112. p. 613-636. São Paulo, out./dez. 2012.

CAVALCANTE, Daniela Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano. O Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação nos anos de 2004 e 2006. **Anais do I Encontro Pernambucano de Economia**. Recife: CORECON – PE, 2013.

CFESS. **CFESS Manifesta**: Dia da luta indígena. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília, 19 abr. 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 22 set. 2016.

CHESF. **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco**. Disponível em: <http://www.chesf.gov.br>. Acesso em: 26 ago. 2015.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CIME. **Conselho Indigenista Missionário**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Organização). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DANTAS, Beatriz G. et al. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Organização) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. MONTEIRO, Heloisa; SETTINERI, Francisco (tradução). Porto Alegre: Artmed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO Jaime; LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de Reprodução do capital**. Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

FRITZEN, Maycon. O território como recurso e a expansão da geração hidrelétrica de pequeno porte: agentes corporativos e círculos de cooperação. **IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, Santa Catarina, set. 2016. Disponível em: <http://ecsb.com.br/sites/default/files/artigos/st1artigos/6.%20Maycon%20Fritzen.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Reportagem “CHESF: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco”. Publicada em 2004. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 26 ago. 2018.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALINDO, Osmil; NETO, Leonardo Guimarães. Caracterização Geoeconômica da área do projeto. In.: ARAUJO, Maria Lia Corrêa de et al. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?**

Impactos sociais da Barragem de Itaparica. ANDRADE, Manuela Corrêa de. (Prefácio). Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas, 110).

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. A economia pernambucana: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. **Anais do I Encontro Pernambucano de Economia**. Recife: CORECON – PE, 2013.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Uma avaliação recente do Projeto de reassentamento de Itaparica: origens, situação atual e perspectivas. In.: SAMPAIO, Yony. (Org.). **Ensaio sobre economia agrícola e meio ambiente no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GLASS, Verena; SANTOS, Maureen (orgs). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GRANEMANN, Sara. **Estado e questão social em tempos de crise do capital**. In.: GOMES V.L.B; VIEIRA, A.C.E; NASCIMENTO, M.A.C. (orgs.) **O Avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em Questão**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In.: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In.: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS. Ano 2, n. 3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Granfine, 2001.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ISA. Instituto Socioambiental. **Terras indígenas: ameaças, conflitos e polêmicas**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 11 nov. de 2016.

JATOBÁ, Jorge (org.). **Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade (um estudo para uma política de emprego)**. Recife: SUDENE/Editora Massangana, 1983.

KRAEMER, Luciane. **Dissertação de Mestrado**. A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS 2006

LARA, Ricardo. Notas sobre influências teóricas, marxismo e ontologia de Gyorgy Lukács. In.: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmasia; ALCANTARA, Norma. **Anuário Lukács 2015**. Instituto Lukács, 2015.

LEHR, Roberto. Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo como narrativas dominantes da crise capitalista. In.: MACÁRIO, Eptácio; VALE, Erlinda Sobral do; RODRIGUES JÚNIOR, Natan. (orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

LEITE, Jurandyr Carvalho F. Uma proposta para o monitoramento e análise das terras indígenas. In.: **Atlas das terras indígenas no Nordeste**. Projeto Estudos Indígenas no Brasil. PETI, Museu Nacional, UFRJ, 1993.

LESSA, Sérgio. Lukács: o método e seu fundamento ontológico. In: MONTAÑO, Carlos; BASTOS, Rogério L. **Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas**. (Revisão: Lia Urbini). 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. Trabalho Produtivo e Improdutivo. In.: **Dicionário da educação profissional em saúde**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 11 fev. 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/ Nova Letra, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1995.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases do pensamento e da atividade do homem. In.: **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Livraria editora ciências humanas LTDA, 1978.

_____. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria de estética**. (COUTINHO, Carlos Nelson; KONDER, Leandro. Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MAESTRI, Mario. Jacob Gorender. In.: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAIA, Marilene; FIORITTI, Oliveira Rosa. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. In: FERNANDO, Castilho Rosa; HELLMANN Aline (org). **Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa. In.: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um desafio instigante**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1)

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. ENDERLE, Rubens (Tradução). São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels)

MATOS, Aureliano da Costa; VILLEGAS, Jaime Marin. **Reassentamentos involuntários: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/marin.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZZEO, Antônio Carlos. O escravismo colonial: modo de produção ou formação social? **Revista Brasileira de História**. v. 6. n. 12 – p. 203-214. São Paulo. Mar./Ago. 1986.

NETO, Leonardo G.; OLIVIERA, Fábio L. A dinâmica da economia e transformações relevantes. In.: ARAÚJO, Tânia Bacelar; ARAÚJO, Tarcísio Patrício (orgs.) **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: Cepe, 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. In.: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS. Ano 2, n. 3 (jan./jun. 2001. Brasília, ABEPSS, Granfine, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sociais. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “A viagem da volta”: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste. In.: **Atlas das terras indígenas no Nordeste**. Projeto Estudos Indígenas no Brasil. PETI, Museu Nacional, UFRJ, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Regime Tutelar e Gestão Militar**. 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/portaria_541-mj-jpo_joao_pacheco.pdf>. Acesso em 20 jul. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997. MANA 4(1):47-77, 1998.

PERICÁS, Luiz Bernardo; WIDER, Maria Célia. Caio Prado Junior. In.: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1. ed. Boitempo, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução Brasileira; A questão agrária no Brasil**. – 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. (Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRONI, Marcelo W. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In.: MORENO, Amilton [et. al.]. **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Estudos de antropologia e civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SAMPAIO JR. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Revista **Serviço Social e Sociedade**. n. 112. p. 672-688. São Paulo, out./dez. 2012.

SAMPAIO, Yony et al. **Desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do Polonordeste**. 2. ed. Recife: CME-PIMES, 1987.

SANTANA, Renato. **Autores do PLP são financiados por empresas beneficiadas pelo teor do projeto**. [S.l.]: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2013. Disponível em: <https://mobilizacaoacionalindigena.wordpress.com/category/plp-227/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS, Agnaldo dos; FERRAZ, Isa Grinspum. Darcy Ribeiro. In.: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1. ed. Boitempo, 2014.

SANTOS, Ana Paula dos; PERES-MARIN, Martin (Coord.). **O Semiárido Brasileiro: riquezas, diversidade e saberes**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de serviço social; v. 6)

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações no estudo das comunicações. In.: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa**: um desafio instigante. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

SEVERINO, Cláudio Francisco. Prefácio – Repensando o mito dos “dois Brasis”. In.: BRUNO, Regina et al. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica: EDUR, 2009.

SILVA, Cristhian Teofilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. **Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio)**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 113-140, 2005. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v2_n1/3.%20Identificacao_etnica_territorializacao%20e%20fronteiras.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Edson Hely. História indígena e história socioambiental no semiárido pernambucano. **ANAIS do Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido - I CONIDIS**, Campina Grande, 2016.

SILVA, Edson Hely. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. **Cadernos do Ceas**. Salvador/Recife, n. 240, p. 117-136, jan./abr., 2017 | ISSN 2447-861X.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Nota de Repúdio** do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/USP), do Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas e do SAJU Tuíra (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP) às afirmações do presidente da Funai Antônio Costa (entrevista: “Índios não podem ‘ficar parados no tempo’”), 2017. Disponível em: <http://200.144.182.130/cesta/index.php/noticias/345-nota-de-repudio>. Acesso em: 12 jun. 2017.

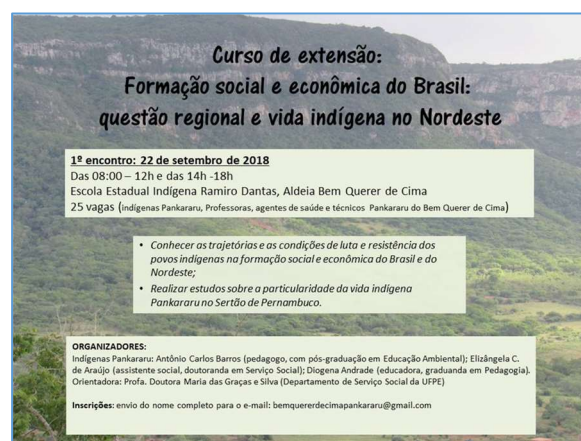
YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DOCUMENTÁRIOS:

Índios na cidade. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M0mrQZ5IqB4>. Publicado em 08 de agosto de 2013. Acesso em: 26 ago. 2018.

Índios na cidade, vidas em travessia. Documentário da TV Universitária, exibido no dia 19 de abril de 2014, na TV Brasil. <https://www.youtube.com/watch?v=S8lxFIHRnok> Publicado em 31 de julho de 2014. Acesso em: 26 ago. 2018.

APÊNDICE A - CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO



**APÊNDICE B - CURSO DE EXTENSÃO: POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE –
ALDEIA BEM QUERER DE CIMA – TERRA INDÍGENA PANKARARU**



APÊNDICE C - GUIAS DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

PROJETO: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS PANKARARU: IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

Doutoranda: Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Orientadora: Doutora Maria das Graças e Silva

GUIA DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO DO/A INDÍGENA ENTREVISTADO/A (Indígenas Pankararu que vivem fora das aldeias cidade – área rural e urbana).	
Município: _____	UF: _____
Formulário nº: _____	
1. Onde mora Nome do local onde mora: _____	
PERFIL INDIVIDUAL	
2. Sexo () fem. () masc.	
3. Estado civil: () solteiro () casado () divorciado () outro _____	
4. Tem filhos: () sim () não Quantos filhos: _____	
5. Idade: () 18 a 24 anos () 25 a 59 anos () mais de 60 anos	
6. Escolaridade: () não alfabetizado () Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto () Ensino médio completo/Técnico () Ensino médio incompleto () Ensino superior/ Graduação () Pós – graduação	
CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS/TRABALHO	
7. Qual a sua profissão?	
8. Como é seu trabalho atual? () assalariado urbano () autônomo () agricultor/camponês () assalariado agrícola	

☐ servidor público ☐ contratado por serviço público ☐ desempregado ☐ Aposentado/a ☐ outro
9. Se assalariado: ☐ Tem carteira assinada ☐ Contrato de trabalho ☐ Acordos verbais de pagamento 10. Se Assalariado/a, Que tipo de remuneração? ☐ salário ☐ diária
11. Onde você trabalha? _____ ☐ na aldeia ☐ na cidade ☐ no assentamento Especificando: ☐ na área rural ☐ outra aldeia – [TI] Terra Indígena Pankararu ☐ outra cidade ☐ em assentamento
12. Quais são as principais atividades? _____ 13. Trabalha quantas horas por dia? _____
14. Tem roçado? () sim () não 15. Plantou nos últimos 12 meses? () sim () não se sim, planta o que? Colheu? _____ se não, por que não plantou? _____ 16. No roçado, você trabalha: () sozinho () com familiares () outros parentes 17. Tem árvores frutíferas? () sim () não Quais? _____ 18. Sua família comercializa os produtos cultivados no seu roçado? () sim () não Se sim: Como? _____ Se sim: Onde? _____ 19. Cria animais? () sim () não Quais? _____
20. Tem alguém aposentado na família? () Sim () não - Quantas pessoas? _____ - qual foi o ano da aposentadoria: () aposentado/a 1 () aposentado/a 2 () aposentado/a 3
21. Qual a renda da sua família? ☐ Até 01 salário mínimo ☐ Entre 1 e 2 salários ☐ Entre 3 e 5 salários ☐ Acima de cinco salários ☐ Menos de um salário
22. Quais os programas sociais que a família tem acesso? ☐ Bolsa família ☐ PETI ☐ Programa municipal ☐ Outro
22. Tem algum/a deficiente na família? () sim () não Quantos/as: _____
23. Alguém da família recebe o Benefício de Prestação Continuada (idoso ou deficiente)? ☐ sim ☐ não Quantas pessoas _____
24. Tem alguém na família que recebe pensão por morte? ☐ sim ☐ não.
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
25. Você participa de alguma organização social, política ou religiosa? ☐ sim ☐ não Se sim: (gostaria de declarar o nome da organização?) ☐ sindicato: _____ ☐ associação: _____ ☐ partido: _____ ☐ movimento social _____ ☐ outro _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

PROJETO: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS PANKARARU: IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

Doutoranda: Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Orientadora: Doutora Maria das Graças e Silva

PERGUNTAS PARA INDÍGENAS MORADORES DE ASSENTAMENTOS RURAIS
1. Onde você nasceu? _____ 2. Qual a aldeia de origem da sua família? _____ 3. Há quanto tempo você mora neste lugar? _____ 4. Antes de morar aqui, onde você morava? _____ 5. Por que você veio morar aqui? _____ 6. Em quais lugares você já morou? _____ 7. Qual o motivo da saída da aldeia? _____ 8. Depois que saiu, voltou? () sim () não 9. Por que? _____ 10. Deseja voltar morar na aldeia? _____ Por que? 11. Qual a diferença entre viver aqui no assentamento e viver na aldeia?
12. Você mantém relações com a aldeia? () sim () não - como isso acontece (familiares ainda moram lá, participa de alguma atividade lá, visitas...)?
Observações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

PROJETO: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS PANKARARU: IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

Doutoranda: Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Orientadora: Doutora Maria das Graças e Silva

GUIA DE ENTREVISTA

PERGUNTAS PARA INDÍGENAS MORADORES DA ZONA URBANA – PETROLÂNDIA
1. Onde você nasceu? _____ 2. Há quanto tempo você mora neste lugar? ☐ menos de 1 ano ☐ de 1 – 2 anos ☐ de 3 – 5 anos ☐ de 6 – 9 anos ☐ mais de 10 anos 3. Qual sua aldeia de origem? _____ 4. Antes de morar aqui, onde você morava? _____ 5. Quando saiu da aldeia? _____ 6. Qual o motivo da saída da aldeia? _____ 7. Depois que saiu, voltou para onde aldeia? _____ ☐ sim ☐ não Por que? _____ 8. Saiu daqui para morar em quais lugares? _____ 9. Qual a diferença entre viver aqui na cidade e viver na aldeia? _____ 10. Deseja voltar morar na aldeia? ☐ sim ☐ não - Por que? _____
Você mantém relações com a aldeia? ☐ sim ☐ não - como isso acontece (familiares ainda moram lá, participa de alguma atividade lá, visitas...)? _____
11. Observações:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Guia de entrevista A1: para indígenas que trabalharam na construção da barragem e/ou que residiam na cidade que foi inundada

Identificação de indígenas que trabalharam nas Obras de construção da barragem e da hidrelétrica:

1. Onde você morava quando a barragem e a hidrelétrica foram construídas (década de 1980)?
☐ cidade ☐ aldeia
Nome do lugar: _____
2. Onde você trabalhava no período em que a barragem foi construída? Qual trabalho?

3. Precizou se mudar depois da construção da barragem e da hidrelétrica?
☐ sim ☐ não
4. Onde passou a morar depois dessa mudança _____
Que ano isso aconteceu? _____
5. Qual o motivo específico da sua mudança? _____
6. Você considera que essa mudança gerou ganhos/perdas na sua vida? Quais?
7. Você trabalhou nas obras da construção da barragem ou da hidrelétrica?
☐ sim ☐ não
8. Qual emprego?
9. Qual empresa?
10. Qual função?
11. Por quanto tempo?
12. Permanece ligado à essa empresa? ☐ sim ☐ não
13. Algum familiar indígena seu trabalhou na construção das obras da barragem ou da hidrelétrica?
☐ sim ☐ não
14. Ainda é vivo? ☐ sim ☐ não
15. Quem é e o que ele fazia? _____
16. Esse familiar permanece trabalhando fora da aldeia? ☐ Sim ☐ não
Onde?

Observações:

APÊNDICE D - PARECERES AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA 								
PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP								
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS PANKARARU: IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA Pesquisador: ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA Área Temática: Estudos com populações indígenas; Versão: 2 CAAE: 04858818.8.0000.5208 Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Patrocinador Principal: Financiamento Próprio								
DADOS DO PARECER Número do Parecer: 3.334.140 Apresentação do Projeto: As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1252981.pdf, de 19/12/2018) e do Projeto Detalhado (projetoelizangelanovo.docx, de 19/12/2018).								
INTRODUÇÃO O Brasil é um país pluriétnico. De acordo com dados do IBGE de 2010, existem no país 896,9 mil indígenas distribuídos em 305 etnias e falantes de 274 línguas. Desses, 376.534 são indígenas que residem fora das terras indígenas: são 296.871 vivendo em áreas urbanas e 80.663 em áreas rurais. Neste mesmo Censo, foram identificados 8.184 indígenas da etnia Pankararu. Sua maior parte populacional (mais de 6.000) está em 15 aldeias da Terra Indígena Pankararu (TI - comunidades indígenas) no sertão Pernambucano e fora das aldeias, distribuída nos municípios de Jatobá e em assentamentos rurais e na zona urbana de Petrolândia e Tacaratu. Esta pesquisa tem como objeto de análise os principais impactos sociais da construção da hidrelétrica de Itaparica (Petrolândia, PE), concluída no final da década de 1980, na região analisada e a relação desse acontecimento com formas particulares de inserção da força de trabalho de indígenas Pankararu (de índios residentes fora das Terras Indígenas) em redes de assalariamento em área rural e urbana dos municípios de Petrolândia e Tacaratu.								
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>Endereço: BRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Endereço: Asa Norte</td> <td>CEP: 70.719-049</td> </tr> <tr> <td>UF: DF</td> <td>Município: BRASÍLIA</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (61)3315-6877</td> <td>E-mail: concp@conep.gov.br</td> </tr> </table>	Endereço: BRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar		Endereço: Asa Norte	CEP: 70.719-049	UF: DF	Município: BRASÍLIA	Telefone: (61)3315-6877	E-mail: concp@conep.gov.br
Endereço: BRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar								
Endereço: Asa Norte	CEP: 70.719-049							
UF: DF	Município: BRASÍLIA							
Telefone: (61)3315-6877	E-mail: concp@conep.gov.br							

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.334.140

HIPÓTESE

A construção da Hidrelétrica de Itaparica contribuiu para impulsionar, especialmente a partir da década de 1990, novos processos de deslocamento e reagrupamento de famílias Pankararu no sertão de Pernambuco em busca de melhores condições de vida e trabalho, como é o caso da saída das aldeias (Terra Indígena Pankararu). As secas e esgotamento do solo levaram famílias indígenas a saírem das aldeias para viver na área ribeirinha do rio São Francisco, exclusivamente pela necessidade do acesso à água e renda. Para interpretação dessa realidade, a pesquisa considera necessária a análise das determinações históricas e o significado social e econômico da saída de famílias Pankararu das aldeias em busca de melhores condições de vida e de trabalho na segunda década do século XXI. O estudo parte do pressuposto de que esses processos foram intensificados pela construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Desse modo, pretende-se apreender características sociais de trajetórias de famílias de indígenas Pankararu que saíram da aldeia para viver na margem do Rio São Francisco e foram diretamente atingidas pela construção da hidrelétrica de Itaparica. São elas: as famílias removidas da margem do Rio no período da elevação das águas da Barragem para a construção do Lago de Itaparica; aquelas que se tornaram trabalhadoras diretas e indiretas das obras. Sobre os impactos da Hidrelétrica, considera-se que a ampla oferta de emprego e as remoções populacionais intensificaram os deslocamentos de famílias indígenas Pankararu na região para trabalhar nas obras de sua construção. Famílias Pankararu passam a morar na velha Petrolândia (na margem do rio) e outras permanecem morando nas aldeias, saindo apenas para trabalhar na cidade (final da década de 1970 e durante a década de 1990).

METODOLOGIA

O processo investigativo de construção da tese propõe apropriar-se da expressão singular do problema real: a saída das aldeias, o deslocamento compulsório, o reagrupamento indígena e a busca de condições de sobrevivência. Partindo do pressuposto de que existe uma interlocução entre a construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica e os processos de deslocamento e reagrupamento de indígenas a partir do final da década de 1980 até os dias atuais, este projeto tem como principais questões de pesquisa: Quais são os impactos, as contradições e o significado histórico, social e econômico da construção da Barragem e da Hidrelétrica de Itaparica para a vida do povo indígena Pankararu que vivia na margem do Rio São Francisco? Quais são as configurações contemporâneas das relações e condições de trabalho

Endereço: BRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **Cep:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-6877 **E-mail:** concp@saude.gov.br

Página 52 de 55

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.334.140

indígena Pankararu ex-ribeirinhos na zona rural e na cidade (assentamentos rurais do INCRA e da CHESF e área urbana) da região dos municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá/PE? Como os indígenas que vivem em assentamentos se relacionam com a pequena produção local na região em questão? Para alcançar as pretensões teóricas de interpretação dos processos históricos de deslocamentos do povo indígena Pankararu no sertão pernambucano, temos como proposta de trajetória metodológica "a captura da estrutura dinâmica" que está na base desses deslocamentos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa que mobilizará uma sistematização de informações, dados quanti-qualitativos a partir de pesquisa documental e utilização de diferentes fontes bibliográficas. O estudo compreende a apreensão da particularidade da vida indígena fora da terra indígena (levantamento de dados e informações que possibilitem apreender as tendências contemporâneas da política energética brasileira e transformações para a vida e trabalho do povo indígena Pankararu). Serão utilizadas metodologias e técnicas como: levantamento de dados a partir de pesquisa de campo, abordagem dos participantes (visitas, encontros, conversas, reuniões), utilização das técnicas de história oral e história de vida associadas à pesquisa documental, observação sistemática, levantamento de dados com pesquisa bibliográfica e documental sobre a vida e trabalho do povo Pankararu antes da construção da Usina Hidrelétrica. O uso das técnicas história oral e história de vida permitirá conhecer as trajetórias das famílias indígenas. Com o uso do instrumento "questões-guia" de entrevista, pretende-se orientar as conversas e conhecer o significado da saída de famílias indígenas das aldeias (da Terra Indígena) e as condições objetivas de vida e de trabalho fora da Terra Indígena. A história de vida permite realizarmos aproximação com elementos específicos da dinâmica concreta da vida e do trabalho do povo indígena Pankararu que vive fora da Terra Indígena, seu modo de produção e reprodução dos meios necessários à sobrevivência. Esta pesquisa conta com a contribuição peculiar da técnica história oral, "[...] por se tratar de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que viveram como viveram e as características das relações e condições objetivas do lugar onde viveram por meio de depoimentos" (ALBERTI, 2005, p. 30). Significa capturar dos sujeitos suas versões sobre sua história de vida. O emprego da técnica história oral possibilitará "[...] voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido" (ALBERTI, 2005, p. 30). Segundo Alberti, "a história oral ainda permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos, ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares" (2005, p. 22). O instrumento questionário simples, com questões fechadas e abertas, será utilizado como apoio da conversa,

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **Cep:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-6877 **E-mail:** corep@saude.gov.br

Página 33 de 35

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer 3.304.140

um guia de entrevista (APÊNDICE A) para averiguar a inserção de indígenas nas redes de assalariamento.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Foram identificadas, até o momento, a partir da memória da pesquisadora (indígena Pankararu e de diversos relatos de índios idosos Pankararu), trinta famílias desse Povo, antigas moradoras da margem do Rio na rua conhecida como "Ruas dos caboclos" (município de Petrolândia Velha) no período da construção da Barragem e da Hidrelétrica (1977 – 1988). Durante a construção da Barragem, essas famílias foram removidas e reagruparam-se em outros territórios: na zona rural e urbana dos municípios de Jatobá, Tacaratu e Nova Petrolândia, passando a morar em aldeias, periferias das cidades, em assentamentos da 11 região, agrovilas construídas para moradia dos atingidos pela barragem e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Dessas trinta, nove famílias residentes fora da Terra Indígena Pankararu, residentes na zona rural e urbana da Nova Petrolândia e de Tacaratu serão participantes da pesquisa. Assim, serão observados os seguintes critérios de escolha: Se autodeclarar indígena; pertencer à etnia Pankararu; ter residência permanente na área urbana e/ou em um assentamento rural das cidades de Tacaratu e Petrolândia.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Não foram apresentados.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Analisar os impactos sociais da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (concluída em 1988) nas condições de vida e de trabalho das famílias indígenas do povo Pankararu que saíram das aldeias (da Terra Indígena) para viver na margem do Rio São Francisco na década de 1980.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- sistematizar e caracterizar aspectos contemporâneos, os perfis socioeconômicos do trabalho e das condições de vida dos indígenas Pankararu/PE atingidos pela construção da barragem, índios que moram fora da Terra Indígena, na cidade e nos assentamentos de Petrolândia e Tacaratu/PE;
- analisar o significado histórico e as configurações contemporâneas do trabalho e assalariamento de famílias indígenas Pankararu que viveram os deslocamentos compulsórios da construção da barragem e da Hidrelétrica.

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-049
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-6877 E-mail: ccep@saude.gov.br

Página 01 de 01

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer 3.334.140

3. Considerando que é um projeto cuja metodologia utilizada é de Ciências Humanas e Sociais, recomenda-se estar em conformidade com a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especialmente nas declarações e no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (quando houver).
RESPOSTA: foram realizadas as adequações propostas pela CONEP com o objetivo de sanar as pendências com retomada das orientações das resoluções. Foi incluído na página 5 do TCLE o seguinte parágrafo:

A pesquisadora assume a responsabilidade de respeitar os aspectos éticos da pesquisa com a população indígena em questão e garantir a observância dos princípios da Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena) durante todo o processo da pesquisa.

Observação:

Outras as adaptações: as correções do TCLE também estão atualizadas no Projeto. Foram copiadas e coladas no apêndice B (da página 26 até a 32). Constatam destacadas em amarelo.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais e critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PIB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1252981.pdf	22/04/2019 09:34:05		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Autorizac_grava_realce.docx	22/04/2019 09:30:30	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Autorizac_grava_lmpo.docx	22/04/2019 09:30:19	ELIZANGELA CARDOSO DE	Aceito

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Estado: Ass Norte CEP: 70.719-049

UF: DF Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

Página 10 de 10

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Contratante do Ponder: 3.334.140

Justificativa de Ausência	Autorizac_grava_impo.docx	22/04/2019 09:30:19	ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	autoriza_identifica_reais.docx	22/04/2019 09:30:09	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	autoriza_identifica_impo.docx	22/04/2019 09:29:56	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	carta_de_resposta_as_pedencias.docx	22/04/2019 09:29:35	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLC_Eliz_impo.docx	22/04/2019 09:29:12	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLC / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLC_Eliz_realce.docx	22/04/2019 09:29:02	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_elizangela_impo.docx	22/04/2019 09:28:47	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_elizangela_realce.docx	22/04/2019 09:28:26	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_elizangela.pdf	19/12/2018 00:12:31	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	vinculo.pdf	16/12/2018 19:32:56	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	Curriculo_elizangela.pdf	16/12/2018 19:31:55	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	curriculo_orientadora.pdf	16/12/2018 19:31:24	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	confidencialidade.pdf	16/12/2018 19:29:02	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta.pdf	07/12/2018 11:15:17	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-6877

E-mail: coredp@saude.gov.br

Página 11 de 15

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 3.334.461

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASÍLIA, 20 de Maio de 2019

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador(a))

Endereço: SBN TV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-045
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61) 3315-6877 E-mail: conep@saude.gov.br

Página 10 de 10



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS INDÍGENAS PANKARARU: IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA

Pesquisador: ELIZANGELA CARDOSO DE ARAÚJO SILVA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 1

CAAE: 04858818.8.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.197.852

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de doutorado de Elizângela Cardoso de Araújo Silva, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da professora Maria das Graças e Silva.

A pesquisa tem como objetivo analisar os principais impactos sociais da construção da hidrelétrica de Itaparica (Petrópolis, PE), conduzida no final da década de 1980, na região analisada e a relação desse acontecimento com formas particulares de inserção da força de trabalho de indígenas Pankararu, residentes fora das Terras Indígenas, em redes de assalariamento em área rural e urbana dos municípios de Petrópolis e Tacaratu.

Participarão da pesquisa nove famílias indígenas, residentes na zona rural e urbana de Nova Petrópolis e de Tacaratu, selecionadas a partir dos critérios de inclusão previamente definidos.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRINCIPAL: Analisar os impactos sociais da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica

Endereço: Av. da Engenharia nº 1 - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Cidade: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (51)2125-8585 **E-mail:** cep@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.137.052

(conduzida em 1988) nas condições de vida e de trabalho das famílias indígenas do povo Pankararu que saíram das aldeias (da Terra Indígena) para viver na margem do Rio São Francisco na década de 1980. OBJETIVOS SECUNDÁRIOS: a) Sistematizar e caracterizar aspectos contemporâneos, os perfis socioeconômicos do trabalho e das condições de vida dos indígenas Pankararu/PE atingidos pela construção da barragem, índios que moram fora da Terra Indígena, na cidade e nos assentamentos de Petrolândia e Tacaratu/PE; b) Analisar o significado histórico e as configurações contemporâneas do trabalho e assalariamento de famílias indígenas Pankararu que viveram os deslocamentos compulsórios da construção da barragem e da Hidrelétrica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos, a pesquisadora informa que os participantes podem se sentir tristes ao relatar as memórias de saída das suas casas da margem do rio para viver em outros lugares. Para amenizar esse possível sentimento, os relatos podem ser realizados em diferentes etapas e nos momentos que os próprios entrevistados indicarem como oportunos para seu bem estar. A pesquisadora respeitará as melhores condições para a realização da entrevista, o dia, o horário e o lugar indicado pelo entrevistado que represente segurança e tranquilidade.

Quanto aos benefícios, indica que serão diretos e indiretos, possuem caráter social e cultural, uma vez que os resultados poderão subsidiar o conhecimento sobre as necessidades sociais e ambientais dos indígenas que vivem fora da aldeia e sobre as características da realidade pesquisada. Dessa forma, poderão contribuir para o planejamento e operacionalização de políticas públicas específicas para indígenas que vivem fora das aldeias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta boa fundamentação teórica, a metodologia está adequada. A problemática enfrentada pelas famílias indígenas impactadas pela construção da Hidrelétrica de Itaparica continua a aguardar solução por parte do poder público. Nesse contexto, os resultados poderão realmente prestar uma contribuição para melhor compreensão do problema e ajudar na busca de saídas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão devidamente apresentados. Por se tratar de pesquisa com indígenas desideados, a pesquisadora apresentou carta de anuência da Secretaria Especial para Assuntos Indígenas do Município de Petrolândia, o que considero suficiente.

Endereço: Av. da Engenheira nº 1 - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Cidade: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2128-8585 E-mail: cepexa@ufpe.br

Página 17 de 18



Continuação do Parecer: 3.157.002

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está **APROVADO** para iniciar a coleta de dados. Informamos que a **APROVAÇÃO DEFINITIVA** do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que afetem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do(a) pesquisador(a) assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

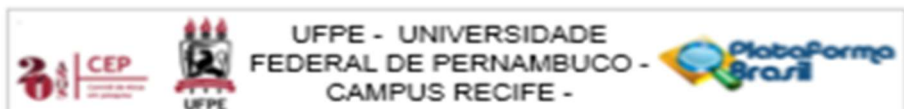
O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1252081.pdf	19/12/2018 10:23:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projetoelzangelanova.docx	19/12/2018 10:20:48	ELIZANGELA CARDOSO DE	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Pró-Reitoria de Gestão de Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81) 2125-8585 E-mail: cep@ufpe.br

Página 13 de 15



Confirmação do Parecer: 3.157.652

Investigador	projetoelizangelanova.docx	16/12/2018 10:20:48	ARAUJO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_elizangela.pdf	16/12/2018 00:12:31	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	vinculo.pdf	16/12/2018 19:32:56	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	Curriculo_elizangela.pdf	16/12/2018 19:31:55	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Outros	curriculo_orientadora.pdf	16/12/2018 19:31:24	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Autorizac_grava_.docx	16/12/2018 19:30:39	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	autoriza_identifica_.docx	16/12/2018 19:30:24	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	16/12/2018 19:29:57	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	confidencialidade.pdf	16/12/2018 19:29:02	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta.pdf	07/12/2018 11:15:17	ELIZANGELA CARDOSO DE ARAUJO SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

RECIFE, 14 de Março de 2019

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)2125-8595 E-mail: cepcon@ufpe.br

Página 04 de 05